



INSTITUTO DE PSICOLOGIA

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA

Programa de Pós-graduação em Clínica e Cultura

FILHOS DO DESAMPARO, FILHOS QUE AMPARAM:

Significações sobre a parentalidade de adolescentes-
pais em Medida de Liberdade Assistida

Dina Mara Cestari

Tese apresentada como
requisito parcial para a
obtenção do título de Doutor em
Psicologia, Clínica e Cultura,
pelo Instituto de Psicologia da
Universidade de Brasília.

Orientadora de doutorado: Profa. Dra. Maria Fátima O. Sudbrack

Brasília
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

FILHOS DO DESAMPARO, FILHOS QUE AMPARAM:

Significações sobre a parentalidade de adolescentes-
pais em Medida de Liberdade Assistida

Dina Mara Cestari

Banca examinadora

Presidente: Profa. Dra. Maria Fátima O.
Sudbrack
Universidade de Brasília/IP/PCL

Membro: Profa. Dra. Daniela Chatelard
Universidade de Brasília/IP/PCL

Membro: Profa. Dra. Denise Bomtempo
Birche de Carvalho
Universidade de Brasília/ IH/SER

Membro externo: Profa. Dra. Maria Aparecida
Penso
Universidade Católica de Brasília

Membro externo: Profa. Dra. Teresa Cristina
de Hotoni Carreteiro
Universidade Federal Fluminense

Suplente: Profa. Dra. Maria Inês Gandolfo
Conceição
Universidade de Brasília/IP/PCL



*Onde está a sombra
de um objeto apoiado no muro?
Onde está a imagem
de um espelho apoiado na noite?
Onde está a vida
de **uma criatura apoiada nele mesma?**
Onde está o império
de um homem apoiado na morte?
Onde está a luz
de um Deus apoiado no nada?
Nestes espaços sem espaço
está talvez o que procuramos.*

Robero Juarroz, em *Poésie et Réalité*

Ao meu pai sempre muito presente no meu pensamento, na minha herança biológica, na minha língua, no meu nome e, sobretudo, no meu coração. Com imenso amor e gratidão.

À minha mãe que tornou possível esta história de amor.

AGRADECIMENTOS

Como não poderia deixar de ser, a minha especial gratidão é dirigida à Profa. Maria Fátima Olivier Sudbrack, orientadora desta tese que, “com o dom natural de transformar em ouro o que toca”, me introduziu no universo da psicologia jurídica. Fátima, além da enorme admiração profissional e do carinho fraterno que tenho por você, o que mais me encanta é o seu talento para identificar e valorizar as qualidades alheias. Obrigada pela paciência e generosidade em compartilhar comigo a sua experiência profissional e, sobretudo, o seu precioso tempo.

À Profa. Liana Fortunato Costa pelas “incríveis” supervisões das reuniões multifamiliares, pela leitura cuidadosa que realizou do meu relatório de qualificação e pelas valiosas sugestões que fez na ocasião da defesa. A sua experiência como pesquisadora e o seu talento clínico contribuíram de forma inestimável para a realização desta pesquisa.

À Profa. Maria Aparecida Penso, pelas experiências compartilhadas, pela delicadeza com que aceitou os convites para compor as bancas e sobretudo pelo estímulo para a realização deste trabalho.

Ao Prof. Walter Ernesto Ude Marques, pelas importantes sugestões na ocasião da qualificação e pelas indicações bibliográficas.

Ao Prof. Norberto Abreu e Silva – que me apresentou Wittgenstein, à Profa. Gláucia S. Diniz, à Profa. Vera Lúcia Coelho, à Profa. Denise Bomtempo Birche de Carvalho, ao Prof. Pedro Demo, ao Prof. Sadi Del Rosso e à Profa. Ana Magnólia Bezerra Mendes pela qualidade das aulas da Pós-graduação. A competência e o carinho de vocês fizeram do meu doutorado um tempo privilegiado de crescimento pessoal e profissional.

À minha primeira professora e querida amiga, Alexandrina Camarinha, pelo carinho com que me acolheu no início da vida escolar. A sua competência e sabedoria

para lidar com as emoções dos seus pequenos alunos foram decisivos para que eu me interessasse pelo estudo das subjetividades e chegasse até aqui.

Ao meu pai, Moacyr Cestari, sou grata pelas incontáveis recordações prazerosas da época da minha infância, pela impecável biografia deixada como cidadão e profissional competente e escrupuloso; admirado e respeitado pelos colegas e pelos pacientes, que após 30 anos e não sabendo que ele já não está mais entre nós, ainda procuram os seus serviços como médico. Pai, tenho muito orgulho do senhor e uma enorme saudade ...

À minha mãe, Dinorah Buzzi Cestari, pela ternura com que sempre cuidou da família e por ter tentado fazer sempre o melhor para que eu me sentisse feliz.

Ao Lineu José Pedroso, meu querido companheiro de todas as horas, persistente e incansável motivador desta tese de doutorado. A sua paixão pela pesquisa e competência profissional foram grandes inspiradoras deste trabalho.

À minha filha Isabella, que com a sua beleza interior, sua sensibilidade e precoce capacidade de empatia em relação ao sofrimento alheio me “renarcisa” continuamente e, reforça em mim a certeza do poder transformador das relações humanas.

À minha querida irmã, afilhada e comadre: Maria de Lourdes (Malú) – brilhante profissional e exímia “malabarista das questões familiares”, a sua ajuda foi fundamental nesses dois últimos anos. Você foi “a grande herança” que eu recebi dos nossos pais. Minha gratidão se estende ao Eduardo, grande colaborador, que, por te fazer mais feliz, contribui para que você seja uma pessoa ainda melhor.

Ao meu irmão César pelo exemplo de coragem e de superação dos desafios da vida.

Aos profissionais do Banco de Leite do Hospital Universitário de Brasília, especialmente Dr Renato Lourenço e Mariangela Sarmiento, pelo apoio e pela gentil acolhida na ocasião da fase preliminar deste trabalho.

Aos profissionais do CDS: D. Doraci, Enia, Eli, Maria Alice, Márcia, Antônio Carlos, Isabel e Mariene, que disponibilizaram todos os recursos necessários para a

execução da pesquisa de campo. Sem a contribuição de vocês a realização desta tese não teria sido possível.

Às amigas do Prodequi: Teresa, Sandra Eni, Adriana, Carla, Sandra Baccara, Olga, Cristiane, Lizabeth, Juliana e Jaqueline, pelo carinho e companheirismo.

Ao CNPq , pelo apoio financeiro disponibilizado para a realização de parte desta pesquisa.

Um agradecimento particular é endereçado ao psicólogo Jefferson Ribeiro pela grande colaboração no início do trabalho de coleta de dados e, principalmente pela valiosa companhia nos primeiros deslocamentos para a realização da pesquisa de campo.

À Katiúcia, sempre disponível para providenciar o material que eu solicitava.

Aos meus amigos José Oswaldo de Araújo Filho e Maria Ariza Rodrigues Pereira, queridos vizinhos, sempre presentes e dispostos a colaborar. Agradeço também a preciosa ajuda com o inglês e com as fotografias.

As amigos André Barbosa e Luis Carlos de Sousa Jr, pela ajuda com a diagramação do texto.

À Eliene Miguel de Souza, que cuidou com tanto carinho da minha casa e da minha família, a sua colaboração foi fundamental para que eu pudesse me dedicar a este trabalho.

Dedico um agradecimento especial a todos os adolescentes-pais entrevistados, cuja confiança depositada em mim viabilizou o compartilhamento de suas experiências de vida e tornou possível a realização deste trabalho.

Minha homenagem é dirigida também aos pais – que assim como o Lineu, o César, o Eduardo, o André, o Fred, o Beto e o Wolfgang – desempenham de forma exemplar a parentalidade e contribuem para que o mundo seja um lugar melhor.

RESUMO

Cestari, Dina Mara (2008) “Filhos do desamparo, filhos que amparam: significações da parentalidade de adolescentes-pais em medida de Liberdade Assistida”. Tese de doutorado. Departamento de Psicologia Clínica. Programa de pós-graduação em Clínica e Cultura. Universidade de Brasília.

Esta pesquisa teve como objetivo compreender as significações sobre a parentalidade – prática de ambos os pais com os cuidados corporais e psíquicos do bebê – de adolescentes do sexo masculino, em medida de Liberdade Assistida. O enfoque teórico é psicanalítico, articulando-se com contribuições da psicossociologia francesa e da terapia familiar sistêmica. O estudo foi desenvolvido a partir de um projeto de intervenção-pesquisa, denominado Projeto Fênix na Comunidade que atendeu adolescentes em medida de Liberdade Assistida e suas famílias, em uma instituição do Distrito Federal. A investigação priorizou a análise de entrevistas individuais, semidirigidas, realizadas com 11 adolescentes que viviam a experiência de ter gerado um filho. Como fonte de dados complementares foram utilizadas entrevistas com familiares e com profissionais responsáveis pela execução da medida, observação participante e análise dos prontuários dos adolescentes. A análise construtivo-interpretativa das entrevistas revelou cinco zonas de sentido assim denominadas: (i) *O filho como parceiro do processo de resiliência do adolescente*; (ii) *A parentalidade como um processo sistêmico e construído no contexto da família*; (iii) *A nostalgia do “pai presente” na concepção do papel de pai do adolescente-pai em Medida de Liberdade Assistida*; (iv) *O desamparo como herança transgeracional* e (v) *Conflitos e possibilidades da parentalidade na adolescência*. O estudo indica que a parentalidade – dos adolescentes em medida de Liberdade Assistida – não se configura apenas como um fator adicional de risco, mas, desde que compartilhada, pode ser uma experiência transformadora e gratificante. Conclui-se que o projeto de ser pai torna-se, paradoxalmente, estruturante, na medida em que passa a significar um projeto de vida portador de esperança diante do desamparo afetivo e social predominante em suas vidas.

Palavras-chave: parentalidade adolescente, paternidade na adolescência, projeto de vida, adolescente em medida de Liberdade Assistida, adolescente em conflito com a lei.

ABSTRACT

Cestari, Dina Mara (2008). "Suns of destitution, suns who support: significances about parentality of male adolescents on condition of Assisted Liberty". Doctoral thesis. Clinic Psychology Department. Program of Post-graduation on Clinic and Culture. University of Brasília.

The present study has as objective the understanding of the significances about parentality – the practice of parents with psychic and corporal care of a baby – of male adolescent, on condition of Assisted Liberty (on parole-like judicial measure applied to adolescent in Brazil). The theoretical focus is psychoanalytical, articulated with contributions from the French psycho-sociology and from systemic family therapy. The study was developed from a project of research-intervention called "Projeto Fênix na Comunidade" that assisted adolescents and their families on condition of Assisted Liberty, in an institution of the Federal District. The investigations prioritized analyses of semi-directed individual interviews, with 11 adolescents who have generated children. As complementaries data, both family interviews and interviews with professionals responsible for the execution of measurements and participating observations, were taken, with the help of analysis of the adolescent handbooks. Constructive-interpretative analysis of the interviews revealed five sense zones thus denominated: (i) Son as a partner of the adolescent resilience process; (ii) Parentality as a systemic and constructed process in the family context; (iii) The nostalgia of "the present father" in the conception of the paternity role of the adolescent-father in condition of Assisted Liberty; (iv) Destitution as a transgeneration heritage; (v) Conflicts and possibilities of parentality in adolescence. This study displays that parentality – of adolescent on condition of Assisted Liberty – does not signify an additional risk factor but, once shared, can become a transforming and gratifying experience. The conclusion is that the undertaking of being a father is rather paradoxically structuring, once it becomes a hope-bearing life project, if compared with their social and affective perspectives of a future void life.

Key words: adolescent parentality, adolescent paternity, life project, adolescent on condition of Assisted Liberty, adolescent on condition of law conflict.

RÉSUMÉ

Cestari, Dina Mara (2008). “Enfants des délaissés, enfants supports: significations de la parentalité des adolescents délinquants de l'éducation surveillée”. Thèse de doctorat. Département de Psychologie Clinique. Programme de Cycle Supérieur en Clinique et Culture. Université de Brasília.

Le but de cette recherche doctorale est la compréhension des significations de la parentalité – pratique des deux parents par rapport aux soins physiques et psychiques du bébé – des adolescents délinquants de sexe masculin de l'éducation surveillée. L'approche théorique est psychanalytique avec des contributions de la psychosociologie française et de la thérapie familiale systémique. L'étude a été développée depuis un projet d'intervention-recherche, appelé “Projeto Fênix na Comunidade” qui a pris en charge des adolescents de l'éducation surveillée et leurs familles dans une institution d'une ville satellite de Brasília. La priorité de la recherche a été l'analyse des entretiens individuels non-directifs, menés avec 11 adolescents qui vivaient l'expérience d'avoir à gérer un enfant. Les renseignements obtenus des entretiens menés avec les personnes de la famille et avec les responsables de l'institution, ont été utilisés comme données complémentaires ainsi que l'observation participative et l'analyse des dossiers des adolescents. L'analyse des entretiens a révélé cinq zones de significations ainsi nommées: (i) Le fils comme partenaire du processus de résilience de l'adolescent; (ii) La parentalité comme un processus systémique construit dans le contexte de la famille; (iii) La nostalgie du “père présent” dans la conception du rôle du père de l'adolescent-père de l'éducation surveillée ; (iv) L'abandon comme un héritage transgénérationnel et (v) Conflits et possibilités de la parentalité à l'adolescence. Les résultats des analyses montrent que la parentalité des adolescents de l'éducation surveillée n'est pas seulement un facteur additionnel de risque mais, bien au contraire, si partagée, peut devenir une expérience formatrice et gratifiante. On conclut que le projet d'être père devient, paradoxalement structurant, dans la mesure où il peut signifier un projet de vie porteur d'espoir face à la situation de détresse affective et social qui prédomine dans la vie de ces adolescents.

Mots-clés: parentalité adolescente, paternité à l'adolescence, projet de vie, adolescents de l'éducation surveillée, mineurs de justice.

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	v
Resumo.....	viii
Abstract	ix
Résumé	x

INTRODUÇÃO	15
-------------------------	-----------

PARTE I CONSTRUÇÕES METODOLÓGICAS19

CAPÍTULO 1 A CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DO OBJETO DE PESQUISA19

1.1 A construção do objeto de pesquisa	19
1.2 Objetivos e questões norteadoras	26
1.2.1 Objetivo Geral	26
1.2.2 Objetivos Específicos	26

CAPÍTULO 2 METODOLOGIA30

2.1 O percurso da pesquisadora no trabalho de campo.....	30
2.2 O contexto da pesquisa: O projeto Fênix na Comunidade	31
2.3 Aproximação e definição dos sujeitos de pesquisa.....	34
2.4 Caracterização dos sujeitos entrevistados.....	35
2.5 Instrumentos de coleta de dados.....	36
2.6 Procedimentos de análise dos dados	38

PARTE II CONSTRUÇÕES TEÓRICAS44

CAPÍTULO 3 O ADOLESCENTE44

3.1 A adolescência e o sujeito adolescente.....	44
3.2 O adolescente em conflito com a lei.....	51
3.3 A realidade dos adolescentes em conflito com a lei no Brasil: perfil dos adolescentes e do Sistema Socioeducativo	60

CAPÍTULO 4 A SEXUALIDADE E A PARENTALIDADE NA ADOLESCÊNCIA.....65

4.1 A sexualidade do adolescente contemporâneo.....	65
4.2 As funções não sexuais da sexualidade do adolescente.....	66
4.3 A gravidez na adolescência.....	67
4.4 A paternidade na adolescência	72

CAPÍTULO 5 O PAI77

5.1 A paternidade na história da humanidade.....	77
5.2 A paternidade segundo a psicanálise	79
5.3 O estado atual da arte.....	84

PARTE III RESULTADOS89

CAPÍTULO 6 TRAJETÓRIAS DE VIDA DE ADOLESCENTES-PAIS89

6.1 João , o filho que carrega mágoa do pai.....	89
6.2 Tito, o filho (sem pai) que triunfa como pai.....	93
6.3 Iago, o filho que repete o abandono do pai	97
6.4 Ariel, o filho pobre sem direito de ser pai	100
6.5 Henrique, o filho sobrevivente	103
6.6 Antônio, o filho decepcionado com o pai	106
6.7 Otelo, o filho que não se sente pronto para ser pai.....	109
6.8 Ricardo, o filho do traficante que é um grande pai	114
6.9 Cláudio, o filho que encontrou no avô um modelo de pai	117
6.10 Lear, o filho que recuperou o pai pela própria condição de pai	120
6.11 Romeu, o filho que preservou o “bom pai”	124

CAPÍTULO 7 O SIGNIFICADO DO FILHO NA TRAJETÓRIA DO ADOLESCENTE-PAI EM MEDIDA DE LIBERDADE ASSISTIDA127

7.1 O filho como parceiro no processo de resiliência do adolescente-pai em medida de Liberdade Assistida.....	127
--	------------

7.1.1 O filho transforma, qualifica e protege o pai: o significado da parentalidade para a identidade do adolescente em medida de liberdade assistida	130
7.1.2 O impacto positivo da autonomia financeira do adolescente na experiência da parentalidade: <i>Ser pai não é um bicho de sete cabeças</i>	136
7.1.3 A parentalidade narcísica: o filho como suporte identitário e como “curativo narcísico” para o adolescente-pai em situação de medida de Liberdade Assistida.....	138

7.2 A parentalidade como um processo sistêmico e construído no contexto sócio-familiar.....143

7.2.1 O adolescente (re)qualificado como pai pela família	144
7.2.2 O adolescente (des)qualificado como pai pela família e pelas companheiras	148
7.2.3 A companheira como parceira na dança da resiliência	153

CAPÍTULO 8 SER PAI NO OLHAR DOS ADOLESCENTES-PAIS EM MEDIDA DE LIBERDADE ASSISTIDA158

8.1 A nostalgia do “pai presente” na concepção do papel de pai do adolescente-pai em medida de Liberdade Assistida 158

8.1.1 Pai é o chefe da família que abastece a dispensa	158
8.1.2 <i>O pai pega mais pesado, tem a voz mais dura, o pai briga pro bem do filho.....</i>	162
8.1.3 <i>Pai é amor e presença na hora do sufoco.....</i>	165
8.1.4 <i>Ser pai não é apenas comprar uma bicicleta.....</i>	167
8.1.5 O pai deve ser parceiro da mãe.....	168
8.1.6 Autoridade ausente, escola premente: a escola como substituto do pai enquanto símbolo de autoridade e de amor	169

CAPÍTULO 9 IMPASSES E POSSIBILIDADES DA PARENTALIDADE DE ADOLESCENTES EM MEDIDA DE LIBERDADE176

9.1 O desamparo como herança transgeracional176

9.1.1 “A fome pelo pai” (da infância) como matriz do desejo de ser pai e como suporte do insaciável desejo de paternagem	176
--	-----

9.1.2 Preocupações com a saúde do bebê	190
9.2 Conflitos e possibilidades da parentalidade na adolescência	191
9.2.1 Para ser pai (adolescente) é preciso ter duas vidas	192
9.2.2 O bom pai não tem idade	197
9.2.3 <i>Homem que é homem assume o filho</i> : o reconhecimento da paternidade como prova de virilidade e como um passaporte para o mundo adulto	199
9.2.4 A importância do apoio familiar para assumir o novo papel	205
9.2.5 O vínculo com a parceira determina a qualidade do afeto em relação ao filho....	209
 CONCLUSÃO Ser pai como projeto de vida e espaço de esperança: uma forma paradoxal de amparo para o adolescente em medida de Liberdade Assistida	213
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	233
 ANEXOS	
 Anexo 1 Roteiro das entrevistas	249
Anexo 2 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	253
Anexo 3 O Instituto Papai e o Programa de Apoio ao Pai Adolescente	254
Anexo 4 O Projeto Pai Legal.....	256
Anexo 5 O Projeto Fênix na comunidade	257
Anexo 6 Foto de um adolescente com o nome do filho tatuado no braço	266

INTRODUÇÃO

Esta tese teve como foco principal de investigação a visão dos adolescentes em conflito com a lei em torno da experiência da parentalidade e suas repercussões nas suas trajetórias de vida e nos seus contextos sociofamiliares.

A parentalidade do adolescente configura-se numa problemática psicossocial pela maneira como vem sendo tratada pelas sociedades e pela academia, tanto no contexto nacional como internacional (Lyra da Fonseca, 1997).

No Brasil, este tema é pouco visível em ações institucionais (escola, saúde, justiça) direcionadas aos adolescentes. No que concerne à saúde e atendimento psicossocial, raros são os serviços oferecidos ao pai adolescente como é o caso do Programa de Apoio ao Papai Adolescente (Recife/PE). No meio acadêmico, a maioria das produções sobre a parentalidade adolescente concerne ao sexo feminino e nela o adolescente-pai é raramente incluído. Há apenas 10 anos este quadro começou a mudar com a realização de alguns trabalhos sobre o tema, mas ainda são raros os estudos sobre a saúde reprodutiva e a sexualidade de jovens em amostras significativas de regiões metropolitanas importantes. Esses estudos tampouco serviram de gatilho para novas políticas públicas relacionadas à saúde e à educação do jovem em idade reprodutiva. Novos estudos são necessários para que se possa lançar um pouco mais de luz sobre a questão da parentalidade na adolescência e fornecer subsídios que poderão auxiliar no planejamento de uma assistência mais adequada às necessidades reais desses adolescentes.

No que concerne à literatura estrangeira, as produções norte-americanas são as que dão maior destaque à questão da parentalidade do adolescente, apesar do número de publicações sobre o assunto ser igualmente reduzido.

Sobre a parentalidade na fase adulta a literatura é mais rica, pois o tema tem sido alvo de atenção e crescente interesse, concentrando-se principalmente na área jurídica e psicanalítica. Existem muitos registros de trabalhos, pesquisas, colóquios sobre o assunto na área científica, e o tema vem ocupando igualmente muito espaço na mídia.

Quanto à motivação para a realização desta investigação, parte da explicação remonta à época da minha adolescência, quando a experiência de parentalidade foi protagonizada por um dos meus irmãos que também era adolescente. A “nova condição do irmão adolescente-pai” envolveu toda a família e a modificou para sempre. Tempos depois, escolhi como carreira a psicologia, e passei a me interessar pela psicanálise de crianças. Inicialmente trabalhei como psicoterapeuta infantil e ao mesmo tempo me submeti ao trabalho analítico com um psicanalista vinculado ao Instituto de Psicanálise de São Paulo.

Posteriormente, meus interesses profissionais e pessoais me conduziram à França onde tive o privilégio de conhecer o trabalho de psicanalistas experientes como o Prof. Serge Lebovici, que na época (1984) começava a introduzir o trabalho psicoterápico com pais e bebês no Departamento de Psicopatologia Clínica, Biologia e Saúde Mental da Criança e da Família da Universidade Paris-Nord (Bobigny). Tive também a oportunidade de trabalhar durante um ano na École de Bonneuil-sur-Marne e morar temporariamente num “Lieu d’accueil”. Em Bonneuil, uma instituição que se quer “fragmentada” por desejar uma abertura ao mundo exterior, aprendi com a psicanalista Maud Mannoni e com os profissionais dedicados à causa de crianças e adolescentes com dificuldade de adaptação à vida comum (portadores de problemas mentais), que é preciso dar ao sujeito a chance de “emergir num outro discurso”, de se colocar diferentemente num outro contexto. Nesta ocasião acompanhei, por um ano, uma criança/adolescente autista, e o resultado dessa experiência foi uma reflexão sobre o trabalho realizado na Escola de Bonneuil (École de Bonneuil-sur-Marne), sob a forma de uma dissertação, realizada como requisisto para a obtenção do título de especialista em Saúde Mental, na Universidade Paris-Nord (Bobigny).

Em 1987, um ano após dois grandes acidentes nucleares (Chernobyl e Goiânia), e ainda morando na França – país no qual, por falta de outras alternativas, a energia nuclear é muito utilizada, e a indústria nuclear muito desenvolvida e bem aceita pela sociedade – decidi realizar um Diplôme d’Etudes Approfondus (D.E.A) sobre o tema: “As Representações Sociais de Catástrofes Nucleares no Brasil”, na École des Hautes Études en Sciences Sociales, sob a orientação da Profa. Dra. Denise Jodelet.

Quando voltei a morar no Brasil conheci, por intermédio da Profa. Dra. Maria Fátima Sudbrack, o Programa de Atenção às Dependências Químicas (Prodequi), por

ela dirigido. A proximidade com a metodologia criada e desenvolvida pelo Prodequi, com o grupo de pesquisadores coordenados pela Profa. Dra. Maria Fátima Sudbrack, e com a realidade dos meninos em conflito com a lei, me “seduziram”, e a riqueza potencial dessas experiências me motivaram a empreender esta tese de doutorado.

Esta pesquisa teve como objeto o estudo da transição de adolescentes em medida de Liberdade Assistida¹ em direção à parentalidade ou, dito de outro modo, o estudo do processo de parentificação desses adolescentes que viviam a experiência de ter gerado um filho. O presente estudo foi desenvolvido a partir da participação da pesquisadora, durante os anos de 2005 e 2006, em um projeto de intervenção-pesquisa – denominado Projeto Fênix na Comunidade. Este projeto atendeu adolescentes em conflito com a lei e suas famílias, como parte da execução de medida de Liberdade Assistida – desenvolvido no antigo Centro de Desenvolvimento Social/CDS de uma cidade satélite de Brasília. A pesquisa priorizou como material de análise entrevistas individuais, semi-dirigidas, realizadas com 11 adolescentes que viviam a experiência da parentalidade ou estavam em vias de vivê-la. Como fonte de dados complementares foram utilizados entrevistas com familiares e com profissionais responsáveis pela execução da medida socioeducativa, observações participantes e análise documental dos prontuários de registro dos atendimentos dos adolescentes pela instituição onde foi realizada a pesquisa.

Na época em que foi realizada a investigação, os CDSs do Distrito Federal eram vinculados ao Centro de Referência Especial da Assistência Social/CREAS, ambos subordinados à Secretaria de Estado de Ação Social do Governo do Distrito Federal/SEAS. A partir de 2007 esses centros passaram a ser denominados Subsecretarias do Sistema Socioeducativo e estão vinculados à Secretaria de Estado e Justiça de Direitos Humanos e Cidadania.

O presente relatório foi organizado da seguinte maneira: na Parte I, Capítulo 1, apresento a construção do objeto de pesquisa, os objetivos e questões que nortearam a investigação. No Capítulo 2, descrevo a metodologia utilizada na pesquisa, detalhando o

¹ A medida de Liberdade Assistida é uma das seis sanções aplicadas, pela justiça brasileira, ao menor infrator. Seguindo um critério crescente em relação à gravidade atribuída ao ato infracional, as medidas, atualmente em vigor, assim se apresentam: advertência, obrigação de reparar dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em unidades socioeducativas.

percurso da pesquisadora no trabalho de campo, o contexto da pesquisa, a aproximação e definição dos sujeitos da pesquisa, os instrumentos de coleta de dados e os procedimentos de análise dos resultados.

Na Parte II, Capítulo 3, abordo questões teóricas sobre o adolescente e sobre o adolescente em conflito com a lei, segundo o referencial da psicanálise, acrescido de contribuições da psicossociologia francesa e da terapia familiar sistêmica. Neste capítulo apresento também um quadro da realidade dos adolescentes em conflito com a lei no Brasil. No Capítulo 4, enfoco a problemática da sexualidade do adolescente contemporâneo, a questão da gravidez, e da paternidade na adolescência. No Capítulo 5, trato a questão do pai, focalizando a evolução da paternidade na história da humanidade, a paternidade segundo a psicanálise, e o estado atual da arte.

Os resultados da pesquisa são relatados na Parte III, da seguinte forma: no Capítulo 6, apresento as trajetórias de vida dos 11 adolescentes-pais sujeitos da pesquisa, enfatizando os itens: história familiar, trajetória no antigo CDS, história da gravidez das companheiras e história da parentalidade do adolescente. No Capítulo 7, discuto a 1ª e a 2ª Zonas de sentido que denominei respectivamente de: “O filho como parceiro no processo de resiliência do adolescente-pai em medida de Liberdade Assistida” e “A parentalidade como um processo sistêmico e construído no contexto sócio-familiar”. No Capítulo 8, enfoco a 3ª zona de sentido nomeada como: “A nostalgia do ‘pai presente’ na concepção do papel de pai, do adolescente-pai em medida de Liberdade Assistida”. No Capítulo 9, trato da 4ª e da 5ª zonas de sentido, que designei como: “O desamparo como herança transgeracional” e “Conflitos e possibilidades da parentalidade na adolescência”.

A conclusão, as referências bibliográficas e os anexos compõem a parte final deste relatório.

PARTE I CONSTRUÇÕES METODOLÓGICAS

CAPÍTULO 1 A CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DO OBJETO DE PESQUISA

1.1 A construção do objeto de pesquisa

Para ser pai ou mãe não é suficiente ser genitor, nem ser designado como tal. É preciso, como lembra Lebovici (2004), um dos mais conhecidos psicanalistas franceses da contemporaneidade: “tornar-se pai”. Essa experiência transcende o que se denomina de “função dos pais”. Vai além da função de procriação e da função biológica. A transmissão da herança genética e os laços de sangue não bastam para garantir o processo. “Tornar-se pai” é, como sabemos, uma transição complexa que envolve, além dos níveis consciente e inconsciente do funcionamento psíquico, o contexto psicossocial do sujeito. Para designar esse processo foi criado na língua portuguesa, nos anos 1980, o neologismo *parentalidade* que, segundo a psicanálise condensa várias idéias: a função paterna, o parentesco e a história da origem do bebê e das gerações anteriores.

O conceito *parentalidade* (do francês *parentalité*) não é novo, sendo na verdade conhecido e utilizado há quase meio século. Como escreve Pereira da Silva (2004), o conceito é herdeiro do termo *maternalidade* e foi cunhado por Racamier, psicanalista francês especialista em psicoses puerperais, em 1961. Inspirado nos trabalhos de Bibring e Benedeck – psicanalistas anglo-saxões – sobre a experiência da maternidade e nos trabalhos de Winnicott (1956), Racamier uniu as palavras *maternalidade* (em francês *maternalité*, termo traduzido do inglês *motherhood*) – que definia “o conjunto dos processos psicoafetivos que se desenvolvem e se integram na mulher por ocasião da maternidade” – com a palavra *paternalidade* (*paternalité*, do inglês *fatherhood*), dando origem ao novo conceito.

Após um longo esquecimento de mais de 20 anos, o termo reapareceu graças aos trabalhos de Clément (“*Parentalité et dysparentalité*”, 1985). O termo *parentalidade* é, a partir daí, largamente utilizado pelos psicanalistas interessados em estudar as relações entre pais e bebês.

Lebovici (1983) adotou também o conceito pouco tempo depois de introduzir na França a psiquiatria de bebês e a terapia conjunta de pais e bebês. Para Lebovici, a

noção de parentalidade transcende o sentido biológico do termo e não se limita apenas “a ter um filho”, mas é também a “oportunidade de refletir a respeito de sua descendência”. A parentalidade não é apenas o resultado de ser pai ou mãe, mas também da parentalização dos pais. Para se tornar um pai ou uma mãe é necessário realizar um profundo trabalho psíquico que começa pelo reconhecimento de que herdamos algo de nossos pais. Para o autor, essa herança não diz respeito apenas à carga genética ou programada, como o apego, mas à transmissão intergeracional.

A parentalidade, como escreve Solis-Ponton (2004), “começa com o desejo de ter a criança, se desenvolve durante a gravidez e prossegue após o nascimento do bebê”. A elaboração psíquica, realizada durante esse processo, teria início com as interações dos pais com o futuro bebê antes mesmo do seu nascimento.

Como nos ensina a Psiquiatria Perinatal, desde o início, existe na cabeça dos pais quatro tipos de bebês: a criança imaginada ou fantasmática, a criança imaginária, a criança ideal ou narcísica e a criança mítica. A criança imaginada é o resultado das representações inconscientes que cada um dos pais tem em mente desde o início de suas vidas em função da sua história pessoal. Essa criança imaginada ou fantasmática é a portadora da história transgeracional. Lebovici (1983) atribui muita importância à escolha do nome do bebê, o qual é mensageiro de muitos significados inconscientes (algumas vezes relativo a um segredo, a um herói, a uma morte trágica na família). Através do nome, que acompanhará a criança por toda a vida, ela irá carregar essa herança. Além da escolha do nome, o sexo também é muito importante no bebê imaginado.

Já a criança imaginária é uma representação menos inconsciente e pertence ao casal. Esse bebê imaginário é uma “construção” que resulta dos seus sonhos e projetos. O bebê narcísico ou bebê ideal é o resultado das profundas transformações identificatórias e da revivescência de antigos e profundos conflitos. Os pais revivem seus próprios conflitos edipianos na relação com a criança: “A gravidez, especialmente a primeira, induz a mãe a sonhar com uma criança ideal que será identificada no inconsciente e no superego dos avós”. (Lebovici, citado por Solis-Ponton, 2004). Essa criança narcísica encarna o que os pais representam para os adultos sucessores (sucessores em relação aos ideais parentais; para os pais, elas serão mais bem-sucedidas,

mais bonitas, mais felizes, etc.). Os pais se reconhecem no corpo do bebê pela imagem idealizada deles próprios.

A criança mítica ou cultural se refere a um conjunto de representações coletivas de uma sociedade em um momento histórico. Quando os pais se ocupam do bebê real, também estão se relacionando ao mesmo tempo com o bebê imaginário, com o bebê imaginado, com o bebê narcísico e com o bebê mítico.

Na gravidez é estimulado o narcisismo primário dos pais, o qual define a parentalidade e os habilita a ser bons pais. Para que os pais exerçam bem sua função é preciso que o filho saiba que é amado e desejado. Lebovici (2004) nos ensina: “o narcisismo primário define a parentalidade: para ser um pai ou uma mãe, os pais têm que demonstrar aos filhos o sentimento de serem crianças desejadas”. Somente a partir dessa certeza de ser muito desejada, a criança se sentirá protegida pelos pais. Graças ao narcisismo primário, o bebê se torna o centro da atenção dos pais (especialmente da mãe). Apesar da absoluta dependência em relação aos pais, o papel do bebê não é apenas passivo. As trocas interativas projetivas constituem uma experiência emocional positiva tanto para os pais como para as crianças que, ao serem “parentalizadas pelos pais”, por sua vez também os parentalizam. Para ser pai é preciso que o processo de filiação se estabeleça, e para isso é preciso que possamos ser filhos de nossos pais, os quais por sua vez nos servem de modelo.

Apesar de, no início da vida do bebê, o pai exercer apenas uma função coadjuvante, o seu papel é desde o início de fundamental importância na vida da criança. Ele contextualiza as trocas entre mãe e bebê e introduz a dimensão triádica nesta relação. Neste espaço de trocas corporais e imaginárias entre a mãe e a criança, o processo de subjetivação e intersubjetividade se inicia.

As competências do bebê e as circunstâncias que marcaram o seu nascimento têm importância crucial no processo de parentalização dos pais. À medida que a criança cresce e a família se transforma, o investimento que é realizado tanto pelos pais como pelo filho também se modifica.

Em consonância com essas idéias e com o intuito de facilitar o trabalho de profissionais que se vêem solicitados a fornecer ajuda aos pais em dificuldade no exercício de suas funções, Houzel (2004), articula a noção de parentalidade em torno de

três eixos: o exercício da parentalidade, a experiência de parentalidade e a prática da parentalidade.

O exercício da parentalidade concerne ao aspecto jurídico da parentalidade como, por exemplo, o exercício de um direito. Ele funda e organiza a parentalidade. É ele que situa cada indivíduo nos seus laços de parentesco e em função deles define os direitos e deveres do indivíduo. Os laços de parentesco estruturam um conjunto genealógico no qual está inserido o indivíduo e é ditado por regras de transmissão. Esses laços complexos designam a pertinência ou afiliação, a filiação e as alianças. Esse conjunto é regido por regras que implicam direitos e deveres adquiridos por seus membros. Essas regras garantem um espaço social para que os indivíduos se desenvolvam desde que obedeçam a algumas restrições.

Em sociedades de “direito legislado” como as nossas, o exercício da parentalidade é definido pelos aspectos jurídicos do parentesco e da filiação. A área do direito de família, atualmente em profunda transformação – em decorrência da evolução dos costumes e dos progressos na área da reprodução assistida – é influenciada por esses avanços da ciência, mas paradoxalmente, acaba privilegiando os laços de filiação social e afetiva.

Assim como Théry (1995), Houzel (2004) constata um desgaste simbólico na evolução da legislação, a qual considera cada vez mais as situações factuais e perde dessa forma parte de sua função fundadora e organizadora. Apesar de a realidade psíquica não obedecer às mesmas regras da realidade exterior e nem ser dela um reflexo fiel, essas duas realidades têm ligações profundas e sofrem transformações complexas.

O segundo eixo das funções adquiridas pelos pais é o da experiência (subjetiva consciente e inconsciente) da parentalidade. Dentre os vários aspectos contidos nessa experiência, Houzel (2004) aponta o desejo pela criança e o processo de transição em direção à parentalidade ou “parentificação”. O desejo pela criança já foi objeto de muitos estudos psicanalíticos e sistêmicos que convergem em relação à idéia de que a plena maturidade psíquica do indivíduo ocorre quando ele transmite a vida recebida.

Na perspectiva psicanalítica, essa idéia remete à resolução do conflito edipiano, que implica em fecundar ou ser fecundado, numa identificação com o genitor do mesmo sexo e uma reparação dos objetos parentais atacados na fantasia. “Transmitir a vida faz

parte desses processos de reparação, na medida em que, através da fecundidade de um casal, a fecundidade fantasmática das imagens parentais de cada participante do casal é restaurada” (Houzel, 2004, p. 49). Na perspectiva sistêmica, esse desejo pelo filho, remete à noção de “dívida da vida”: o que foi recebido deve ser transmitido para restabelecer a “homeostase familiar”.

O processo de parentificação já foi muito estudado e é cada vez mais conhecido principalmente no que diz respeito às mães. Para descrever as modificações psíquicas que se produzem nas mulheres durante a gravidez e o período perinatal, a psicanálise criou, como sabemos, vários termos: *preocupação materna primária* (Winnicott, 1956), *maternidade* (Racamier, 1961), *transparência da grávida* (Bydlowski, 1995), *constelação da maternidade* (Stern, 1995), etc. O mesmo interesse não foi dispensado aos pais, embora sejam freqüentes e não passem despercebidas, as modificações psíquicas que ocorrem nos homens durante a transição para a parentalidade. Distúrbios psicopatológicos como a *síndrome de couvade*², distúrbios de conduta e psiconeuroses da paternidade são testemunhas dessas importantes transformações sofridas pelo psiquismo masculino.

O terceiro eixo da função dos pais descrito por Houzel (2004) – a prática da parentalidade – diz respeito aos cuidados físicos e psíquicos que os pais devem dispensar às crianças no cotidiano. Os primeiros trabalhos, baseados inicialmente em situações de privação e carência de cuidados maternos, mostram que os laços afetivos que a criança desenvolve em relação ao seu meio se estruturam em função da satisfação de suas necessidades corporais, especialmente a satisfação de suas necessidades básicas. Os conhecidos trabalhos de Bowlby, no final da década de 1950, sobre a *teoria do apego*, os estudos sobre as *competências do recém-nascido* e as teorias de Winnicott trouxeram importantes contribuições sobre a comunicação da criança com o seu meio. Em 1960, o autor já assinalava a importância do potencial inato que existe em toda criança, embora considerasse que a personalidade do bebê só se desenvolve se ele recebe cuidados maternos *suficientemente bons* (Winnicott, 1969/1983). O autor distinguiu três papéis fundamentais na função materna: o *holding*, o *handling* e o *object-presenting*. O termo *holding* corresponde ao suporte, à manutenção da criança tanto do ponto de vista físico como psíquico, a criança fazendo parte do funcionamento psíquico

² costumes de algumas civilizações nas quais os homens participam simbolicamente do parto da mulher.

da mãe. A expressão *handling* corresponde às manipulações que a mãe realiza no corpo do bebê: cuidados com a higiene, com o vestuário, trocas de carícias, e as múltiplas experiências sensoriais. O conceito de *object-presenting* especifica a capacidade da mãe de colocar à disposição do bebê, no momento preciso, o objeto, nem muito cedo, nem muito tarde, de maneira que o bebê tenha o sentimento onipotente de tê-lo criado magicamente. É nessa continuidade e adequação materna que a criança desenvolve um sentimento de onipotência: com a ilusão de criar o mundo em torno de si. É graças a essa mãe *suficientemente boa* que o bebê começa a existir, a constituir um *verdadeiro self*, um sentimento contínuo de existir. As necessidades corporais se transformam progressivamente em necessidades do ego, à medida que uma psicologia nasce da elaboração imaginária da experiência psíquica. Estudos mais recentes das interações pais-bebês que acontecem em vários níveis: comportamental, afetivo, fantasmático e simbólico, insistem no papel ativo do bebê nessas trocas com os pais.

A maneira didática pela qual Houzel (2004) descreve o delicado processo de parentalidade – levando em consideração os vários fatores nele implicados: a realidade psíquica de cada um dos parceiros da constelação familiar, a dimensão simbólica da parentalidade e da filiação e a situação real da criança – está na verdade muito próxima das dimensões da função paterna proposta por autores da corrente familiar sistêmica.

Para Sudbrack (1987), a função paterna também não se restringe à função biológica e procriadora e, para explicá-la propõe uma análise através de quatro dimensões. A primeira dimensão é a biológica, que designa o pai biológico e define o “nascimento natural”. A segunda dimensão é a socioeconômica e sociocultural, que designa o pai que alimenta e educa, definindo o “nascimento social”. A terceira dimensão é a patronímica, que designa o pai legal e define o “nascimento legítimo”. A quarta e última dimensão é a simbólica, que introduz o “nome do pai” e define o “nascimento psicológico” (do filho e do pai).

Pode-se então dizer, junto com os psicanalistas e os terapeutas familiares sistêmicos, que a experiência de ter um filho corresponde a um período marcado por transformações identificatórias profundas nas quais os pais são confrontados com a intensa revivescência de antigos conflitos. Apesar da vulnerabilidade na qual estão mergulhados nesse período, se os mesmos forem encorajados e receberem o apoio necessário, esta fase da vida, assim como o período de adolescência, pode se revelar um

período rico em possibilidades de integração de traumatismos do passado. Graças à reorganização psíquica que ocorre durante a gravidez, tanto com o pai como com a mãe, este momento pode ser a ocasião de mobilização de fatores de resiliência particularmente importantes.

A partir dessas idéias, construí o meu objeto de estudo que se refere às *significações da parentalidade de adolescentes-pais em medida de Liberdade Assistida e suas implicações nas respectivas trajetórias de vida*. “Tornar-se pai” é como vimos, uma transição que supõe um delicado e complexo trabalho psíquico que vai além da função biológica de procriação.

Interessa-me a dimensão intersubjetiva, intrapsíquica e social da vivência da parentalidade nesta condição específica de adolescentes em conflito com a lei, inseridos num contexto de pobreza e de exclusão social. Considero que a experiência de parentalidade ocorre de maneira “sui generis” para cada homem, dependendo da sua história, momento da sua vida e do contexto sociocultural no qual ele está inserido. Neste sentido a investigação se direciona à identificação e compreensão das singularidades da vivência desses adolescentes em torno do processo de transição para a parentalidade.

Pela riqueza do conceito de parentalidade e por ele ser mais adequado para explicar o processo complexo pelo qual passa o adolescente na sua experiência de “tornar-se pai”, ele foi adotado preferencialmente ao termo paternidade, o qual no meu entender está mais relacionado ao vínculo biológico e à herança genética que une pais e filhos.

Meu objeto de estudo foi desenvolvido a partir da proposta metodológica de González Rey (1999, 2002, 2005) fruto da epistemologia qualitativa, a qual concebe a pesquisa qualitativa como um processo dialógico, dentro do qual tanto o pesquisador como as pessoas – objetos da pesquisa – constituem-se como sujeitos do processo de investigação. Esse ponto de vista rompe a lógica instrumental que durante muito tempo predominou nas pesquisas no campo da Psicologia, que preconizavam a neutralidade do pesquisador.

A epistemologia qualitativa de González Rey (1999, 2002, 2005), além da ênfase que dá ao processo ativo do pesquisador – que não se restringe a compreensão do

caráter do objeto da pesquisa – considera igualmente importante o caráter também ativo do objeto da pesquisa, o qual atua sobre o processo de produção de conhecimento muito além da consciência do pesquisador.

E para finalizar, a escolha desta proposta metodológica, além de permitir o estudo do caráter subjetivo da construção do conhecimento, concebe a ciência como um processo em permanente evolução, no qual são produzidas constantemente novas zonas de sentido, que nos permitem entender os fenômenos estudados, os quais nunca se apresentam de forma terminada e definitiva, mas ao contrário, como um processo em permanente evolução, alheio a dogmas e definições invariáveis e universais.

1.2 Objetivos e questões norteadoras

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender as significações dos adolescentes masculinos – que cumprem medida socioeducativa em Liberdade Assistida – sobre as suas experiências de parentalidade³, identificando os fatores facilitadores e dificultadores do processo de assunção da paternidade e de parentificação⁴.

1.2.2 Objetivos Específicos

A investigação seguirá quatro grandes eixos:

1º Eixo de investigação: O ADOLESCENTE COM ELE MESMO (Processo identitário: história de vida e projeto de vida)

Objetivos

- Compreender de que forma a sua própria história de vida, suas vivências como filho, neto, irmão, modulam o processo de parentalidade.

- Identificar em que medida a condição de pai contribui ou dificulta a resolução dos conflitos próprios da adolescência (lutos, mudanças internas e transformações que

³ parentalidade - experiência ou prática de ambos os pais que implica em cuidados corporais e psíquicos do bebê.

⁴ Parentificação - processo pelo qual o bebê participa da construção da parentalidade dos pais

ocorrem de maneira tão rápida e profunda no corpo e na família do adolescente, nessa época da vida).

Neste eixo de investigação se colocam as seguintes questões:

Quais as implicações da história de vida pessoal e familiar do adolescente em conflito com a lei na sua experiência de parentalidade e como esta condição de pai interfere nas suas construções identitárias?

A perspectiva ou experiência da parentalidade seria um atalho para a resolução dos conflitos da adolescência?

De que forma o adolescente integra a vivência da parentalidade no seu projeto de vida?

2º Eixo de investigação: O ADOLESCENTE COM A SUA PARCEIRA

Objetivos

- Analisar as implicações da gravidez e do nascimento do filho na relação (afetiva e sexual) com a parceira e no projeto do casal.

Neste eixo de investigação as questões que se colocam são:

Como o adolescente em conflito com a lei vivencia as mudanças físicas e emocionais que ocorrem com a parceira pela gravidez e parto?

O adolescente inclui a parceira em seu projeto de vida? O que muda na relação amorosa a partir da gravidez e depois do nascimento do filho?

3º eixo de investigação: O ADOLESCENTE COM A FAMÍLIA

Objetivos

- Avaliar a participação da família no processo inicial de assunção da paternidade do adolescente e o seu papel no decorrer da experiência de parentalidade do adolescente (haja vista a sua função na transmissão da herança transgeracional⁵).

As questões de investigação deste eixo são:

Como a família participa do processo de parentalidade do adolescente e seu papel nos diferentes momentos desta experiência?

Como esta condição do adolescente modifica a dinâmica familiar com relação aos novos papéis familiares?

4º eixo de investigação: O ADOLESCENTE COM O FILHO

Objetivos

- Compreender a maneira como o adolescente ascende à parentalidade.
- Entender como o adolescente se implica no processo de parentalidade e como se coloca em relação ao filho, incluindo-o ou não em seu projeto de vida.
- Analisar as dificuldades da transição filho-pai e os conflitos que ela engendra.
- Identificar quais as dimensões da paternidade, segundo Sudbrack (1987) e Houzel (2004), o adolescente é capaz de assumir.
- Entender em que registro esses pais são capazes de assumir a paternidade e viver a parentalidade (registro intrapsíquico, interacional, intergeracional)?

Neste eixo, as questões de investigação são:

Como o adolescente se relaciona com o filho nos diferentes momentos do processo de parentalidade?

⁵ herança transgeracional é a herança que nos é atribuída, que possibilita a entrada em nossa vida psíquica da geração dos avós por intermédio dos conflitos infantis de nossos pais, sejam eles pré-conscientes, conscientes ou inconscientes (Lebovici, 2004).

Como ele desempenha o papel de pai em suas diferentes dimensões, segundo Sudbrack (1987)?

Como se coloca o processo de parentalidade deste adolescente em sua perspectiva transgeracional? Como a relação atual do adolescente com o filho mobiliza ou atualiza aspectos de sua própria história com o pai?

Como o adolescente inclui o filho no seu projeto de vida?

CAPÍTULO 2 METODOLOGIA

2.1 O percurso da pesquisadora no trabalho de campo

A pesquisa de campo foi realizada em duas etapas. A primeira – fase exploratória – foi realizada durante todo o ano de 2003, na Maternidade do Hospital Universitário de Brasília, no setor de atendimento pré-natal. Nesse serviço, uma equipe multidisciplinar realizava um trabalho (que prossegue até o presente) de apoio às gestantes e ao mesmo tempo de incentivo ao aleitamento materno.

Nesse atendimento, as gestantes adolescentes foram identificadas e, por meio delas, pude me aproximar dos seus companheiros, que muitas vezes também eram adolescentes. Um estudo exploratório sobre o tema da paternidade na adolescência foi assim iniciado. Os futuros pais eram contatados quando acompanhavam suas parceiras nas consultas do pré-natal ou nos exames de rotina. A maioria dos contatos foi inicialmente estabelecida na sala de espera, onde, através do pretexto da amamentação, outros assuntos e dúvidas iam surgindo concernentes à gravidez, ao parto e aos futuros cuidados com o bebê.

A partir desse contato informal foram agendadas e realizadas algumas entrevistas com os jovens pais. Posteriormente, as visitas à maternidade no dia do nascimento dos bebês, também foram ocasiões para a realização de entrevistas. Normalmente, as próprias famílias me avisavam do nascimento dos bebês, e, nessa ocasião, eu me dirigia ao hospital para conversar com a família e realizar a entrevista.

Este estudo preliminar, realizado no HUB com os pais adolescentes, subsidiou a realização da segunda fase da pesquisa que foi desenvolvida, no Centro de Desenvolvimento Social/CDS da cidade de Ceilândia/DF. O estudo exploratório contribuiu para a definição do objeto de estudo e para a elaboração do roteiro de entrevistas. Três razões conduziram a opção pela nova instituição:

- a inserção subsequente da pesquisadora no grupo de trabalho Fênix na Comunidade desenvolvido pelo Prodequi, na cidade de Ceilândia,
- o alto índice de paternidade em adolescentes usuários desse serviço e, principalmente,
- o caráter inédito do estudo a ser realizado com essa população.

2.2 O contexto da pesquisa: O projeto Fênix na Comunidade

Uma vez definidos os objetivos e elaborados os instrumentos de coleta de dados, a segunda etapa do trabalho de campo foi iniciada, no contexto do “Projeto Fênix na Comunidade” (anexo 5) desenvolvido no antigo Centro de Desenvolvimento Social da cidade de Ceilândia/DF (atualmente substituído pela Sub-secretaria do Sistema Socioeducativo, subordinada à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania). Este projeto constituiu-se numa proposta de atendimento psicossocial a aproximadamente 100 adolescentes que cumpriam medida socioeducativa na modalidade Liberdade Assistida com histórico infracional e de envolvimento com drogas. Esta proposta de trabalho foi inspirada num projeto piloto-intitulado “Projeto Fênix”, que também foi concebido e desenvolvido pelo PRODEQUI, a partir de uma demanda da Vara da Infância e Juventude (VIJ/TJDFT), numa parceria com a então Secretaria de Estado e Ação Social do Distrito Federal (SEAS/DF). À diferença do projeto original, os adolescentes que integraram o segundo projeto recebiam uma bolsa de R\$ 130,00, desde que fosse mantido o vínculo com a escola. Em função da estrutura reduzida para o atendimento desses adolescentes, a metodologia de intervenção adotada foi a dos Grupos Multifamiliares – proposta por Costa (1998) – que articula fundamentos teóricos da Psicologia Comunitária, do Sociodrama, da Terapia Familiar e das Redes Sociais. A questão da autoridade permeou todo o trabalho, cujo objetivo principal foi resgatar com os adolescentes e com as famílias o significado simbólico da justiça. A parceria entre a justiça, a instituição encarregada da execução da medida e as famílias – que reforça a autoridade e a competência das famílias para cuidar dos seus adolescentes – constituiu-se também em uma das metas do projeto.

O primeiro Projeto Fênix⁶ – cujo nome foi escolhido por um dos adolescentes do grupo, em referência ao pássaro mítico, de origem etíope que tem o poder de renascer de suas cinzas após queimar-se no próprio calor – aconteceu entre os anos de 2003 e 2004 e teve também como objeto, a promoção psicossocial de adolescentes usuários de drogas no contexto das medidas socioeducativas. Além do atendimento de 100 adolescentes e seus familiares, o projeto teve como meta a capacitação de 40

⁶ As construções teóricas e metodológicas relativas ao projeto estão detalhadas no livro intitulado “Adolescentes e drogas no contexto da justiça” (2003) M. F. Sudbrack ; M.I.G. Conceição; E.M.F.Seidl ; M.T. Silva (Orgs.) Brasília, Editora Plano.

profissionais ligados às duas instituições. Foi coordenado pela Profa. Maria Fátima Sudbrack e supervisionado pelas Professoras Liana Fortunato Costa e Maria Inês Gandolfo Conceição. A partir dessa capacitação, criaram-se nove outros projetos pilotos envolvendo as diferentes medidas: Liberdade Assistida, Semi-Liberdade, Internação e Prestação de Serviços Comunitários.

O contato com a comunidade local onde foi desenvolvida a pesquisa e a experiência oriunda das reuniões multifamiliares me impactaram fortemente. Essa experiência ampliou a concepção que eu tinha da realidade desses adolescentes, de suas famílias e de suas comunidades. Esse (pre) conceito em grande parte alimentado pelo senso comum e reforçado constantemente pela mídia – que na maioria das vezes mostra esses adolescentes apenas como um “cancro” para a sociedade sem denunciar a omissão e incompetência deste mesmo sistema social em garantir os direitos básicos e cuidar desses jovens – me impedia de perceber a fragilidade desta população jovem e o “sofrido universo de invisibilidade social” no qual ela está inserida.

Tendo em vista a natureza do objeto de investigação, que pela sua complexidade nos impõe a necessidade de escapar de teorias simplificadoras e reducionistas, assim como de metodologias apenas descritivas, optei pela metodologia qualitativa González Rey (1997, 2002, 2004 e 2005).

O antigo Centro de Desenvolvimento Social (CDS) da Ceilândia, no qual foi realizada a coleta de dados, era na ocasião uma Unidade da Secretaria de Estado de Ação Social do Governo do Distrito Federal/SEAS⁷ (vide Figura 1). Localizava-se, aproximadamente, a 40 km de Brasília e funcionava como CDS há 35 anos. O objetivo do trabalho desenvolvido pela instituição era a prevenção de situações de risco social, por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a proteção em situações de violação de direitos e descumprimento da lei. Neste serviço eram oferecidos dois tipos de proteção: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial.

⁷ Atualmente as medidas socioeducativas estão vinculadas à Secretaria de Estado de Justiça de Direitos Humanos e Cidadania, tendo sido recentemente criada uma sub-secretaria de Medidas Socioeducativas. A partir da criação desta nova secretaria todo o trabalho de execução das medidas socioeducativas passa por um momento de reordenamento institucional que deverá abranger tanto as medidas de meio aberto como as de internação de internação.

A primeira modalidade de proteção, a básica, priorizava o atendimento da população em situação de vulnerabilidade social ocasionada pela pobreza, privação e/ou precariedade de vínculos afetivos. O segundo tipo de proteção, a especial, atendia famílias ou pessoas cujos direitos tinham sido violados embora mantivessem os vínculos familiares e comunitários.

Dentre os serviços oferecidos pela Proteção Social Básica, por intermédio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), estavam os seguintes programas: Programa de Atenção Integral à Família, Programa de Inclusão Produtiva, Centro de Vivência do Idoso, Serviços Socioeducativos por Ciclo de Vida, Educação para o Trabalho e Projeto Ação Jovem.

A Proteção Social Especial era um programa subordinado ao Centro de Referência Especial da Assistência Social (CREAS). Neste serviço estava inserida a Medida Socioeducativa e a Liberdade Assistida, da qual faziam parte, na ocasião da pesquisa, 189 adolescentes, dos quais 11 são sujeitos da presente pesquisa.

Além dessa modalidade de proteção, existia o Programa de Orientação e Apoio Sociofamiliar e o Plantão Social (1º atendimento de violação de direitos, fornecimento da documentação básica, passagens interestaduais, atendimento emergencial da população de rua, auxílio funeral).

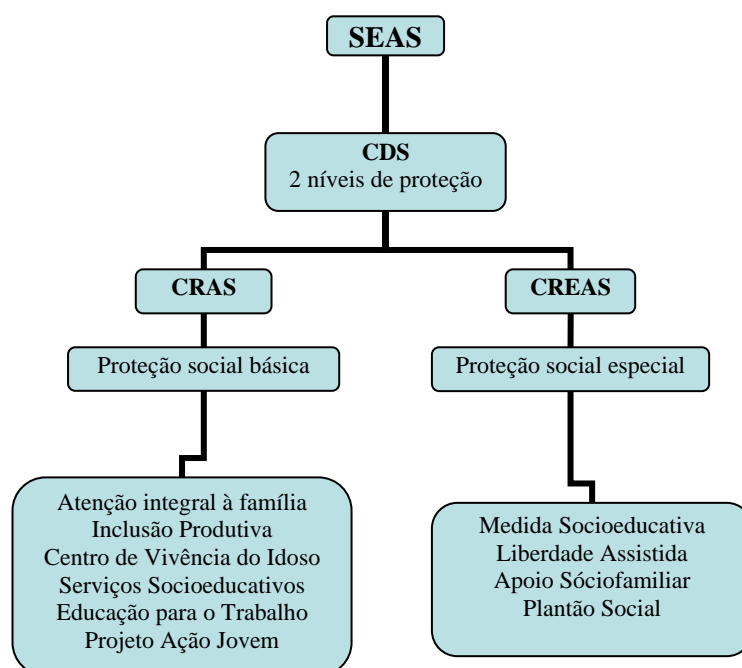


Figura 1. Organograma do antigo CDS na ocasião da pesquisa

2.3 Aproximação e definição dos sujeitos de pesquisa

A partir do contato feito com os adolescentes e famílias, na ocasião das reuniões multifamiliares – que inicialmente ocorriam duas vezes por mês – as entrevistas foram agendadas. O telefone foi outro recurso utilizado para marcar as entrevistas, as quais foram realizadas algumas vezes no próprio CDS e outras, na residência dos entrevistados. As duas primeiras entrevistas foram realizadas com a colaboração de um estagiário – aluno do curso de Psicologia, mas logo interrompi esta prática, pois percebi que os entrevistados se sentiam mais seguros e mais à vontade para falar de suas experiências pessoais, quando as entrevistas eram realizadas apenas pela pesquisadora.

Apesar da disponibilidade inicial e da “boa vontade” dos candidatos a sujeito da pesquisa, a realização das entrevistas não ocorreu sem dificuldades. Muitas vezes eu ficava o dia inteiro no CDS sem conseguir realizar uma única entrevista, embora a presença dos entrevistados tivesse sido confirmada por telefone, na véspera ou no próprio dia da entrevista. Em relação às entrevistas realizadas em domicílio, as dificuldades não foram menores. Algumas vezes, ao pedir informações sobre um endereço, eu era aconselhada a não me deslocar sozinha até o local, pois, segundo o informante, “poderia ser perigoso”. Em outras situações, quando eu errava o endereço, muitas vezes me dava conta de que estava em um ponto de venda de drogas (“boca de fumo”) ou em outro local suspeito. Apesar dessas vicissitudes, quando chegava ao endereço certo era sempre recebida com muita cortesia e carinho. Os entrevistados se vinculavam com muita facilidade e se disponibilizavam para novos contatos.

Participaram deste estudo 11 adolescentes que cumpriam medida socioeducativa na modalidade de Liberdade Assistida (L.A.). Foram também realizadas entrevistas com duas companheiras, uma ex-companheira e dois familiares (uma mãe e uma sogra) de adolescentes, assim como com três técnicos da instituição, responsáveis pelo cumprimento da medida socioeducativa. Inicialmente havia sido prevista a inclusão das companheiras e familiares também como sujeitos de pesquisa, todavia, no transcorrer do trabalho de coleta de dados, optei por dirigir o foco da investigação aos adolescentes-pais, priorizando assim as suas vozes, as suas significações e vivências – na maioria das vezes tão pouco ouvidas e compartilhadas, a respeito da experiência da parentalidade.

Os 11 adolescentes, as três companheiras e os dois familiares dos adolescentes foram ouvidos no período da gestação das companheiras (dos adolescentes) ou nos dois anos posteriores ao nascimento dos filhos. Os três técnicos do CDS que trabalhavam com esses adolescentes também foram entrevistados neste período. A seguir, são apresentadas as características individuais dos sujeitos participantes da pesquisa.

2.4 Caracterização dos sujeitos entrevistados

Os adolescentes entrevistados tinham entre 16 e 19 anos. Todos moravam na cidade de Ceilândia, pertenciam a uma classe social desfavorecida, possuíam na época da investigação no máximo o segundo grau, estavam na grande maioria desempregados (81,81%) e mesmo os que exerciam alguma atividade remunerada – permanente ou esporádica, o faziam a título precário, sem carteira assinada (36,36%). A maioria dos adolescentes vivia na casa dos pais (72,72%), dos avós (um adolescente e a companheira) ou dos sogros (dois adolescentes com as companheiras). Grande parte desses adolescentes foi criada apenas pelas mães (45,45%) e apenas quatro deles viviam com os pais. As companheiras tinham idade entre 16 e 19 anos e a situação conjugal dos adolescentes na época da entrevista era a seguinte: 3 adolescentes namoravam as mães dos seus filhos, 4 estavam separados, 3 viviam com as mães dos filhos e apenas um dos adolescentes era casado.

Tabela 1. Dados sobre os adolescentes entrevistados

Sujeitos	Idade	Escolaridade	Situação Profissional	Idade da Companheira	Idade do Filho	Situação Conjugal	Com quem Reside
João	19a	8 ^a / 1 ^o 2 ^o G	NT	16 a	6m	namora	irmãos
Tito	18a	8 ^a	NT	17a	1 a 1m	namora	mãe e padrasto
Iago	18a	6 ^a	NT	21a	1a	separado	mãe
Ariel	18a	7 ^a *	T	16a	7m	separado	pais
Henrique	16a	5 ^a *	NT b	15a	G	coabitação	sogra
Antônio	19a	1 ^o /2 ^o G*	T	18 a	3m	casado	sogros
Otelo	18a	3 ^o /2 ^o G	NT b	21a	1 a 6m	separado	mãe
Ricardo**	17a	8 ^a	NT	21 a/17a	2a / G	s. da 1 ^a ; n. a 2 ^a	pai e madrasta
Claúdio	17a	8 ^a	NT	16 a	G	coabitação	mãe
Lear	16a	1 ^o /2 ^o G	NT	18 a	3m	separado	pais
Romeu	17a	6a	NT	17a	G	coabitação	avô /pai e madrasta

Legenda

NT Não está trabalhando

T Está trabalhando

NT b Não está trabalhando/“faz bicos”

N Namora a companheira

S Separado da companheira

C Casado

G Companheira grávida

* Abandonou a escola

** 2^o Filho

Todos os familiares entrevistados são do sexo feminino e tinham na época da entrevista idade entre 16 e 46 anos. O grau de escolaridade variava da não alfabetização ao 1º ano do 2º grau e, tanto as duas companheiras como a ex-companheira estavam afastadas da escola. A situação profissional das entrevistadas era igualmente heterogênea – a mãe de um dos adolescentes era dona de casa, a sogra de um deles era babá, uma das companheiras de um dos adolescentes trabalhava com o marido e duas outras não trabalhavam e, apesar de terem abandonado temporariamente a escola, em função da maternidade, pretendiam retomar os estudos no futuro.

Tabela 2. Dados sobre os familiares entrevistados

Parentesco com o Adolescente	Idade	Escolaridade	Situação Profissional
mãe	37 a	supletivo	dona de casa
sogra	46 a	não é alfabetizada	trabalha como babá
ex-namorada	16 a	8ª série**	não trabalha
companheira	18 a	8ª série**	não trabalha
mulher	18 a	1º do 2º grau*	trabalha com o marido

Legenda

* Abandonou a escola

** Afastou-se da escola, mas pretende retomar os estudos

Foram entrevistados uma assistente social que trabalhava na instituição há mais de 50 anos, um agente social do sexo masculino há 21 anos na função e uma agente social do sexo feminino há 19 anos exercendo essa atividade.

Tabela 3. Dados sobre os técnicos entrevistados

Qualificação	Sexo	Tempo de Serviço
assistente social	feminino	+ de 50 anos
agente social	masculino	21 anos
agente social	feminino	19 anos

2.5 Instrumentos de coleta de dados

A metodologia para a coleta de dados privilegiou os relatos verbais dos adolescentes produzidos no contexto de entrevistas semi-estruturadas (Anexo 1) realizadas pela pesquisadora. Estas entrevistas tiveram a duração de 20 a 50 minutos, foram gravadas e, posteriormente, transcritas e analisadas.

A entrevista semi-estruturada, que é apenas uma das modalidades para se obter material empírico, permite ao pesquisador realizar um mergulho em profundidade, no sentido de coletar indícios e informações do modo como cada sujeito percebe e significa a sua realidade. Os dados obtidos nesse tipo de entrevista, permitem também descrever e compreender a lógica que preside as relações do sujeito dentro do grupo. Assim como qualquer outro método de coleta de dados, como por exemplo, os questionários e os *check lists*, a entrevista semi-estruturada também demanda preparo teórico cuidadoso da parte do pesquisador, para que o material empírico fornecido seja denso o suficiente para ser usado como fonte de informação.

No que concerne a esta pesquisa, o roteiro foi elaborado a partir do primeiro trabalho de campo realizado no Hospital Universitário de Brasília com as adolescentes grávidas e os parceiros. Como preconizam os pressupostos da pesquisa qualitativa, nesta investigação, o roteiro foi usado apenas como orientação, no sentido de provocar o discurso dos entrevistados, deixando que eles expressassem suas emoções de modo a produzir material significativo a respeito do contexto investigado.

Como observa González Rey (2002), a entrevista na pesquisa qualitativa, “tem sempre o propósito de converter-se em um diálogo, em cujo curso as informações aparecem na complexa trama em que o sujeito as experimenta em seu mundo real” (p. 89). Nesse diálogo surgem inúmeros elementos de sentido, nos quais o pesquisador ainda não havia pensado, que se transformam em elementos importantes do conhecimento e enriquecem o problema inicial esboçado pelo pesquisador. “A pesquisa é um diálogo permanente em que as opiniões, cosmovisões, emoções enfim, a subjetividade do sujeito estudado constitui elemento relevante para o processo, o que resulta impossível de prever nos momentos iniciais” (González Rey, 2002, p.89).

Visando à obtenção de dados complementares, foi realizada a análise documental dos prontuários de registro do atendimento dos adolescentes no CDS. Os dados obtidos nas observações participantes – realizadas durante as reuniões multifamiliares no contexto do “Projeto Fênix na Comunidade” (Anexo5) – e o material das entrevistas

realizadas com as companheiras, com os familiares e com os técnicos responsáveis pela execução da medida, foram também utilizados como informações complementares.

2.6 Procedimentos de análise dos dados

Com assinala na parte inicial deste trabalho, o método de análise escolhido para este estudo foi o método construtivo-interpretativo desenvolvido a partir da proposta metodológica de González Rey, fruto da epistemologia qualitativa, a qual concebe a pesquisa qualitativa como um processo de construção teórico singular, na qual tanto o pesquisador quanto os objetos da pesquisa, constituem-se como sujeitos do processo de investigação.

Segundo o autor (2002), toda pesquisa qualitativa implica: “o estabelecimento de um diálogo progressivo e organicamente construído como uma das fontes principais de produções de informação”. Para que o diálogo favoreça a produção de uma informação complexa e de qualidade, segundo o autor, é necessário além da maturidade e interesse nos sujeitos estudados, que o pesquisador saiba se comunicar e que os sujeitos pesquisados se impliquem nas redes de comunicação desenvolvidas pela pesquisa.

Também os instrumentos da pesquisa adquirem um sentido interativo e são importantes não só pelas respostas que suscitam nos sujeitos, mas também por provocarem conversações e expressões do sujeito. Segundo González Rey (2002), na pesquisa qualitativa, os instrumentos cedem o lugar de protagonistas ao pesquisador e as suas relações com o sujeito pesquisado. As relações do pesquisador com o sujeito da pesquisa, no momento da aplicação dos instrumentos e no decorrer da pesquisa, interferem também, segundo ele, na maneira como o sujeito percebe o instrumento. O clima da pesquisa constitui-se igualmente em um fator significativo para a implicação dos sujeitos na investigação.

No trabalho investigativo, o pesquisador está sempre sujeito a se deparar com situações e experiências inusitadas e por isso se vê impelido a desenvolver conceitos e idéias que dêem sentido a elas, incluindo-as no processo contínuo de construção do conhecimento. Esta característica diferencia o trabalho de coleta de dados do método

tradicional, no qual os pesquisadores utilizam instrumentos definidos previamente, os quais contêm idéias preconcebidas sobre o sentido que darão às informações, transformando o processo investigativo em uma tarefa mais de classificação do que de produção de conhecimento.

Na pesquisa qualitativa, o dado – diferentemente da pesquisa tradicional em psicologia na qual ele é considerado uma entidade objetiva que se legitima pela sua procedência instrumental – adquire significação para o problema estudado, procedendo tanto dos instrumentos utilizados como das situações imprevistas que surgem no transcorrer da pesquisa. Na pesquisa qualitativa, os dados não substituem as idéias, mas ao contrário, são seus facilitadores.

Esta modalidade de pesquisa também não se estrutura em relação a um foco central, definido por hipóteses, mas em função das demandas e das necessidades criadas no processo de conhecimento. Ela conduz a construções teóricas cada vez mais abrangentes a respeito do assunto estudado que vão muito além de qualquer evidência empírica suscetível de registro apenas na forma de dados. Mais do que um momento de produção teórica, a fase de análise e de interpretação dos dados – que pode não ter sua origem nesses últimos, é definida como um processo apenas dirigido pelos dados. As idéias não surgem exclusivamente dos dados, mas do confronto entre eles e o curso do pensamento, proveniente de fontes distintas. Os dados não se legitimam pelo que representam em relação ao objeto estudado, mas pela “sua capacidade de diálogo” com o pesquisador.

A fim de designar os elementos que adquirem significado na interpretação do pesquisador, González Rey (1997, 2002, 2005) introduziu o conceito de indicador, que como ele próprio escreve, consiste na grande inovação desta proposta metodológica. Para o autor:

o uso de indicadores (...) dão lugar a um modelo teórico em construção (...) que nos permite visualizar por via indireta, informações ocultas aos sujeitos que estão sendo estudados. As próprias expressões intencionais e diretas são portadoras de informação implícita não presente na representação consciente dos sujeitos (González Rey, 2005, p.125).

Os indicadores surgem em todas as situações e processos da pesquisa e têm valor apenas dentro do processo de produção da informação e apenas quando funcionam em relação estreita com outros indicadores. São produzidos com objetivos explicativos e não para descrever o fenômeno estudado. É importante lembrar que os indicadores estão relacionados a um momento hipotético do processo de produção da informação e não determinam uma conclusão do pesquisador. Eles representam apenas: “um primeiro momento na definição de uma zona de sentido sobre o assunto estudado, o qual se integra ao processo de uma construção teórica mais abrangente” (González Rey, 2002, p. 101).

Os indicadores são construídos a partir das informações que surgem da interação do pesquisador com os participantes da investigação. Segundo González Rey (2004) são os indicadores que fazem da pesquisa um processo ativo em constante movimento:

Os indicadores são a melhor expressão do diálogo entre as construções do pesquisador e a realidade. Contudo, diferentemente do dado, eles não conduzem por acúmulo a um resultado. No transcurso progressivo da formação dos indicadores produzem-se múltiplas situações de ruptura direcionadas a construções distintas das do pesquisador, as quais possuem um sentido único no instante em que aparecem no fluxo geral do pensamento do pesquisador (González Rey, 2004, p.124).

Os indicadores são conteúdos relacionados ao que mobiliza o sujeito a respeito do tema estudado, e sempre são expressos por via indireta e implícita. Inicialmente, o indicador se assemelha a uma especulação por parte do pesquisador, a qual ao longo da pesquisa vinha se reafirmando, acrescida das informações provenientes de todos os outros momentos da pesquisa.

A definição dos indicadores conduz ao desenvolvimento de conceitos e categorias novas, que é uma etapa essencial da pesquisa qualitativa, constituindo-se também em um dos momentos mais ricos e delicados da pesquisa. As categorias representam os momentos de integração e de generalização do constante processo de produção de pensamento.

A produção de indicadores e das categorias são processos inter-relacionados, pois se as idéias associadas com o desenvolvimento dos indicadores não forem expressas em

categorias, o processo gerador de teoria sobre o qual repousa o curso da pesquisa pode correr o risco de ser interrompido e reproduzir o conhecido, reforçando a tendência de algumas pesquisas na área da psicologia.

As categorias construídas no desenrolar do processo de construção da informação podem responder a idéias prévias com as quais o pesquisador deseja trabalhar durante a investigação, mas podem também variar no decorrer da pesquisa, uma vez que a variedade das respostas dos sujeitos suscita novas questões – singulares ou comuns ao grupo, as quais são impossíveis de prever antes do início da investigação.

Por meio das categorias que são um momento da construção teórica do fenômeno estudado, entramos em novas zonas de sentido acerca do sujeito estudado, as quais conduzem a novas categorias, que podem tanto se integrar às anteriores como negá-las, mas sem as quais não poderiam ter sido construídas. Depreendemos daí, que toda categoria ou teoria concreta tem diante de si o desafio de passar a novas zonas do objeto estudado, superando as categorias desenvolvidas pela teoria anterior.

Para González Rey, a elaboração teórica é um processo gradativo que se desenvolve por meio de sua própria história, durante a qual os dados e indicadores são ressignificados em diferentes momentos qualitativos.

A produção do conhecimento está historicamente relacionada aos processos de indução e de dedução, que embora venham sendo tratados de forma a flexibilizar o sentido que adquiriram na sua origem, até hoje expressam processos ordenados e regulares que reduzem a afirmação teórica. A lógica configuracional proposta por González Rey, segundo ele próprio, é um conceito em desenvolvimento que tem como objetivo integrar os diferentes processos da relação do pesquisador com os fenômenos estudados, dando conta dos complexos processos de construção do conhecimento envolvidos nesta relação.

A proposta da análise construtivo interpretativa de González Rey (2005) apoiada na epistemologia qualitativa, não visa à produção de resultados finais que possam ser tomados como referências universais e invariáveis sobre o fenômeno investigado, mas

concebe a pesquisa como um processo ativo em constante transformação, que permite o avanço na construção teórica do fenômeno estudado.

Com base nessa proposta, procedi à análise dos dados da minha investigação. O primeiro nível de resultados constituiu-se no resgate das trajetórias de vida dos adolescentes, que foram reconstruídas a partir dos dados obtidos nas entrevistas e nos prontuários de registro do atendimento dos adolescentes pela instituição. As trajetórias foram organizadas de acordo com os seguintes critérios: situação e história familiar do adolescente, condição institucional e história da gravidez da companheira e da paternidade.

O segundo nível de resultados se referiu à construção das zonas de sentido. Para a execução dessa etapa da análise, leituras flutuantes de cada uma das entrevistas, previamente gravadas e transcritas, foram exaustivamente realizadas. Durante este processo, foram destacadas as falas e as metáforas trazidas pelos sujeitos, que mais chamavam a atenção e que tinham relação com os objetivos da pesquisa. Ao lado das falas, fui anotando as reflexões que as mesmas suscitavam, realizando o delicado exercício que é requerido em uma escuta psicanalítica, que envolve o ato de *ouvir o conteúdo das entrelinhas*. A partir dos elementos significativos – comuns ou singulares – que emergiam das narrativas, os indicadores foram se definindo, embora estivesse claro desde o início do processo que eles serviriam apenas para nortear a análise.

À medida que os indicadores foram surgindo, a eles fui agregando informações obtidas de outros momentos formais – entrevistas com familiares, companheiras, ex-companheiras, técnicos da instituição, e dados também obtidos pela análise dos prontuários de atendimento dos adolescentes, e informais – reuniões multifamiliares, pois como ensina González Rey, na pesquisa qualitativa, todas as informações são legítimas, significativas e válidas. Ele escreve:

no marco epistemológico que adotamos, o valor da informação se define, diante de tudo, pelo que significa para o conjunto de informações da pesquisa. A informação que aparece nos momentos informais da pesquisa é tão legítima como a procedente dos instrumentos usados (González Rey, 2002, p. 57).

Com base nos objetivos da pesquisa e consciente de que se tratava de uma seleção subjetiva, fui agrupando os indicadores e construindo as zonas de sentido que a cada novo arranjo de indicadores foram sucessivamente sendo reconstruídas, até o material começar a fazer sentido e apresentar-se de forma coerente e integrada com a proposta da investigação. Este material poderia ter sido trabalhado de outras formas e outros recortes e interpretações poderiam ter sido realizados.

Como acontece geralmente nas pesquisas qualitativas, neste trabalho emergiram além de convergências, divergências nas narrativas e nas posições dos sujeitos entrevistados, as quais em vez de se constituírem em empecilhos para as interpretações, transformaram-se em elementos legitimadores das interpretações.

O material foi então organizado em cinco zonas de sentido denominadas respectivamente: *(i) O filho como parceiro do processo de resiliência do adolescente;* *(ii) A paternidade como um processo sistêmico e construído no contexto da família;* *(iii) A nostalgia do 'pai presente' na concepção de pai do adolescente-pai em medida de Liberdade Assistida;* *(iv) O desamparo como herança transgeracional e,* *(v) Conflitos e possibilidades da parentalidade na adolescência.* Estas zonas de sentido foram organizadas em três grandes capítulos intitulados: **O significado do filho na trajetória do adolescente-pai em medida de Liberdade Assistida, Ser pai no olhar de adolescentes-pais em medida de Liberdade Assistida e, Impasses e possibilidades da parentalidade de adolescentes em medida de Liberdade Assistida;** os quais serão apresentados logo após as trajetórias de vida dos adolescentes-pais. Os indicadores aparecem em negrito e as falas dos adolescentes em itálico, seguidas pelo nome fictício a eles atribuído.

PARTE II CONSTRUÇÕES TEÓRICAS

CAPÍTULO 3 O ADOLESCENTE

3.1 A adolescência e o sujeito adolescente

A adolescência assim como a infância são construções sociais recentes. Segundo o historiador francês, Áries (1981), nos séculos XVI e XVII, ainda não existia uma diferença clara entre a infância e a juventude. A infância como período evolutivo com necessidades específicas teria surgido há 150 ou 200 anos, como resultado da expansão do espaço ocupado pela escola na sociedade em oposição ao trabalho. Dessa forma a fronteira entre a infância e a juventude foi ampliada e o conceito de adolescência se impôs como um período entre a infância e a vida adulta. Apesar dessa mudança, o termo “adolescência” passa a ser usado apenas na segunda metade do século XIX e adquire força a partir do século XX, mais precisamente entre as duas grandes Guerras Mundiais.

Na sociedade contemporânea, os primeiros estudos sobre a adolescência aparecem nos Estados Unidos em 1904, com a publicação da obra: *Adolescence: Its Psychology and Its Relations to Physiology, Anthropology, Sociology, Sex, Crime, Religion and Education*, de Hall, considerado por muitos o “criador da adolescência”. Nela o autor expressa sua preocupação com os jovens de seu tempo, que ocupam as ruas, as fábricas, as prisões e que iniciam cedo demais a vida sexual. Graças à sua influência, a escolarização, até então obrigatória apenas para as crianças, é também estendida para os adolescentes e garantida até depois dos 20 anos. De acordo com Calligares (2000), a novidade não se constituía na precocidade dos jovens, mas no interesse de Hall pela questão da adolescência.

A palavra “adolescência” tem dupla origem etimológica: deriva do latim ‘adolescere’, que significa “aptidão para crescer”, e mais precisamente do seu particípio presente, etimologicamente: “aquele que está em crescimento”; e de ‘adolescere’ – origem da palavra ‘adoecer’. Segundo Outeiral (2003), a partir dessa dupla etimologia, a adolescência pode ser pensada como “aptidão para crescer” – no sentido físico e psíquico – e para “adoecer” – do ponto de vista emocional, considerando-se as transformações físicas e mentais que ocorrem nesta fase do desenvolvimento. A palavra

“adolescência” teria ainda, segundo Osório (citado por Outeiral, 2003), a mesma origem da palavra “dolo”, que significa causar dano ou prejuízo a alguém.

A psicanálise aborda o sujeito adolescente sob o ponto de vista dos processos de luto – seja do corpo infantil, dos pais da infância, da identidade infantil, da renúncia à bissexualidade (pela iminência do encontro com o sexo oposto) – e da transição que questiona a constituição subjetiva do sujeito (Rosa, 2002).

Na obra de Freud – que revolucionou a visão que se tinha da sexualidade infantil e também do adolescente, a referência a esta fase do desenvolvimento é feita evocando a puberdade ou a juventude, pois, como bem lembra Maud Manonni (1984), a palavra “adolescência” não existe na língua alemã. Em “Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade” (1905/1972) – trabalho no qual Freud desenvolve suas idéias principais a respeito da adolescência – ele estabelece uma relação direta entre a vida sexual infantil e as transformações da puberdade, deixando claro que a primeira tem influência tanto nas formas normais como nos transtornos da genitalidade futura. No estudo: “Transformações da puberdade”, o criador da psicanálise escreve que o início dos processos psíquicos são desencadeados pelo forte impacto do jovem frente ao aumento libidinal e da excitação sexual, por conta do incremento da produção hormonal que contribui para a reatualização das fantasias incestuosas, as quais, constrangidas pela lei, forçam o jovem a se desligar dos pais, produzindo uma decaída dos objetos amorosos incestuosos, o que deixa a libido objetal livre e necessitando realizar novas acomodações. No texto “Luto e Melancolia” (1917/1974), Freud discute a questão da elaboração do luto relacionada à identificação e à transferência do investimento da libido para outros objetos, trazendo uma importante contribuição para a compreensão do luto do pai ideal e dos novos destinos do investimento libidinal, que acontecem na adolescência. O narcisismo é redirecionado para novas relações que orientarão a entrada do sujeito na cena social, por meio da formação de grupos de amigos, grupos religiosos, da inserção no trabalho e no futuro, da formação de uma nova família.

Embora Freud tenha focado a adolescência a partir das transformações físicas da puberdade e dos conteúdos libidinais a ela relacionados, ele não nega a influência do contexto sociocultural, na organização emocional do sujeito. No trabalho: “Psicologia de Grupo e a Análise do Ego” (1921/1976), ele recusa a divisão entre psicologia individual e psicologia social ou de grupo, afirmando que “apenas raramente e sob

certas condições excepcionais, a psicologia individual se acha em posição de desprezar as relações desse indivíduo com os outros” (Freud, 1921/1976, p. 91). Para ele, a entrada na vida social impõe modificações ao sujeito – no grupo, o narcisismo individual está sujeito a limitações, às quais não estaria se o sujeito estivesse isolado – o que indica que a formação grupal determina novos laços libidinais entre os membros do grupo.

Ainda que Freud tenha se dedicado a explicar a adolescência, foram os trabalhos de sua filha, Anna Freud, que realmente deram destaque ao tema, concebendo a adolescência como um estágio singular do desenvolvimento, marcado por conflitos causados pelo aumento das pulsões sexuais, as quais são controladas pelos mecanismos de defesa. Para se proteger da angústia causada pelo distanciamento em relação aos pais – primeiros objetos de amor – o adolescente se afasta do grupo familiar, passa a investir a libido no grupo de amigos e em si mesmo, gerando fantasias de onipotência, que assim como os comportamentos incoerentes e imprevisíveis são tão comuns nesta fase da vida.

Blos (1998) chama a atenção para o concomitante enfraquecimento do superego que ocorre junto com o afastamento das figuras parentais, pois, no momento em que o adolescente se distancia dos pais, a decaixia abrange também suas representações objetais e seus equivalentes morais internalizados que residem no superego. Na adolescência, os valores e padrões morais, que já adquiriram razoável independência em relação à autoridade paterna, tornaram-se egossintônicos e operam em parte dentro do ego.

Também entre os psicanalistas contemporâneos, Braconnier (1985) enfatiza a dificuldade de se encontrar um conceito totalmente satisfatório para se definir a adolescência. Compartilhando da visão de Widlöcher (1979) – que concebe a adolescência como um tempo de mutação de investimentos, durante o qual o trabalho intrapsíquico está relacionado tanto às separações reais do ambiente familiar, quanto com a negociação da clivagem que se estabelece entre o vínculo que resta do objeto e os novos investimentos, Braconnier (1985) conclui que, entre as noções de crise, ruptura e separação – normalmente utilizadas para explicar a adolescência – a noção de crise, apesar de metafórica, é ainda a melhor referência ao processo adolescente.

Dolto (1981/1996) também considera a palavra crise adequada para se definir a adolescência que, segundo ela, nada mais é do que uma forma particular assumida pelo conflito entre as pulsões genitais heterossexuais e as pulsões genitais que permanecem homossexuais. Para a psicanalista, nos casos mais satisfatórios, as pulsões homossexuais são vividas em relação a uma auto-imagem considerada agradável para o próprio sujeito, supondo que ele fosse do sexo oposto. No sexo feminino, o conflito pulsional diz respeito também ao confronto entre as pulsões passivas arcaicas – orais e anais, e as pulsões passivas genitais. Estas últimas, uma vez reativadas podem abandonar a região genital (que como a boca, tem a configuração anatômica de uma cavidade destinada à preensão) e reinvestir a região oral, sob a forma de bulimia ou anorexia. Também no rapaz as pulsões fálicas genitais podem reativar pulsões orais e anais, o que poderia explicar a curiosidade pela velocidade, pelas descobertas, pela música e a agressividade que, na sua manifestação extrema, pode chegar à delinquência homicida.

Para Jeammet e Corcos (2005), a adolescência e seus distúrbios não se beneficiam com uma abordagem semiológica única construída de síndromes e de sintomas, mas de uma abordagem fenomenológica que descreva as duas tarefas fundamentais desta fase do desenvolvimento que são a integração do corpo púbere – apto a realizar a sexualidade genital e procriar – e a progressiva automização em relação aos pais.

Assim como Freud (1905/1972), Tubert (1999), insiste na relação direta entre os processos atuais do adolescente e a sua história. Segundo a autora, não se pode pensar a adolescência em termos de “etapas” ou “fases” sucessivas (no sentido de sua delimitação no tempo), uma vez que toda nova experiência tem influência decisiva sobre a posterior. Para Tubert (1999), a problemática adolescente se desenvolve num contexto que não é meramente uma sucessão de etapas relacionadas umas às outras ou uma seqüência de fatos empíricos, mas a uma história que está ligada ao relato (mítico) que o sujeito conta ou que lhe contam. Quanto às condutas regressivas do adolescente, elas seriam apenas uma repetição parcial das etapas percorridas (pré-genitalidade, complexo de Édipo).

Ainda segundo a psicanalista, a contradição que aparece como tema central da adolescência refere-se à oposição entre a vida e a morte. O “re-despertar” da

sexualidade, a construção da genitalidade opõe-se e ao mesmo tempo coincide com o aparecimento da idéia de morte como irreversível e definitiva. A evolução libidinal não se refere apenas à continuidade entre uma etapa e outra: oral, anal, fálica e por fim a genital, mas organiza-se também em torno de um trabalho de luto. Como ensinou Freud, para que o princípio da realidade se imponha é preciso que o objeto – que antes visava satisfação, se perca.

Referindo-se à puberdade ela escreve:

O múltiplo e complexo trabalho de luto que a caracteriza inclui, além do interjogo de identificação e corte, a constatação do transcurso do tempo (que entra em contradição com a atemporalidade do inconsciente) e, com ela, o reconhecimento da morte (que entra em contradição com a imortalidade do inconsciente ou reversibilidade da morte)” (Tubert, 1999, p. 25)

Winnicott (1969/1983, 1975, 1984/2002), que atribuiu um espaço especial na sua obra tanto ao tema do brincar como da adolescência, imprimiu uma nuance mais otimista a esta fase do desenvolvimento. A imaturidade, em vez de um empecilho é, segundo ele, uma característica preciosa e um indicativo de saúde na adolescência, pois as provocações do adolescente conferem um tom criativo e transformador à sociedade (Winnicott, 1975, 1984/2002). A grande questão consiste em aceitar os desafios impostos pelos adolescentes como uma função natural da vida adulta, conscientes de que o que nos ameaça são nossos conteúdos adolescentes mal resolvidos, mobilizados no confronto com o adolescente.

Segundo Winnicott (1969/1983), a adolescência é um período de descoberta pessoal onde cada indivíduo está empenhado em uma experiência vital de estabelecimento de uma identidade. A única cura real para a adolescência seria o amadurecimento que vem com o passar do tempo. Apesar do processo não poder ser alterado, ele pode ser interrompido e destruído, se for mal conduzido ou se durante o seu curso aparecer uma doença psiquiátrica. Como Freud (1905/1972), Winnicott pensa que o modo de enfrentar as importantes transformações físicas e psíquicas que se apresentam com a puberdade, depende dos padrões emocionais para lidar com os sentimentos organizados na infância. Para o autor, o adolescente, assim como o bebê, é um isolado, e é por meio das relações individuais que ele, assim como a criança pequena, vai aos poucos aceder à socialização, tornando-se apto a reconhecer e acolher os objetos que antes não faziam parte dele. Quanto à necessidade de pertencimento – típica desta fase do desenvolvimento – Winnicott (1969/1983) nos diz que os

adolescentes se agrupam por meio da adoção de idéias, ideais e modos de viver e de se vestir comuns, mas na verdade não constituem um grupo com dinâmica própria, restringindo-se a formar agrupamentos de isolados.

Também as experiências sexuais são marcadas pelo isolamento e pela necessidade de associação na base do interesse mútuo, onde mais importante do que o verdadeiro encontro com o parceiro é o teste da identidade sexual e o alívio da tensão sexual.

Winnicott (1975) dá ênfase ao papel desempenhado pelo ambiente e pelo contexto familiar, atribuindo grande parte dos problemas enfrentados pelos adolescentes às falhas e omissões ambientais (seja na infância ou na adolescência). Para ele:

o crescimento não é apenas questão da tendência herdada; é também questão de um entrelaçamento altamente complexo com o meio ambiente facilitante. Se a família ainda tem disponibilidade para ser usada, ela o é em grande escala, mas se não mais se encontra disponível para este fim, ou para ser posta de lado (uso negativo), torna-se necessária, então, a existência de pequenas unidades sociais, para conter o processo de crescimento adolescente. Espreitam na puberdade os mesmos problemas presentes nos estádios primitivos, quando essas mesmas crianças eram bebês vasculantes e relativamente inofensivos. (Winnicott, 1975, pp. 194 - 195).

Para Winnicott, crescer, na fantasia inconsciente, é um ato inerentemente agressivo, pois significa tomar o lugar dos pais. Se na fantasia da criança existe a idéia de morte, na adolescência há a de assassinato: “se a criança tem de tornar-se adulta, então essa transformação se faz sobre o cadáver de um adulto (...). Semeamos um bebê e colhemos uma explosão”. (Winnicott, 1975, p.196)

Winnicott nos ensina que o confronto é essencial para que o adolescente possa tornar-se real e criativo. Ele deve ser contido de forma não retaliadora, mas suficientemente forte:

Deixemos que os jovens modifiquem a sociedade e ensinem aos adultos (se é que existem) como ver o mundo de uma nova maneira, mas quando ocorre o desafio de um menino ou menina nesta fase de crescimento, que esteja lá o adulto para enfrentar o desafio. E não será necessariamente agradável. Na fantasia inconsciente, trata-se de fantasias de vida ou morte (Winnicott, 1984/2002, p. 202).

Embora a psicanálise, assim como a Terapia Familiar Sistêmica, considere a influência recíproca entre o adolescente e o seu contexto sóciofamiliar, esta última amplia ainda mais o cenário no qual transcorre a adolescência. Do seu ponto de vista, a

crise adolescente é um processo que envolve todo o sistema familiar, no qual, para manejar as tarefas da adolescência, cada membro da família deve realizar adaptações na sua estrutura e na sua organização. Nesse processo, antigas e indesejáveis interações podem se repetir e se perpetuar (Preto, 1995).

De uma unidade que protege e nutre os filhos pequenos, a família se transforma em uma unidade que prepara o adolescente para entrar na vida adulta. Essa transformação familiar provoca profundas mudanças nos modelos de relacionamento entre as gerações. Embora geralmente essas transformações tenham início com a maturidade física do adolescente, em paralelo ocorrem também mudanças relacionadas ao envelhecimento dos pais e dos avós. A conquista de autonomia e de independência, inerentes ao processo adolescente, exigem mudanças estruturais na família. A reorganização de papéis, de normas e de limites envolve, além da família nuclear, outras gerações de parentes.

Segundo Preto (1995), pela intensidade com que se apresentam, as demandas adolescentes funcionam como catalisadores que reativam questões emocionais e acionam triângulos (adolescente pai/mãe; adolescente/um dos pais/um dos avós; adolescente/um dos pais/um amigo), desencadeando conflitos não resolvidos entre os pais e os avós ou entre os próprios pais. Muitas vezes as demandas de maior independência do adolescente são sentidas pelos pais como abandono ou rejeição, por se reportarem aos sentimentos desses em relação aos seus próprios pais. Os esforços para diminuir a tensão, provocada pelos conflitos com o adolescente são geralmente repetições de antigos comportamentos da família de origem dos pais. Na prática sistêmica, a crise e o sintoma do adolescente são vistos como elementos positivos e de transformação da família.

É consenso, na psicanálise, que a adolescência se desenrola num contexto sócio-histórico onde não se pode delimitar o início ou o fim. Da mesma forma que a infância nunca desaparece completamente, segundo os psicanalistas, a maturidade sexual também nunca é alcançada de forma absoluta. Ainda que ressignificados e revalorizados numa nova estrutura, os elementos das organizações sexuais infantis persistem e estão contidos nas organizações adultas.

Tubert (1999) ilustra esse pensamento quando se refere à adolescência como:

uma estrutura ou configuração que não começa nem acaba num momento determinado da vida, mas que é produto de uma história que se inicia com o nascimento da criança e antes mesmo, quando aparece o projeto de sua vida na história daqueles que a geraram. Nesta estrutura, reinscreve-se tudo o que foi construído até o momento de sua cristalização. Por sua vez, isso persistirá posteriormente, resignificando-se continuamente de diferentes maneiras, em função das experiências do sujeito de suas relações com o universo simbólico do qual faz parte (Tubert, 1999 p. 15 -16).

Considerando-se que uma das tarefas essenciais da adolescência é a estruturação da identidade pessoal (Aberastury & Knobel, 1981; Osório, 1992; Outeiral, 2003; Winnicott, 1969/1983;) e que a construção da identidade é um processo contínuo, que se dá na esfera da subjetividade, dos símbolos e da cultura (sendo, portanto uma construção coletiva), constituindo-se sempre como uma experiência histórica, não se pode pensar em uma única adolescência.

Em se tratando de juventude, deve-se levar em conta as diferenças sociais determinadas pelo contexto cultural, histórico e político, pois como lembram Levi e Schimitt:

em nenhum momento da história, a juventude poderia ser definida segundo critérios exclusivamente biológicos ou jurídicos. (...) ela é investida também de outros símbolos e de outros valores. Assim existe um contraste de épocas; mas é relevante também a desigualdade entre as classes sociais que torna as condições de vida e as opções culturais da “juventude dourada” (toda época tem a sua) somente a expressão de uma minoria, embora sua presença nos documentos e a capacidade de atração do modelo que ela encarna sejam muito fortes (Levi & Schimitt, citado por Araújo, 2006, p. 37).

3.2 O adolescente em conflito com a lei

Num país de tantos contrastes como o Brasil – cujo 8º lugar no *ranking* mundial do Produto Interno Bruto (PIB)⁸ se perfila com mais de 12 milhões de brasileiros entre 15 e 24 anos privados de bens básicos de consumo e do acesso à educação e, com 22% de jovens entre 18 e 24 que não concluíram o ensino fundamental – “crescer”, pode ter muitos significados. Para Soares (2005), “crescer” significa “descrecer”. A senha para a maturidade, no mundo contemporâneo, segundo o autor, é o ceticismo que coroa o complexo processo de construção da identidade, que se complica quando a ele somam-se problemas familiares como: o desemprego, o alcoolismo, a violência doméstica e,

⁸ Dados do Ministério da Fazenda após revisão do Sistema de Cotas Nacionais realizado pelo IBGE (Fonte: O Globo on line de 22/03/2007).

além desses, a rejeição fora de casa e na escola. O Poder Público além de não priorizar a educação não protege o jovem.

O adolescente contemporâneo principalmente dos grandes centros urbanos, vê-se confrontado com uma organização social regida pelo neoliberalismo que, por preconizar a utópica igualdade de direitos e oportunidades, por intermédio da plena realização de todos, substituiu o valor do trabalho – referência das mais importantes para uma grande faixa da população – por formas massificadas de consumo; provocando uma “anomia social difusa” (Zaluar, 2004)

O uso e o tráfico de drogas, a delinquência, o mundo descrito como marginal tem atraído muitos jovens e tem se tornado uma alternativa de socialização, de busca de realização pessoal, de admiração, de sucesso e de poder, mesmo se para tanto seja preciso funcionar no registro da violência. Além de possibilidade de inclusão – ainda que em um mundo marginal, o tráfico de drogas constitui, como observa Carreteiro (2001), também uma alternativa para o trabalho legal e contribui para a criação de novas formas de subjetividade. O mercado ilegal de drogas permeia as redes sociais desses adolescentes (Carreteiro & Sudbrack, 2000) e gera novos modelos de sociabilidade juvenil nos quais os laços sociais estão enfraquecidos e a alteridade é pouco respeitada. (Bordet, 1998; Sudbrack, 2003).

A esses fatores que atraem os jovens das classes desfavorecidas para a marginalidade, somam-se ainda as dificuldades dos pais para assegurar a presença no lar – por serem obrigados a priorizar o trabalho fora de casa – para acompanhar a vida escolar dos filhos e para mobilizar uma rede de apoio para ajudá-los em relação às dificuldades pedagógicas ou psicológicas quando elas se apresentam.

Os jovens que enveredam pelo caminho das drogas acabam geralmente sendo vítimas dos traficantes e/ou da polícia. Além dos grupos de extermínio, estão expostos aos grupos de extorsão constituídos por quadrilhas ou grupos ainda mais organizados, que lutam pelo domínio dos territórios da droga que estão modificando o panorama da segurança pública nas grandes cidades (Zaluar, 2004). Dividido e pressionado por esses dois contextos, o jovem assume a dupla identidade: de vítima e de algoz (Segond, 1988).

As transformações do mundo contemporâneo têm produzido mudanças radicais no modelo de família tradicional (nuclear). Dentro das famílias, fatores como o afastamento das famílias de suas origens, a diminuição das solidariedades intergeracionais, as mudanças na relação conjugal, o crescimento das taxas de divórcio e de separação, a multiplicação das famílias monoparentais e o recurso aos modelos de relação intergeracional do tipo fraterno têm contribuído para a formação de novos arranjos familiares nos quais a função ordenadora da figura do pai – como representante e fiador simbólico da lei – está enfraquecida do ponto de vista conceitual e institucional.

Para Alberti (2004), todo adolescente “é um transgressor” que se experimenta por meio do ato. O adolescente precisa se separar, se alienar do Outro para se exercer como desejante, uma vez que “todo desejo é sempre desejo do Outro”. Para realizar esse exercício de separação, é preciso que o Outro seja dialetizado, relativizado, barrado na sua onipotência, permitindo ao sujeito agir escapando à sua presença, porém mantendo-a como uma referência.

Essa referência ao Outro, que representa a lei paterna (que por sinal prescindiu do pai e pode ser garantida por qualquer outra figura que represente a autoridade, inclusive a mãe), falta na maioria das famílias dos adolescentes infratores (Araújo, 2006; Goldenberg, 2002; Selosse, 1997; Sudbrack, 1987, 2003; Winnicott, 1957/1977, 1984/2002; Zuim, 2005). Do ponto de vista da psicanálise, o jovem delinquente está ainda em uma relação dual (imaginária) na qual o terceiro – representante da lei e organizador do psiquismo – ainda não entrou na constelação familiar (ainda não foi internalizado). A infração é a denúncia da ausência do *pai simbólico* e por meio dela o adolescente mostra que precisa de alguém que possa representar esse pai faltoso e possivelmente ausente da sua vida intrapsíquica (Araújo, 2006; Goldenberg, 2002; Selosse, 1997; Sudbrack, 1987, 2003; Zuim, 2005).

Num desenvolvimento no qual ocorrem muitas perturbações, carências e falhas ambientais, o juiz passa a exercer a função paterna no inconsciente da criança e do adolescente. “O adolescente transgride contra a sociedade a fim de obter o controle proveniente do exterior, através das medidas de execução” (Goldenberg, 2002).

Como se sabe, a criança precisa da figura do pai (severo e forte) para se conter e recuperar seus impulsos amorosos, seu sentimento de culpa e o desejo de corrigir-se

(Winnicott, 1957/1977). Todavia, a ausência do pai não deve ser entendida apenas no sentido físico (morto na vida real ou ausente por causa da separação do casal), mas principalmente ausente da vida intrapsíquica da criança. Lacan afirmava que o pai é um puro significante e que o genitor não tem nenhuma importância. O que importa para a estruturação do sujeito é o pai que é passado pelo discurso da mãe: o pai do seu desejo (para quem o seu interesse está voltado).

O papel mais importante do pai relaciona-se à palavra que representa a Lei. No entanto, para que a função do pai seja reconhecida como representante da Lei é preciso que a sua palavra seja reconhecida pela mãe (Lacan, 1981). A falta do terceiro na relação com a criança ou o adolescente o impele à delinquência e ao cometimento do ato infracional. O juiz representa esse terceiro simbólico que a criança não tem internalizado e que permite a sua inserção numa realidade onde há regras e onde o pai pode ser reencontrado (no sentido metafórico).

O enfraquecimento da lei do pai questiona a estruturação e a interiorização da lei simbólica. Carentes de figuras de referência que, ou estão ausentes ou não cumprem o papel esperado, os jovens infratores estão desamparados. Segundo Selosse (1997), eles vagam em busca de um continente, de *holding*, de um “envelope emocional”, de um ambiente acolhedor, tanto do ponto de vista físico como psíquico. Eles carecem de uma “pele psíquica” para se situar como sujeitos e encontrar limites. Por não se sentirem contidos esses jovens reagem com violência, rompem vínculos e são inclinados à atuação (*acting-out/passage à l'acte*). Eles são carentes afetivamente, inseguros e instáveis.

A respeito da necessidade de contenção da criança e do adolescente, Winnicott (1957/1977, 1969/1983, 1984/2002, 1986/2005), baseado na sua experiência com crianças e jovens de abrigos, do período da Segunda Guerra Mundial, escreve:

A criança cujo lar não ofereceu um sentimento de segurança, busca fora de casa as quatro paredes que lhe faltaram; tem ainda esperança e busca nos avós, tios e tias, amigos da família e na escola que lhe falta. Procura uma estabilidade externa sem a qual enlouquecerá. Fornecida em tempo adequado, essa estabilidade poderá consolidar-se na criança como os ossos de seu corpo, de modo que, gradativamente, no decorrer dos primeiros meses e anos de vida, passará da dependência e da necessidade de ser dirigida para a independência (...). A criança anti-social está simplesmente olhando um pouco mais longe, recorrendo à sociedade em vez de recorrer à família ou à escola para lhe fornecer a estabilidade de que necessita para transpor os

primeiros e essenciais estágios de seu crescimento emocional (Winnicott, 1957/1977, pp. 257-258).

Para Winnicott (1984/2002) a tendência anti-social se manifesta sempre em duas direções representadas tipicamente pelo roubo (busca do objeto) ou pela destrutividade (embora algumas vezes uma delas seja mais acentuada do que a outra). No primeiro caso, a criança busca o que sente que lhe falta em outro lugar, e, no outro, ela procura a estabilidade ambiental que suporte a tensão que resulta do seu comportamento impulsivo. “É a busca de um suprimento ambiental que se perdeu, uma atitude humana que, uma vez que se possa confiar nela, dê liberdade ao indivíduo para se movimentar, agir e se excitar” (Winnicott, 1984/2002, p.141).

Segundo Winnicott (1984/2002), a criança anti-social provoca o ambiente, em busca de um continente, de uma “moldura” cada vez mais ampla. O contorno, que no início é garantido pelos braços ou pelo corpo da mãe, vai aos poucos se ampliando e mais tarde é encontrado em ambos os pais, no lar, na família (incluindo parentes próximos), na escola, nas autoridades policiais e no país sob a forma das leis vigentes.

Para o psicanalista, a compreensão de que a tendência anti-social é um gesto de esperança é vital para o tratamento das crianças que apresentam esse tipo de comportamento. Ele chama a atenção para a forma como esse momento é geralmente desperdiçado por causa da intolerância dos adultos e de sua incapacidade para administrá-lo.

Segundo Winnicott (1984/2002), existem sempre duas direções para a tendência anti-social – embora às vezes uma ou outra se faça mais presente – que são: a busca do objeto (o furto) e a destruição. Na base da tendência anti-social, está uma boa experiência que se perdeu. Por meio da tendência anti-social, a criança pressiona (por motivação inconsciente) o ambiente a lhe fornecer provisões, mas não é capaz de fazer uso delas.

A tendência anti-social é a possibilidade do (a) adolescente alcançar o que havia antes do momento da privação. O jovem privado sofreu uma grande angústia, reorganizou-se, submetendo-se a ela e, de repente, de um estado aparentemente satisfatório, do ponto de vista das pessoas que convivem com ele, ressurgem a esperança e o jovem começa a sentir uma urgência em voltar ao estado anterior à privação. Para Winnicott (1957/1977),

quando uma criança rouba está procurando a boa mãe, a sua própria (...) Está igualmente procurando o seu pai, poderíamos dizer que protegerá a mãe dos ataques que a criança lhe faz (...). Quando a criança rouba fora de casa, está ainda procurando sua mãe, mas fá-lo com um maior sentido de frustração e precisando cada vez mais, ao mesmo tempo, de encontrar a autoridade paterna que possa por e, de fato ponha um limite ao efeito positivo de seu comportamento impulsivo e à concretização de idéias que assaltam a criança quando se encontra em um estado de excitação (...) O pai rigoroso que a criança evoca pode ser também carinhoso, mas em primeiro lugar deve ser severo e forte. (Winnicott, 1957/1977, p. 258)

Para o autor, as crianças privadas da vida familiar e de um ambiente seguro, que não forneceu a estabilidade e o limite necessário, vão mais tarde, buscar essa estabilidade em uma instituição especializada ou, como último recurso, nas grades de uma cela de prisão (Winnicott 1957/1977, p. 261).

No caso da presente pesquisa, como será mostrado mais adiante, os relatos de alguns dos adolescentes, indicando que o início da trajetória infracional coincidiu com a morte das pessoas que mais se importavam com eles e para eles (João após a morte da mãe e Otelo após a morte da avó) e com a conseqüente sensação de abandono (sentimento de deprivação), ilustram de forma emblemática a teoria de Winnicott sobre o comportamento anti-social.

Também para o psicossociólogo Selosse (1997), que deixou um importante legado para a psicologia jurídica, resultado de 43 anos de dedicação ao estudo do comportamento de adolescentes infratores, é fundamental o “caráter comunicacional” do comportamento anti-social. Os jovens ultrapassam limites e regras se transportando além do permitido e do tolerado, como se “estivessem à procura de uma mãe suficientemente boa para fundar uma identidade e de um pai suficientemente reconhecido para impor a lei da filiação, suficientemente estruturante para que não haja lugar para o arbitrário” (Selosse 1997, p. 430).

O autor aborda a problemática do comportamento anti-social do adolescente, desenvolvendo dois conceitos que podem ser representados espacialmente por intermédio da imagem topográfica da margem e do desvio. Para Selosse (1997) a margem é

ao mesmo tempo o campo de ilusão e o espaço de tensão que permite descobrir e testar a diversidade e a finalidade das mudanças da adolescência uma vez que essas dão sentido psíquico e social ao tempo e ao espaço. Nesta dupla perspectiva os comportamentos marginais e juvenis podem ser entendidos como condutas exploratória, ensaios e erros que utilizam o espaço de transição e de negociação para efetuar as ligações e (re)ligações próprias à

adolescência a fim de estabelecer novas relações consigo e com novos objetos libidinais por intermédio de diversas tentativas de trocas emocionais e corporais (p. 217).

O tempo da margem pode ser concebido como uma “nova gestação”, um “renascimento”. A margem concerne tanto ao tempo público – propício à realização de múltiplas identificações de caráter efêmero que favorecem o exercício da sociabilidade e da solidariedade – como ao tempo privado, relativo às experiências pessoais do adolescente.

Para a maioria dos adolescentes, a experiência da margem corresponde a um rito de passagem. É um período rico do ponto de vista emocional e propício às vivências antagônicas: masculino/feminino, luto e festa, natureza/cultura; que alimentam as fantasias confusas e intensas que povoam o imaginário do adolescente. A margem ajuda o jovem no treino da afirmação, da diferenciação e da integração da sua nova identidade, imprimindo um caráter original ao seu comportamento. A experiência em relação à margem é considerada concluída quando o adolescente é capaz de controlar a angústia em relação à sua problemática identitária. Todavia ela pode fracassar se ele continuar prisioneiro da difusão do seu ego diante da multiplicidade dos personagens por ele vividos. A utilização do espaço exterior, relativo à margem, ajuda o adolescente a suportar as transformações da puberdade e da revivescência edípiana. A experiência da margem é também importante para a aquisição da autonomia do adolescente, posto que o auxilia a definir novas fronteiras em relação ao seu espaço psíquico interno e o mundo externo, a negociar normas e regras e a redistribuir poderes em relação a si mesmo e ao outro.

Já os desvios, diferentemente da margem, concernem às dinâmicas de comportamento derivadas de trajetórias que perderam suas referências e sua orientação. Os desvios remetem a imagens relativas à queda (por falta de limites e/ou de vínculos estruturantes), à ruptura, ao afrontamento, ao desequilíbrio, ao transbordamento e ao fracasso. A queda provoca a fratura porque os vínculos – demasiadamente rígidos ou sufocantes – não favorecem o aprendizado do autocontrole.

Os desviantes reagem mais do que os marginais à privação de pessoas importantes do seu universo afetivo, pois não conseguem elaborar essas perdas. Também são incapazes de antecipar as expectativas do outro e se satisfazem apenas por meio da excitação. Sem referências e destituídos de legados transgeracionais, os

desviantes utilizam a ruptura, a “derrapagem social”. Mais do que por carência primitiva, a maioria dos desviantes age movida por uma fantasia de dívida e de injustiça. Desafiam, reivindicam e transgridem visando apenas a sua auto-afirmação, “como se a vida lhes desse satisfação e lhes autorizasse a ser sujeitos de exceção: fora das normas, fora da lei” (Selos se,1997, p. 218). Alguns desviantes apresentam sentimentos de perseguição e, como defesa, projetam seus conflitos no exterior.

As condutas marginais e desviantes podem ser explicadas, numa perspectiva econômica, como tentativas de regulação de conflitos pelo comportamento, uma vez que a elaboração mental do conflito não é possível (*acting-out*) e, numa perspectiva desenvolvimentista e estrutural pelo caráter polimorfo e transitório.

Segundo Selosse (1997), as atividades transicionais dos adolescentes marginais estão de certa forma relacionadas com o interdito de criação, ao passo que para os desviantes trata-se do interdito de participação, que se traduz pela recusa de qualquer identificação social e pela busca de gratificação por meio da exploração do outro. Os primeiros se exprimem por meio de uma diversidade de pertencimentos grupais e os segundos se refugiam nas hordas mais propícias à afirmação de seu narcisismo que se orienta rumo à revindicação e à destruição.

Para Ausloos (citado por Sudbrack, 1992), o *acting out* delinqüente, além de manifestar vários fatores de ordem social, cultural, individual, institucional, é considerado uma expressão por meio da qual o adolescente manifesta “fora” o que não pode ser verbalizado “dentro” do sistema familiar. Essa estratégia protegeria os “não ditos” e/ou “segredos” familiares.

Sudbrack (1992) também resgata o valor de comunicação do comportamento infracional. Segundo a autora, do ponto de vista da teoria familiar sistêmica:

O acting out delinqüente possui função de manutenção da homeostase do sistema familiar, que pode ser identificada a partir da compreensão da dinâmica das interações familiares; e o comportamento delinqüente adquire uma significação enquanto regulador de crises familiares e enquanto ‘mensagem impossível de comunicar de outra forma no seio da família’ (Sudbrack, 1992, p. 32).

O jovem expressa por meio de sua dificuldade de adaptação ao sistema (que aparece como um sintoma), a disfunção relacional ou a situação de crise que está vivendo. O adolescente infrator deve ser visto “ao mesmo tempo como agente e

paciente, sujeito e objeto de seu processo de socialização”. A dimensão desviante deste comportamento ajudaria a compreender uma questão social mais ampla que concerne ao enfraquecimento conceitual e institucional da função paterna (Sudbrack, 1987, 2003).

Para Calligaris (2000), a delinqüência é “uma sólida vocação do adolescente” (p. 41). Por não se sentir reconhecido dentro do “pacto social”, por meio do ato infracional o adolescente tenta ser reconhecido no pacto alternativo do grupo. Dentro ou fora do grupo, os adolescentes tentam, segundo o autor, despertar a atenção e o reconhecimento dos adultos, utilizando como modelo de ação a transgressão ao pacto social. O paradoxo desse comportamento é que os adolescentes transgridem, não para burlar a lei, mas para que a repressão se realize.

Para Pain (1999), os jovens infratores são (des) identificados, pois marcam uma ruptura de identificação com o sistema. É como se o adolescente se retirasse das construções identitárias, mantendo-se distante delas, por meio de uma recusa inconsciente de encontrar o outro, caracterizando o que ele chama de “mito do encontro falho” que constitui o componente principal da violência.

Assim como Selosse (1997) e Soares (2005), Pain (1999) usa a metáfora do vampiro para expressar a significação da imagem especular do adolescente infrator não refletida no outro. Ao olhar vazio dos genitores somam-se outros olhares que desviam, que evitam ver, vindos de outras figuras de referência. Ao processo de vampirização soma-se o de desidentificação, cuja referência é a medusa que petrifica, ossifica, mumifica e reforça a imagem negativa do sujeito pelo julgamento depreciativo do outro.

Selosse (1997) lembra que a sociedade, surda ao grito de esperança do jovem infrator, não lhe concede lugar algum. Ignorando-o na sua existência, o faz prosseguir sem rumo e sem inscrição, destituindo-o de reconhecimento social e de identidade. Também para Soares (2005), o reconhecimento e a generosidade do outro são combustíveis para o penoso processo de construção da identidade, a qual, investida de valor pelo olhar alheio, salva o sujeito do anonimato:

“nós nada somos e valem nada se não contarmos com o olhar acolhedor, se não formos vistos, se o olhar do outro não nos recolhe e salva da invisibilidade – invisibilidade que nos anula e é sinônimo, portanto de solidão e incomunicabilidade, falta de sentido e valor” (Soares, 2005, p. 206).

Para Selosse (1997), o juiz não é apenas o “porta-voz de uma verdade instituída” (preconizada pelo Código Penal), mas o “emissor de uma palavra verdadeira, institucionalizada, legiferante” (p.78). Segundo o autor, a justiça do menor, além de estar autorizada a punir uma conduta repreensível, constitui-se numa autoridade de referência e dispõe de autoridade legal para lembrar ao jovem o respeito a uma realidade exterior e a tomada de consciência dos direitos individuais.

Escutando os jovens – tanto nas reuniões multifamiliares como nas entrevistas, ficou claro que a lei, representante de um poder maior, não foi internalizada como deveria. Também ficaram muito evidentes, nos discursos dos adolescentes, os seus anseios por essa lei, por um limite externo para que eles possam se organizar do ponto de vista intrapsíquico: (...) *a mãe sozinha não consegue educar o filho (...) precisa de um pai* (Antônio) ou, (...) *eu queria que a minha mãe me batesse todo do dia pra eu não fazer coisa errada* (Otelo).

Sudbrack (2002) lembra que é importante que a instituição justiça possa oferecer não apenas os aspectos da interdição, do pai repressor, mas que possa também representar ações de garantia da proteção e do exercício da cidadania.

Resta saber, como lembra Newman (2003, p. 416) “quem (...) sentado ou não na cadeira do Juiz, vê a delinquência como um sinal de esperança”?

3.3 A realidade dos adolescentes em conflito com a lei no Brasil: perfil dos adolescentes e do Sistema Socioeducativo⁹

Segundo dados do Mapeamento Nacional do Sistema de Atendimento Socioeducativo, existem no Brasil cerca de 10 mil adolescentes internos em instituições de privação de liberdade. Considerando-se o total de adolescentes brasileiros na idade entre 12 e 21 anos (cerca de 33 milhões), temos menos de três adolescentes privados de liberdade para cada 10 mil adolescentes brasileiros.

⁹ Fonte: Instituto de Economia e Pesquisa Aplicada (IPEA) e Departamento da Criança e do Adolescente (DCA) da Secretaria dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça (2003). Primeiro Mapeamento Nacional sobre a Situação das Instituições que Aplicam Medida Socioeducativa de Privação de Liberdade ao Adolescente em Conflito com a Lei no Brasil. Retirado em 12/09/2007 de <http://getinternet.ipea.gov.br>

A maioria desses adolescentes é do sexo masculino (90%), com idade entre 16 e 18 anos (76%), da raça negra (mais de 60%), que não freqüentam a escola (51%), que não trabalham (49%), e viviam com a família quando praticaram o delito (81%). Quase 90% desses adolescentes não concluíram o Ensino Fundamental, 85,6% eram usuários de drogas, sendo que consumiam majoritariamente maconha (67,1%), cocaína/crack (31,3%) e álcool (32%). Os principais delitos desses adolescentes foram: roubo (29,5%), homicídio (18,6%), furto (14,8%) e tráfico de drogas (8,7%).

No que concerne às unidades de internação, 71% não são consideradas adequadas do ponto de vista físico, às necessidades da proposta pedagógica. Os problemas envolvem a inexistência de espaços para atividades esportivas e de socialização, péssimas condições de manutenção e de limpeza. Dentre grande parte das unidades consideradas adequadas do ponto de vista físico, constatou-se que muitas mantêm uma estrutura semelhante ao sistema prisional, não se adaptando ao desenvolvimento de uma proposta socioeducativa. Muitas unidades, embora possuam equipamentos para a realização de atividades coletivas, não os utilizam.

Quanto à formação educacional 99% das unidades oferecem o ensino fundamental e 63% o ensino médio. Apesar desses índices, muitas dificuldades são observadas relacionadas à inadequação do ensino às especificidades dessa população e à falta de articulação com as outras atividades oferecidas nas unidades. No que concerne às atividades profissionalizantes, elas são oferecidas em 85% das unidades pesquisadas, embora não estejam inseridas formalmente em uma política de profissionalização e dependam da iniciativa de cada direção ou dos funcionários que ministram cursos de forma voluntária. Os encaminhamentos para as atividades de profissionalização estão geralmente condicionados à boa disciplina e ao bom desempenho escolar dos adolescentes, sendo que o mau rendimento escolar constitui-se num impedimento para a realização dessas atividades. Em relação aos obstáculos para a oferta de uma verdadeira profissionalização, são apontadas a falta de adaptação às necessidades locais ou regionais do mercado de trabalho, o reduzido número de vagas e a insuficiência da carga horária dos cursos.

Em relação às ações voltadas para a saúde dos adolescentes privados de liberdade, 94% das unidades utilizam os serviços públicos de saúde, embora 60% das unidades possuam profissionais contratados com recursos próprios. Assim como o resto

dos usuários do serviço público de saúde, os adolescentes privados de liberdade também encontram dificuldade para marcar consultas, para realizar exames de maior complexidade, para consultar especialistas, além do preconceito, muitas vezes expressos pela negligência ou recusa do atendimento. A maioria das unidades de internação não oferece assistência aos dependentes químicos e nem atendimento na área da saúde mental. Os serviços de saúde oferecidos nas próprias unidades de internação variam da realização de ações preventivas e de orientação em relação às DSTs/Aids, distribuição de preservativos até os relatos de negligência e descaso com os problemas de saúde dos adolescentes.

Quanto às atividades de cultura, esporte e lazer são oferecidas em 94% das instituições. As práticas mais comuns são as esportivas, realizadas nas próprias unidades. Atividades teatrais ou musicais são pouco frequentes. A maior dificuldade se refere às atividades externas, que ficam limitadas pela falta de transporte e/ou segurança e pela exigência de autorização judicial, embora desnecessária segundo o ECA. Em grande parte das instituições, as atividades externas se restringem às visitas aos serviços de saúde, às atividades escolares e em alguns casos, às atividades religiosas e de profissionalização.

Embora 90% das instituições tenham mencionado que a proposta pedagógica adotada visa ao incentivo à participação e inclusão da família e/ou de pessoas próximas aos adolescentes no processo socioeducativo, na maioria das unidades esse incentivo se limita ao cumprimento do direito de visita, que em 89% dos casos é semanal. No que concerne ao apoio oferecido aos familiares para a realização de deslocamentos visando às visitas aos adolescentes, apenas 56% das instituições o garantem, variando de 79% na região Sudeste a 29% na região Centro-Oeste. Há referência também de atendimentos realizados, geralmente por assistentes sociais, à família – na forma de visitas domiciliares ou de sessões na própria unidade, com ou sem a presença do adolescente. As visitas dos adolescentes às famílias são muito raras, restringindo-se quase que exclusivamente às situações de morte ou doença grave na família.

Em relação à assistência jurídica, 64% das unidades declaram disponibilizar advogados para o acompanhamento jurídico do adolescente (19% na região Norte e 81% na região Sul). No entanto, essa assistência muitas vezes limita-se apenas à designação do advogado para o comparecimento nas audiências. Há relatos de casos em

que os advogados tomam conhecimento dos processos apenas poucas horas antes do início das sessões. No que concerne à atuação sistemática da Defensoria Pública, ela é garantida em apenas 25% das instituições. Em alguns estados não há defensores públicos nem advogados em nenhuma das unidades. Em outros, essa carência se verifica em apenas algumas instituições. Quando a assistência jurídica não é garantida pela instituição, resta à família procurá-la, seja no setor privado, se a família tiver recursos, seja no setor público se houver essa disponibilidade. Apesar da deficiência da assistência jurídica oferecida, 97% das instituições declaram que os adolescentes conhecem e/ou têm acesso à sua situação processual, geralmente pelas informações oferecidas pelos técnicos que trabalham e convivem com os jovens.

No que concerne às ações de apoio ao egresso – tarefa da maior importância, uma vez que o objetivo das medidas de privação de liberdade é a preparação do adolescente para a volta ao convívio social, 53% das unidades não oferecem ajuda ao adolescente que sai da instituição. Entre as instituições que oferecem apoio ao egresso (47% das unidades), as ações são direcionadas ao acompanhamento familiar (64%); ao encaminhamento formal do adolescente para a continuidade da escolarização (52%); à inserção no mercado de trabalho (apenas 30%) e ao auxílio-alimentação (19%). Não bastasse o número reduzido de instituições que acompanham o egresso, a eficiência das medidas utilizadas pelas mesmas é também questionada. O encaminhamento do aluno para o prosseguimento da escolarização nem sempre significa a sua reinserção efetiva no sistema escolar, e os técnicos – haja vista a falta de recursos – não conseguem dar apoio eficaz à família, no sentido da inserção do adolescente no mercado de trabalho, assim como também não conseguem garantir o auxílio-alimentação quando necessário.

Esse levantamento, além de fornecer um perfil dos adolescentes em situação de privação de liberdade e um desenho do atendimento institucional a eles oferecido, tem o mérito de contribuir para a elaboração e a readaptação de políticas públicas garantidoras dos direitos universais das crianças e dos adolescentes. Dele, segundo o relatório apresentado pelo IPEA, depreende-se a necessidade de:

– Promover ações que contribuam de forma efetiva para a ampliação da escolarização dos jovens entre 12 e 18 anos de idade e que concorram ao mesmo tempo para a diminuição da evasão escolar.

- Incentivar iniciativas de profissionalização, com o objetivo de ampliar as oportunidades do mercado de trabalho.
- Realizar investimentos em ações que fortaleçam os vínculos familiares do adolescente.
- Priorizar políticas públicas direcionadas às famílias e não apenas ao adolescente de forma isolada.
- Investir de forma massiva em ações de prevenção ao uso de drogas.
- Dirigir esforços para a materialização do preceito preconizado pelo ECA, em relação ao direito das crianças e adolescentes usuários de drogas, em receber tratamento de saúde gratuito.
- Promover ações específicas que garantam a verdadeira inserção e/ou reinserção social do adolescente.

CAPÍTULO 4 A SEXUALIDADE E A PARENTALIDADE NA ADOLESCÊNCIA

4.1 A sexualidade do adolescente contemporâneo

Os trabalhos sobre a sexualidade do adolescente realizados na Europa e na América do Norte nos últimos 35 anos, mostram que a sexualidade é cada vez mais freqüente, mais precoce e mais homogênea entre meninos e meninas (Osofsky, Schofield, Sigush, Sorensen, citados por Pasini, 1993). A precocidade teria se estabilizado nos últimos anos, por razões relacionadas ao medo da AIDS e à crise da liberação sexual, conseqüência do “movimento de maio de 1968”.

Uma interessante pesquisa conduzida por uma emissora de televisão francesa (Antenne 2) mostra, apesar de seus limites metodológicos, que a idade das experiências sexuais se estabilizou, e houve uma redução do número de parceiros. A intimidade afetiva começa a ser revalorizada, assim como a virgindade.

A pesquisa confirmou mais uma vez a idéia de que o adolescente não é promíscuo e, mesmo quando tem relacionamentos consecutivos, é fiel, contrariamente a seus pais que tendem a ter relacionamentos concomitantes. Maior semelhança de comportamentos entre meninos e meninas foi igualmente observada.

No Brasil, segundo relata Takiuti (1997), um estudo realizado em 1992 com 217 adolescentes de 10 a 20 anos de idade, atendidas pelo Ambulatório de Ginecologia do Adolescente do Hospital das Clínicas de São Paulo, revelou que 46% das jovens já tinham vivido sua primeira experiência sexual. Dessas meninas, 31% tiveram a experiência entre 10 e 15 anos. Do total dessas jovens, 63% eram solteiras, 60% estavam freqüentando ou já haviam freqüentado o primeiro grau e 33,5% trabalhavam fora de casa.

As cinco primeiras razões apontadas pelas meninas para justificar o início precoce da vida sexual foram: o amor, a pressão do parceiro (prova de amor), a curiosidade, a influência da mídia e a pressão do grupo. As adolescentes que ainda não tinham vida sexual justificavam a opção pelo medo de engravidar, medo da AIDS, preocupação com a discriminação social, influência da religião, medo de sentir dor e medo da família.

4.2 As funções não sexuais da sexualidade do adolescente

Através desses dados, observamos que a sexualidade do adolescente tem funções muito mais importantes do que o erotismo e a procriação. Uma das funções mais importantes da sexualidade na adolescência concerne à prova da identidade. Além dessa característica, notamos que muitas vezes essa experiência sexual é, paradoxalmente, marcada pelo isolamento.

A utilização da sexualidade como prova de identidade é amplamente discutida pela literatura psicológica. Winnicott (1969/1983) escreve que as experiências dos adolescentes são marcadas pelo fenômeno do isolamento e pelo fato de o menino e de a menina não conhecerem sua identidade sexual (homossexual, heterossexual, narcísica).

Pasini (1993) pensa igualmente que a sexualidade do adolescente, entre outras funções, serve para testar sua identidade sexual, ajudando-o a responder a um questionamento de base, presente na vida de todo adolescente, que constitui-se na clássica pergunta: “Quem sou eu”? Outra função da sexualidade consistiria em assegurar que o corpo do adolescente, o qual passa por “profundas e misteriosas transformações”, funciona corretamente do ponto de vista da fertilidade e do prazer.

A sexualidade teria igualmente uma função terapêutica, servindo como drenagem para a angústia que invade a vida psíquica do adolescente, servindo como um verdadeiro ansiolítico. A atividade corporal desempenharia a mesma função, sobretudo a prática esportiva, com sua capacidade de favorecer as provas narcísicas e a sublimação da sexualidade (Pasini, 1993).

A respeito da função de liberação de tensão que a sexualidade desempenha, Winnicott (1969/1983), pensa igualmente, que as atividades masturbatórias compulsivas servem mais para livrar o adolescente da sexualidade, do que introduzi-lo na prática sexual. Mesmo as atividades heterossexuais ou homossexuais compulsivas teriam, nesse período da vida, a finalidade de livrar o adolescente da sexualidade ou de liberar tensão, não significando uma forma de união verdadeira.

Autores como Espasa, Manzano e Papazien (citados por Pasini, 1993) atribuem à sexualidade do adolescente uma função antidepressiva. A sexualidade do adolescente teria, igualmente, a função de satisfazer necessidades pré-genitais, quer seja, a

necessidade de contato corporal e de calor humano. As carícias seriam utilizadas no sentido da satisfação de necessidades mais profundas, em que a genitalidade estaria a serviço da corporalidade e não o contrário (Voyron citado por Pasini, 1993).

A sexualidade pode ser usada também como um “rito iniciático” (Pasini, 1993), como forma de socialização: comportar-se como os outros para ser aceito pelo grupo, mesmo se essa não for a escolha do adolescente. O comportamento gregário é, como sabemos, de grande importância para alguns adolescentes que, embora num processo de busca de individuação, se rendem à conformidade em relação a seus pares. Winnicott (1969/1983) lembra que os jovens são “isolados agrupados”, que se esforçam por diferentes meios para formar um agregado pela adoção de uma “identidade de gosto”.

Além da socialização, a sexualidade teria também a “função comunicacional” (Pasini, 1993). Os jovens de hoje – diferentemente de seus antepassados que “faziam a corte” e se comunicavam para chegar a uma improvável relação sexual, fazem amor com a finalidade de se comunicar, utilizando muitas vezes a corporalidade e a sexualidade no lugar dos códigos verbais e escritos. A sexualidade pode igualmente funcionar como uma forma de desafio e provocação, como uma maneira de mobilizar o processo de autonomia em relação à família de origem.

É importante estarmos atentos para essas mensagens implícitas na prática sexual dos adolescentes, mas o que preocupa realmente os profissionais que trabalham com adolescentes é o uso da sexualidade para veicular um pedido de ajuda. Certos comportamentos sexuais estranhos, desorganizados e angustiantes podem significar uma patologia maior.

Finalmente, o estudo da sexualidade do adolescente não permite apenas uma melhor compreensão de seus comportamentos e vivências emocionais, mas tem também o efeito de mobilizar a identidade da classe sanitária em relação a conceitos-chave como liberdade e responsabilidade.

4.3 A gravidez na adolescência

A gravidez na adolescência é um tema que preocupa pais, professores e profissionais da área da saúde, mantendo-se polêmico há quase um século. O primeiro

trabalho específico sobre o tema foi realizado na França, por Varnier em 1900 e publicado no “L' Obstetrique Journalieu”. A partir dessa época, muitos outros trabalhos vêm sendo realizados, o que denuncia uma preocupação constante em entender e lidar adequadamente com o fenômeno da gravidez precoce. Este tema é analisado, segundo os estudos mais recentes, de um ponto de vista pluridisciplinar, incluindo a abordagem médica, psicossocial e, o que não é raro, a antropológica. Apesar de ser um fenômeno mundial, torna-se mais problemático em países em desenvolvimento onde a desinformação, o baixo nível escolar e as condições socioeconômicas são mais desfavoráveis.

É unanimidade entre os profissionais da área da saúde que a idade ideal para conceber e dar à luz situa-se entre 20 e 30 anos. A gravidez precoce assim como a tardia comportam riscos importantes, tanto nos países em desenvolvimento quanto naqueles onde as condições socioeconômicas são desfavoráveis, pois a não-disponibilidade de cuidados pré-natais adequados dificulta o acompanhamento da gestante e do bebê.

Na literatura médica consagrada ao tema da gravidez na adolescência, as dificuldades obstétricas mais relatadas (a hipertensão, a prematuridade, a anemia, a distoxia fetopelviana e o retardo de crescimento intra-uterino) estão mais ligadas à falta de planejamento e acompanhamento médico e psicossocial do que à idade propriamente dita. Essas adolescentes muitas vezes evitam ou rejeitam os serviços de perinatologia e conseqüentemente as vantagens das medidas modernas de prevenção e tratamento. Segundo pesquisas recentes quando beneficiárias de um acompanhamento pré-natal adequado, essas adolescentes correm estatisticamente os mesmos riscos que a mãe de 25 anos, de *status* socioeconômico semelhante (Béguin & Pasini, 1993).

Sob o ponto de vista psicológico, o tema é ainda mais complexo, pois a gravidez produz um forte impacto emocional na vida da adolescente. A pesquisa clínica com gestantes de todas as idades revela que a gestação é o momento de uma crise emocional semelhante a da adolescência, quando certo número de etapas psíquicas deve ser cumprido para que se possa passar a uma fase biológica posterior. A gestação seria tanto quanto a adolescência, um período de muitos conflitos configurando uma crise maturativa.

Se na adolescência a questão é renunciar à infância e ingressar na vida adulta, na primeira gestação a questão é mudar de geração de maneira flagrante e inexorável. Pode-se imaginar então o enorme esforço emocional e libidinal, requerido da gestante adolescente, para ao mesmo tempo renunciar rapidamente à identidade infantil e assumir a identidade adulta.

Essa crise maturativa, como sabemos, mobiliza uma enorme quantidade de energia psíquica, desperta ansiedades e provoca conflitos, obrigando a adolescente a abandonar rapidamente papéis e identificações infantis, elaborar perdas e realizar lutos significativos. Aberastury e Knobel (1981), no clássico livro “Adolescência Normal”, descrevem detalhadamente esses processos, apontando quatro perdas fundamentais dessa fase da vida: perda do corpo infantil, perda da infância, perda da identidade e do papel infantil e perda dos pais da infância. Esta crise é ao mesmo tempo evocadora de novas potencialidades, contribuindo para o processo de formação de uma nova identidade num espaço muito curto de tempo. Nesse sentido, penso que a gravidez da jovem adolescente pode representar um "atalho" para a solução de alguns conflitos inerentes à idade, embora essa “economia libidinal” tenha um alto custo.

O problema da gravidez na adolescência, não concerne apenas aos países em desenvolvimento. Países industrializados como, por exemplo, os Estados Unidos, não estão livres do problema. O grande índice de gravidez na adolescência nesse país¹⁰, em relação a outros países industrializados é preocupante. Esses altos números podem ser atribuídos a vários fatores, quer sejam: pouca adesão aos métodos contraceptivos, a dificuldade de acesso aos serviços de planejamento familiar e a mediocridade da educação sexual (Villar, Barros & Victoria, 1993). Na Hungria, a utilização da contracepção é igualmente problemática, menos de 20% dos jovens a adotam.

Já na Alemanha e no Reino Unido, a realidade é outra, e os meios contraceptivos são usados por 90% das jovens. Nos países industrializados, entre 1970 e 1988, o índice global de gravidez de adolescentes estabilizou-se e diminuiu entre as adolescentes de 15 a 19 anos, apesar do aumento significativo de experiências sexuais cada vez mais precoces. A explicação para a redução dos casos de gravidez entre as adolescentes seria

¹⁰ Os estados Unidos são recordistas em gravidez juvenil e abortos. A população dos Estados Unidos é de 299.060.443 habitantes e o número de adolescentes que dão à luz anualmente é maior que 600 mil. O número de abortos anuais é também maior que 400 mil.

a eficácia dos cursos de educação sexual nas escolas e nos centros de planejamento familiar (Villar & cols.,1993). Imagino que a legalização do aborto e a utilização da “pílula do dia seguinte”, nesses países, contribuam também para esses resultados.

No Brasil, cerca de 20% do total de bebês nascidos vivos, todos os anos, são de mães adolescentes entre 10 e 20 anos de idade (Takiuti, 1997). São cerca de 700 mil meninas se tornando mães a cada ano. A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde, de 1996¹¹, mostrou que 14% das adolescentes já tinham pelo menos um filho e as jovens mais pobres apresentavam fecundidade dez vezes maior. Entre 1993 e 1998, 50 mil adolescentes foram parar nos hospitais públicos devido a complicações de abortos clandestinos. Quase três mil na faixa dos 10 a 14 anos.

Um levantamento dos atendimentos realizados pelo Sistema Único de Saúde – SUS,¹² em 1999, fornece um quadro mais preciso dos índices de gravidez na adolescência, segundo as diferentes faixas etárias. Do total de 2,6 milhões de partos realizados, 31 mil foram feitos em meninas de 10 a 14 anos, e 673 mil nas de 15 a 19 anos. Vale ressaltar que aproximadamente 20% dos gastos com partos no SUS são realizados em menores de 19 anos.

Apenas no município do Rio de Janeiro (entre 1991 e 1998), a incidência de gravidez na adolescência foi de 17,7 % e em regiões mais carentes do país, o índice aproximou-se de 25% (Pereira, 1998). Nas regiões faveladas do Recife, de cada dez mulheres que são mães uma é menor de 15 anos, sendo que 60% das mulheres têm menos de 20 anos de idade (Lima & cols. citados por Vitalle & Amâncio, 2001).

Uma pesquisa realizada com adolescentes atendidas pelo pré-natal do Hospital São Paulo/SP entre 1996 e 1998¹³, revelou que 38,5% das adolescentes tinham menos de 16 anos e, 61,5% entre 17 e 19 anos. Entre as adolescentes pesquisadas, 22,5% engravidaram depois de terem recebido orientações sobre métodos anticoncepcionais e, destas, 79,6% tiveram duas gestações e 20,4% três.

¹¹ Fonte: <http://gballone.sites.uol.com.br/infantil/adolesc3.html>

¹² Fonte: <http://virtualpsy.locaweb.com.br/index.php?art=55&sec=20>, retirado em 15/12/2007.

¹³ Fonte: <http://www.colégiosaofrancisco.com.br/alfa/gestantes/gravideznaadolescencia.php>, retirado em 15/12/2007.

No trabalho que realizei no Hospital Universitário de Brasília, durante o ano de 2003, com adolescentes grávidas e seus parceiros, observei que na maioria das vezes os adolescentes atribuem a gravidez a um descuido: "sabíamos de tudo, foi um vasculo", como relatou o companheiro de uma jovem de 15 anos.

Médicos, psicólogos, enfermeiros e assistentes sociais entre outros profissionais que compõem as equipes que trabalham com assistência pré-natal às adolescentes grávidas, apontam a importância de um projeto de vida no sentido de ampliar o horizonte desses jovens. Profissionais da área de saúde mental estão atentos à necessidade de oferecer a esses jovens formas alternativas de lidar com os conflitos próprios da idade e de elaborar os lutos necessários para aceder a uma nova fase evolutiva.

- Hipóteses psicodinâmicas sobre as motivações da gravidez adolescente

Pesquisadores (Bettoli, Imfeld, Sandoz & Bydlowski, 1993) explicam a gravidez na adolescência por intermédio de mecanismos inconscientes e complexos, que podem se sobrepor e se confundir:

- gravidez como forma de acelerar a autonomia e fugir de um meio familiar tóxico ou de uma família em crise.
- gravidez como um desafio, como uma transgressão (oposição à mãe, à família e à sociedade, configurando freqüente e paradoxalmente uma tentativa de integração familiar e social).
- gravidez para testar a identidade sexual com a fantasia subjacente de esterilidade.
- gravidez como medida antidepressiva para a adolescente (bebê = ursinho de pelúcia), a qual permite preencher um vazio existencial, uma carência .
- gravidez como medida antidepressiva para os pais (bebê = presente), cujo objetivo seria “curar” os pais, para recuperar o equilíbrio familiar sentido como precário.
- gravidez como um apelo nostálgico à mãe dos primeiros cuidados (desejo de reencontrar a “mãe arcaica”, pré-edipiana) que caracterizaria a maior parte dos casos.
- gravidez cujo sentido é transgeracional.

Essas gravidez são na maioria das vezes o resultado de um “amor fusional” ou de uma contracepção conflitiva, pois as relações nesta fase da vida são contraditórias, tanto no que concerne à sociedade, à família, ao parceiro e até à própria adolescência. Dentre essas diferentes leituras do desejo de ter um bebê, a gravidez como uma estratégia de reaproximação da mãe, como uma maneira de evocar sua ajuda, seria uma motivação subjacente a todos os casos de gravidez na adolescência (Bydlowski, 1993).

4.4 A paternidade na adolescência

A paternidade na adolescência é um processo multifacetado e complexo que não diz respeito apenas à assunção do papel paterno pela transmissão do nome patronímico. A diversidade do fenômeno envolve a realidade familiar, social, cultural, todas as vivências fantasmáticas do adolescente, a concepção de gênero e a sexualidade.

O fenômeno da paternidade na adolescência tem despertado um interesse crescente no meio acadêmico, social e governamental, visto que a grande maioria das parceiras desses jovens também é adolescente e que o problema da gravidez na adolescência tem se revelado um assunto de saúde pública. Além disso, a paternidade na adolescência é vista como uma condição que acarreta problemas adicionais na vida do adolescente, pois não há uma organização social para apoiar esses jovens no sentido de prepará-los para acolher os filhos.

Lyra (1997) observa que existe um estereótipo do adolescente-pai percebido como irresponsável e visto mais na condição de filho do que de pai. O pesquisador observa que ainda persiste “um verdadeiro muro de silêncio” em relação aos homens no campo da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos. Essas constatações o levaram a idealizar o “Programa de Apoio ao Pai Adolescente”, cujo objetivo foi a construção de um lugar social para a paternidade na adolescência. Além das ações de apoio aos adolescentes-pais, são realizadas, igualmente, atividades de sensibilização da comunidade e de profissionais que prestam serviços aos jovens e, produção e divulgação de conhecimento sobre o tema.

Sarmiento (1999), em sua tese de doutorado (UNICAMP), constatou que a negligência e o isolamento do adolescente-pai é uma tendência observada no meio

acadêmico e no atendimento à saúde. Entre os profissionais da área de saúde, algumas condutas contribuem para o afastamento e a desvalorização da figura masculina no processo gestacional. Segundo a pesquisadora, o acompanhamento pré-natal constitui-se quase sempre em um assunto exclusivo da gestante e da equipe médica. Essa postura da equipe de saúde seria, de acordo com a autora, oriunda do “protótipo cultural que aliena o homem da função paterna”.

A pesquisadora observou que o homem, frente à perspectiva de tornar-se pai, tanto quanto a mulher, tem grande necessidade de expressar seus sentimentos, preocupações e alegrias e apresenta ansiedades decorrentes dos processos da mudança de identidade e das novas configurações dos vínculos afetivos. A dupla crise que envolve a gestante adolescente (demandas próprias da adolescência que vão constituir a futura identidade de adulto, acrescidas das mudanças de papéis exigida pelo nascimento de um filho), acometeria igualmente o jovem diante da paternidade. A esses impasses, soma-se a falta de preparo do adolescente (como ocorre com todos os homens) para exercer a função paterna. Além de afastados do processo gestacional da parceira, desde pequenos, os meninos são desestimulados a assumir papéis considerados femininos. Segundo Sarmiento (1999), esses fatores reforçam ainda mais o isolamento, a negação e outras reações defensivas que dificultam as elaborações psíquicas importantes para o exercício do novo papel.

Ainda de acordo com Sarmiento, a gravidez na adolescência não é percebida apenas como uma catástrofe. A gestação carregaria a história de um desejo de parentalidade com todos os elementos conscientes e inconscientes. Estaria contida nesse desejo, como observaram igualmente Lyra (1997) e Cabral (2003), a perspectiva de tornar-se adulto e a organização de recursos para dar um sentido positivo à vida. Nessa perspectiva, o filho pode significar também uma proteção contra os perigos internos (desejos inconscientes de onipotência e angústias depressivas), que poderiam conduzir o adolescente às drogas, às contravenções e à morte.

Sarmiento (1999) chama a atenção para a necessidade de incluir, nos programas de educação sexual para adolescentes, conhecimentos sobre bebês e suas necessidades, os quais contribuiriam para o futuro exercício da paternidade e para uma atitude mais responsável diante do sexo e de uma possível gravidez (Harris, citado por Sarmiento, 1999). A autora conclui sugerindo que o pai adolescente seja acolhido juntamente com a

parceira nas consultas de pré-natal – ocasião que pode se transformar num espaço de continência emocional do jovem pai, de apoio ao exercício da paternidade e ao fortalecimento da sua auto-estima. Segundo a pesquisadora, essa poderia ser, igualmente, a oportunidade de elaboração de perdas e de valorização de ganhos para a reestruturação dos novos vínculos afetivos.

Trindade e Bruns (1999), em uma análise fenomenológica de entrevistas realizadas com adolescentes-pais, observaram que a vivência da paternidade é marcada por freqüentes sentimentos de perplexidade em relação à notícia da gravidez da companheira (normalmente a idéia difundida pelo senso comum é de que são jovens demais para ser pais). A paternidade mobilizaria igualmente nesses jovens, sentimentos de alegria, de perda e de responsabilidade. A ambigüidade, sentimento tão próprio da adolescência aparece também em relação ao desejo de ter ou não o bebê. Segundo as autoras, os discursos dos adolescentes revelam que “a vivência da paternidade é uma experiência dolorosa, arrancando-os subitamente de seu cotidiano demarcado pela irresponsabilidade e falta de envolvimento em seus projetos” (Trindade & Bruns, 1999 p. 45). A presença de um modelo de atuação paterna auxiliaria o rapaz em sua vivência como pai, pois lhe possibilitaria uma referência. Idéias a respeito de um modelo de pai mais participativo da vida doméstica e familiar aparecem em alguns discursos, o que indica que o arquétipo do “pai provedor” já não é tão dominante. A conclusão das autoras é que esses jovens convivem com ambigüidades, como a vivência da sexualidade, sem uma reflexão maior sobre a possibilidade de engravidarem suas parceiras, sobre serem infectados pelo vírus da AIDS ou outras doenças sexualmente transmissíveis (DSTs).

Cabral (2003), em um estudo sobre as repercussões da paternidade ocorrida na adolescência, realizado com jovens moradores de uma comunidade favelada da cidade do Rio de Janeiro, observou que a paternidade, nessa fase da vida, funciona como um antídoto à anomia (*forma de pegar responsabilidade/sic*). Assim como o crime, o filho é uma “prova de masculinidade”, um vetor da construção da identidade masculina.

Em um levantamento bibliográfico a respeito dos estudos sobre as interações entre os adolescentes-pais e seus bebês, Levandowski (2001) e Levandowski e Piccinini (2002) encontraram pesquisas que mostram que o adolescente na condição de pai experimenta mais eventos estressores do que o adulto na mesma condição (Belsky &

Miller, 1986; Elster & Panzarine citados por Levandowski, 2001). A causa do estresse pode ser atribuída à imaturidade psicológica (Belsky & Miller, 1986; Westney, Coley & Mundford citados por Levandowski, 2001) e à falta de estrutura para lidar com a nova situação – no sentido de garantir a sobrevivência da família e assumir responsabilidades que estariam fora de seus projetos imediatos (Dallas & Chen citados por Levandowski & Piccinini, 2002; Trindade & Bruns, 1999). O estresse do adolescente-pai, em função dos problemas acarretados pela ocorrência da gravidez fora do tempo previsto, teria influência negativa na qualidade da interação com o filho (Lamb & Elster, 1986; Russel, 1980) e diminuiria a sensibilidade do pai em relação ao bebê (Christmon citado por Levandowski & Piccinini, 2002; Lamb & Elster, 1986).

Segundo Levandowski e Piccinini (2002), alguns estudos revelam que o adolescente teria também dificuldade em proporcionar ao filho uma interação parental de alta qualidade. Essa dificuldade é atribuída à falta de maturidade cognitiva aliada ao egocentrismo da fase de adolescência, que impede o adolescente de avaliar as necessidades do bebê como mais urgentes do que as suas (Marsiglio & Cohan; McArney, Lawrence, Aten & Ilker; Sadler & Catrone; Young citados por Levandowski & Piccinini, 2002). Outros autores atribuem a dificuldade de interação do adolescente-pai com o bebê à falta de conhecimento sobre os estágios de desenvolvimento infantil o qual criaria expectativas irreais em relação às capacidades do bebê (Belsky & Miller, 1986; Lamb & Elster, 1986). Essas expectativas irreais em relação aos bebês levariam os adolescentes-pais a manter atitudes impacientes e intolerantes em relação ao filho, que culminariam em castigos físicos (Reis & Hetz; Robinson & Barret; Robinson citados por Levandowski & Piccinini, 2002). Outros estudos mostram que a interação do adolescente-pai com o bebê depende das características (psicológicas e comportamentais) do filho. Bebês mais responsivos ajudam os pais a desenvolverem sentimentos de auto-confiança, os quais interferem de maneira positiva na qualidade da relação com o filho (Lamb & Elster, 1986). A percepção de que o filho tem um comportamento difícil, ao contrário, interfere de forma negativa no relacionamento entre adolescente-pai e bebê (Jorgensen, 1993).

Lamb e Elster (1985), em um estudo comparativo entre a parentalidade de adolescentes e adultos, concluíram que os adolescentes de menor idade foram mais responsivos do que os pais adultos jovens. Contudo, de forma geral, a idade dos pais

revelou-se pouco significativo nas interações pai-bebê, mãe-bebê, mãe-pai. Os pesquisadores concluíram que o comportamento dos pais adolescentes é muito semelhante ao comportamento dos pais adultos. Segundo Lamb e Elster, a interação com o filho depende muito mais da personalidade do pai e dos fatores socioambientais, relacionados à idade paterna, do que propriamente da idade dos pais.

Corroborando esses resultados, alguns estudos mostram o envolvimento expressivo do adolescente-pai com a criança, seja por meio da contribuição financeira ou outras formas de cuidado (Allen & Doherty; Dallas & Chen, citados por Levandowski & Piccinini, 2002; Trindade & Bruns, 1999).

Levandowski e Piccinini (2002), em um estudo comparativo da interação de pais-adultos e de pais-adolescentes com seus bebês aos três meses de vida, constataram que não houve nenhuma diferença significativa entre os dois grupos e que os pais adolescentes e adultos interagiram de forma bastante semelhante com seus bebês. Segundo os pesquisadores, esses dados reforçam resultados obtidos em estudos semelhantes (Bolton & Belsky; Cochran; Marsiglio & Cohan; Nakashima & Camp). Os autores concluem que a contribuição mais importante do estudo foi mostrar que nem sempre a paternidade na adolescência apresenta um caráter negativo na vida dos jovens, como é frequentemente mostrado na literatura. Embora não neguem as dificuldades inerentes à condição da paternidade na adolescência, consideram que essas são superadas quando os adolescentes recebem apoio da família de origem e/ ou da família das companheiras.

O ponto comum na maioria dos estudos é a importância acordada às redes de apoio psicossocial, disponibilizadas para os adolescentes, das quais depende o sucesso da experiência da parentalidade. Na maior parte dos trabalhos, a família tem sido identificada como a principal fonte de apoio – quando não é a única, aos adolescentes-pais (Cabral, 2003; Lamb & Elster, 1985; Levandowski & Piccinini, 2002; Trindade & Bruns, 1999).

CAPÍTULO 5 O PAI

5.1 A paternidade na história da humanidade

Assim como a infância e a adolescência, a paternidade também é um conceito construído. Uma invenção (Neuburger, 1999) que se manifesta de forma distinta ao longo do tempo, embora alguns aspectos possam se manter. A paterlinearidade teria surgido no período Neolítico, por volta de 5000 a.C. Ela teria sido precedida pela matrilinearidade, sistema no qual os laços sanguíneos são estabelecidos a partir da mãe, e através desses laços toda a sociedade seria organizada (Engels, Dupuis citados por Trindade & Bruns, 1999). Nas sociedades matrilineares, como não se conhecia o vínculo entre relação sexual/procriação, o sexo era visto como uma função fisiológica destituída de valores morais. Também não havia a valorização da virgindade. A liberdade sexual existia para homens e mulheres, e o sexo era visto como algo sagrado. A mulher, intimamente vinculada à fertilidade, era cultuada e participava de atividades relacionadas à vida, como a agricultura.

No período Neolítico, surgiram grandes mudanças climáticas, e o aumento populacional iniciado no período anterior – o Paleolítico – se intensificou. A descoberta da pedra polida teria acarretado a escassez da caça e da pesca. A caça foi substituída pela criação de animais em cativeiro e a agricultura foi intensificada. O homem perdeu sua identidade de caçador e gradualmente passou a realizar atividades agrícolas, as quais até então pertenciam ao universo feminino. Essas mudanças sociais teriam levado à apropriação da terra e contribuído para o aparecimento de um novo grupo social semelhante a uma família primitiva com formas rudimentares de organização política (Nunes citado por Trindade & Bruns, 1999). Mediante a domesticação de animais, as pessoas perceberam a ligação entre a relação sexual e a reprodução e, em consequência, que o macho participava do processo reprodutivo. Iniciou-se então o processo de conscientização da paternidade, o qual não acarretou nenhuma mudança social brusca, fazendo com que o estabelecimento das sociedades patrilineares se desse de forma gradativa.

A grande transformação teria ocorrido por volta de 4 000 a.C. com a eclosão das guerras. Somadas às mudanças anteriores, as transformações ocasionadas por esses

conflitos fizeram com que o poder dos homens se ampliasse, transformando-os em senhores da sociedade, como chefes de famílias, reis e, ao extremo, figuras divinas.

Segundo Julien (1997), há um consenso atualmente, entre os cientistas sociais, de que a paternidade está em declínio. A Revolução Francesa, com a queda da monarquia e com o assassinato de Luis XIV (um parricídio?) transformaram o poder patriarcal em um poder fraternal (lembramos o lema da revolução: “liberté, égalité e fraternité”). Em consequência, a autoridade paterna se retrai, deixando os domínios políticos e religiosos e se focaliza exclusivamente na família, como um ideal burguês do século XIX. Na concepção moderna de família, o pai se casa com a mãe e, por meio do casamento, funda-se a paternidade.

A Igreja (latina), antes mesmo do Estado, já havia começado a interferir no poder familiar, legitimando casamentos sem o consentimento da família, a qual escolhia os cônjuges segundo critérios que garantiam a preservação do patrimônio e a continuidade da herança.

Até o final do século XIX, a noção de paternidade era unificada e incluía o papel familiar de “poder”, imagem social de prestígio, palavra do pai, e era sustentada por um conjunto econômico, social e familiar. Nesta época, o termo “papel do pai” englobava tanto as imagens de pai e seu papel familiar, quanto sua função psicológica.

Após a Segunda Guerra Mundial, os diferentes elementos que constituem a noção de pai começaram a ser desagregados. Um novo modo de exercício da paternidade tem se apresentado e corroborado o dilaceramento do papel do pai nas nossas sociedades. A partir da metade da década de 60 do século XX, com a efervescência de inúmeros movimentos sociais (*hippie*, feminismo, movimento dos estudantes de maio de 1968), a sociedade globalizada assiste ao fenômeno conhecido por muitos como a “morte do pai”, que teria culminado, não apenas com a perda da sua responsabilidade civil – associada à sua função biológica e ao seu status cultural, mas também da sua autoridade real e simbólica.

Na utopia retrograda dos militantes, o desaparecimento do pai e da função paterna era uma consequência inexorável do acesso das mulheres à igualdade e das crianças, a mais autonomia. A lei de 1970 sobre a “autoridade parental”, que substituiu o termo “pátrio poder” e “chefe de família” pelo de “autoridade parental compartilhada”

dando poder igual às mães, assina a sentença de morte do “Paterfamílias”. A imagem social desvalorizada dos pais, começa então a predominar (Caudel: “Pai Humilhado”, Lacan: “ o Declínio da Imagem do Pai”). As diferentes funções de pai: genitor, pai legal, pai provedor, educador são agora exercidas por vários homens que garantem separadamente uma ou outra destas funções, quando a mãe não as assume na totalidade sozinha.

Nos anos de 1955-1956, Lacan já havia mostrado essa fragmentação da paternidade, uma vez que já nessa época havia distinguido a função do pai de seu papel familiar e social. Esta teoria ocasionou uma mudança epistemológica fornecendo novos instrumentos de reflexão sobre a paternidade e permitindo “pensá-la de outra forma, em suas características contemporâneas”. (Hurstel, 1999 p. 60).

A rápida evolução das famílias que se diversificaram (famílias urbanas conjugais, recompostas, monoparentais, concubinatos) e o progresso concomitante da ciência na área das técnicas reprodutivas, não foram acompanhados pelas leis que garantem institucionalmente essas filiações. Em decorrência dessa nova realidade, algumas crianças permanecem sob a tutela da mãe, outras sem filiação e outras ainda devem escolher entre diversos pais.

Quando por diferentes razões o pai não assume a paternidade (nos registros intrapsíquico, interacional ou intergeracional), o futuro desenvolvimento da criança pode ser ameaçado, uma vez que ela deverá estar inscrita numa relação triangular, tanto em relação a sua organização psíquica, como em relação ao mandato transgeracional que ela recebe de cada um de seus pais.

O desafio fundamental continua sendo a necessidade de garantir a cada criança a Função Simbólica do Pai, a qual não tem referência ao autoritarismo nem ao poder, mas à eficiência da lei do parentesco e da palavra daqueles que a representam. (Hurstel, 1999).

5.2 A paternidade segundo a psicanálise

Desde 1887, Freud se preocupa com o tema da paternidade e, em uma carta endereçada a Fliess, escreve que o pai interdita a criança de realizar seu desejo

inconsciente de dormir com a mãe. Em 1908, numa correspondência entre Freud e Jung, aparece pela primeira vez o termo “complexo paterno” (*Vaterkomplex*), antes mesmo do complexo de Édipo. Em 1909, no “Pequeno Hans”, Freud escreve sobre o complexo de Édipo (“*Oedipus Komplex*”). Um ano depois, Jung escreve um ensaio: “A Influência do pai sobre o destino de seus filhos”. Entre 1912 e 1913, em “Totem e Tabu”, Freud escreve sobre o “complexo paterno” (*Vaterkomplex*), que é caracterizado pela atitude afetiva ambivalente em relação ao pai.

Para Freud, Jung e seguidores, a figura do pai aparece como poderosa e aterrorizante. Se ele é o responsável pela neurose dos filhos é porque ele é muito poderoso, tirânico ou fortemente idealizado (figura perfeita), opostamente ao que ocorre nos dias de hoje, quando o pai aparece fraco, ausente ou omissos. Para Freud, a tirania e a forte autoridade do pai aparecem tanto na realidade psíquica do sujeito quanto no seu imaginário.

Kanner, em 1942, num estudo pioneiro, revela a influência do comportamento dos pais nas neuroses e psicoses infantis. É a primeira vez que se introduz, na psicopatologia infantil, a questão do pai ao lado da questão materna (Hurstel, 1999). Embora intuída, a importância psicológica da função paterna ainda não havia sido claramente compreendida.

Lacan associa o surgimento das principais teorias psicanalíticas (Inconsciente, Complexo de Édipo – eclodindo em Viena, no início do século XX), com o declínio da imagem paterna. Para Lacan, as funções do pai estão mais ligadas ao imaginário do sujeito do que à realidade de sua presença (embora o pai não seja apenas um significante).

Como lembra Dör (1991), nada garante que a encarnação do pai corresponda à consistência de um pai investido de seu legítimo “poder de intervenção estruturante” do ponto de vista do inconsciente. A noção de pai tem a ver mais com uma entidade simbólica do que com um ser real. O sentido que o termo “pai” adquire para o sujeito está ligado ao sentido que a mãe reconhece nesse nome, à importância que ela atribui à sua palavra (que significa a lei) à sua autoridade, “ao lugar que ela reserva ao nome do pai na promoção da lei” (Lacan citado por Hurstel, 1999).

Para que a função do pai seja reconhecida como representante da lei, é preciso que primeiro ela seja reconhecida pela mãe. Se a mãe recusa a função paterna e se a criança recusa a lei, no imaginário, ela continua subjugada à mãe. A mãe, por sua vez, será capaz de acatar a proibição (a lei do pai), se tiver elaborado o seu próprio Édipo e assumido a castração. Nesse processo, o pai castra simbolicamente o filho enquanto “falo”, separando-o da mãe. Ao pai é reservada a prerrogativa de possuir o “falo” que é desejado pela mãe. A operação do pai é dupla: o não é dirigido ao mesmo tempo à mãe e à criança. De um lado ele barra a mãe e o seu desejo e, do outro, interdita para o filho, o corpo materno de um “gozo mortífero” (Lang, 2005). A criança identificada a esse pai pode ter o seu próprio “falo”. Para a psicanálise, a estruturação da criança por meio do Complexo de Édipo é responsável pela constituição psíquica capaz de suportar as normas em qualquer cultura.

Segundo Barros (2001), o pai é aquele que transmite por meio de sua palavra o significante que interdita o gozo e situa o sujeito no campo do desejo. O pai não se confunde com a lei. Ele transmite por intermédio da linguagem o interdito (ao incesto) e promove a inscrição do sujeito na cultura. Quando a criança encontra na lei do pai um obstáculo, um limite à realização do seu desejo, ela submete-se à castração. A partir dessa primeira inscrição edipiana e, lançando mão de um recurso simbólico de deslocamento, ela passa a reconhecer a lei e a obedecer aos seus representantes. A autora lembra que o “Nome do Pai” não é patronímico; ele pertence à ordem do significante. O Nome do Pai concede ao pai, um lugar ordenador, situando-o no centro do Complexo de Édipo.

“O pai acha-se numa posição metafórica¹⁴, na medida e unicamente na medida em que a mãe faz dele aquele que sanciona, por sua presença, a existência como tal do lugar da lei” (Lacan citado por Lang, 2005, p. 38). A função do pai é fazer metáfora à lei da mãe (que é menos uma norma e mais um capricho) e ao desejo materno pelo desejo do Outro, substituindo os seus caprichos por regras fundadas no coletivo. O pai deve fazer com que a lei da mãe se reporte à lei do pai para, a partir daí se efetivar como

¹⁴ Uma metáfora é um significante que substitui outro significante.

lei. Trata-se da relação da mãe com a palavra do pai (e não de uma relação concreta entre a mãe e o pai),

O essencial é que a mãe funde o pai como mediador daquilo que está para além da lei dela e de seu capricho, ou seja, pura e simplesmente a lei como tal. Trata-se do pai, portanto, como Nome-do-Pai (...). E é nisso que ele é ou não aceito pela criança como aquele que priva ou não priva a mãe do objeto de seu desejo” (Lacan citado por Lang, 2005, p. 39).

Para Lacan (1957-58/1999) o pai emerge em um registro tridimensional: o Real, o Simbólico e o Imaginário. O pai simbólico é o pai morto de Totem e Tabu, que é o paradigma para a função paterna. Mesmo que o pai tenha morrido, a função permanece operante. O pai não é pessoa, é um lugar que simbolicamente confere a um homem um poder. Ao ser designado como pai, ele ocupa um lugar simbólico e, por ter sido investido de poder, ele incarna a Lei. O paradoxo é que ao mesmo tempo em que se reconhece como pai (e acaba agindo como pai) sabe que é suporte de uma investitura. Ele não é a lei, mas ele a representa. Além do mais, como a função paterna é dependente de um lugar que lhe é outorgado pela eficácia simbólica, a mãe reafirma esse lugar e ao mesmo tempo o reconhece como objeto de seu desejo. O pai simbólico só existe na voz da mãe. É ela que designa um lugar vazio que poderá ou não ser ocupado por ele. E há um tempo hábil para que a mãe inscreva o pai simbólico na estrutura do sujeito. Como lembra Jerusalinsky (2007): “A investitura fálica pode estar em qualquer lugar e ao mesmo tempo ser possuída por qualquer um, por homem, mulher, semi-homem ou quase mulher” (p. 29).

O pai imaginário é a imagem paterna, o pai nas representações sociais. Este pai é uma construção infantil, o qual Lacan chamou de predador (e não castrador). É uma imagem forte (fruto do narcisismo primário), digna de amor, de admiração e passível de ser apresentada publicamente. Por ele, o menino é capaz de deixar a mãe e receber o traço identificatório de virilidade ou “um filho como substituto do falo”. O pai imaginário é privador, não por privar a criança do falo, mas inicialmente por privar a mãe. E privando a mãe, ele a inscreve no registro da falta.

A Lei simbólica é transmitida no interior da família por meio de interdições e baseada em relações de parentesco. Ao pai cabe a responsabilidade de nomear o filho, de impor sua autoridade e de representar essa lei. Se para Lacan, o pai simbólico vem da mãe e o pai imaginário é o resultado de uma construção infantil, o pai real é o que virá

do homem. É o pai real que ocupa o lugar simbólico designado pela mãe, o que permite que ao crescer a criança faça o luto do pai imaginário e ideal.

No seminário “As Psicoses”, Lacan (1988) introduz o termo “forclusão do nome do pai” (tomado do vocabulário jurídico, que significa: perder a possibilidade de fazer valer um direito pela expiração do prazo) para indicar o “fracasso simbólico” da função paterna e da inscrição do sujeito no processo edípiano. O horror da forclusão só poderá ser suportado por meio da fenomenologia psicótica ou, em se tratando de sujeitos neuróticos, em termos de alucinação, de sonho ou de fantasia. Com esses conceitos, Lacan introduz a dimensão da filiação, provocando a ruptura epistemológica apontada por Hurstel (1999), uma vez que a “função do pai” na família era, anteriormente, entendida em termos de papéis desempenhados de forma realística.

Winnicott foi um dos pioneiros na inserção do pai no início da vida psíquica do bebê, preconizando que, para o seu bom desenvolvimento emocional, o pai deve estar presente física e psiquicamente, sustentando a díade mãe-bebê. Além de substituir a mãe na sua ausência, a presença paterna proporciona ao bebê o sentimento de estar vivo e existir, sobretudo do ponto de vista psíquico, e isso desde o início da vida. O papel do pai não se restringe apenas a dar apoio à mãe e ao bebê, mas concerne também a vigilância em relação à voracidade da mãe pelo bebê. Segundo o psicanalista, o pai é também o responsável pela ampliação dos horizontes infantis. No livro “A criança e o seu mundo” (1957/1977), o autor escreve: “o pai enriquece, de maneira abundante o mundo do próprio filho (...). Um novo mundo se abre para ele quando o pai gradualmente desvenda a natureza do trabalho para onde sai todas as manhãs e do qual regressa todas as tardes” (pp.130-131). Além dessa perspectiva, “o conhecimento paterno do mundo habilita-o a perceber quando certos tipos de brinquedos ou mecanismos ajudam as crianças, em suas brincadeiras, sem obstruírem o desenvolvimento natural da sua imaginação” (Winnicott, 1957/1977, p.131).

Para Winnicott (1957/1977) o pai representa também o ambiente seguro (facilitador) em que os impulsos livres e agressivos da criança e do adolescente podem se manifestar porque ele estará lá para contê-los. Além de ser necessário para dar à mãe apoio moral e de constituir-se em um esteio para a sua autoridade, é o pai que sustenta a lei e a ordem que a mãe introduz na vida da criança.

Dolto (1987) – para quem o pai está presente desde o início da vida da criança (a mãe teve pai, foi preciso um homem para conceber o filho e, em geral o pai é ouvido durante a gravidez), aponta três dimensões da paternidade: o pai de nascimento, o papai e o pai simbólico. O Papai se refere a papéis e não à realidade legal ou genética. O pai de nascimento nem sempre é o papai, mas é indispensável na fase inicial da vida da criança. A noção de pai simbólico sofre transformações ao longo da obra de Dolto.

Em Seminário de Psicanálise Infantil 2 (1985), a autora o conceitua como aquele em cujo nome são valorizadas as pulsões ativas de todos os estádios e as sucessivas castrações da libido. Segundo ela, “para o menino, o homem que o marcou pelo amor e pela atenção, sustentando sua emancipação, é que é seu pai, quer seja seu genitor ou não, e quer o filho carregue ou não o seu sobrenome” (Dolto, 1985, p.128). Já no Seminário 3, a psicanalista afirma que o pai simbólico é o pai da primeira infância (pai genitor, tio ou avô) e, no caso do seu desaparecimento precoce, é “aquele (...) que veio revezá-lo”. (Dolto, 1988, p.206). Segundo Dolto (citada por Ledoux, 1991), para que o simbolismo seja possível é necessário que ocorra uma triangulação em cada um dos pais e uma triangulação entre os pais e o filho.

5.3 O estado atual da arte

Além das grandes contribuições que trouxeram Freud, Jung, Lacan e Winnicott para a compreensão do papel do pai na vida psíquica, inicialmente do bebê e posteriormente do adolescente e adulto, outros autores contemporâneos se dedicaram igualmente à questão da paternidade.

Estudos sobre a terapia pais-bebês, a paternidade, a parentalidade e as pesquisas recentes em terapia familiar, abordam a paternidade do ponto de vista intrapsíquico e intersubjetivo.

Como vimos, Sudbrack (1987), na linha da terapia familiar sistêmica, distingue quatro importantes níveis da função paterna, a partir da especificidade do papel desempenhado pelo pai junto ao filho: 1º) biológico – que faz referência e designa o pai biológico e define o “nascimento natural”, 2º) socioeconômico e sociocultural – que designa o pai que alimenta e educa, definindo o “nascimento social”, 3º) patronímico –

que designa o pai legal e define o “nascimento legítimo” e 4º) simbólico – que introduz o “nome do pai” e define o “nascimento psicológico”.

O psicanalista Houzel (2004), como também foi citado na parte introdutória deste trabalho, faz uma análise tridimensional da parentalidade, evocando o exercício, a experiência e a sua prática. Segundo o autor, essas dimensões não podem ser consideradas separadamente, pois estão imbricadas umas às outras. O acesso à parentalidade teria a prerrogativa particular de inscrever o sujeito em uma sucessão de gerações e de lhe atribuir o poder de transmitir a vida. O sucesso da parentalidade dependeria do equilíbrio entre os investimentos narcísico e objetal, da criança pelo casal; do equilíbrio entre investimentos parentais e conjugais e o do equilíbrio entre o papel maternal e paternal.

Chiland (1999), a partir da corrente psicanalítica, distingue igualmente o pai biológico (responsável pela metade da carga genérica), o pai legal (que transmite o nome ao filho) e o pai psicológico que investe a criança e é por ela investido.

A teoria do vínculo afetivo (Fonagy; Higgitt; Moran; Steele &, Steele 1993) explica que a qualidade dos vínculos afetivos dos pais com seus próprios pais qualificaria esses últimos a cuidarem adequadamente do seu bebê, tanto do ponto de vista físico quanto psíquico, e a desenvolverem um vínculo afetivamente seguro. A capacidade de cuidar do filho dependeria, então, do modo como o vínculo afetivo se estabeleceu na infância dos pais.

Tanto as pesquisas sobre as interações triádicas precoces (Fivaz-Depeursing, 2000) como sobre o papel do pai na tríade (Lebovici, 1983), denunciam a preocupação atual com as vivências psíquicas do pai no período perinatal e com os sucessos e eventuais falhas na relação precoce pai-bebê. As interações precoces, que são entendidas como as trocas afetivas (sincrônicas do ponto de vista afetivo e retroativas do ponto de vista funcional) geralmente entre o bebê e a mãe, são analisadas também sob três dimensões: comportamentais (Brazelton, 1973), afetivas e fantasmáticas (Lamour, 1989; Lebovici¹⁵ & Soulé 1983; Stern, 1997).

¹⁵ Para Lebovici as interações precoces constituem uma espiral transacional na qual a mãe e o bebê se influenciam mutuamente.

Trabalhos como os de Parseval (1981), Lebovici (1983), Stern (1997), Le Camus (1995), Cupa e cols. (1994), Bydlowski (2002) e Missonnier (citado por Pagnat, 2004), enriqueceram as teorias sobre a tríade pai-mãe-bebê e sobre o período perinatal.

Parseval (1981) aborda a paternidade como uma crise de identidade profunda onde, algumas vezes, podem aparecer alguns elementos particulares como: a couvade, as descompensações patológicas, rupturas conjugais que podem denunciar a intensidade dos remanejamentos psíquicos durante a transição para a paternidade.

Stern (1997) desenvolve o tema da “constelação materna”, que consiste na maneira como a mãe reage à sua gravidez dentro de uma determinada cultura. Os seguintes temas estariam relacionados ao processo: o tema do crescimento (o desenvolvimento físico), o tema da relação primária (o desenvolvimento psíquico), o tema da matriz de suporte (suporte protetor) e o tema da reorganização identitária (mudança do lugar da mãe no eixo transgeracional). Esses estudos vão subsidiar os trabalhos desenvolvidos posteriormente sobre a constelação paterna.

Também para Cupa e cols. (1994), o futuro pai efetua um remanejamento identitário (*remailage identitaire*) que deve ser entendido no contexto de uma reedição edipiana e através do processo transgeracional. (*fil rouge générationnel*). Segundo os autores, os pais se implicam menos nas situações de cuidados com a bebê do que as mães e se consideram incompetentes. Eles preferem as brincadeiras físicas e se imaginam no papel de protetor. Consideram que a mãe é mais importante do que eles para a sobrevivência do bebê. Os pais (assim como as mães de Stern), procuram um apoio na ocasião da gravidez, que pode ser fornecido pela mãe ou pelos amigos. Os remanejamentos identitários se organizariam em torno de identificações parciais em relação à mulher, à mãe e contra-identificações paternas. Eles também podem se colocar em uma posição regressiva, se identificando com o bebê. As interações protofásicas são marcadas por uma especificidade de trocas sensoriais, nas quais os primeiros movimentos e os registros ecográficos são de importância capital no processo de parentalização. No estudo, apareceu igualmente que o pólo conflitual do componente agressivo da problemática edipiana está particularmente ativo. Para o pai, o filho e a filha (em menor intensidade) são percebidos como um rival do ponto de vista físico, social e sexual. O pai é também confrontado aos seus desejos mortíferos em relação ao próprio pai e, em espelho, ao risco de ser morto pelo filho.

Os trabalhos de Bydlowski (2002) sobre a “transparência psíquica” da mulher grávida, evidenciam um aumento da permeabilidade do inconsciente, fazendo com que submerjam representações fantasmáticas recalçadas. A neurose infantil e as reviviscências arcaicas voltam a povoar a vida mental da mulher grávida. Esse estado, assim como a *preocupação materna primária* de Winnicott (1969/1983, 1975), em vez de patológico deve ser considerado necessário. Há um investimento narcísico no bebê e um desinvestimento de outros conteúdos que circularão sem muito controle ou defesa do ponto de vista psíquico. Para Bydlowski (2002) o segundo trimestre da gravidez é um período especialmente privilegiado do ponto de vista emocional, pois nessa época o bebê imaginário, fantasmático e mítico vão se construir.

Le Camus (1995), em uma perspectiva do desenvolvimento, se preocupa com o diálogo tônico-motor do pai com o bebê. Segundo o autor, esse diálogo, que ele chamou de “Diálogo Fásico”, tem um papel fundamental na automização, na sexualização e na socialização do bebê. No período que antecede o nascimento do bebê, este diálogo já existe e é conhecido como Diálogo Protofásico. Ele engloba os toques no ventre da futura mãe, as palavras dirigidas ao bebê, a participação nos exames de ultrassom e nos cursos de preparação ao parto. Este diálogo marca o início do processo de parentalização. Segundo Le Camus, o investimento fantasmático do período pré-natal tem relação direta com os investimentos pós-natais realizados em relação aos cuidados dispensados ao bebê.

Missonnier (citado por Pagnat, 2004), propõe que se fale de uma “perinatalidade psíquica”, que, segundo ele, é o período que engloba o projeto parental de ter um filho, até o segundo ano de vida da criança. Esse período é definido como uma seqüência que atualiza a interrogação a respeito das origens, a respeito da diferença de sexos, da cena primitiva e dos avatares da gênese da identidade e da relação de objeto. Os conflitos “transbordantes” e ao mesmo tempo estruturantes da futura mãe, descritos por Bydlowski (2002), são também identificados, por Missonnier, no futuro pai.

O funcionamento psíquico placentário do futuro pai é amplamente tomado pela interrogação a respeito do geracional, do familiar e das origens. A sucessão genealógica é em andamento; os lugares e os papéis de cada um são redistribuídos e os processos identificatórios são postos à prova pelo fluxo de afetos e de representações (Missonnier citado por Pagnat, 2004, p.21 e 22).

No futuro pai haveria, igualmente, uma maior permeabilidade entre os conteúdos inconscientes, pré-conscientes e conscientes. Para Missonnier, a abordagem terapêutica

deve favorecer a acolhida e a atribuição de sentido a essa transição primordial na vida do homem. Duas hipóteses conduzem as reflexões de Missonnier: (i) a idéia de que a constelação paterna dá conta do processo de paternalização do futuro pai e (ii) a consideração de que a problemática edipiana é um elemento central da constelação paterna, à qual se associa uma lógica intergeracional.

Em todos esses estudos há um consenso sobre a importância de se considerar a dimensão cultural dos futuros pais.

PARTE III RESULTADOS

CAPÍTULO 6 TRAJETÓRIAS DE VIDA DE ADOLESCENTES-PAIS

A reconstrução das trajetórias de vida dos adolescentes-pais constituiu-se no primeiro nível de análise desta investigação. Os dados desta primeira etapa de análise foram obtidos por meio das seguintes fontes: o contato estabelecido com os adolescentes e familiares nas reuniões dos grupos multifamiliares, entrevistas realizadas com cada um dos adolescentes, leitura dos prontuários dos adolescentes no CDS e entrevistas realizadas com os familiares e técnicos do CDS, responsáveis pelo cumprimento da medida.

6.1 João, o filho que carrega mágoa do pai

Idade: 19 anos

Escolaridade: 8ª série e 1º ano do 2º grau (supletivo, frequenta a escola duas vezes por semana no período noturno)

Situação profissional: Não está trabalhando. Algumas vezes ajuda o pai no trabalho como pintor.

Idade da companheira: 16 anos

Idade da filha: 6 meses

Apresentação do adolescente

João é um jovem de 19 anos de complexão física miúda. É tímido e educado. Cursa atualmente e, ao mesmo tempo, a 8ª série do ensino fundamental e o 1º ano do segundo grau, na forma de curso supletivo no período noturno.

Situação e história familiar

Aos 13 anos João perdeu a mãe e depois de alguns meses – quando o pai, Sr. J. se casou novamente, o adolescente e os irmãos: T (irmã de 25 anos que tem um bebê de 7

meses), A (irmão de 23 anos) e D (irmão de 10 anos), passaram a morar sozinhos. Com a nova companheira, Sr. J. teve uma outra filha, hoje com 3 anos.

João tem uma filha de 6 meses com B., uma também adolescente de 16 anos. Ela e o bebê moram na casa dos pais de B. Segundo o adolescente, os sogros o tratam bem *assim como o seu pai*.

João relata que, enquanto não arruma emprego, algumas vezes ajuda o pai, que é pintor. Apesar de ser remunerado pelo trabalho, não pode realizá-lo com muita frequência, pois apresenta uma limitação física que o impede de levantar completamente o braço. Essa restrição, segundo o adolescente, é atribuída a uma seqüela que resultou dos trotes impostos pelos veteranos na época em que estava no quartel. A brincadeira teria provocado o deslocamento da clavícula e comprometido de 20 a 30% do movimento de um dos braços.

João conta, com grande emoção, que sente muita falta da mãe - que era *a única pessoa que cuidava e se preocupava com ele* - e diz se lembrar que começou a “aprontar” depois que ela morreu, na tentativa de chamar a atenção para si. Na época do falecimento da mãe, João tinha apenas 13 anos e diz ter sofrido muito e se sentido muito só, embora tenha guardado apenas para si esses sentimentos. Diz ter muita mágoa do pai, o qual, segundo ele, não liga mais para os filhos e só se importa com a nova família. A grande mágoa em relação ao pai, no entanto, encontra explicação em duas atitudes do pai que João não consegue perdoar: o fato de ele ter se casado apenas alguns meses após a morte da mãe e, por ele não ter acreditado na inocência do filho quando este foi acusado do homicídio de um outro adolescente: *na hora que eu mais precisei ele me abandonou* (sic).

O adolescente se queixa de que o pai não se importa com a neta (filha de João) e que se preocupa apenas com o filho da irmã. Diz que ama o pai, que precisa muito dele e que *gostaria que o pai falasse mais com ele*, mas que não consegue lhe dizer isso. Na infância, também sentiu o pai distante e gostaria que ele tivesse sido mais presente. Apesar da mágoa em relação ao pai, João diz se preocupar com o que o pai sente em relação a ele, mas... *a besteira já estava feita*. Quando João precisa de alguma coisa para a filha e não tem dinheiro, recorre ao irmão de 23 anos, que é agora o chefe da casa e o único a ter emprego fixo.

Em algumas das tentativas que fiz por telefone para marcar a entrevista com João, falei com o Sr. J. e, pela sua presteza num dia em localizar João e, em outro em levá-lo pessoalmente ao CDS para a entrevista, pude perceber que, mesmo de longe, o pai continua cuidando e se preocupando com o filho, embora numa medida considerada insuficiente pelo adolescente, que gostaria que ele fosse mais próximo e que tivesse mais confiança no filho.

Trajetória no CDS

Sete meses antes do homicídio, de cuja autoria João foi acusado, ele havia brigado com a vítima. O adolescente relata que no dia e hora do crime estava com a companheira e os irmãos. João relata ter pago por um crime que não cometeu. Ficou preso por duas horas no DCA, foi torturado para assumir a culpa pelo crime, mas diz não ter assinado nenhum documento nesse sentido. Depois de muita tortura foi levado para a Delegacia da Criança e do Adolescente e de lá pediram ao Sr. J. que fosse buscá-lo. Na sua casa ninguém sabia que o adolescente tinha sido levado para a Delegacia.

Por essa acusação, João cumpre medida Sócio-educativa em regime de liberdade assistida.

História da gravidez da companheira e da paternidade

João foi o primeiro a intuir a gravidez da companheira, que ocorreu após três anos de namoro e, segundo ele, devido ao “estouro da camisinha”. Diz fazer uso de preservativo regularmente e que nunca duvidou da paternidade de sua filhinha de 6 meses.

O adolescente ficou feliz com a notícia, mas teve medo da companheira fazer aborto, pois esta só se conformou com a perspectiva da maternidade depois que o bebê nasceu. A família da moça apoiou o casal e também era contra o aborto. Segundo João, a família da namorada deu ao casal uma casa para morar, a qual será ocupada apenas quando o adolescente conseguir um emprego. Segundo ele, os pais da namorada ajudam mais do que seu próprio pai.

De acordo com João, teria sido melhor que o bebê tivesse nascido mais tarde, quando ele já tivesse um emprego e casa para morar. Apesar da falta de planejamento, a filha foi “recebida” pelo adolescente, como uma possibilidade de mudar de vida: *ficar*

mais em casa e parar de aprontar. No início, desejou um menino, mas depois ficou conformado com a chegada da menina. Durante a gravidez, achou *diferente ver a barriga da companheira crescer e o bebê mexer dentro dela.* Até o quarto mês de gravidez, achou que a companheira B. estava mais bonita, apesar de ela reclamar que estava gorda e feia. Depois ela engordou muito e ficou realmente gorda. Após o nascimento da filha, B. começou a emagrecer e, segundo João, está bonita de novo.

Quanto ao adolescente, após a chegada do bebê e da maioridade, *parou de aprontar e agora só pensa em trabalhar.* As pessoas começaram a *vê-lo como homem,* diferentemente do passado que *o viam como moleque, pois só vivia aprontando (sic).*

Segundo João, *o que ajuda a desempenhar o papel de pai é saber que agora tem responsabilidade, saber que tem que cuidar da filha, brincar com ela. Para ser pai de verdade precisaria de um emprego.* Sente dificuldade em assumir o papel de pai quando não tem dinheiro para suprir as necessidades da filha. Em casos de urgência, é o irmão mais velho que o socorre com alguma ajuda financeira ou então, os sogros. Fica magoado com o pai, pois este ignora seu novo papel e não dá atenção para a sua filha como faz com o neto, filho da irmã.

Na família, não ocorreram muitas mudanças, mas a vida de João mudou muito depois do nascimento da filha: parou de sair para festas, boates, *aprontar* e voltou a estudar.

Sentiu uma emoção muito forte ao ver a filha pela primeira vez. Sentiu que o bebê fazia parte dele, experimentou um sentimento de alegria e responsabilidade pela filha. Achou o bebê parecido com ele.

Acha a filha *muito séria, caladinha,* pensa que *é um bebê bravo (sic).* Suas preocupações no momento são: cuidar da filha, poder dar para ela as coisas boas que não teve, como mais educação, brinquedo, mais estudo, mais carinho, companhia.

Como projeto para a vida da filha desejaria que ela fosse bonita e professora. Casamento só depois dos estudos terminados. Gostaria que a filha se lembrasse dele com carinho e amor. Queria ser o pai que a filha sempre desejou: *o paizão (sic).*

Sente dificuldade como pai quando o bebê começa a chorar. Segundo ele, a mãe é mais habilitada para acalmar a criança porque pode dar de mamar e brincar, (cuidar do bebê é visto como uma função feminina). João diz que nessas horas não tem paciência. Gosta de brincar com o bebê quando ele está calmo. Nas brincadeiras, irrita a filha e a entrega para a mãe. Diz gostar de ver a carinha que ela faz quando chora.

Quando indagado sobre o que faz um “paizão” responde que *um paizão brinca, dá carinho e acalma*. Diz que só fará o bebê chorar enquanto ele for pequeno e que *será um paizão quando o bebê crescer*. Algumas vezes porém, segundo ele, consegue ser um *paizão*.

Segundo o adolescente, *a filha representa todos os bons sentimentos: responsabilidade, amor, carinho*. Acha importante a presença do pai para o filho não crescer revoltado e *não se envolver com coisa que não presta*. Acha que *o pai precisa assumir o filho: registrar (dar o nome), estar presente, dar sustento*. Para João, *ser pai significa abrir mão de alguns prazeres, ser responsável, trabalhar, cuidar*.

Para ser um bom pai, segundo o adolescente, *é preciso incentivar, dar apoio, estar presente na hora que o filho precisar (ser disponível), dar carinho, apoiar, não abandonar*. *O menino vai ver que ninguém se preocupa com ele (...) aí começa a fazer coisa errada (sic)*.

Diz não ter um modelo de pai e que precisará construir o seu próprio modelo. Segundo João, a filha o atraiu para uma vida regrada e de responsabilidade. Parou de *aprontar* porque a filha nasceu e porque a companheira e a filha se importam com ele. Seu projeto em relação à filha é: *fazer de tudo para dar do bom e do melhor pra ela, estar sempre perto dela*.

6.2 Tito, o filho (sem pai) que triunfa como pai

Idade: 18 anos

Escolaridade: 8ª série do ensino fundamental (período noturno)

Situação profissional: Não está trabalhando. Ajuda o padrasto na produção de hortaliças no sítio onde moram.

Idade da companheira: 17 anos

Idade da filha: 1 ano e 1 mês

Apresentação do adolescente

Tito é um jovem alto e magro, tem pele e cabelos bem claros e olhos castanhos. Tem uma aparência simpática, apresenta-se vestido como os jovens da sua idade e traz na parte interna de um dos braços uma enorme tatuagem com o nome do filho. É educado, tranqüilo e foge do estereótipo da maioria dos jovens na sua condição (cumprindo medida socio-educativa). Todavia, o que Tito afirma com convicção, acaba não se realizando na prática e, inesperadamente, ele pode se encontrar novamente envolvido em uma situação da qual se imaginava que ele estivesse distante ou protegido, como por exemplo, uma acusação de envolvimento no estupro de uma jovem poucas semanas após esta entrevista.

Situação e história familiar

Tito mora com a mãe (Sra. C.), com o padrasto e com uma irmã de 15 anos que também é filha do pai de Tito. A filha mais velha da Sra. C., que é meia-irmã de Tito, tem 21 anos e mora com a madrinha.

Tito não conheceu o pai e foi criado pelo padrasto desde pequeno. O adolescente conta que quando era pequeno, o relacionamento com o padrasto era melhor. Conforme foi crescendo começaram os conflitos e as intrigas dentro de casa. Nessas ocasiões, a mãe fica dividida entre o filho e o marido. Segundo o que relatou a Sra. C., em um dos encontros que tivemos durante as reuniões multifamiliares, certa ocasião pensou em abandonar o companheiro, pois este a mandou escolher entre ele e o filho.

Trajétoria no CDS

Tito conta com certo orgulho que foi preso duas vezes por assalto a “mão armada”: uma vez na rua, pelo roubo de dinheiro e celular quando tinha entre 15 e 16 anos e, outra vez, pelo roubo de uma mala com dinheiro do dono de uma faculdade.

Nessas duas ocasiões, Tito ficou internado no CAJE. O adolescente conta que antes disso tinha medo de ser pego, mas depois da primeira vez, apesar da má experiência no CAJE, perdeu o medo e já não se importava tanto com essa possibilidade. Conta que, na época, compartilhava do pensamento que circula na cultura de rua, segundo o qual se *deve aproveitar o tempo* (para cometer delitos) *antes que se complete a maioridade* porque *depois a coisa muda (...) depois de ficar de maior* (sic). Tito relata que depois do nascimento do filho nunca mais saiu para roubar e sempre arruma uma desculpa quando os amigos fazem alguma proposta nesse sentido.

História da gravidez da companheira e da paternidade

Quando Tito recebeu a notícia da gravidez da companheira S., o namoro já durava um ano e oito meses. S. nessa época, com 15 anos, morava com a família em Goiânia. Tito foi convidado para passar o Natal com a família da moça e lá recebeu a notícia da sua gravidez. Ficou preocupado com a reação da mãe e com medo de que o padrasto a influenciasse a não aceitar bem a notícia. A primeira providência do adolescente foi dar a notícia à mãe e só se acalmou depois que a mesma disse estar contente com a novidade. O adolescente conta que a família da moça, principalmente o padrinho e o pai, no início não gostaram da notícia, pois a mesma situação já havia acontecido com a irmã de S. que precisou parar de estudar e hoje –casada e com marido desempregado – trabalha como doméstica para sustentar o marido e dois filhos pequenos. A situação se acalmou quando Tito disse que assumiria o filho e a namorada. Nessa época trabalhava no CESAMI e foi morar com S. na casa dela. Segundo o adolescente, a mãe lhe deu muito apoio e chegou a comprar tudo o que o casal precisava. Tito foi reembolsando a mãe aos poucos com o seu salário. Depois da gravidez, S. parou de estudar e hoje trabalha, assim como a irmã, como doméstica. Enquanto S. trabalha, os cuidados do bebê são assegurados pelas mães dos adolescentes.

Tito acompanhou a gravidez da companheira e descreve com emoção os sentimentos na época: *eu sabia que ela tava trazendo na barriga uma coisa que era minha (...) ninguém podia me tirar aquilo (...) e eu tinha que dar muito valor naquilo*. Conta que S. gostava muito quando ele era carinhoso com ela e principalmente quando agradava a sua barriga. No dia do parto, ele e a Sra. C. acompanharam S. ao hospital, mas não esperaram o bebê nascer. Tito foi avisado do nascimento do filho de madrugada e, tanto ele como a família de S., não conseguiram dormir esperando a hora

de conhecer o bebê. Descreve o nascimento do filho de maneira emocionada: *eu não sei nem explicar*. O adolescente relata que quando chegou ao hospital para conhecer o filho, este estava tomando banho e quando foi buscá-lo, as enfermeiras mostraram o bebê e o colocaram no seu colo. Tito descreve o que sentiu: *Achei. uma coisa muito estranha, você se sente muito emocionado (...) Aí fiquei muito alegre, peguei ele (...) Você já chega lá pensando como vai ser o rosto dele, como é que ele é (...). Aí quando você vê aquela coisa pequena, você já pensa tudo ali, aí você imagina: daqui a alguns dias 'tá' grande (...). É bom*. O bebê correspondeu às expectativas do adolescente porque, segundo Tito, se parece muito com ele. O nome foi escolhido pelo casal após pesquisarem em livros e revistas, embora não conhecessem o seu significado.

Segundo o adolescente, a companheira teria dito a Sra. C. que quis engravidar para ver se Tito mudava. O adolescente relata que S. imaginou que pudesse *consertá-lo*, pois ele era *muito despreocupado com a vida*. Tito acha que a companheira *se precipitou* em relação à gravidez, pois ela também *se prejudicou porque parou de estudar sendo que já estava no segundo grau*. Pondera que por outro lado ela conseguiu que ele se modificasse. Apesar da mudança positiva no comportamento de Tito, o casal brigava muito. O adolescente continuava saindo com os amigos, e a companheira era muito ciumenta. Quando o bebê fez 5 meses, eles se separaram e Tito voltou para a casa da mãe. O casal ficou algum tempo sem se falar, durante o qual o adolescente era impedido de ver o filho, mas finalmente decidiu ter um relacionamento *normal e amigável* (sic), dentro do qual há espaço também para a relação afetiva e sexual do casal. Tito tem planos de constituir uma família com a companheira e com o filho. Alimenta também a esperança de um dia conseguir um bom emprego, de possuir casa própria e de conseguir pagar um bom plano de saúde para o filho, pois, segundo o que relatou, *a pior coisa que pode ocorrer a um pai é levar o filho doente ao hospital e ser atendido com descaso e desrespeito*. O adolescente sonha com passeios junto com o filho nos finais de semana e com a possibilidade de receber a mãe e os familiares em sua própria casa. Pretende estar sempre presente na vida do filho e não deseja ter outros filhos.

O adolescente pensa que a experiência da paternidade *não é ruim e se a pessoa tiver sentimento, quando tem um filho muda pra melhor*. Acha que Deus lhe mandou o filho para dar um outro sentido à sua vida, *para colocá-lo no bom caminho*. Diz ter se

tornado uma pessoa melhor depois da paternidade: *fico mais em casa, não penso em sair pra gastar dinheiro nos finais de semana com festa, com farra*. Atualmente prefere trabalhar ou ficar com o filho. O relacionamento familiar melhorou e, segundo o adolescente, as pessoas passaram a valorizá-lo, pois o vêem mais responsável e preocupado com o filho: *até as pessoas te enxergam de um modo diferente*. Segundo relata, quando está com o filho *consegue mostrar às pessoas o lado bom da sua personalidade, o lado responsável pelo papel de pai* que é mais valorizado pelos outros. Quando questionado sobre o que poderia fazer para fortalecer essa boa imagem, Tito responde que bastaria investir mais nos estudos.

Apesar desses projetos positivos, o adolescente não conseguiu sustentá-los por muito tempo e alguns dias depois desta entrevista foi acusado de envolvimento em um estupro e afastou-se do CDS.

6.3 Iago, o filho que repete o abandono do pai

Idade: 18 anos

Escolaridade: 6ª série do ensino fundamental (período noturno)

Situação profissional: Não está trabalhando. Recebe por meio do CDS a Bolsa de Reinserção Juvenil (BOREJ) de R\$ 130,00, condicionada à frequência escolar.

Idade da companheira: 21 anos

Idade do filho: 1 ano

Apresentação do adolescente

Iago é um jovem de pele morena e olhos castanhos, complexão miúda que traz no corpo e na expressão facial sinais da sua história de carências e exclusão. Expressa-se com facilidade e utiliza com frequência o “linguajar da rua”.

Situação e história familiar

Iago mora com a mãe, com o padrasto e com quatro irmãos menores: duas meninas de 13 e 10 anos e dois meninos: um de 5 anos e outro de 1 mês. Esta é a

terceira união conjugal da mãe do adolescente, que já dura 11 anos. A família é mantida apenas com a aposentadoria do padrasto do adolescente. Iago é filho do primeiro casamento que acabou logo após o seu nascimento. O pai de Iago é alcoólatra até hoje e nunca se preocupou em conhecer o filho nem em contribuir para a sua educação. Quando o adolescente completou 16 anos, quis conhecer o pai e foi procurá-lo na cidade onde ele mora. Depois desse primeiro encontro, nunca mais soube do pai e nem recebeu respostas para os recados que deixou para ele. O pai não voltou a se casar, mas teve um outro filho. No único encontro que teve com o adolescente, contou que foi a mãe de Iago que fugiu de casa e que a sua intenção não era levar junto o filho, mas deixá-lo com a sogra ou com a cunhada. A mãe teve uma segunda união ainda quando o adolescente era pequeno e desta união nasceu mais uma filha. O casamento acabou um ano e meio depois, quando a mãe, segundo ele ainda “no resguardo”, foi agredida no pulso com uma faca, quando tentava proteger o filho da ira do padrasto. Dois anos depois, a mãe de Iago conheceu o companheiro atual e teve com ele mais três filhos. O adolescente admira o padrasto e tem com ele um bom relacionamento. Atualmente está procurando um emprego em regime de meio período, pois argumenta que se trabalhar em período integral não terá tempo hábil para se arrumar e ir à escola, que é atualmente a sua prioridade.

Trajetória no CDS

O adolescente teve duas passagens pelo CAJE: por porte de arma, roubo e tráfico. Na última vez, a acusação, segundo Iago, foi 157 (roubo) e a sanção pelo ato infracional foi a Liberdade Assistida.

História da gravidez da companheira e da paternidade

Iago morou com a ex-namorada P., na casa da sogra, durante seis ou sete meses. Nesta época trabalhava como cobrador e a companheira apenas estudava, pois vivia com a pensão que o pai lhe havia deixado. Quando ela estava no segundo mês de gravidez, o casal brigou, pois P estaria se relacionando com um amigo de Iago, que conheceu nas visitas que fazia ao irmão no CAJE. Enfurecido, o adolescente pegou o revólver do avô e resolveu matar o casal. Relatou que a revolta era tanta que não estava se importando com o bebê: *ainda não tava totalmente gerado, né? Tem vida mas ainda não tá no mundo (...)* Já que tá dentro dela, vai ele e ela (...) Eu ia ‘pegá’ os dois (sic).

O jovem conta que não conseguiu concretizar o plano, pois não encontrou o casal e foi pego pela polícia e levado ao CAJE. Quando questionado sobre o que aconteceria se ele conseguisse encontrar o casal e executar o seu plano, ele responde com a maior naturalidade: *eu ia preso, uai!* No quarto mês de gravidez da ex-companheira, fizeram as pazes, mas não voltaram a morar juntos. Iago conta: *quando ela fez quatro ‘méis’, [eu] já tava assim mais sentimental, a barriguinha dela já tava grande (...). Aí eu olhei assim, partiu o coração no meio (...) aí eu falei: não, agora eu tenho que me aproximar dela (...). Aí me aproximei, fiquei com ela.* O adolescente conta que foi avisado de que o bebê iria nascer, e na hora do parto estava com a ex-companheira. Conta emocionado: *aí eu vi o neném no berço lá com ela, viche, aí partiu o coração no meio! Uem! Chorando! E ela: “é o teu nariz, ó o teu (...) vai sê tudo procê” e o olhinho dele bem puxadinho assim, falei: viche! É meu mesmo! (...) Aí eu saí de lá foi gritando: ui! e a mãe dela: “calma filho, tá doido”?* Iago descreve as primeiras preocupações como pai: *Eu falei: é, agora só cuidar do meu filho, ochê, fiquei feliz demais, só Deus sabe mesmo. (...) Quanto às mudanças que ocorreram em sua vida diz que: mudou tudo! Porque eu botei minha cabeça (...). Muito tempo eu fiquei ‘ca’ cabeça fora do lugar. Mas agora que eu ‘tô’ de maior aí eu quero é correr atrás do meu filho, ‘pra mim’ me aproximar dele, porque eu ‘tava’ tão distante dele (...) Quero me aproximar ‘pra mim’ dar o amor de pai pra ele e ele dá o amor de filho (...). Quê a gente sente falta, sabendo que é meu, que ele ‘tá’ no mundo, eu não ‘tô’ vendo ele, não ‘tô’ transmitindo o meu amor pra ele.*

O casal se separou definitivamente quando o bebê completou 3 meses e até hoje Iago não voltou para visitá-lo. Diz ter ainda muita mágoa da ex-companheira, pois estava gostando muito dela e nunca havia dado motivo que justificasse a traição. Apesar do desejo de ver o filho, não vai visitá-lo porque tem medo de ser cobrado pela ex-companheira e pela ex-sogra por não contribuir com o seu sustento. Teme igualmente não ser mais reconhecido como pai, pelo filho.

Apesar dos projetos positivos para o futuro, após algumas semanas, Iago foi preso novamente e desta vez, como já era maior de idade, foi para a prisão comum (Papuda).

6.4 Ariel, o filho pobre sem direito de ser pai

Idade: 18 anos (foi pai aos 17 anos)

Escolaridade: 7ª série (não frequenta a escola há um ano)

Situação profissional: trabalha numa carvoaria há seis meses sem registro em carteira

Idade da companheira: 16 anos

Idade da filha: 7 meses

Apresentação do adolescente

Ariel é um rapaz franzino (estatura pequena e magra), pele bem morena, cabelos lisos e feições delicadas. Chega ao CDS para a entrevista todo sujo de carvão, pede para lavar as mãos e se desculpa por não estar limpo, uma vez que estava no meio do expediente na carvoaria onde trabalha. Neste dia, o adolescente aproveitou uma saída do serviço com um colega de trabalho para transportar um carro e atendeu ao meu pedido para realizar a entrevista. Pela maneira como se expressa, constato que a sua vida escolar foi muito negligenciada. Durante toda a entrevista me chama de tia e se emociona quando relata as circunstâncias que o levaram a receber a medida socioeducativa (L.A.). Quando fala da filha, a emoção é ainda maior: chora várias vezes e relata seu sofrimento por sentir-se excluído da rotina de vida da filha, uma vez que não a vê todos os dias, por falta de tempo e por ter se afastado da ex-companheira. Além do ciúme excessivo que esta sentia em relação a Ariel, o casal brigava muito, pois sofria grande pressão da parte da família da moça, para não ficar junto.

Situação familiar

Ariel mora na casa dos pais, Sr. V. e Sra. M., onde vivem igualmente seis dos sete filhos do casal: quatro homens e três mulheres. Um dos filhos é casado, também tem uma filha e mora com a sua própria família. Sr. V. trabalha como pintor sem vínculo formal, e a família é beneficiária do programa “Renda Minha”. Ariel trabalha há seis meses em uma carvoaria, também sem registro em carteira. Sente-se muito próximo do pai, que segundo o adolescente, está sempre disposto a ajudar os filhos e o tem como modelo.

Trajetória no CDS

Ariel cumpre medida socioeducativa por ter cometido um homicídio quando tinha 16 anos. O adolescente teria atirado acidentalmente em um primo, enquanto brincava com mais quatro companheiros, com um revólver deixado aos seus cuidados por um vizinho. Apesar de Ariel e do pai, Sr. V. terem prestado socorro imediatamente à vítima, levando o adolescente ferido ao hospital, ele faleceu no dia seguinte. Segundo Ariel, foi a “pior coisa que aconteceu na sua vida”, pois se tratava de um primo com quem o adolescente se dava muito bem. Na ocasião, recebeu todo o apoio do pai – que esteve o tempo todo ao seu lado, da ex-namorada M. – mãe da sua filha – a qual chegou a fugir com ele e se esconder na casa de uma tia, assim como da família de M.

História da gravidez e parentalidade:

Quando M. engravidou, o casal já namorava há três anos. Ariel relata que ficou feliz com a notícia, embora deixe transparecer ao longo da entrevista a sua ambivalência em relação à gravidez. Conta que M. ficou muito triste com a confirmação da gravidez, após dois ou três meses de suspeita e teve muito medo de dar a notícia à sua família. Segundo o adolescente, a família da moça insistiu para que a jovem não tivesse o bebê, dando-lhe inclusive remédio para provocar o aborto. Durante a gravidez, o adolescente achou a companheira “muito linda mesmo” e “só pensava em ficar perto” da companheira e da filha. Apesar de todas as dificuldades materiais, Ariel propôs morarem na casa do pai. A sugestão não foi aceita pelos familiares de M. e, mesmo contra a vontade da família, a adolescente certa vez fugiu para a casa dos pais de Ariel e lá ficou até ser resgatada pela sua família.

Depois disso, M. continuou morando, como sempre, na casa da avó paterna que a criou como filha. Quando M. nasceu, sua mãe, sem condições de cuidar dela – pois estava fortemente envolvida com drogas, entregou-a aos cuidados do pai de M. e da avó paterna. Atualmente, tanto o pai, que mora ao lado da casa da avó de M., como a mãe da adolescente se recasaram e ambos têm, cada um com o seu parceiro, uma situação conjugal estável. Assim que soube do nascimento da filha, Ariel foi visitá-la no hospital. Diz ter sentido muita emoção e desejo de *ficar abraçando a filha e a mãe dela*. Achou a criança: *linda todinha* e ficou muito agradecido por M. ter-lhe dado uma filha. O namoro dos adolescentes acabou quando o bebê completou 7 meses.

Ariel relata que a família de M. não o aceita e que a convivência é difícil. O mesmo não ocorre com os pais do adolescente, que se entendem bem com a família de M. Depois da gravidez, a família de M., segundo o adolescente, passou a hostilizá-lo. Ariel conta que a única coisa que pensou diante da gravidez da companheira foi: *minha vida vai mudá agora. Agora eu vou me endireitá.* O adolescente relata que não imaginava que a família de M. fosse colocar tanto obstáculo na vida do casal, se intrometendo e se opondo ao projeto do casal de morar junto. Ariel acha que, se não fosse essa interferência, ele, M. e a filha estariam juntos. Apesar de gostar muito de M., porque “ela lhe deu uma filha”, não demonstra seus sentimentos. A família de M. acha que Ariel não é capaz de suprir as necessidades materiais da filha e por isso, segundo o adolescente, o desvaloriza. Na visita domiciliar que fiz no dia da entrevista que realizei com M., pude constatar que Ariel tem razão em pensar assim. O adolescente relata com bastante emoção que fica muito deprimido por não acompanhar o cotidiano da filha, uma vez que sai muito tarde do trabalho e não consegue passar para vê-la com muita frequência. Se sente injustiçado pela imagem que M. e sua família fazem dele: farrista e desinteressado pela filha. O pai de Ariel, Sr.V., é sensível ao esforço do adolescente.

Apesar de não conseguir prover materialmente as necessidades da filha, Ariel se preocupa e se sente diminuído pelo fato de a família de M. não solicitar sua ajuda. Diz que, após o nascimento da filha, *tudo mudou: só penso em ‘trabalhá’, só pra dá tudo pra ela (...) não quero que falte nada não.* Ariel deseja ser um pai como o seu: presente, *sempre companheiro, para todas as horas, boas, ruins, feliz, tristes.* Acha que para ser pai é preciso ser uma pessoa responsável porque *depois que você se torna pai, você tem uma boca pra dá de comer e é preciso passar carinho.* Ariel faz planos de começar a economizar para pagar, no futuro, uma faculdade para a filha. O adolescente espera que ela seja uma pessoa educada e honrada. Para si mesmo, tem o projeto de arrumar um bom emprego e no futuro, *como todo pobre deseja, ser classe média.* Ariel é muito sensível ao baixo conceito que a família de M. tem a seu respeito e acha que se não estivesse trabalhando, a família da ex-companheira não o deixaria ver a filha. O trabalho de Ariel lhe garante o mínimo de dignidade perante a família de M.

6.5 Henrique, o filho sobrevivente

Idade: 16 anos

Escolaridade: 5ª série (não frequenta a escola há dois anos)

Situação profissional: procura um trabalho e enquanto não o encontra “faz bicos”

Idade da companheira: 15 anos

Idade do filho: a companheira está no 8º mês de gravidez

Apresentação do adolescente

Henrique é um adolescente magro, alto pele e cabelos bem escuros, de sorriso muito branco, o qual esconde uma história de vida marcada pela carência material e abandono afetivo. Comparece à entrevista vestido com uma roupa surrada e aparentemente mal cuidada. Pela dificuldade que apresenta para compreender minhas indagações e expressar-se, presumo a fragilidade da sua trajetória escolar.

Situação e história familiar do adolescente:

Henrique é o sexto filho de uma prole de 10. Sua mãe, Sra. L., teve três uniões conjugais. Cinco filhos são da primeira união e já estão todos casados, e cinco são da segunda união da Sra. L., desta vez com o Sr. V. O adolescente é o segundo filho desse segundo casamento. Com o terceiro marido, Sr. M., a Sra. L. não teve filhos. As informações fornecidas por Henrique sobre a paternidade dos irmãos são imprecisas e não coincidem com os dados contidos no prontuário do adolescente no CDS.

Segundo o adolescente, seu pai abandonou a família quando ele tinha aproximadamente 5 anos. A Sra. L. também foi mãe na adolescência (teve o primeiro filho com 12 anos). Henrique mora, desde os 13 anos, com a mulher – uma adolescente de 15 anos que dará a luz no próximo mês – e com a sogra, na casa desta última.

História familiar da mãe adolescente

C. é filha única e quando Henrique a conheceu (ele tinha 7 anos e ela tinha 6), ela morava na casa de uma tia. Sua mãe morava no Pará e, embora já estivesse separada do pai de C., tinha com ele uma relação muito instável e de muita briga (sic).

Trajetória no CDS

Henrique foi detido pela segunda vez por roubo de carro. Permaneceu 20 dias internado no Cesani. Já havia passado por uma internação anterior que durou um mês e dois dias. Apresentou ótimo comportamento na instituição. Seu relacionamento com professores, técnicos e colegas foi bom, assim como o seu aproveitamento nos cursos profissionalizantes. Atualmente cumpre Medida Socioeducativa em regime de liberdade assistida.

História da gravidez e parentalidade

Henrique se relaciona com a companheira C. desde os 7 anos de idade. C. morava com uma tia numa casa vizinha à sua e, quando esta deixava C. sozinha e saía para buscar roupas para vender, Henrique ia escondido para a casa de C. O adolescente relata que na época, o namoro não passava de abraços e beijos porque eram muito novos e não sabiam direito o que estavam fazendo.

Quando Henrique completou 13 e C. 12 anos, os adolescentes decidiram morar juntos. Nessa época, a mãe de C. se mudou para o Distrito Federal e concordou com a decisão dos jovens, pois, segundo o adolescente, ela não podia fazer nada. O casal passou então a morar na casa da sogra de Henrique.

Na época, o adolescente (com 13 anos) trabalhava em uma madeireira e ajudava na casa. Henrique e C. freqüentavam a escola, mas logo, o adolescente abandonou os estudos. C. continuou na escola até engravidar.

Segundo Henrique, seus pais não se importaram com a decisão. Sr.V. não morava com a família e a Sra. L. não opinou porque o adolescente já trabalhava. Depois da madeireira, Henrique começou a trabalhar com lotação e, muitas vezes, como trabalhava até tarde, ia direto para a casa de C. e não voltava para dormir na casa da mãe.

O adolescente recebeu com surpresa a notícia da gravidez da companheira porque imaginou que ela fosse improvável: *Nós passou muito tempo sem pegar, aí achei que não pegava mais não* (referência à gravidez) (sic).

Apesar de terem informações sobre gravidez e sexualidade – pois a mãe do adolescente conversava com ele sobre esses assuntos, Henrique achava que a gravidez não era possível porque eles eram muito novos.

O adolescente acha que *a experiência de morar com a companheira está sendo positiva pois parou de beber, de sair para festas*. O lado negativo da experiência, segundo ele, é *não ter um trabalho fixo e ter que fazer bicos* como, por exemplo, o trabalho esporádico de ajudante de pedreiro. Teria preferido que a gravidez da companheira ocorresse mais tarde, quando tivesse *um serviço bom*. Suas preocupações como pai: *não deixar faltar nada para o filho e dar de tudo para ele* (fralda e leite). Henrique diz também não querer repetir com o filho o comportamento da sua mãe, que batia muito nele quando ele era pequeno.

Apesar de estar feliz com a companheira que *lhe dá carinho e conversa com ele*, se pudesse voltar atrás diz que não teria se casado, pois ainda é muito novo e é melhor ficar solteiro. Se não fosse casado, iria *viajar e curtir a vida*. Henrique não vê muitas perspectivas de mudança na sua vida após o nascimento do filho, pois os cuidados com o bebê são, segundo ele, *responsabilidades da mãe do bebê*. A sua parte, diz respeito ao trabalho fora de casa (função provedora). O adolescente relata que, durante a gravidez, C. emagreceu muito e ficou mais feia. O adolescente não tem planos para o bebê e nem para a companheira. Seu grande sonho é *entrar no Exército para ser um policial e fazer altas coisas lá dentro*. Gostaria de poder usar as armas do Exército e *dar muitos tiros*. Tem vontade de usar as armas para caçar como no tempo em que ia para a roça com o pai.

O nome do bebê, Vitor Hugo, foi escolhido pela companheira em uma revista, mas o casal não conhece o seu significado. Henrique *espera que o filho estude, que ele seja um menino honesto, humilde, forte, corajoso e que tenha um bom relacionamento com as pessoas*. Para tanto, Henrique acredita que *tem que pegar no pé dele enquanto ele for pequeno, porque quando crescer não adianta não*. O adolescente acha que o pai deve dar apoio e ajudar a mãe a cuidar da criança, pois *crescer sem o pai como foi o seu caso, é muito ruim e muito difícil para a mãe*. Agora que Henrique está maior, visita o pai de vez em quando, mas até hoje nunca recebeu ajuda da parte dele e nem tiveram muita intimidade.

Henrique tem mágoa do pai e pensa que para um pai estar sempre perto do filho ele precisa respeitar a mulher. Segundo o adolescente, *pai que faz uma criança e some não é pai, é um irresponsável*.

Gostaria de ser para o filho, *um pai alegre que joga bola e brinca com o filho, que está sempre presente e dá carinho (sic)*. Ser um bom pai é, segundo o adolescente, *ser amigo do filho e lhe dar o que for possível*. Henrique acha que a presença do pai é indispensável para que o filho seja forte e corajoso.

6.6 Antônio, o filho decepcionado com o pai

Idade: 19 anos

Escolaridade: 1º ano do segundo grau. Atualmente não frequenta a escola.

Situação profissional: trabalha há cinco anos com a irmã no comércio de DVDs e fitas de vídeo (VHS). A irmã é empresária e possui vários pontos de venda de DVDs e VHSs. Atualmente, o adolescente possui o seu próprio ponto de venda.

Idade da companheira: 18 anos

Idade da filha: 3 meses

Apresentação do adolescente

Antônio é um jovem bem alto, simpático e sorridente. É moreno claro, tem olhos e cabelos castanhos. Tem uma personalidade sedutora, e durante toda a entrevista, fez questão de enaltecer as alegrias da paternidade e da vida conjugal. Foi muito agradável entrevistá-lo, pois, além da alegria contagiante, Antônio tem bastante humor e é muito afetuoso: durante grande parte da entrevista me chamou de “mulher”, tratamento que “estende carinhosamente”, às outras técnicas do CDS.

Situação e História familiar

Antônio é o segundo filho da Sra. R. Tem uma irmã mais velha, que é casada e mora com o marido e um filho pequeno. O cunhado de Antônio já havia sido casado e tem um filho da idade do adolescente, o qual foi seu companheiro nas primeiras

experiências com drogas, as quais não prosseguiram porque Antônio diz não obter prazer com o consumo delas. A Sra. R. atualmente mora sozinha e trabalha como costureira.

Os pais de Antônio se separaram quando o adolescente tinha 3 meses porque a Sra. R. descobriu que O Sr. I. já tinha uma outra família, embora tivesse sempre se apresentado como solteiro. Depois desta experiência, a Sra. R. nunca mais se casou. O Sr. I., embora seja um comerciante bem sucedido e tenha um bom patrimônio pessoal, nunca ajudou a Sra. R. na educação do filho. Esta sempre “lutou com muita dificuldade” para pagar o aluguel e suprir as necessidades da família. O adolescente nunca conseguiu se reaproximar efetivamente do pai. Fizeram algumas tentativas nesse sentido e a cada experiência, uma nova decepção era vivenciada. Segundo Antônio, o pai *perdeu a chance de ter um filho que era seu fã*. Quando era pequeno, idealizava o pai *e falava bem dele pra todo mundo (sic)*. No seu aniversário de 9 anos, mais uma frustração foi somada às tantas outras expectativas em relação ao pai. Antônio relata que o Sr. I. lhe telefonou para convidá-lo para almoçar e este o esperou arrumado até as 18 horas sem que ele aparecesse. O adolescente conta que sempre esperou que o pai lhe desse atenção, lhe oferecesse um presente e que tentasse recuperar o tempo perdido, o que nunca ocorreu. Aos 17 anos, na última tentativa de reaproximação com o pai, teve nova decepção. Depois de uma discussão de Antônio com a mulher do pai, por esta ter criticado a Sra. R., o pai do adolescente ao invés de defendê-lo se omitiu mais uma vez. O adolescente relata que ficou muito magoado e foi embora da casa do pai sem dinheiro, quase no meio da noite. Segundo Antônio, o pai o humilhava e sempre era grosseiro com ele na frente dos outros.

Atualmente, o adolescente diz não precisar mais do pai e nem ter expectativas em relação a ele. Conta que não sente raiva, mas que esperou muito a sua ajuda quando era pequeno. Nessa época chegou a passar fome e não ter o que vestir.

Antônio atribui a maioria dos problemas dos jovens ao fato de eles serem criados apenas pela mãe que *sozinha não consegue não (sic)* dar conta das necessidades materiais e emocionais da família, nem impor autoridade e limites aos filhos. O adolescente argumenta que os filhos precisam da presença concreta do pai e não apenas da sua força simbólica: *não é da presença do pai, tem que ter o pai (sic)*.

Trajatória no CDS

Antônio cumpre Medida Socioeducativa em regime de liberdade assistida por furto cometido em 2005. O adolescente viu um telefone celular tocando em cima de uma bolsa e como ninguém o atendeu, resolveu pegá-lo com a intenção de vendê-lo e conseguir um dinheiro extra. Antônio não é usuário de drogas e não reincidiu no ato infracional.

Anteriormente, teve uma passagem curta pelo CAJE por envolvimento num roubo de carro. Relata que ao invés de ser julgado e rejeitado pela família (mãe, irmã e cunhado), teve todo o apoio e ajuda financeira para não reincidir no ato infracional.

História da gravidez e da parentalidade

Quando A., companheira de Antônio, engravidou o casal já namorava há um ano. A. morava na casa dos pais, e Antônio, com a mãe. Após os primeiros sintomas da gravidez fizeram os exames e tiveram a confirmação. O adolescente relata que a notícia foi um choque e que ficou deprimido: *fiquei meio pra baixo (...) gostava de ficar na rua*. Apesar de as pessoas de fora da família lhe colocarem medo e argumentarem que ele precisaria de muito dinheiro para criar a filha, teve todo o apoio da família (mãe, irmã e cunhado). Para a sua surpresa, ao invés de brigar com ele, a mãe e a irmã se prontificaram a ajudá-lo, argumentando que *um filho é a melhor coisa do mundo*. A experiência, segundo o adolescente, veio confirmar essa teoria.

No terceiro mês de gravidez, como já tinham intenção de morar juntos e, como Antônio já trabalhava, os jovens decidiram se casar. Moram atualmente no sítio do sogro, na casa da família de A., que é grande e confortável. O casal dispõe de um espaço no andar superior da casa, separado do resto da família.

Antônio acompanhou a gravidez da mulher e acha que ela ficou mais bonita. Quando viu a filha pela primeira vez sentiu *um friozinho na barriga*. Durante a gravidez e parto teve muito medo de a filha nascer com problemas. O parto foi induzido, pois já havia passado do tempo. Antônio conta que quando viu a filha, a achou *feínha* porque ela tinha uma mancha roxa no rosto. Logo o sinal desapareceu, e ela ficou com a pele bem clarinha. Apesar de ter gostado do nome da filha – que foi escolhido pela mulher – o adolescente queria ter escolhido um nome mais parecido com o seu. Relata que está

feliz com a vida de casado e com a experiência da paternidade. Acha que encontrou a mulher certa e diz estar conseguindo se organizar financeira e afetivamente. Segundo ele, *a vida de casado é melhor do que a de solteiro.*

Antônio identifica alguns fatores que o ajudam a desempenhar o papel de pai: um bom relacionamento com a mulher, cumplicidade no casamento, o tipo de trabalho que tem, o qual permite que o adolescente tenha um pouco de dinheiro todos os dias. A ajuda da sogra em relação aos cuidados que dispensa ao bebê, permite que A. auxilie o marido no seu comércio. O apoio da irmã em relação a sua independência econômica foi fundamental para que Antônio desse conta de seu papel como pai, marido e chefe de família. O adolescente tem a simpatia e o apoio tanto da sua família, como da família da mulher.

Suas preocupações como pai, atualmente, concernem à possibilidade de faltar alguma coisa para a filha, uma vez que, pelo tipo de trabalho que realiza, corre o risco de perder sua mercadoria. Se pudesse voltar atrás faria tudo novamente, pois sua vida mudou para melhor e a família ficou mais unida.

Tem projetos que incluem toda a família: *comprar um lote, construir uma casa e equipá-la, comprar um carro e melhorar de vida.* Para a filha, os planos são de que ela seja uma profissional (médica ou dentista) e principalmente que tenha independência financeira. Segundo Antônio, sua filha *representa tudo.* Diz que quando chega do trabalho estressado, *só de olhar pra ela, o estresse acaba.* Pensa que *para a pessoa se dar bem na vida precisa ter sabedoria,* o que não é o caso do seu pai. Antônio o acha *rígido, sistemático e muito burro;* pois complicou a sua vida com a infidelidade que cometeu em relação à mãe do adolescente e, ao mesmo tempo, em relação à sua família.

Um mês e sete dias depois desta entrevista Antônio foi desligado da medida.

6.7 Otelo, o filho que não se sente pronto para ser pai

Idade: 18 anos

Escolaridade: 3º ano do segundo grau. Realiza, por imposição da mãe, curso técnico em gesso.

Situação profissional: está procurando trabalho e por enquanto “faz bicos”

Idade da companheira: 21 anos

Idade da filha: 1 ano e 6 meses

Apresentação do adolescente

Otelo é um jovem bem alto e forte. Tem cabelos e olhos castanhos e nas sobrancelhas alguns *piercings*. É educado e tem facilidade de expressão. Pela indefinição profissional (ainda não sabe o tipo de trabalho que quer realizar), parece se tratar de um adolescente sem grandes dificuldades financeiras, o que não é o seu caso, pois sua mãe tem uma carga de trabalho pesada como responsável pela limpeza de uma agência bancária.

História e situação familiar

Otelo é o primeiro filho da Sra. L. O adolescente praticamente não conheceu o pai, que rompeu com a mãe antes do seu nascimento. Catorze anos depois, a Sra. L. teve o segundo filho, hoje com 4 anos, resultado de uma outra união passageira. Assim como aconteceu com o primeiro companheiro – com quem, segundo Otelo, a mãe teria se casado, a Sra. L. não chegou a viver com o pai do seu segundo filho. Até os 15 anos do adolescente, a família era composta somente por ele, sua mãe e a avó. Pouco tempo depois, a avó morreu, e na mesma época, o irmão nasceu. Otelo relata, com aparente falta de emoção, que a ausência da avó não foi sentida como uma experiência totalmente negativa, pois depois da sua morte *teve que aprender a se virar sozinho: cozinhar e cuidar das suas roupas*. O adolescente conta que a avó ocupava o lugar do pai: *ela era o meu pai* (sic) e que, quando era pequeno, sua mãe saía muito e era a avó quem se ocupava dele.

Quando o adolescente tinha 11 anos, o pai apareceu na casa da família para conhecê-lo. Otelo conta que não sentiu emoção nenhuma ao ser apresentado ao pai. Quando a mãe anunciou que havia uma pessoa que queria conhecê-lo e que era o seu pai, ele lhe deu a mão e em seguida, foi assistir à televisão. Mais tarde, no mesmo dia, o pai reapareceu com uma bicicleta com a intenção de presentear o filho. Otelo conta que recebeu o presente sem muito entusiasmo e o guardou, pois a avó já lhe havia dado uma

bicicleta, e apenas muito tempo depois, resolveu usá-la. Após esse dia, o adolescente não voltou a ver o pai.

O avô materno mora sozinho em um sítio e conta com a presença de Otelo quando tem que se ausentar para vir à cidade. O adolescente chegou a morar no sítio do avô por quase oito meses para, segundo a mãe, *sair de circulação*, quando levou um tiro na perna. “Coincidentemente” esse exílio aconteceu na mesma época da gravidez da ex-companheira.

Situação familiar da mãe-adolescente

A ex-companheira de Otelo, srta. S., tem 21 anos e mora na casa dos pais com a filha. Um irmão de S. também mora com a família. A avó da criança é quem se ocupa dela, já que S. trabalha meio período e, segundo Otelo, tem uma vida social intensa (conduta semelhante à da mãe do adolescente no tempo em que ele era criança).

Trajetória no CDS

Otelo cumpre medida socioeducativa por roubo cometido em um ponto de ônibus em Taguatinga, junto com dois amigos. O adolescente sabia que um dos amigos portava uma arma e quando este anunciou o assalto, por medo, obedeceu ao amigo que o encarregou de pegar o tênis de uma das vítimas. Ao ver os policiais, Otelo largou o produto do roubo no chão e saiu correndo.

História da gravidez e da parentalidade

Otelo e S. namoravam há seis meses e não tinham um bom relacionamento. Várias vezes S. havia anunciado falsas gravidez e Otelo não acreditou quando de fato a gravidez ocorreu. Antes que a moça pudesse anunciá-la, Otelo, sem saber o que ocorria, pôs fim ao relacionamento. Apesar de S. insistir que estava grávida, o adolescente só foi acreditar na gravidez quando a sogra ligou e pediu que ele conversasse com S. Nesse dia, o casal fez as pazes e reatou o namoro. Em seguida, Otelo se envolveu em uma rixa, levou um tiro na perna e sua mãe o enviou para o sítio do avô, onde ficou por alguns meses. Depois de quatro ou cinco meses que estava morando com o avô, recebeu a notícia do nascimento da filha. Três dias após o nascimento foi visitá-la na casa da sogra e registrou a menina. Depois do nascimento da filha, voltou a morar na Ceilândia. O

casal continuou o namoro por mais quatro meses embora cada um morasse na sua casa. Otelo nunca duvidou da paternidade porque S. era virgem quando ele a conheceu.

Na época do nascimento da filha, Otelo tinha 16 anos, cursava o 2º ano do 2º grau. Tanto ele como a companheira não tinham emprego. Otelo *sabia que não poderia assumir um compromisso com S. porque não estava disposto a abrir mão de sua liberdade para sair com amigos e porque era “muito mulherengo”*.

Segundo o adolescente, para assumir a paternidade é preciso ter um emprego para pagar as despesas da casa e gostar muito da companheira, o que não era o seu caso.

Apesar dos jovens estarem separados, Otelo tem liberdade para ver a filha sempre que deseja. Tem um ótimo relacionamento com a sogra que, além de cuidar da neta, escolheu o seu *nome numa explícita homenagem ao adolescente* (o primeiro nome da menina é o feminino do seu).

Otelo considera que *as maiores dificuldades para assumir a paternidade são impostas pela família que obriga o pai a desempenhar o seu papel e assumir o filho*. No seu caso, isso não ocorreu porque sua sogra o deixou à vontade para decidir. Apesar de muitas pessoas dizerem que o filho não era dele e que S. “andava” com outros namorados, Otelo não teve dúvidas quanto à paternidade. Teve sim, muito receio de comunicar para a mãe e para a sua família (avô, tios), a notícia da gravidez da namorada e do nascimento da filha, pois na época, *tinha muito medo da sua mãe*. Por ironia do destino, foi sua mãe que, tendo recebido a notícia da sogra de Otelo, ligou para ele na chácara onde estava e comunicou o nascimento do bebê. O adolescente veio rapidamente para a cidade, conheceu a filha, a registrou e voltou para a casa do avô, sem mesmo ter se encontrado com a mãe que, segundo ele, trabalhava todos os dias até meia noite.

Atualmente, é a mãe de Otelo quem leva, nos finais de semana, o dinheiro que o adolescente envia para a filha. O adolescente diz *sentir nojo da ex-companheira*, pois ouviu uns comentários a respeito dela que o deixaram *indignado*. Conta que só visita a filha quando S. não está em casa. Otelo relata as dificuldades de relacionamento que tem com a própria mãe que, segundo ele, “nunca vê o lado bom do que ele faz”.

Há cinco meses, o adolescente relaciona-se com uma outra adolescente – que tem 17 anos e um filho de 5 meses – e que, segundo Otelo, é a pessoa que mais lhe dá apoio. O adolescente se preocupa muito com o que possa acontecer com a sogra, pois é ela quem assume os cuidados da sua filha, uma vez que S. gosta muito de sair para ir às festas.

A sua maior inquietação como pai diz respeito ao conforto material que precisa dispensar à filha. Segundo ele, a pior parte da experiência da paternidade é a cobrança da parte dos outros, que muitas vezes dizem que ele não está ajudando a filha e o chamam de *vagabundo*.

Discussão

Otelo vive a experiência da parentalidade com muita ambivalência. Não consegue integrar o papel de pai e de adolescente, sendo necessário manter uma cisão da personalidade: *para ser pai você precisa ter uma vida como pai e outra vida como homem (sic)*. Esse mecanismo se expressa também pela sua incapacidade de fazer concessões em favor da filha. Embora, racionalmente, conheça *a fórmula do bom pai: autoridade e amor*, pela sua imaturidade emocional não consegue colocá-la em prática.

Pelas observações realizadas nas reuniões multifamiliares conclui que Otelo, assim como uma criança, está em busca da aprovação e da confirmação do afeto das figuras significativas. Sempre participou bastante das atividades propostas e um tema recorrente era a dificuldade de diálogo com a mãe. Colocava-se como um jovem mimado, com mais recursos materiais do que a maioria dos jovens do seu nível socioeconômico. Relutava em falar da profissão da mãe, querendo deixar entender que esta exercia uma atividade que ele considerava mais nobre. Estava sempre ao alcance do meu olhar e na hora do ritual de encerramento sempre estava por perto. Se eu propusesse encerrar a reunião com o grupo de mãos dadas ele se deslocava de onde estava e se aproximava para ficar ao meu lado.

6.8 Ricardo, o filho do traficante que é “um grande pai”

Idade: 17 anos

Escolaridade: 8ª série

Situação profissional: não trabalha

Idade da primeira companheira: 21 anos (teve a filha com 19 anos)

Idade da segunda companheira: 17 anos

Idade da primeira filha: 2 anos

Idade do segundo filho: a atual namorada está grávida de 2 meses

Apresentação do adolescente

Ricardo é um rapaz alto, magro, de cabelo e olhos claros. Apresenta-se vestindo um casaco de couro preto e na mão traz um capacete. Pela aparência e qualidade das roupas destoa dos adolescentes que freqüentam o CDS. Diz ter vindo com a moto do irmão mais velho, que pegou emprestada sem avisar. Quando indago se essa atitude não lhe trará complicações, o adolescente diz que esse é um hábito comum na família. Ricardo se expressa com dificuldade e mostra-se incapaz falar de seus sonhos e projetos. Quando indagado sobre os mesmos argumenta: *ah! Isso tem que ver na hora.*

História e situação familiar

Ricardo é o primeiro filho do Sr. J. e da Sra. M. Tem um meio-irmão de 21 anos e uma meia-irmã de 19 anos (ambos filhos apenas da Sra. M. com dois companheiros diferentes, ambos com longas passagens pela justiça). O adolescente mora atualmente com o pai e durante muitos anos morou apenas com os irmãos (todos menores de idade e assistidos pelo CDS), pois nesta época, sua mãe – também com várias passagens pela justiça – e seu pai estavam presos por tráfico de drogas. A Sra. M. permaneceu presa por muitos anos e mora atualmente, com os dois filhos mais velhos, num barraco construído pelo Sr. J. no mesmo terreno onde ele tem uma casa grande e confortável. O Sr. J. tem uma nova mulher e com ela tem mais três filhos de respectivamente 8, 5 e 4 anos. Ricardo mora sozinho numa edícula construída também no mesmo lote onde fica

a casa do pai. Embora em casas separadas, todos residem, em harmonia, no mesmo lote. O Sr. J. provê, além das despesas da sua família, todos os gastos da família da Sra. M. O jovem sente-se muito próximo do pai que, segundo os técnicos do CDS – responsáveis pela medida, não tem dificuldade para impor-lhe autoridade. Ricardo se refere ao pai com muito carinho e orgulho e diz receber dele tudo o que precisa, pois o mesmo tem condições de satisfazer materialmente todos os seus desejos. Fico sabendo posteriormente que o pai de Ricardo é um conhecido traficante de drogas e de armas – situação que intimida os técnicos do CDS, responsáveis pelas visitas domiciliares. O meio-irmão de Ricardo, que tem 21 anos, também foi acompanhado pelo CDS até atingir a maioridade. Teve passagem pelo CAJE, incriminado pelo homicídio de um padrasto (último companheiro da mãe), também envolvido com drogas e acusado de maltratar com frequência a Sr. M. e os seus filhos. A meia-irmã de Ricardo foi igualmente acompanhada pelo CDS (medida protetiva) e quando completou 18 anos, ficou quase um ano sem dar notícias para a família e, segundo o que relatou, “fazendo de tudo”.

Trajetória no CDS

Em maio de 2003, Ricardo, então com 15 anos, foi preso por assalto à mão armada. Foi interno por 50 dias e posteriormente cumpriu 11 meses em regime de Semi-Liberdade. Em seguida passou a cumprir medida em Liberdade Assistida. Em novembro de 2004, quando estava prestes a completar a medida, prevista para 6 meses, foi acusado – segundo ele injustamente, de ter atirado em um desafeto. O adolescente relata que quando foi preso precisou confirmar a história aos policiais, sob pena de tortura. Conduzido ao D.C.E., sentiu-se mais protegido e desmentiu a responsabilidade pelo atentado.

Na época, além da escola, na rede oficial de ensino, Ricardo frequentava um curso de informática no CDS. Em junho de 2005 o adolescente foi inserido no BOREJ (Bolsa Jovem em Ação). Em dezembro de 2005, quatro meses após a entrevista, voltou a reincidir na trajetória infracional, desta vez por roubo de carro e homicídio.

Em 13/12/2005 foi internado no CESAMI. Em 07/07/2006 passou a cumprir medida, em regime de Semi-Liberdade, no Cantinho Girassol em Taguatinga. Em

26/01/2007, o adolescente ingressou novamente na medida de Liberdade Assistida (L.A).

Em abril de 2007 os autos da Pasta Especial foram arquivados tendo em vista o alcance da maioridade do adolescente. Nessa época, Ricardo continuava estudando, residindo na casa do pai e da madrasta e, portanto vivendo separado das ex-companheiras e dos dois filhos.

História da gravidez e da parentalidade

Com 14 anos, Ricardo teve uma filha, hoje com 2 anos – fruto do namoro com G., uma jovem de 18 anos que morava perto da sua casa. Quando G. engravidou, mudou-se e só reapareceu quando a filha tinha quase 1 ano. Os pais de G. não gostam de Ricardo e os pais deste não acreditam que a filha seja do adolescente, pois, segundo eles, a moça não tinha uma boa conduta e “saía com todo mundo”. Ricardo não convive muito com a filha e até hoje não a registrou, o que fará depois do exame de DNA. Quando G. precisa de alguma coisa para a menina (remédio, fralda), se comunica com o adolescente que providencia o dinheiro para suprir a necessidade do momento.

Durante a entrevista, Ricardo “fala sigilosamente” de um outro filho que a atual namorada, srta. P., estaria esperando. Relata a dificuldade da moça para comunicar a notícia ao pai e o medo desta em relação à reação dele. Segundo o adolescente, a namorada estaria pensando em fazer um aborto, idéia que foi repudiada por ele, mas não comunicada à família de Ricardo, numa tentativa de preservar a imagem da moça. O adolescente imagina que, se a segunda experiência de paternidade acontecer, será diferente, pois ele está envolvido com a namorada atual – com quem se relaciona há sete meses – e que, segundo ele, *é mais dependente e precisa mais dele*.

Apesar desses sentimentos, Ricardo não tem planos de constituir uma família com a namorada e com o filho. Seus planos dizem respeito exclusivamente a si próprio: continuar os estudos, talvez arrumar um trabalho e não sair da casa do pai, que, segundo o adolescente, *já está coroa e precisa de alguém que cuide dele* (na realidade, a situação é inversa).

Situação familiar da mãe-adolescente

P. tem 17 anos, é estudante e mora com os pais.

Discussão

No final da entrevista, coloquei-me à disposição para conversar com a companheira de Ricardo e para ajudá-los em relação à experiência que estavam vivendo. Fiquei sabendo, posteriormente, pelos técnicos do CDS, que o segredo de Ricardo, a respeito da gravidez da namorada, era um “segredo de Polichinelo”. Independentemente de ser ou não um “verdadeiro segredo”, fiquei atenta para a mensagem que veio com ele: seria um pedido para que alguém estivesse ao lado dele neste momento ou apenas uma mensagem de conteúdo exibicionista, através da qual o adolescente comunicava exclusivamente a sua competência viril?

Apesar da minha disponibilidade e presença constante no CDS, Ricardo não voltou a me procurar. Em dezembro de 2005, por intermédio da equipe de técnicos do CDS, responsável pelo acompanhamento do adolescente, soube que ele havia reincidido na trajetória infracional.

6.9 Cláudio, o filho que encontrou no avô um modelo de pai

Idade: 17 anos

Escolaridade: 8ª série (atualmente não está estudando, mas pretende retomar os estudos)

Situação profissional: não trabalha atualmente. Trabalhou durante cinco meses num lava-jato

Idade da companheira: 16 anos

Idade do filho: a companheira está no 3º mês de gravidez

Apresentação do adolescente

Cláudio é um jovem alto, forte, de pele e olhos bem escuros e cabelo crespo e bem curto. É bem educado e gentil, embora apresente aparentemente um déficit cognitivo

importante, o que dificultou a compreensão de questões que exigiam um grau mínimo de abstração. Durante toda a entrevista precisei repetir as questões várias vezes e de diferentes formas, para que ele as pudesse compreender.

História e situação familiar

Cláudio é o terceiro filho da Sra. N. O adolescente tem uma meia-irmã de 21 anos, dois irmãos de 19 e 12 anos respectivamente e uma irmã de 4 anos. A primeira filha da Sra. N. foi fruto de uma união que aconteceu antes de conhecer o Sr. P. com quem teve os outros filhos. O Sr. P. também já tinha sido casado e tido outros filhos. Tanto a Sra. N. como o Sr. P. foram pais na adolescência. Um primeiro filho do Sr. P. também foi pai aos 17 anos. O Sr. P. trabalha atualmente no Mato Grosso e é considerado, pelo adolescente, um bom pai. A família passa por sérias dificuldades financeiras e sobrevive quase que exclusivamente do salário dos dois filhos mais velhos (a filha é balconista e o filho realiza “serviços gerais”). Quando pode, o Sr. P. manda algum dinheiro para a família. O avô paterno do adolescente – o qual é considerado pelo adolescente um ótimo pai, pois mesmo com os filhos crescidos continua trabalhando e cuidando da família – também socorre a família. Trata-se de uma família cujas dificuldades materiais fortaleceram os laços de respeito, amizade e solidariedade. Cláudio parou de frequentar a escola, segundo a Sra. N., porque o lugar onde moram é muito perigoso para sair à noite, e a família não dispõe de recursos para pagar o transporte para o adolescente frequentar outra escola.

Situação familiar da mãe-adolescente

A., a companheira de Cláudio, tem 16 anos e até saber da gravidez morava com a família. Quando soube que estava grávida, passou a morar na casa do adolescente e até hoje não teve coragem de contar “a novidade” à família. Parou de estudar porque começou a apresentar dificuldade na escola que é considerada por ela “muito puxada”. Depois do nascimento do bebê, pretende retomar os estudos. Assim como sua irmã, tem projetos ambiciosos: se preparar para prestar o vestibular para o curso de medicina. A família do adolescente admira o bom desempenho escolar de A. e a incentiva a prosseguir os estudos.

Trajetória no CDS

Cláudio cumpre, desde 19/10/2005, medida socioeducativa na modalidade de Liberdade Assistida (L.A.), sancionada por no mínimo seis meses, por ter cometido um assalto a um ônibus em companhia de um amigo. Ambos portavam um revólver, e, enquanto o companheiro recolhia o material roubado, Cláudio apontava a arma para os passageiros.

Antes da L.A., ficou preso no CESAMI durante 38 dias.

História da gravidez e da parentalidade

Cláudio recebeu a notícia da gravidez da namorada pela Sra. N., quando ainda estava preso. Inicialmente achou que fosse apenas uma maneira de a mãe lembrá-lo de que precisaria mudar de vida e ser mais responsável. Relata que não ficou muito surpreso com a notícia, pois de alguma forma já suspeitava da gravidez e sempre teve vontade de ter um filho. Normalmente, o casal fazia uso de preservativo, mas depois que voltavam de festas essa regra não era observada. Indagado sobre as mudanças que ocorreram na sua vida depois da gravidez da companheira, o adolescente diz que *agora tem que arrumar um emprego e precisa parar de sair para a rua e para festas*. Quando soube que seria pai, se sentiu ambivalente, pois, apesar de sempre ter desejado um filho, ficou com medo de perder a liberdade de sair com os amigos e de ser controlado pela namorada. Cláudio conta que a família toda se mobilizou com a notícia: a mãe ficou contente, pois este será o seu primeiro neto; o pai de longe acompanha a gravidez da nora e a irmã se prontificou a assumir o sobrinho caso os adolescentes não quisessem cuidar dele. Todos participam da gravidez e contribuem como podem: materialmente e/ou com sugestões de nomes e se prontificando a ajudar a cuidar do bebê. Todavia é a Sra. N. quem mais o apóia, dando-lhe conselhos, ajuda financeira e carinho. Cláudio acha que para ser pai, apesar de precisar de um trabalho e de independência financeira, isso não é suficiente: *não é só o dinheiro, o amor também é muito importante* (sic). O adolescente faz planos para o filho: quer que seja uma menina porque segundo ele: *é menos danada, homem é mais danado*. Quer que a filha estude e que seja *que nem a mãe dela, inteligente que nem a mãe dela* (sic). Para o futuro, deseja que a filha continue os estudos e siga eventualmente a carreira de professora. Com exceção da preocupação em relação a conseguir um trabalho e matrícula na escola para conseguir se

beneficiar da Bolsa de Reinserção Juvenil (BOREJ), Cláudio não tem grandes preocupações como pai. Relata que se tivesse pensado melhor, teria adiado a paternidade para quando ele e A. já tivessem terminado os estudos. Embora não tenha planos muito ambiciosos como é o caso da companheira, o adolescente relata que gostaria de realizar um curso técnico em eletrônica, e de poder pagar o aluguel de uma casa para viver com A. e o filho, independente da família: *qualquer trabalho de seiscentos reais pra mim tá bom, já dá pra cuidar* (sic). Seu modelo de pai é o avô paterno que, além de muito presente e carinhoso conseguiu fazer com que todos os filhos estudassem e até hoje, apesar de já estarem todos adultos, ainda se preocupa em prover a família.

6.10 Lear, o filho que recuperou o pai pela própria condição de pai

Idade: 16 anos

Escolaridade: 1º ano do segundo grau

Situação profissional: não trabalha

Idade da companheira: 18 anos

Idade do filho: 3 meses

Apresentação do adolescente

Lear é um jovem alto e forte, de pele bem morena e olhos castanho escuros. Tem cabelos bem lisos e um sorriso grande e muito branco. É um jovem educado e gentil. Apesar dos projetos positivos para a sua vida acadêmica, profissional e afetiva, pode perceber que falta convicção para a concretização deles. Apesar do forte apelo e da grande influência, predominantemente negativa, exercida pelo grupo de amigos, Lear possui um vínculo muito forte de amor e carinho com a família, com a qual sabe que pode contar, nos momentos mais difíceis da sua vida. Apesar de o relato do adolescente enfatizar *os pontos positivos da experiência da parentalidade*, tais como *a possibilidade de se cuidar mais e de se proteger para ser capaz de proteger a filha*, pode perceber, nas entrelinhas do seu discurso, quão sofrida e assustadora tem sido a experiência desse

menino que, aos 16 anos, passou, compulsoriamente, a priorizar a experiência da parentalidade em detrimento da própria adolescência.

História e situação familiar

Lear é o primeiro filho do Sr. J. e da Sra. M. O casal tem ainda uma filha de 13 anos. Trata-se de uma família bem estruturada: o Sr. J. trabalha na Administração Pública e a Sra. M. é dona de casa e uma mãe cuidadosa e afetiva. Na ocasião da gravidez da namorada do adolescente, a família apoiou o desejo de Lear de ajudar a cuidar da jovem e do bebê e a acolheram na família. Apesar de o Sr. J. insistir para que o adolescente arrumasse um emprego para sustentar a nova família, a Sra. M. o convenceu de que seria melhor que o adolescente se dedicasse apenas aos estudos. Lear relata que *depois que a filha nasceu, o seu comportamento mudou – tornou-se mais caseiro e responsável – e o seu relacionamento em casa melhorou muito, pois agora está mais próximo dos pais*, principalmente da Sra. M., com quem parou de discutir depois que deixou de sair com os amigos e se comportar mal (segundo o adolescente, chegava sempre com objetos roubados em casa, o que era motivo de muitas brigas com os pais). De acordo com Lear, *depois que a filha nasceu, o pai o vê com outros olhos e está mais atencioso e mais próximo, pois quando vivia aprontando, o pai parecia não se importar com ele* (sic). O adolescente relata que *a filha trouxe maior tranquilidade e união à família. O sentimento de desprezo e exclusão que sentia de grande parte da família, com exceção da avó materna – que sempre gostou dele e da irmã – foi abrandado depois do nascimento da filha*. Atualmente as pessoas que antes o ignoravam, conversam e se interessam por ele e pelo bebê.

Situação familiar da mãe-adolescente

Antes da gravidez, M. ex-companheira de Lear, estudava e morava na casa de um irmão, para onde voltou com a filha quando esta completou 1 mês.

Trajetória no CDS

Lear cumpre, atualmente, medida socioeducativa em regime de Liberdade Assistida por ter cometido, em 21/12/2004, um assalto, em companhia de outro adolescente. A vítima da infração foi uma senhora e seus três filhos e os objetos do roubo foram a bolsa, o celular e uma quantia em dinheiro. Lear conta que começou a

roubar e a fazer coisas erradas no início de 2004, por influência dos amigos. Reconhece que não tinha necessidade de agir desta forma, pois sempre teve tudo de que precisou. O adolescente relata que *estava aprontando pra caramba e que só não matou e nem usou drogas* (sic). O dinheiro dos roubos era usado para comprar roupas e gastar em festas nos finais de semana. Antes da medida socioeducativa o adolescente ficou três dias no CAJE e 27 dias no CESAMI e nunca deixou de frequentar a escola.

História da gravidez e da parentalidade

Os adolescentes namoravam há um ano e dois meses quando M. anunciou que estava grávida. Na época, ela usava anticoncepcional injetável e o adolescente nunca perguntou por que a companheira parou de usá-lo. No início, Lear não acreditou que a namorada falava com seriedade, pois *ela sempre foi muito brincalhona* (sic). Com o tempo, o adolescente foi observando os sintomas apresentados pela namorada (enjôos, indisposições) e percebeu que ela falava a verdade. Lear relata que foi difícil comunicar aos pais a notícia da confirmação da gravidez da companheira: *teve aquele impacto assim de preocupação (...) com o meu pai e com a minha mãe (...). Mas depois que ela tava grávida, num tinha mais jeito, aí eles aceitaram* (sic). Os pais do adolescente respeitaram o seu desejo de cuidar da namorada até o bebê nascer e a receberam na casa da família onde a adolescente permaneceu até o bebê completar 1 mês. Durante a gravidez de M., o casal brigava muito, pois o adolescente continuou levando a vida de solteiro: saía muito com os amigos nos finais de semana e só voltava dois ou três dias depois. Lear relata seu sentimento de ambivalência diante da perspectiva da paternidade: *eu fiquei com um pouquinho de medo (...) com medo de 'ficá um pouco' fechado em casa, mas ao mesmo tempo fiquei alegre*. A namorada também queria muito ter o filho. Com o nascimento do bebê, apesar de Lear ter se revelado um bom pai, o casal não conseguiu se entender. Os jovens se separaram e M. voltou para a casa da irmã, onde morava anteriormente, agora levando com ela a filha. Para Lear, ser pai foi *mudar de vida* (sic). O adolescente conta que *a chegada da filha lhe trouxe mais sossego*, o tornou mais caseiro e o influenciou a abandonar a vida que levava antes e a *parar de fazer coisas erradas*. Suas principais preocupações, como pai, são, segundo ele: *dar um futuro para a filha e cuidar da sua saúde*. Lear deseja que a filha estude, que ela se dê bem na vida, que seja feliz e não se deixe levar por más influências como foi o seu caso. Deseja satisfazer todas as necessidades da filha, estar sempre por perto,

quer protegê-la, dar-lhe carinho e amor. Tem como modelo o próprio pai que, segundo o adolescente, faz tudo por ele e pela irmã: *trata a gente bem, nunca bateu na gente (...). Deixa a gente de castigo, mas nunca bateu na gente, não (...). Tá trabalhando pra sustentá a gente, [dá] educação, tudo do bom e do melhor, pra mim e pra minha irmã.* Lear reconhece que o pai não pode satisfazer de forma ilimitada todos os seus desejos, mas se puder pretende *dar do melhor para a filha*. Reconhece que se os pais não o tivessem apoiado, talvez nem estivesse vivo, pois teria que encontrar outros meios para sustentar a filha. Segundo o adolescente, *o que dificulta a assunção da paternidade é a idade: sou um pouco jovem* e o fato de ter que recorrer aos pais para atender às necessidades da filha. Sente que sua mãe teve um papel muito importante durante a gravidez da ex-namorada e agora na sua experiência de parentalidade, pois foi ela quem administrou a crise provocada pela notícia da gravidez e quem convenceu o marido de que seria melhor que Lear continuasse a se dedicar apenas aos estudos ao invés de trabalhar para sustentar a filha. Tem sentimentos de culpa em relação à ex-companheira e acha que ela tem razão de se zangar, pois se sacrificou por ele e não foi correspondida. Se pudesse mudar a realidade, gostaria de ter uma casa para morar com M. e a filha. Espera que a família da ex-companheira seja compreensiva e paciente em relação a ele e lhe dê tempo para arrumar um emprego para ser capaz de cuidar da filha e de M., de quem diz ainda gostar e ter desejo de com ela constituir uma família. Todavia, se pudesse voltar atrás, desejaria ter evitado a gravidez da companheira e, gostaria de estar estudando e apenas namorando. Depois do nascimento da filha, resolveu se cuidar mais e se proteger dos perigos da rua, pois tem medo de morrer e não poder cuidar da filha. Relata temer igualmente o fato de não viver o tempo suficiente para ver a irmã crescer. O seu comportamento na escola também mudou para melhor. Atualmente o contato de Lear com a filha se restringe apenas aos finais de semana quando M. leva o bebê para visitar a família do pai. Essas visitas são apreciadas por todos da família, principalmente pelo Sr. J. que, quando recebe a neta, segundo o adolescente, nem quer sair para trabalhar. Contrariamente ao que aconteceu após a prisão de Lear, depois do nascimento de sua filha, a família extensa se reaproximou e os vínculos se tornaram mais fortes.

6.11 Romeu, o filho que preservou o “bom pai”

Idade: 17 anos

Escolaridade: 6ª série do ensino fundamental

Situação profissional: atualmente está desempregado e alguma vez ajuda o padrasto na oficina. Recebe através do CDS a Bolsa de Inserção Juvenil (BOREJ) de R\$ 130,00, condicionada à frequência escolar.

Idade da companheira: 17 anos

Idade da filha: ainda não nasceu, a companheira está no oitavo mês de gravidez.

Apresentação do adolescente

Romeu é um adolescente miúdo. Tem a pele bem morena e os cabelos escuros. É risonho, educado, gentil e cooperativo. Durante a entrevista, reforça o potencial transformador dos valores e das experiências familiares e a importância dos mesmos na sua história de vida.

História da família do adolescente

A família de Romeu é composta pelo avô paterno que é aposentado e tem 88 anos, pelo pai que é funcionário público, pela madrastra, um irmão de 19 anos que é jogador de futebol de um pequeno time do Distrito Federal e um meio irmão de 3 anos. Todos moram na casa do avô que cedeu uma edícula, construída no mesmo terreno, para o adolescente morar com a namorada L., depois que ela ficou grávida. A mãe de Romeu também se recasou (como o pai) há aproximadamente cinco anos e não teve outros filhos. O adolescente tem um bom relacionamento com ela e com o padrasto.

Trajetória no CDS

Romeu faz uso de drogas desde os 16 anos. Utiliza com mais frequência bebida alcoólica, principalmente cerveja e mais raramente maconha (10 vezes no último ano) e merla (26 vezes no último ano). Em maio de 2005, foi pego pela polícia com latas da droga no bolso. Segundo o adolescente, a droga era para uso próprio. Romeu cumpre Medida Socioeducativa em regime de Liberdade Assistida.

História da paternidade

Quando L., companheira de Romeu engravidou, o casal namorava há um ano e meio. O rapaz foi o primeiro a suspeitar da gravidez e a propor a realização do exame para a sua comprovação. A gravidez pegou o casal de surpresa, embora tivessem o projeto de constituir família e ter um filho no futuro. Segundo o adolescente, durante algum tempo se preocuparam com a possibilidade da gravidez e usaram preservativo, mas com o tempo *desleixaram e na hora H não usavam mais nada* (sic). Quando a gravidez foi confirmada, Romeu se prontificou a assumir o filho e a namorada, caso o pai de L. a expulsasse de casa, honrando o que sempre havia prometido. Com exceção do sogro de Romeu, toda a família aceitou bem a gravidez e se prontificou a apoiar materialmente o casal, embora reforçassem que os cuidados e a responsabilidade pelo bebê estariam a cargo dos adolescentes. Depois de alguns meses, o pai de L. também mudou de idéia e chamou o casal para uma conversa durante a qual reafirmou seu amor pela filha e a simpatia pelo genro. Atualmente, a maior preocupação do adolescente é arrumar um emprego para poder criar com dignidade a filha que vai nascer. O jovem diz que não quer *receber tudo na mão* como tem acontecido até hoje (é o pai de Romeu quem paga a maior parte das despesas do casal) e não quer que as pessoas digam que é seu pai quem sustenta sua filha. Quando questionado sobre o desejo de mudar alguma coisa em relação à experiência que está vivendo, o adolescente refere a maior dedicação aos estudos para terminar o segundo grau e encontrar um trabalho melhor. No que concerne à gravidez da companheira, diz que é motivo apenas de felicidade. Relata mudanças positivas em seu comportamento: *é como se ela (a filha) tivesse me colocado naquela estrada ali (...) que é onde você vai encontrar a riqueza, mas só que não é uma riqueza em profundidade não, é uma riqueza em altura (...) que é uma coisa melhor que existe 'pro' ser humano* (sic) e, no comportamento da família: seu pai teria diminuído a bebida o que sempre constituiu um problema para a família e a mãe estaria mais próxima, uma vez que está desempregada e mais disponível para os filhos. Romeu descreve com emoção e ansiedade a espera do bebê e diz que deseja dar à filha uma educação semelhante a sua em que não faltou amor e, na medida do possível, conforto material. Guarda, da época da infância, as melhores lembranças do pai que sempre o corrigiu quando estava errado, sem nunca ter deixado de ser compreensivo, carinhoso e aberto ao diálogo. Apesar de reconhecer muitas qualidades no pai e de pretender espelhar-se nos aspectos positivos da sua personalidade, não deixa de reconhecer no pai,

companheiro da mãe, muitos defeitos graves que pretende não repetir na sua vida familiar, tais como: priorizar os amigos e os jogos de carta nos finais de semana em detrimento da família, não valorizar a companheira e se lançar em aventuras extraconjugais. Romeu deseja que a filha se lembre dele como um pai sempre capaz de prover as necessidades da família, presente em todos os momentos importantes da sua vida, companheiro e capaz de conversar, o oposto do pai de L., a quem o adolescente se refere repetida e carinhosamente como: *minha esposa*.

CAPÍTULO 7 O SIGNIFICADO DO FILHO NA TRAJETÓRIA DO ADOLESCENTE-PAI EM MEDIDA DE LIBERDADE ASSISTIDA

7.1 O filho como parceiro no processo de resiliência do adolescente-pai em medida de Liberdade Assistida

O filho carrega o sonho da gente (...). O meu filho botou a minha cabeça no lugar. Porque se eu não tivesse filho eu tava do mesmo jeito, não ia pensar em mudar. (Iago)

Por causa da minha filha eu também mudei bastante (...) É como se ela tivesse me colocado no bom caminho de novo. (Romeu)

Nesta zona de sentido será enfocado o significado que assume para o adolescente a sua experiência de parentalidade, na qual o filho figura como uma alternativa à anomia (Cabral, 2003) e, junto com as famílias, como um parceiro do processo de resiliência.

O conceito de resiliência originou-se da palavra “resílio” e é utilizado desde 1807 pela Física e pela Engenharia. Refere-se à capacidade de um material absorver energia sem sofrer deformação plástica ou permanente. No que concerne aos materiais, a resiliência pode ser avaliada por meio de medições sucessivas ou da utilização de uma fórmula matemática que relaciona tensão e deformação.

Na área da psicologia, o fenômeno é pesquisado há apenas 30 anos e refere-se a processos que explicam a superação de traumas, crises e adversidades em indivíduos, grupos e organizações (Tavares, 2001, Yunes & Szymanski, 2001, Yunes, 2003). Nesse campo, a definição de resiliência é menos clara e precisa, uma vez que, no estudo dos fenômenos humanos, leva-se em conta uma ampla gama de fatores complexos e variáveis.

Na psicanálise o conceito de resiliência vem sendo muito utilizado e está relacionado à idéia do apego – desenvolvida originalmente por Bowlby (1969), que se refere à possibilidade de dispor de relações próximas e confiáveis que, por sua vez, constitui-se em um fator poderoso de resiliência.

Segundo Guédeney (2002), inúmeras variáveis, tais como, a psicopatologia anterior, a pobreza, a separação precoce e durável de figuras significativas, o alcoolismo e a violência doméstica, podem ameaçar a capacidade de resiliência e, ao contrário,

fatores como um QI elevado, temperamento sociável, boa auto-estima, senso de humor, capacidade de gerar e manter uma ampla rede social e familiar e, capacidade de dar sentido às situações são preciosos facilitadores da resiliência.

Segundo Yunes (2003), embora na área das ciências humanas, o conceito de resiliência seja muito frequentemente associado ao de invulnerabilidade ou de invulnerabilidade, alguns autores, entre os quais Rutter (1985/1993) – psiquiatra britânico que foi um dos pioneiros no estudo do fenômeno na área da psicologia – e Zimmerman e Arunkumar (1994), lembram que o conceito de resiliência, embora se refira à habilidade em superar adversidades, não significa que o indivíduo submirja da crise incólume como implica o conceito de invulnerabilidade. Segundo Rutter (citado por Yunes, 2003), ao contrário do conceito de invulnerabilidade – que sugere a idéia de uma característica intrínseca do indivíduo, a resiliência, de acordo com inúmeros estudos recentes, é relativa, varia de acordo com as circunstâncias e tem bases tanto constitucionais como ambientais. Este autor define resiliência como “uma variação individual em resposta ao risco” e de acordo com ele, os mesmos estressores podem ser experimentados de maneira distinta por pessoas diferentes.

Guédeney (2002) assinala também que a resiliência não é absoluta e nem permanente, donde a necessidade de construí-la e de conservá-la. Além desse aspecto, ela não pode ser separada do seu contexto sociocultural, sendo que algumas culturas podem favorecê-la e outras limitá-la. O psicanalista lembra que a resiliência é sempre construída na relação e que “não existe resiliente sozinho” (Guédeney, 2002, p. 510).

As pesquisas recentes sobre resiliência lançam o foco ora nos indivíduos, ora nas famílias. As primeiras, que são realizadas mais frequentemente com crianças e adolescentes, sobretudo por pesquisadores dos Estados Unidos e do Reino Unido, raramente consideram explicitamente as contribuições da família no processo. Os estudos que restringem o foco ao indivíduo buscam identificar resiliências a partir de características pessoais como sexo, temperamento, *background* genético, embora todos os autores enfatizem em algum momento o importante aspecto da interação entre bases constitucionais e ambientais.

O foco na família é um construto relativamente pouco explorado (Hawley & DeHann citado por Yunes, 2003). Segundo Antonovsky e Sourani (citados por Yunes,

2003), as pesquisas desenvolvidas nesta linha contribuíram para mudar a tendência que se observa normalmente nos estudos sobre o grupo familiar – os quais enfocam os seus desajustes e falhas – desviando o interesse para os aspectos sadios do mesmo.

Walsh – uma das pesquisadoras de maior produção no campo da resiliência familiar, que também se destacou no trabalho clínico com famílias, nos Estados Unidos (Chicago) – considera que:

o foco da resiliência na família deve procurar identificar e implementar os processos-chave que possibilitem que as famílias não só lidem mais eficientemente com situações de crise ou estresse permanente, mas saiam delas fortalecidas, não importando se a fonte de estresse é interna ou externa à família (Walsh, 1996, p.263).

Desta forma, segundo a autora, a “unidade funcional da família” se fortalecerá viabilizando a resiliência de todos os membros. Para Walsh (1998), a maioria das pesquisas e teorias sobre resiliência peca por abordar o contexto relacional de maneira limitada, focalizando a influência de uma única pessoa significativa numa relação diádica. De acordo com a autora, “a compreensão global de resiliência requer um complexo modelo interacional”, viabilizado pela teoria sistêmica que extrapola a visão de adaptação individual, priorizando “a reciprocidade de influências por meio dos processos transacionais” (Walsh,1998, p. 12).

No que concerne ao presente estudo, o termo resiliência se presta com muita propriedade para ilustrar a função que o filho assume na vida dos adolescentes – participantes da pesquisa. Com exceção de um adolescente – que diz não conseguir fazer projetos para o futuro e nem estar disposto a modificar a sua vida em função do filho que vai nascer – todos os outros entrevistados vêem no filho um importante agente de transformações positivas nas suas trajetórias pessoais. Entre essas mudanças estão: a possibilidade de amadurecimento pessoal, a chance de reformular projetos de vida, de recuperar a capacidade de sonhar, o desejo de abandonar a trajetória infracional assim como a motivação para se (re) aproximar da família. A experiência da parentalidade permite também, segundo os adolescentes, a assunção do papel de adulto viril, o qual é esperado, valorizado e reforçado socialmente pelas concepções tradicionais de comportamentos de gênero.

Esta dimensão de resiliência será, neste capítulo, explorada mediante três indicadores que são respectivamente: **O filho que transforma, qualifica e protege o**

pai: o significado da parentalidade na identidade do adolescente-pai em medida de Liberdade Assistida; O impacto positivo da autonomia financeira do adolescente na experiência da parentalidade: “Ser pai não é um bicho de sete cabeças” e, A parentalidade narcísica: o filho como suporte identitário ou “curativo narcísico” para o adolescente-pai em Medida de Liberdade Assistida.

7.1.1 O filho que transforma, qualifica e protege o pai: o significado da paternidade na identidade do adolescente em medida de Liberdade Assistida

Para os adolescentes entrevistados – contrariamente ao que sugerem os estereótipos sobre o pai adolescente que invadem o imaginário social, os quais os definem como inconstantes, irresponsáveis e distantes dos filhos e das parceiras, a perspectiva da parentalidade revelou-se como uma oportunidade de mudar de comportamento e de concretizar transformações positivas nas suas vidas. O nascimento do filho instituiu um marco da passagem da fase irresponsável e hedonista da adolescência, para a vida adulta. Foi para eles uma possibilidade de adquirir mais responsabilidade, pois, além de se preocupar com o futuro do filho, esses adolescentes desejam que os mesmos se orgulhem deles. Eles explicam:

(...) Sei lá, minha filha representa muita coisa (...) acho que por ter ela eu ‘tô’, assim, ficando mais responsável, ‘né’? Eu acho que ela ‘tá’ representando assim uma coisa pra eu me preocupar. Aí eu quero que ela veja em mim que eu consegui crescer e que eu fui bem na vida, pra ela não ficar mexendo com coisa errada, que nem eu mexi(...). Quero dar um bom exemplo pra ela. Eu não quero que ela faça o que eu fiz na vida. (Otelo)

(...) Por causa da minha filha eu também mudei bastante (...) Agora eu penso mais na minha filha, o que eu for fazer eu ‘tô’ ali pensando mais na minha filha (...) Se eu for no mercado comprar um biscoito eu vejo uma lata de leite ninho, eu ‘tô’ pensando na minha filha, aonde eu ‘vô’, o que eu ‘vô fazê’ eu penso nela.(...) É como se ela tivesse me colocado no bom caminho de novo, é como se ela tivesse me colocado naquela estrada ali que é ‘pra mim’ seguir aquela estrada que é onde você vai se dar bem(...) Que é onde você vai encontrar a riqueza, mas só que não é uma riqueza em

profundeza não, é a riqueza em altura que é uma coisa melhor que existe pro ser humano.(Romeu)

(...) Nasceu [o filho] mudou o pensamento, mudou muita coisa (...) Agora eu 'tô' voltando, aí porque não tava aqui não, todo sufoco eu ia 'mermo' vê o diabo. (...) E foi isso que ele fez (...) botou minha cabeça no lugar. Porque se eu não tivesse filho eu tava do mesmo jeito, não ia pensar em mudar (...) Ia pensar em viver o que é meu. (...) 'Vichê', agora eu vou criar vergonha na cara (...) Porque aí não dá futuro moço! Eu 'tô' nessa vida aí tem o quê, desde os dez, oito anos e não ganho nada, não tenho nada.(Iago)

(...) A única coisa que eu pensei foi: 'a minha vida vai muda agora'. Agora eu 'vo' me endireita e(...) vai ser bom pra mim.(...) Muito mais responsabilidade tem que ter.(...)Foi isso que eu pensei. (Ariel)

Além de adquirirem mais responsabilidade, os adolescentes relatam que passaram a ser mais seletivos em relação às amizades e ao lazer:

(...) Mudou, com certeza. Tipo, não ando mais com quem não é meu amigo. Você tem uns amigos que não querem o seu bem. (Antônio)

(...) Ser pai foi assim 'mudá' de vida, que antes eu tava aprontando pra 'caramba' (...) Aí, a vinda da minha filha 'inflenciô' bastante pra eu 'saí' da vida que eu 'tava' (...) Antes eu chegava de madrugada. Agora chego oito, nove horas, já 'tô' em casa. (Lear)

(...) Que eu saía muito 'pas' festas, 'né'? Bebia'(...) Depois que eu fui morar com ela [a companheira] eu parei, não bebo mais (...) Agora não pode mais ficar andando pra cima e pra baixo, tem que trabalhar agora. (Henrique)

(...) Parei de ir 'pras' festas (...) de aprontar, agora eu fico mais em casa (...) Que agora você não é mais aquele menino, 'né'?Agora você é um homem (...). Tem que ser responsável (...) Tem que trabalhar, cuidar (...)Eu aprontava muito.(João)

O depoimento de um outro jovem é revelador da esperança depositada na parentalidade do adolescente, tanto por ele como pela mãe:

(...) Quando eu recebi a notícia da gravidez [da companheira] eu tava preso lá no CESAMI, aí eu fiquei meio assim, ‘né’? Pensei que era brincadeira da minha mãe que era só ‘pra mim pará’ mesmo (...) e começar a prestar atenção na vida, que a vida não é isso, ‘né’?

As mudanças positivas no comportamento dos adolescentes, que em alguns casos se justificam pelo medo de morrer e não ver o filho crescer – *Eu tenho medo de ‘acontecê’ alguma coisa na rua e eu não ‘podê vê’ a minha filha crescendo (Lear)* – foram, por sua vez, promotoras de transformações nas relações familiares reaproximando os adolescentes dos pais:

(...) Eu vivia brigando com a minha mãe (...) Com meu pai (...) Minha mãe vinha me dá conselho e eu brigava com ela. ‘Nois vivia’ discutindo. (...) Meu pai ‘tá’ mais atencioso comigo (...) conversa. Ele num é de ‘ficá’ conversando toda hora, mas quando ele tem que ‘falá’, ele fala, sabe? Aí sempre quando ‘nois conversa’ ele fala que ‘qué’ que eu trabalhe, que sustente o meu neném, que eu mude de vida. (Lear)

(...) Agora mudou tudo, 100%. Minha família ficou bem mais unida. Minha mãe, minha irmã, todo mundo aqui é mais unido. (Antônio)

Além das transformações positivas no comportamento dos adolescentes no contexto familiar, os benefícios da experiência da parentalidade, nas palavras dos jovens, refletiu-se também fora de casa:

(...) Na rua os outros ‘vivia me procurando’ (...) Vinha atrás de mim pra ‘acertá’ conta de coisa que ‘nois fazia’. Agora eles ‘tão mais tranqüilo’, que eu ‘num fico’ mais na rua, fico mais dentro de casa (...) Meu comportamento na escola também ‘melhorô’. (Lear)

Embora a perspectiva ou a experiência concreta da parentalidade possa – contrariamente ao que pensam os adolescentes entrevistados, não ter força suficiente para, de forma isolada, garantir a “salvação” do adolescente; o fortalecimento dos vínculos familiares, a criação de novas redes de apoio e a intensificação das redes sociais já existentes se mostram decisivos no processo de resiliência desses jovens. Parece haver um consenso entre os pesquisadores, associando a eficiência das redes de apoio social e material ao prognóstico positivo dos pais adolescentes no que concerne à continuidade

de seu crescimento pessoal, o qual envolve: o prosseguimento da formação educacional com a inserção no mercado de trabalho e a manutenção dos laços afetivos com as parceiras e com os filhos (Burton & Stack, Cerver, Jenkine & cols., Klinman & cols., citados por Lyra da Fonseca, 2000; Lyra da Fonseca, 2000; Trindade & Bruns, 1999 e Deschamps & Bydkowski, 1993, no contexto das mães adolescentes).

Em contraste com alguns serviços voltados para a gravidez na adolescência nos Estados Unidos¹⁶ – os quais mobilizam inúmeras redes de apoio comunitário, oferecem atividades de cunho pedagógico (aulas de pré-natal e parentalidade) e *workshops* sobre planejamento familiar, aconselhamento individual, de casal e familiar, assim como o auxílio concreto no treino de habilidades vocacionais e encaminhamento para um emprego – no Brasil, apenas o “Programa de Apoio ao Pai Adolescente”, desenvolvido no Instituto Papai, em parceria com o Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, oferece atendimento especializado aos pais jovens. A família de origem é geralmente a única alternativa de amparo para os adolescentes que se tornam pais. Se os adolescentes dispusessem de outras possibilidades de apoio, com certeza teriam maior envolvimento com suas parceiras e com seus filhos e veriam suas dificuldades estruturais (materiais e isolamento social) minimizadas.

Apesar de iniciativas de incentivo ao reconhecimento da paternidade – como é o caso do “Projeto Pai Legal”¹⁷, lançado em 2004 – constituírem um avanço para o exercício da cidadania, elas tratam apenas do benefício legal e não enfocam diretamente a questão psicossocial e nem a questão do pai adolescente de maneira específica, pois é um serviço oferecido a pais e filhos de todas as idades.

Os depoimentos dos adolescentes entrevistados introduzem também a idéia de que a experiência de parentalidade implica o duplo exercício da função cuidadora: além de cuidar dos filhos, os pais devem cuidar de si mesmos, pois funcionam como modelos para os primeiros.

¹⁶ Programa para Gravidez na Adolescência do Departamento de Pediatria do Centro Médico da Universidade de Utah; Teenage Pregnancy and Parenting Project, desenvolvido na cidade de São Francisco/Califórnia; ou os programas desenvolvidos nas cidades de Mineápolis, Postland e Bridgesport, com pais adolescentes de diversas etnias.

¹⁷ O Projeto “Pai Legal” é um programa de estímulo ao reconhecimento voluntário de paternidade, idealizado pela Associação dos Registradores de Pessoas Naturais de São Paulo, e pelo Governo do Estado de São Paulo (Arpen/SP) por intermédio da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania – SJDC, em 2004 e posteriormente propagado para os outros estados.

(...) Tem que prestar mais atenção, se interessar mais pelas coisas (...) cuidar bem, 'né'? Porque um filho é tudo (...) se precisar 'tá' sempre do lado dele (...). E mudar de vida, largar as coisas que eu já aprontei, agora tem uma pessoa que eu tenho que dar exemplo 'né'?(...) Não mostrar nada de ruim perto dele, 'né' (...). Agora eu vou ter que ser mais cuidadoso. (Cláudio)

(...) As pessoas se espelham em quem 'tá' mais perto, 'né'?(...) O seu filho vai se espelhar em você (...) Então tem que dar bom exemplo. (Romeu)

(...) Quero dar um bom exemplo pra ela. Eu não quero que ela faça o que eu fiz na vida (...) um pai tem que saber o que está fazendo. (Otelo)

Barker e Loewenstein (citados por Almeida & Hardy, 2007) e Almeida e Hardy (2007) têm uma opinião diferente sobre o papel cuidador do pai adolescente. Em estudos realizados com adolescentes e jovens brasileiros de classes populares, as autoras insistem sobre a influência negativa da socialização de gênero no comportamento dos jovens. A falta de oportunidade para exercitar o cuidar durante a infância (pelo brincar) se refletiria na atitude omissa ou negligente dos adolescentes em cuidar de si mesmos ou dos outros. O fato de sempre terem, nas brincadeiras infantis, exercido o papel de pai, marido ou provedor do lar, a falta de oportunidade de cuidar de outra pessoa e a ausência do modelo do pai exercendo a função cuidadora, evidenciariam as diferenças de gênero na socialização de homens e mulheres.

No que concerne aos adolescentes que compõem esta pesquisa, se de um lado é clara a idéia de que o pai (o homem) deve exercer o papel de cuidador (de si e do outro), observa-se também, em relação a alguns jovens, a presença de reações defensivas, condicionadas por papéis de gênero que dicotomizam as funções masculinas e femininas na família – outorgando ao pai a função de provedor e de chefe da família e à mulher, a responsabilidade pelos cuidados físicos de rotina e de higiene do bebê – as quais parecem inibir, como observou Sarmiento (1999) as elaborações psíquicas necessárias para o bom desempenho do papel de pai e empobrecer a experiência da parentalidade dos adolescentes. O discurso de alguns adolescentes é revelador desse bloqueio:

(...) Serviço meu é trabalhar, a responsabilidade dela é só cuidar dele (bebê) quando tiver 'chorano'(...) quando precisar de dar banho nele, aí isso aí é serviço dela. (Henrique)

(...) Quando ela começa a chorar (...) Aí eu não agüento muito não, eu dou logo pra mãe dela (...) Apesar de que ela nem chora muito não(...) Aí a mãe dela pega ela e vai dar de mamar, vai acalmar ela (...) Aí quando ela para de chorar eu vou lá e começo a brincar com ela. Aí eu brinco e fico irritando ela até ela chorar de novo (...). Ela faz uma carinha legal quando ‘tá’ chorando. (João)

Embora em todos os discursos dos adolescentes predomine o modelo do pai provedor, e em alguns há tendência a separar de forma binária os papéis masculinos e femininos, na maioria dos depoimentos, aparece claramente o modelo de pai presente e, assim como observaram Salem (1989) e Trindade e Bruns (1999), tentativas de alcançar maior igualdade nas relações com as parceiras, com maior participação na vida doméstica e no cuidado com o filho.

Para alguns dos adolescentes, o filho teria também a missão de protegê-los contra os próprios impulsos autodestrutivos:

(...) É por isso que eu acho que o meu filho veio também porque Deus quis (...) Talvez se ele não tivesse vindo eu ‘taria’ preso (...) Os meninos falavam ‘vamo aí fazê’ isso, aquilo, coisa errada (...). Acho que nem na minha mãe eu pensava direito. Eu só pensava depois que já tinha feito (...) E agora, se eu fosse preso eu não teria a liberdade de ver o meu filho crescendo (...) Hoje eu fico mais tempo em casa, não penso em ‘ tá’ saindo pra gastar dinheiro com festa, farrá (...) Trabalho no final de semana, fico em casa ou então vou ficar com o meu filho. O relacionamento dentro de casa ficou muito diferente (...) Ser pai não é uma experiência ruim não. Ajuda muito mesmo (Tito)

Essa percepção do filho como uma defesa e proteção contra os comportamentos de risco, é também observada por Sarmiento (1999), que concorda que o filho do adolescente pode trazer um sentido novo e positivo para a vida deles.

Outros adolescentes relatam ainda que o filho teria realizado “a difícil façanha” de reaproximá-los do pai e de proporcionar ao adolescente a possibilidade de, por meio do filho, ser novamente cuidado pela família:

(...) Antes o meu pai ‘num’ ligava assim quando eu vivia aprontando. (...) Hoje ele ‘tá’ mais atencioso comigo (...) conversa. (...). Quando a minha neném vai lá pra casa o meu pai nem vai ‘ trabalhá’ pra ‘ficá’ com ela (...) Ele fica o dia todinho com ela. (Lear)

O filho aparece também como objeto de gratificação e reparação da relação do adolescente com a família. De um lado o adolescente, restitui aos pais a criança que ele já não pode mais ser (Diamond, 1986) e do outro ele realiza “um apelo nostálgico” aos pais pré-edipianos, responsáveis pelos cuidados primevos. Esse mesmo processo é relatado por Bydlowski (1993), no contexto das relações das adolescentes do sexo feminino com as mães.

Além do carinho que as famílias dispensam ao filho/filha do adolescente, segundo seus relatos, elas viabilizam ao mesmo tempo as suas experiências de parentificação que, como vimos, concerne ao conjunto de remanejamentos psíquicos que inclui os níveis conscientes e inconscientes do funcionamento mental e permite ao adulto ou adolescente tornar-se pai ou tornar-se mãe. A prática da parentalidade implica os chamados cuidados parentais que não concerne apenas aos cuidados físicos, mas principalmente ao cuidado psíquico, dispensado ao bebê por cada um dos pais.

O relato de um dos adolescentes da pesquisa ilustra esta análise quando ele revela que se os pais não o tivessem apoiado, talvez ele nem estivesse vivo, pois teria que encontrar outros meios de sustentar a filha. São suas essas palavras:

(...) Porque se eu continuasse aprontando pra ‘sustentá’ minha filha eu não tava mais aqui, nem sei se eu tava aqui ainda. (Lear)

Observa-se, mais uma vez que, por intermédio do filho, a família renova seus laços de afeto com o adolescente reforçando a sua condição de pertencimento ao grupo familiar, o que pode ser decisivo, para o processo de resiliência do adolescente.

7.1.2 O impacto positivo da autonomia financeira do adolescente na experiência da parentalidade: *ser pai não é um bicho de sete cabeças*

Na vivência da parentalidade, como sabemos – e como reconhecem os adolescentes-pais entrevistados – além dos fatores emocionais, têm peso igualmente importante as variáveis materiais e o grau de autonomia dos sujeitos em relação às famílias de origem. Os adolescentes relatam tanto a sua vulnerabilidade como pais pela falta de autonomia financeira como o seu fortalecimento pela condição contrária. Os depoimentos a seguir são ilustrativos desse processo:

(...) Eu realmente pensei que fosse ser uma coisa muito mais difícil. Sinceramente. Porque pelo o que a gente vê na televisão, assim, no cotidiano, a gente pensa que vai ser um bicho de sete cabeças, mas não é um bicho de sete cabeças. Bem, pelo menos pra mim, porque tem famílias que passam dificuldades. Eu não passo dificuldade, eu sempre faço isso, faço aquilo, sempre tenho um dinheiro, ‘né’? (...) Por isso que eu não achei assim tão difícil. (Otelo)

(...) Foi igual no Exército. Eu ‘tava’ indo pro Exército e todo mundo falou “ah, você vai morrer lá, não sei o quê, passar fome, passar frio (...). Acho que foi maior tranqüilo lá dentro. É só acostumar um pouco, ‘né’? Tem que acostumar. (...) As pessoas botam um certo medo em nós. Não precisava disso. (...) Tipo, se eu recebesse por mês eu ia ficar doido! Eu ia fazer uma compra e acabava o dinheiro, ‘né’?(...) O meu emprego também eu acho que facilita um pouco, ‘né’? Que a gente tem (...) tipo, eu sou feirante e a gente não fica sem dinheiro porque a gente pega em dinheiro todo dia, ‘né’? A gente fica com um dinheiro e dá pra gente comprar o que falta em casa e sobra uma besteirinha. Tudo isso ajuda um pouco, ‘né’? (Antônio)

No outro extremo, estão os jovens para quem a parentalidade é uma experiência difícil pela condição de dependência material em relação à família de origem. A falta de autonomia, a precária qualificação profissional e o desemprego, impedem o jovem – mesmo envolvido inicialmente com a parentalidade e motivado a compartilhar, com a companheira adolescente, a responsabilidade pelo filho – de exercer o papel de pai. Esta tem sido a experiência de um dos adolescentes que relata:

(...) Eu não me acho um bom pai (...) Porque [ser] um bom pai é ‘tá’ presente, dando tudo o que o filho precisar e, não deixar de ver ele, ‘né’? Que é uma coisa que eu fiz e me tornei um mau pai (...) [eu] amo muito o meu filho, mas não ‘tô’ sendo um bom pai. Um bom pai pra mim dá assistência, carinho que é o principal, ‘né’? Todo bebê precisa de assistência (...). Mas precisa de leite, fralda, roupa, de ajudar a mãe dele e tal e, é uma coisa que eu não tenho condição. (Iago)

Vivendo o mesmo constrangimento, um outro adolescente relata que, quando surge a necessidade de comprar um remédio para a filha, ele precisa recorrer ao irmão mais velho que atualmente ocupa o lugar do chefe da casa, uma vez que não pode contar com a ajuda do pai.

7.1.3 A parentalidade narcísica: o filho como suporte identitário e como “curativo narcísico” para o adolescente-pai em medida de Liberdade Assistida

Para os adolescentes que compuseram este estudo, a gravidez das companheiras se mostrou uma vivência muito mais rica do que apenas o resultado de um acidente. Assim como observaram Diamond (1986) e Sarmiento (1999) em relação aos adolescentes do sexo masculino e Dadoorian (2000) em relação às adolescentes do sexo feminino, neste estudo, a gravidez na adolescência aparece, na maioria das vezes, como portadora da história de um desejo de parentalidade (aí implícito o desejo de ser reconhecido como adulto, de ser cuidado por meio do filho, de se independizar da família e de dar um sentido positivo para a trajetória pessoal), embora todos os adolescentes admitam ter se precipitado.

Os depoimentos mostram que o filho pode funcionar como um objeto de gratificação, de compensação, um “curativo narcísico” para as inúmeras feridas emocionais oriundas das mais diversas fontes: abandono paterno, figuras parentais desvalorizadas, baixa escolaridade, dificuldade de inserção no mercado de trabalho. As semelhanças físicas dos filhos com os adolescentes são motivos de muita alegria e realização.

(...) Aí eu vi o neném no berço (...) daí partiu o coração no meio!... Uem! E chorando! E ela [dizia]: “ó, o teu nariz, (...) vai ‘sê’ tudo ‘procê’”, e o olhinho dele bem puxadinho assim, falei: viche! É meu mesmo! (...) Aí eu saí de lá foi gritando: ui! e a mãe dela : “calma filho, ‘tá’ doido”? (...)’Aí eu falei: é agora é só cuidar do meu filho, ‘ôche’, fiquei feliz demais, só Deus sabe mesmo. (Iago)

(...) eu senti uma emoção muito forte (...). ‘Peguei ela’ (...) fazia parte (...) por causa da minha filha, fiquei muito alegre (...). ‘Achei ela’ parecida comigo (...))todo mundo falou que parecia comigo. (João)

(...) Me senti orgulhoso demais. (Otelo).

(...) É a cara da minha irmã (...). Dava vontade de ‘abraçá’, ‘beijá’(...) Dava vontade de ‘fazê’ tudo com ela ali. De ‘mordê’ ela. (Lear)

(...) Senti uma coisa que eu não sei nem explicar (...) Fiquei emocionado (...) quando eu fui pro hospital (...) eles tinham levado o nenê pra tomar banho (...) Aí eu fui

buscar ele (...). Achei uma coisa muito estranha (...). Aí eu fiquei muito alegre, peguei ele (...). Você já chega lá imaginando como é que vai ser o rosto dele, como é que ele é (...). Aí quando você vê aquela coisa pequena, você já pensa tudo ali, você imagina: daqui a alguns dias 'tá' grande (...). É bom (...). Porque parece muito comigo ele. (...) Ela [a companheira] brigava muito comigo falando que só ia parecer com ela (...). A gente brincando (...). E de tanto ela falar isso nasceu parecendo muito comigo (...). Eu já fui pro hospital pensando que ia parecer muito comigo mesmo. (Tito).

A reprodução do nome do adolescente no filho é também motivo de muita alegria e sinal de reconhecimento, pela família, do valor e das qualidades positivas do adolescente. As palavras de um dos adolescentes ilustram esta análise:

(...) Minha sogra é a melhor sogra do mundo (...) nunca me criticou, nunca falou mal de mim, sempre só falando bem (...). Eu acho que é por isso que ela quis colocar esse nome (...) [o nome da criança é a forma feminina do nome do adolescente]. Eu sempre mostrei ser responsável, eu acho que por isso que ela gostou de mim. (Otelo).

Se por um lado, a reprodução do nome do adolescente no filho e as semelhanças físicas do bebê funcionam como um reforço narcísico, pelo outro, os pequenos defeitos físicos dos filhos e a decepção com a escolha do nome ou com o sexo têm efeito inverso para o narcisismo dos adolescentes.

Esta observação pode ser comprovada pelo discurso de um dos rapazes que revela ter se decepcionado com a filha na primeira vez que a viu por ela ter nascido com uma mancha roxa no rosto. Com o tempo, a mancha foi desaparecendo e o adolescente foi se consolando com a constatação de que o bebê começava a reproduzir a beleza da companheira. A escolha do nome da criança, pela família da mulher, foi motivo de nova decepção, pois o jovem desejava que a filha recebesse a forma feminina do seu nome.

O depoimento de outro adolescente mostra igualmente a decepção com o sexo do bebê e a influência do imaginário social no desejo de ter um filho do sexo masculino o qual é moldado por concepções estereotipadas de gênero que atribuem superioridade ao gênero masculino em detrimento do feminino.

(...) Eu queria ter um filho (...) Mas era um menino. (...) Mas veio uma menina, 'né'? Mas não tem problema não. (João).

Como se sabe, o narcisismo é necessário ao auto-investimento e os problemas narcísicos são, por sua vez, responsáveis pela diminuição da auto-estima, revelando ao mesmo tempo a perda do amor do objeto e da admiração recebida deste objeto (Kohuy, citado por Selosse, 1997).

O conceito de narcisismo refere-se ao desinvestimento do objeto e direcionamento da libido para o sujeito. Ao longo da história da teoria psicanalítica o conceito sofreu mudanças e adaptações. Segundo Ernest Jones, já em 1909, numa reunião da Sociedade Psicanalítica de Viena, Freud havia declarado que o narcisismo era uma fase intermediária necessária entre o auto-erotismo e o amor objetal. No primeiro artigo especialmente dedicado a ele (*Sobre o Narcisismo: Uma Introdução*, 1914), que foi considerado um dos seus mais importantes trabalhos e ponto de partida de muitas linhas de raciocínio ulteriores, Freud abordou particularmente os investimentos libidinais.

Para o pai da psicanálise “durante toda a vida do indivíduo seu ego permanece sendo o grande reservatório de sua libido, do qual as catexias do objeto são enviadas e para o qual a libido pode correr novamente de volta dos objetos”. (Freud, 1923-1925/1976 , p. 81).

Referindo-se à psicose (neurose narcísica), Freud pôs em evidência a possibilidade de a libido reinvestir o ego, desinvestindo o objeto. Haveria um balanço entre a “libido do ego” (investida no ego) e a “libido de objeto”: “quanto mais uma é empregada, mais a outra se esvazia” (Freud, 1914/1974, p. 92).

Embora Freud tenha adotado o modelo de Abraham (1908 citado por Laplanche & Pontalis, 1984), sobre a demência precoce para explicar a psicose, ele diferenciou o narcisismo do auto-erotismo pela idéia de que o ego, para existir como unidade, para se constituir, exige uma “nova ação psíquica”.

Freud (1916-1917/1976) utiliza o modelo da ameba, extraído da zoologia, para ilustrar a relação entre a libido do ego e a libido objetal:

pensem nesses simplícimos organismos vivos [as amebas] que consistem em um glóbulo, muito pouco diferenciado, de substância protoplasmática. Eles emitem protrusões, conhecidas como pseudópodos, para dentro dos quais eles fazem fluir a substância de seu corpo. São capazes no entanto, de retrain essas protrusões novamente e de se transformar de novo em um glóbulo. Comparamos a emissão dessas protrusões, portanto à emissão de libido em direção aos objetos enquanto a massa principal de libido pode permanecer no

ego; e supomos que, em circunstâncias normais, a libido do ego pode ser transformada, sem impedimento, em libido objetal, e que esta pode novamente ser devolvida ao ego (p.486).

Segundo Laplanche e Pontalis (1984), se admitirmos a fixação de um investimento libidinal do ego, precisamos recorrer a uma definição estrutural do narcisismo. O narcisismo apareceria então não mais como um estágio evolutivo, mas como um estágio da libido que nenhum investimento de objeto pode suplantar. Se considerarmos que, na fase de narcisismo, o ego, na sua totalidade, é tomado como objeto de amor, somos conduzidos a considerar a predominância do narcisismo infantil, nos primeiros momentos de formação do ego.

Se em “Luto e Melancolia”, Freud – como assinalam Laplanche e Pontalis (1984), se refere ao narcisismo apenas como uma identificação narcísica, na segunda elaboração da teoria do aparelho psíquico, ele muda de ponto de vista e opõe um primeiro estágio narcísico (anobjetal) às relações de objeto. Este estágio primitivo nomeado de “narcisismo primário” é caracterizado pela ausência total de relação com o meio e encontra seu protótipo na vida uterina. Para Freud, o narcisismo secundário se refere ao narcisismo contemporâneo com a formação do ego, pela identificação ao outro: “o narcisismo do ego é assim um narcisismo secundário, que foi retirado dos objetos” (Freud, 1923-1925/1976, p. 81).

Já Lacan, em 1949 (citado por Laplanche & Pontalis, 1984), relacionou o momento inicial de formação do ego com a experiência narcísica fundamental que ele designou sob o nome de estágio do espelho. Nesta perspectiva, na qual o ego se define por uma identificação à imagem do outro, o narcisismo, mesmo primário, é a interiorização da relação.

Para Seloosse (1997), o narcisismo constitui o aspecto motivacional da identificação. Os depoimentos dos adolescentes mostram como o filho funciona como um “suporte identitário”, um gatilho para a reestruturação de uma identidade fragilizada, desvalorizada e carente de figuras significativas.

O desejo de procriação do adolescente pode também se apresentar como uma estratégia de defesa narcísica para superar a necessidade de dependência e individuação em relação à família. O depoimento de um dos adolescentes sobre as mudanças no relacionamento com a mãe apontam nesse sentido:

(...) Agora se eu quiser fazer [alguma coisa] eu vou lá e faço. Ela [a mãe] não vai me impedir. E antes, não! Antes, se eu quisesse fazer, eu tinha que ter o consentimento dela, 'né'? (...) eu ia ficar com medo do que ela fosse fazer. Agora, não. Agora (...) eu vou lá e faço (...). Antes [do nascimento da filha] eu tinha medo dela. (Otelo)

A tática da utilização do filho como defesa narcísica, para resolver a necessidade de dependência, foi também observada por Diamond (1986) e Sarmento (1999) em estudos envolvendo pais adolescentes.

Este indicador que chamei de “parentalidade narcísica”, apresenta pontos comuns com o conceito de “filiação narcísica”, de Freud e de Guyotat, mas se refere a um outro nível da vivência transgeracional. Para Freud, (1908-1909/1976) a filiação narcísica, consiste em uma formação imaginária que permite à criança, mediante a elaboração de um “romance familiar” de maior prestígio, reduzir a tensão dos desejos edipianos frustrados e da desidealização dos pais. Este romance familiar encontra sua expressão numa fantasia contendo um tipo de desidentificação aos pais, na qual os pais são substituídos por outros de melhor linhagem.

Para Guyotat (1980), a filiação narcísica é uma das duas dimensões da filiação e se refere à construção imaginária a respeito da filiação, elaborada pelo próprio sujeito ou pela sua família e transmitida sob a forma de um mito familiar. A outra dimensão da filiação, segundo o autor, pertence ao registro simbólico, legitimada pela sociedade e transmitida pela instituição (o instituinte se estrutura a partir do instituído: casamento, morte, etc.).

Guyotard explica a transmissão entre as gerações por intermédio dessas duas dimensões, nas quais operam respectivamente o registro imaginário e o simbólico. A forma de transmissão instituída é, segundo o autor, consciente e concerne às representações das palavras, aos conteúdos culturais, etc. Nesta dimensão ocorreriam os processos psicológicos de identificação e de introjeção. A segunda forma de transmissão, a qual Guyotat chama de “natural”, se subdividiria em uma transmissão biológica, genética e uma transmissão “corpo a corpo”, que é inconsciente e cujo mecanismo principal é a identificação projetiva. As fantasias a respeito da transmissão, que se constituem na dimensão narcísica, imaginária da filiação, têm, segundo o autor, uma função defensiva contra fatos traumáticos, a qual visa à reorganização dos laços

instituídos, o remanejamento das posições do sujeito na filiação e nas gerações, tornando-os passíveis de integração, de assimilação e de simbolização.

A parentalidade narcísica, aqui referida, assim como o conceito de filiação narcísica em Freud e em Guyotat, tem uma função defensiva e reparadora, mas concerne à “utilização do filho” como suporte narcísico pelo adolescente-pai e não à fantasia do filho em relação à sua filiação, como é o caso para Freud e Guyotat.

No que concerne à fantasia dos pais em relação aos filhos, Freud (1908-1909/1976) observa que a atitude afetuosa dos genitores é, na verdade, a expressão da revivescência e a reprodução do narcisismo que os mesmos há muito abandonaram. Ele escreve:

assim eles se acham sob a compulsão de atribuir todas as perfeições ao filho – o que uma observação sóbria não permitiria – e de ocultar e esquecer todas as deficiências dele (...). Além disso, sentem-se inclinados a suspender, em favor da criança, o funcionamento de todas as aquisições culturais que seu próprio narcisismo foi forçado a respeitar, e a renovar em nome dela as reivindicações aos privilégios de há muito por eles próprios abandonados (Freud, p. 108).

O pai da psicanálise chama a atenção para a tendência natural dos pais – a qual foi observada nos discursos dos adolescentes – de desejar que a criança concretize os seus sonhos, que o filho seja poupado de doenças e sofrimentos e que não enfrente as dificuldades ou provações às quais os pais tiveram que se submeter.

7.2 A parentalidade como um processo sistêmico e construído no contexto sócio-familiar

Esta zona de sentido descreve a maneira pela qual a parentalidade do adolescente é construída com a participação dos sujeitos que convivem com os adolescentes sendo por eles modulada. Mostra, também, como o sucesso desta experiência é dependente das redes de apoio que são construídas ou reforçadas na ocasião do nascimento do bebê. A experiência da parentalidade é aqui entendida como uma “via de mão dupla”, a qual pode tanto qualificar o adolescente como desqualificá-lo perante a família e o meio social.

7.2.1 O adolescente (re)qualificado como pai pelas famílias

Os adolescentes relatam que após o nascimento do (a) filho (a), as pessoas da família perceberam neles mudanças positivas de conduta e passaram a valorizá-los. Um deles explica:

(...) Quando a sua família vê que você 'tá' se preocupando(...). Aí fica diferente. (...) Passam a dar mais valor pra você. Vê que você 'tá' se preocupando com alguma coisa que é importante). (...) Eu tenho uma tia que falou bem assim: "olha como o Tito está mudado, um filho muda uma pessoa, hein"? Até as pessoas te enxergam de um modo diferente (...). Você mostra um lado melhor. (...) Elas já te olham de outra maneira. E te 'elogia'. (Tito)

Essa percepção de que “a família passa a ver o adolescente com outros olhos”, após o nascimento do filho, é corroborada pelas mudanças no comportamento dos familiares em relação aos adolescentes. Segundo um deles, tanto o pai que era distante como a família extensa que se afastou quando ele foi preso, agora se reaproximaram e passaram a se interessar mais por ele. Ele explica:

(...) Antes o meu pai num ligava assim quando eu vivia aprontando (...) Hoje ele 'tá' mais atencioso comigo (...) conversa . (...) Aí a minha família tinha aquele olhar assim estranho, tipo assim (...) excluído, sabe? Aquele olhar diferente (...). Aquele olhar de desprezo. (...) Agora 'mudô' um pouco (...) Agora eles conversam, pergunta como eu 'tô'(...). Se interessam um pouco mais. (Lear)

A fala de outro adolescente é reveladora do mesmo processo:

(...) Hum, começaram a me ver como homem, já amadureci. (...) Eu acho que antes eles me 'via' como moleque, só aprontava, só vivia aprontando. (João)

As intensas transformações biológicas e as ambigüidades e preocupações psíquicas e sociais, experimentadas pelo adolescente, quase sempre de forma conflituosa, colocam a sua identidade em xeque, uma vez que ele perdeu o *status* de criança e ainda não ascendeu à autonomia de adulto. A construção de uma “nova identidade” – que vai se realizar em uma conjuntura de incertezas e dúvidas e, num momento em que as mudanças estruturais da vida social do adolescente são importantes – é tributária da sua

capacidade de estabelecer relações significativas com o ambiente material e social, assim como de suas experiências nos diferentes contextos de vida.

Estudos clássicos na área da psicologia e da psicanálise mostram como a identidade é construída na relação com o outro. Em *Adolescence Violence et Déviance*, Selosse (1997), elenca algumas contribuições importantes no domínio da formação da identidade, produzidas pelas diferentes áreas da psicologia, as quais passo a comentar.

Os interacionistas Manis, Meltzer e Blumer (citados por Selosse, 1977), consideram que o comportamento traduz as interpretações que o sujeito desenvolve em função do seu ambiente material, das reações dos parceiros sociais e da sua situação social global. Para os primeiros, a identidade de si emerge das reações dos outros em relação ao comportamento pessoal e da interiorização dessas significações.

Muito antes desses pesquisadores, Cooley (1902) utilizou a noção de um “eu refletido” (*looking glass self*) para indicar que a idéia que nós temos de nós mesmos é forjada pelo reflexo do meio ambiente, das atitudes e das expectativas dos outros. Trinta anos depois, G.H. Mead (1934) defendeu a teoria segundo a qual a formação do eu depende em grande parte da adoção de atitudes dos outros a respeito de si.

O eu se desenvolve através das interações estabelecidas com os outros graças às definições simbólicas que este outro exprime a respeito de quem somos nós. Sem uma definição clara de si, uma pessoa não pode compartilhar adequadamente a vida familiar ou a vida de qualquer outro grupo social.

Lecky (1945) preconizou a concepção de uma coerência de si (*self consistence*) que estaria ligada à tendência que todo indivíduo tem de se comportar segundo o que ele sabe de si, de modo a preservar a coerência das representações e das condutas dentro do seu contexto relacional e social. Essa necessidade de coerência poderia ser explicada pela perspectiva de Festinger, segundo a qual, o ser humano recorreria às informações de referência sobre ele para reduzir a dissonância cognitiva. A noção de “personalidade satélite da criança”, utilizada por Ausubel, também enfatiza o aspecto social da personalidade. Segundo o autor, “o estado derivado” – próprio da infância – se caracteriza não apenas pela dependência objetiva da criança em relação aos adultos, mas especialmente pela percepção que ela tem de si a partir da percepção dos outros.

Antigos estudos sobre a formação da consciência pessoal enfocaram também os mecanismos de imitação e de identificação. Para Guillaume (citado por Selosse, 1997), a consciência da imitação aparece na criança pequena inseparável da noção de eu. O autor esclarece que o que faz com que o modelo de conduta seja desejável não é apenas a sedução realizada pelos atos, mas também o prestígio do agente (seu papel e seu *status*).

A psicologia genética destaca a importância do outro na consciência que as pessoas têm de si mesmos. O outro é considerado como um “parceiro relacional presente e perpétuo” neste processo. A identificação às imagens parentais e a atenção simpática do outro em relação ao comportamento do sujeito promovem e mantêm a sua valorização.

Wallon (1956) já insistia na dependência fisiológica da criança e enfatizava o papel da sensibilidade postural para a expressão das reações emocionais na comunicação simbiótica a qual é anterior à identificação e à diferenciação da criança em relação aos objetos. Para o autor, *a construção do eu depende essencialmente do outro*. A sócio-matriz das futuras relações do sujeito é constituída pelo casal original (mãe-bebê) e “o outro” será “o parceiro eterno do eu” do ponto de vista psíquico. Wallon observou que o bebê só consegue se satisfazer se sentir que pode agradar aos outros. A gênese da inteligência para Wallon é genética e organicamente social, ou seja, a estrutura orgânica supõe a intervenção da cultura para se atualizar.

O próprio Freud negou a separação indivíduo-sociedade, afirmando que a psicologia individual se apresenta desde o início, de certa forma, como uma psicologia social. Em *Psicologia de Grupo e a Análise do Eu* (1921/1976), ele escreve: “o contraste entre a psicologia individual e a psicologia social ou de grupo, que a primeira vista pode parecer pleno de significação, perde grande parte de sua nitidez quando examinado mais de perto”. (Freud, p.91). O pai da psicanálise argumenta que a entrada na vida social impõe modificações ao sujeito e que “o outro” está presente na constituição do sujeito, seja “como um modelo, um objeto, um auxiliar ou um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, neste sentido ampliado (...) é, ao mesmo tempo, também psicologia social” (Freud, 1921, p. 91).

Outros autores da linha psicodinâmica (Hunt, Hartman & White, citados por Selosse, 1997) evidenciam igualmente a participação do outro na formação da identidade dos sujeitos. De acordo com essa corrente psicológica, o eu – autônomo em relação à

libido, se constitui graças às relações com o objeto de sua afetividade e dele se diferencia progressivamente. O fator central das relações objetais seria constituído pela interação entre o sujeito e o objeto de amor. A estabilidade e a fecundidade da experiência interna dependeriam das experiências de valorização (gratificação) e desvalorização (frustração). As primeiras facilitariam a autonomia, a segurança, a competência e a auto-estima.

Para Erickson (1971), a identidade repousa sobre o “sentimento de realidade social” e se constitui baseada na função de síntese do ego. Todo indivíduo julga as pessoas que o julgam, ao mesmo tempo em que ele se auto-avalia. Segundo o autor, as pessoas que tem certo prestígio ou poder podem exercer influência decisiva neste processo. A auto-estima resultaria da apreciação e do reconhecimento pelo outro. As situações, em que o sujeito se sente competente, geram sentimentos de plenitude, nas quais o outro não é sentido como uma ameaça.

A perspectiva interacionista de Ziller (1973) enfatiza a influência dos referentes significativos na construção, pela aprendizagem, do conceito de eu. As representações que o sujeito elabora de si mesmo são, assim, delimitadas pelas expectativas do meio social.

Além desses aspectos, as representações que os sujeitos fazem de si mesmos são influenciadas pela idade, pelo sexo, pelo ambiente sociocultural e pelas qualidades dos agentes que reagem aos comportamentos e que intervém mediante suas avaliações do sujeito.

Rosenberg (1965) assinala que o fato de pertencer a contextos sociais desfavorecidos perturba a representação que os sujeitos têm de si próprios, uma vez que as diferenças socioeconômicas e culturais intervém no processo de auto-avaliação.

Antes dele, Robaye (citado por Selosse, 1997) mostrou que a expectativa positiva que as pessoas mantêm a respeito de si mesmas depende das vicissitudes do meio social e das reações às frustrações. Num contexto desfavorável, todo desafio representaria uma ameaça e contribuiria para uma diminuição do nível de aspiração, funcionando como um mecanismo de defesa do ego contra o fracasso.

Os estudos de Rodrigues-Tomé (1972) evidenciaram a vulnerabilidade da representação que o adolescente tem de si mesmo e o quanto ela é dependente das

reações dos outros. Quem trabalha e convive com adolescentes encontra no cotidiano a confirmação empírica dessas teorias e as evidências de que quanto mais frágil for a estrutura emocional do adolescente, mais dependente ele será do “olhar do outro”.

Para Selosse (1997), “os olhos dos outros refletem não somente a imagem corporal, mas ainda a identidade social (p.209) (...) a reputação social influencia o reconhecimento e a reciprocidade (...) é um fator de previsão da qualidade das relações” (p.209).

Segundo Brauvat, Algan & Selosse (conforme citado por Selosse, 1997), o indicador mais discriminatório encontrado em uma pesquisa sobre o futuro dos jovens delinquentes foi a “má reputação” do sujeito no seu meio de origem. Num estudo posterior, esses mesmos sujeitos apresentaram as maiores taxas de encarceração e de tratamentos psiquiátricos.

A delinqüência juvenil – transitória e polimorfa – se apresenta ao mesmo tempo como um sintoma, um apelo e uma provocação ao longo de um processo maturativo que vai da puberdade até a assunção de um *status* adulto. O fator central na socialização seria o fato do ser humano “saber” e “sentir” que ele significa alguma coisa para o outro e isto, em todas as idades.

No caso dos adolescentes desta pesquisa, além da vulnerabilidade própria do período de adolescência – marcado pelas profundas transformações físicas, psicológicas, sociais e familiares, concorrem ainda outros elementos para a fragilização da identidade, como a condição em relação à justiça e a nova condição de pai-adolescente.

7.2.2 O adolescente desqualificado como pai pelas famílias e pelas companheiras

Para os adolescentes que não têm autonomia financeira e que não contam com o apoio de redes sociais eficientes, a experiência da parentalidade em vez de servir de vetor para o reconhecimento social, pode ao contrário concorrer para a sua desqualificação. Este é o caso de adolescentes que, apesar de terem um trabalho e de eventualmente contribuírem com o sustento do filho, vivem em condição de extrema pobreza, tendo também que colaborar com a subsistência da família de origem. Fazem parte deste universo, ainda, os adolescentes desempregados que não colaboram com o sustento do

filho e, por se sentirem cobrados e incapazes de responder a essa demanda, afastam-se do filho e da companheira. O relato a seguir é elucidativo deste processo de desqualificação vivido pelos adolescentes que não tem autonomia financeira:

(...) Antes eles sempre me ‘dava’ apoio. Aí, depois que ela ficou grávida, sempre ‘eles faz’ uma piadinha pra mim. (...) É muito ruim, muito ruim mesmo! (...) tem ‘ vez’ que eu chego tarde [para visitar a filha]. Eles lá não ‘ entendi’ não, eles pensa que eu não vou lá, porque eu ‘ tô’ na rua ‘ vagabundando’. Fala, fala, fala! (...) Não acredita na minha palavra não. (...) Se eu ‘num trabaiasse’(...) se eu não tivesse esse emprego eu acho que eles não ‘deixava’ nem eu ‘ vê’ a minha filha... (Ariel)

Constata-se nas narrativas dos adolescentes o medo de ser cobrado e rechaçado por não contribuir para o sustento dos filhos, e, apesar de sentirem vontade de vê-los e de não esquecerem de datas importantes como os aniversários dos filhos, não os procuram e não participam do seu cotidiano. No caso dos adolescentes que não contam com os benefícios de uma rede de apoio eficiente, o trabalho é a única via de acesso para o convívio com o filho, uma vez que a função provedora do pai aparece algumas vezes como a única dimensão reconhecida na paternidade, pelas companheiras e/ou suas famílias:

(...) Eu durmo sonhando, moço [com o filho]! Ele já deve ‘tá’ é lidando nas coisas, derrubando tudo (...) Deve ‘tá’ chamando mamãe, vovó (...) Eu só não vou lá nele porque eu não ‘ tô’ trabalhando (...) Porque assim que eu arrumar um serviço, o primeiro salário que eu ‘ pegá’ vai ser todinho dele, não quero uma balinha, não quero.(...) Se eu for lá ela (a ex companheira) vai falar: “ o quê que tu dá pra ele”? E eu vou falar o quê? Vou olhar pra cara dela e vou virar as costas e ir embora. Então é melhor nem ir! (Iago)

Uma das maiores preocupações dos adolescentes é não ser reconhecido pelo filho e perder o lugar de pai para outro homem que disponha de mais recursos materiais. Um dos adolescentes justifica assim sua inquietação:

(...) O que me preocupa é dele achar outro pai (...) Se eu tiver falhando como pai e ele achar outro pai (...) O que me preocupa é isso (...) Só que é meu e eu não quero que isso aconteça, eu não quero ‘vê’ ele chamando outro de pai (...) Não quero que (outro)

'teja' a condição que eu não tenho e pegue meu lugar de pai (...) Isso ia partir o coração em duas 'banda'(...) Aí eu não quero que isso aconteça. (Iago)

Estudos sobre a identidade negativa, que pode se apresentar de diferentes formas – seja pela tomada de distância social dos sujeitos, pelo afastamento ou pela rejeição explícita pelo olhar discriminatório; seja pela distância em relação às normas, ou ainda pela estigmatização que condena o indivíduo a ser conforme o estereótipo estabelecido pelo outro – servem de parâmetro para pensarmos na questão da desqualificação do adolescente na sua experiência de parentalidade.

Trabalhos com sujeitos definidos como desviantes ou “dissociais”, mostram que a característica mais marcante é a acumulação de derrotas graves em todos os planos: afetivo, escolar, social, profissional e econômico. Essa seqüência de derrotas promove um sentimento e uma percepção de si mesmo desvalorizada podendo conduzir a uma postura agressiva e muitas vezes destrutiva, constituindo uma verdadeira “morte social”.

Em um dos inúmeros artigos dedicados ao estudo dos comportamentos “dissociais” (*Identification négative: processus et effets*, datado de 1980)¹⁸, Selosse apresenta o resultado de trabalhos clássicos que descrevem o processo da identificação negativa. A seguir apresento algumas dessas contribuições.

Kestenberg (1962) constatou clinicamente que muitos dos distúrbios de comportamento social estão associados ao não-reconhecimento dos sujeitos pelos pais. Ignorados pelas figuras de referência, só resta aos sujeitos a possibilidade de se identificar com um ser repreensível e sem valor. Da mesma forma que o processo provoca uma desvalorização do sujeito, segundo o autor, um remanejamento narcísico pode assegurar a conversão da característica negativa em sinal de força e potência.

Erickson (1971) observou que para lutar contra o aniquilamento de uma identidade enfraquecida ou desvalorizada e assim evitar a destruição da identidade pessoal, os sujeitos podem escolher uma identidade negativa. Esta identidade negativa seria o resultado de uma espécie de mecanismo de defesa destinado a controlar uma situação na qual os elementos positivos e disponíveis da identidade se anulam e, a encontrar e defender um espaço pessoal contra as expectativas julgadas excessivas ou contraditórias.

¹⁸ Este artigo é apresentado também na obra *Adolescence, Violences et Déviances (1952-1995)*, 1997, pp 364-374.

Desta forma, a conversão total de um adolescente em alguém de temido ou odiado pode ter valor de sobrevivência. Para o jovem, assumir uma personalidade negativa, um comportamento considerado delinqüente, pode ser melhor do que não ter nenhuma identidade.

Frechette (1975), utilizando a escala de socialização de Gough, observou que os jovens delinqüentes se situam no nível inferior da escala, apresentando graves problemas de socialização, sérias deficiências na capacidade de integrar papéis, de se ver a partir do ponto de vista do outro e de interagir socialmente. O déficit de socialização que gera dificuldade de adaptação ao grupo e, a alienação que provoca um sentimento de mal estar em relação ao outro, são as duas dimensões dessa sub-socialização. Através de um outro instrumento – a prova dos constructos interpessoais de Kelly, o pesquisador observou que, nesses jovens “dissociais”, a capacidade de vinculação ao outro está deteriorada ou foi desenvolvida de forma inadequada.

A teoria geral dos sistemas fornece também modelos que explicam o processo de identificação negativa. A análise que permite focalizar o sujeito em seu meio e ao mesmo tempo participando de sistemas mais vastos, revela que o funcionamento de um deles para manter o equilíbrio do grupo, suscita um “membro sintoma, [um] doente, [um] bode expiatório” (Selosse, 1997, p. 372). Grupos sociais, como por exemplo, as próprias famílias, poderiam induzir uma “trajetória dissocial”. Selosse lembra que, com muita frequência, quando surge “um desviante”, os papéis no grupo são distribuídos de forma diferente e as regras podem ser impostas sem equidade. Essas interações vão condicionar novos comportamentos, percepções e representações dos membros do grupo.

Em todas as perspectivas: clínica, interacionista ou cognitivista, a relação com “o outro” – calcada no reconhecimento e na satisfação – se mostra imprescindível para a edificação de uma identidade sólida e de uma personalidade suscetível de afeto. O que parece ser essencial na socialização é o fato de o sujeito ter consciência de que é importante para “o outro”. A ausência de uma identidade social (ser percebido como alguém) ou a percepção negativa de si pode provocar um processo de degradação ou desvalorização do sujeito.

Esse processo de desvalorização do sujeito é descrito de forma muito didática por Selosse (1984/1997), por meio de duas metáforas: do vampiro e da medusa, que são

amplamente utilizadas e repetidas atualmente no meio acadêmico (Pain, 1999; Soares, 2005). Mesmo já tendo feito referência a elas no capítulo 1, vou retomá-las aqui, pois penso que elas descrevem com muita propriedade a construção da identidade negativa, que pode conduzir o jovem a “se resignar” a ocupar o lugar a ele destinado pela família e pela sociedade.

Segundo Selosse, a síndrome da personalidade vampirizada significa a impossibilidade de se ver refletido no espelho do outro. Ao olhar vazio dos pais, das instituições, somam-se olhares de outras figuras significativas que também os evitam e para eles se fecham.

A esse fenômeno se sobrepõe um outro fenômeno, denominado por ele de “medusação”, o qual remete à idéia de construção de uma identidade estereotipada e estigmatizante. Ele explica:

A medusa paralisa a pessoa que a olha, ela petrifica o sujeito, ela o “ossifica”, ela o “mumifica” (...) as identidades negativas (...) são frequentemente o resultado de um olhar hostil, de um olhar depreciativo e de desprezo que cria a humilhação e a vergonha. É na conjunção da vergonha e humilhação que os indivíduos garimpam de alguma maneira sua própria falta de estima, seus sentimentos de inferioridade e de incompetência e assim constroem sua identidade negativa (Selosse, 1997, p. 406).

Esses sujeitos “medusados” e “vampirizados” que não são percebidos nem reconhecidos socialmente na sua existência pessoal, são capazes, segundo Selosse, de oferecer à sociedade apenas “manifestações de seus traços (...) vandalizando, destruindo, sujando, agredindo, deteriorando” (1997, p. 406). Referências positivas atribuídas ao sujeito por um terceiro permitem, ao contrário, manter um nível elevado de aspiração.

Nos depoimentos dos adolescentes e nas observações realizadas ao longo do contato estabelecido com eles e com as famílias – durante o desenrolar do “Projeto Fênix na Comunidade” e, durante o estudo preliminar realizado no Hospital Universitário de Brasília - ficaram evidentes esses mecanismos descritos por Selosse (1997), os quais contribuem para a desqualificação social (Paugam, 2000) e a cidadania incompleta (Zaluar, 1994) da qual são vítimas muitos dos adolescentes e adultos provenientes de classes sociais desfavorecidas.

A avidez dos adolescentes deste estudo, pelo crédito da família e da sociedade, pode ser exemplarmente sintetizada pelo depoimento do sociólogo Luiz Eduardo Soares (2002) no Documentário Ônibus 174, sobre os adolescentes infratores:

“A grande luta desses meninos é contra a invisibilidade. Nós não somos ninguém e nada se alguém não nos olha, não reconhece nosso valor, não preza a nossa existência, não devolve a nós nossa imagem munida de algum brilho, de alguma vitalidade, de algum reconhecimento. Esses meninos estão famintos de existência social, famintos de reconhecimento”.

7.2.3 A companheira como parceira na dança da resiliência

Para a maioria dos adolescentes entrevistados, o período que sucedeu a confirmação da gravidez da companheira e a sua comunicação à família – muitas vezes realizada com sofrimento por parte dos adolescentes – foi de bastante tranquilidade e harmonia. Dos 11 adolescentes entrevistados, 10 relatam que as transformações físicas das companheiras durante a gravidez as deixaram mais bonitas e que, nesta fase, sentiram-se mais próximos delas. Atentos às vulnerabilidades emocionais das parceiras e de suas preocupações com o corpo em franca transformação, revelaram-se companheiros e pacientes. Percebe-se nos relatos destes jovens a influência da doutrina judaico-cristã e dos modelos culturais que polarizam o comportamento feminino – transformando em santa a mulher que vira mãe – e, atribuindo à gravidez e por extensão à maternidade, o poder de transformar o corpo de uma mulher comum em uma “Vênus de Millus”. Estudos realizados sobre a questão do feminino apontam a estreita relação entre feminino e maternidade. Badinter (1985), em “O mito do amor materno”, questiona a idéia da presença do instinto materno em todas as mulheres e o atribui a um condicionamento cultural imposto às mulheres.

De fato, a história da maternidade revela mudanças profundas nas atitudes maternas através dos tempos, as quais são tributadas às práticas e costumes sociais, à cultura e ao nível socioeconômico das mães. Observa-se através dos séculos uma alternância de atitudes maternas positivas e negativas. Se no século XVI as mães eram carinhosas e amamentavam os filhos, no século XVII e parte do século XVIII, elas lhe eram indiferentes. Logo após o nascimento, os bebês eram afastados da família e confiados às amas-de-leite, com quem permaneciam por aproximadamente cinco anos. Voltavam ao convívio familiar por uns cinco anos e eram novamente separados das

famílias e enviados para os colégios internos. Nesta época, as mulheres pertencentes, sobretudo à aristocracia, começaram a se interessar pelo universo extra-familiar, passando a investir no seu aprimoramento intelectual (Badinter, 1985).

Segundo Venâncio (citado por Dadoorian, 2000), no Brasil Colônia – dominado pelo sistema familiar patriarcal – até o século XIX, o abandono de crianças era uma prática urbana destinada a ocultar os nascimentos ilegítimos que difamariam as mulheres das classes altas. Adolescentes entre 12 e 16 anos tinham também, na época, filhos ilegítimos. A dupla moral vigente então na sociedade brasileira, preconizava um comportamento rígido para os brancos e mais liberal para os negros.

Na família patriarcal – rural e escravagista – a mulher tinha um papel secundário, inferior e de submissão ao marido, de quem dependia economicamente. Seu mundo se restringia ao espaço interior da casa na companhia de filhos, familiares, escravos e agregados. As mulheres de classes populares tinham, contudo um destino diferente e o concubinato ou o sexo fora do casamento ocorriam com maior frequência. Um grande número de mães solteiras era abandonado e residia junto com os filhos que eram quem as amparavam no seu isolamento. Todavia, a situação de pobreza poderia definir o destino destas crianças, na direção do infanticídio ou do abandono. No meio rural, a prática era menos comum, dado o valor das crianças como mão-de-obra. A pobreza dos pais – brancos ou negros – justificava o abandono, o qual era encarado como uma forma de conceder às crianças sua alforria, portanto, como um mecanismo paradoxal de proteção.

A mulher era vista pela Igreja e pela moral vigente na época, como um ser diabólico e sedutor cuja alma deveria ser salva. Junto com os interesses da colonização portuguesa e da medicina, a Igreja empreende então um movimento de moralização dos costumes, iniciando a normatização do corpo e da sexualidade feminina. O papel da mulher fica relegado ao de esposa dedicada, assexuada e mãe exemplar, responsável pela propagação do catolicismo e do povoamento ordenado da colônia (Sâmara citado por Dadoorian, 2000).

No final do século XVIII e início do século XX, dada a grande mortalidade infantil e a ameaça de escassez de mão-de-obra, o Estado, através do seu discurso político-social, começa a preconizar a importância da amamentação e dos cuidados maternos. A popularização da psicanálise no século XX e o consenso sobre a importância da relação

mãe-bebê – para o bom desenvolvimento físico e emocional da criança e depois do adulto – reforçam o discurso social sobre a “boa mãe” e, segundo os movimentos feministas, promove um retrocesso no que concerne a emancipação feminina. (Badinter, 1985; Dadoorian, 2000). O estereótipo da “santa-mãezinha” assexuada, piedosa e dedicada, que se consolidou no período colonial continua forte e presente no imaginário social até os dias de hoje.

Os adolescentes, entrevistados para esta pesquisa, relatam que se sentiram muito próximos das companheiras e emocionados com as transformações físicas próprias da fase de gestação. Eles explicam:

(...) Eu me sentia bem (...) Sabia que ela ‘tava’ trazendo na barriga uma coisa que era minha (...) Ninguém ia poder me tirar aquilo (...) E que eu tinha que dar muito valor naquilo. (Tito)

(...) Ah, foi diferente ‘né’, quando a barriga dela mexia (...). Crescendo (...). Foi diferente. (...) Eu não esperava. (...) Sei lá, era diferente (...). Mexendo assim dentro da barriga.(João)

(...) eu sinto a emoção (...) de ‘tá’ ali compartilhando esse momento, dessa alegria (...) porque tem muitas histórias, muitas palavras (...). É um ouro, é um tesouro que eu achei. (...) Ela é um tesouro muito diferente desses que você cava, é um tesouro que você tem que guardar. Tem que abraçar e não tirar de você, ficar com ele porque é um (...) ‘afê Maria’, é uma criança! (Romeu)

A maioria dos rapazes relata que passado o impacto inicial provocado pelas transformações do corpo das companheiras, elas foram ficando cada vez mais bonitas e, diferentemente do que referem sobre os sentimentos das companheiras, os adolescentes entendiam a transitoriedade das transformações físicas e não as achavam gordas e feias como elas insistiam muitas vezes em dizer:

(...) Ah! Me acostumei, mas no início eu achava um pouco estranho (...). Ela ‘ficô’ bem bonita. Parece que ela nem teve neném (...) ‘Ficô’ bem bonitinha ela. (Lear)

(...) Ah, ela estranhou tudo. Ela falava que tava feia, que tava gorda, reclamava de tudo. (...) Precisava animar ela, falar que ela tava bonita, mas não sei se ela acreditava. (...) Eu achava que ela tava bonita (...). Depois do quarto mês começou a crescer muito

a barriga, ficou grandona. (...) Mas aí passou logo e ela 'tá' bonita de novo, depois que ela ganhou nenê ela foi para a academia. (João)

Exceção para essa regra constitui o discurso de um dos adolescentes de 16 anos, cuja companheira ainda está grávida. Embora se sinta feliz com a perspectiva do nascimento do filho e se emocione quando percebe os movimentos do bebê na barriga da companheira, o adolescente acha que a namorada está mais feia e que a gravidez estragou o seu corpo:

(...) Agora com essa gravidez dela parece que ela 'esmagreceu' foi muito! Ficou mais feia! (...) Eu falo que ela 'tá' bonita, mas ela ' tá' feia. (Henrique)

Além da “beleza inerente à gravidez”, os adolescentes relatam que a fragilidade da companheira grávida mobilizou neles sentimentos de proteção e os motivou a dar-lhes suporte emocional para enfrentar as respectivas famílias e levar a cabo a gravidez a qual, muitas vezes, as moças pensaram em interromper por medo de enfrentar os pais.

(...) Como ela é mais nova, eu vou 'pegá' e 'ajudá' (...) Vou 'tê' mais envolvimento. (Ricardo)

(...) Eu já sabia que ia ser pai (...) primeiro que ela (...). Não falei nada pra ela, fiquei calado. (...) [Pensei] Se eu falar ela vai querer tirar (...). E é melhor eu ter uma filha porque aí eu paro de aprontar (...). Eu nem falei pra ela não. (...) No começo ela queria tirar o nenê. (...) Aí eu falei com os pais dela (...). Aí os pais dela 'falou' que não era pra ela tirar. (João)

Assim como acontece com as famílias dos adolescentes e com os próprios rapazes, também pelas moças, o filho é percebido como um vetor de amadurecimento, de responsabilidade e de proteção do rapaz. As companheiras, algumas vezes, utilizam a gravidez como uma “manobra” promotora da transformação do comportamento do jovem e, o filho, como uma garantia do fortalecimento do relacionamento com o companheiro. Assim foi a experiência deste adolescente que avalia criticamente a atitude da companheira:

(...) Ela disse pra minha mãe que teve uma gravidez pra ver se me mudava, mas eu não sabia não. (...) Eu acho que ela se precipitou em 'preocupar' em me mudar. (...) Não quis 'esperar com o tempo'. (...) Eu acho que ela não pensou que talvez não daria

certo.(...) e se fosse outro pai, que nem tem muitos aí, que não desse nem atenção?(...) Ela teria tentado uma tentativa em vão. (...) Eu acho que pra ela também não foi bom não. (Tito)

A convivência com as companheiras e com os filhos é também referida como uma experiência gratificadora que compensa a enorme carência afetiva vivida por grande parte dos adolescentes ouvidos. Um dos adolescentes, que sofre pelo abandono paterno e por não ter conseguido ainda elaborar o luto pela morte da mãe que ocorreu quando ele tinha 13 anos, relata o potencial reparador da sua experiência de parentalidade:

*(...) Ela [a companheira] é carinho, se preocupa comigo (...) A neném é bem séria (...)
Ela [a filha] gosta de mim. (...) Ela ri mais é pra mim. Quando eu chego lá ela lá*

Embora a experiência da parentalidade do adolescente, de forma isolada, não tenha força suficiente para se constituir em uma solução para o problema da delinquência e da exclusão social, por meio dos depoimentos dos adolescentes pode-se identificar a enorme expectativa que eles têm em relação à parentalidade e o desejo de dar sentido a esta experiência, uma vez que, aos olhos deles e muitas vezes também das próprias famílias, essa experiência pode ser portadora de transformações positivas e duradouras.

Visto que o projeto de parentalidade do adolescente é tributário das redes de apoio psicossocial e que, com exceção das famílias (do adolescente e da companheira), essas redes são quase inexistentes, entendo que essa expectativa positiva em relação à parentalidade pode, muitas vezes, representar um paradoxo no qual o adolescente-pai – suposto protetor do filho – deposita neste último a proeza de “fortalecê-lo” no papel de adulto e de “protegê-lo” da invisibilidade e do abandono social no qual ele se encontra.

Apoiar o (a) adolescente na sua vivência de parentalidade não significa estimular a gravidez entre adolescentes, mas criar condições para que essa experiência não resulte em problemas físicos e psicossociais de proporções ainda maiores tanto para os adolescentes como para os seus filhos.

CAPÍTULO 8 SER PAI NO OLHAR DOS ADOLESCENTES EM MEDIDA DE LIBERDADE ASSISTIDA

8.1 A nostalgia do “pai presente” na concepção do papel de pai do adolescente-pai em medida de Liberdade Assistida

Se o pai não pode levar a criança em seu ventre, ele pode como fez Zeus com a sua filha Athéna, levar a criança na sua cabeça (Parseval, 1981).

Esta zona de sentido abrange duas dimensões do significado de ser pai na visão dos adolescentes ouvidos nesta pesquisa. A primeira se refere à concepção do papel de pai de forma ampla e a segunda, aos seus projetos pessoais como pai. As idéias dos adolescentes a respeito da função exercida pelo pai são, evidentemente, permeadas pelas suas vivências pessoais. Quanto maiores as carências na experiência de filiação, mais os pais são idealizados e a sua ausência é dolorosamente lamentada. Para os adolescentes entrevistados, a parentalidade aparece indissociável da função provedora, da presença física, da parceria com a mãe (do filho) e do exercício da autoridade paterna com amor e como forma de proteção.

8.1.1 Pai é o chefe da família que abastece a dispensa

Depois que vira pai você tem (...) como posso dizer, uma boca pra dá de comer. (Ariel)

Foi unânime entre os adolescentes entrevistados, a visão de que a função de pai está invariavelmente associada ao seu papel de provedor e de chefe da família. Essas concepções, atravessadas por estereótipos de gênero, atribuem à figura masculina poder e direito à dominação da família, marcando a superioridade do sexo masculino em detrimento do feminino. O trabalho aparece sempre como uma obrigação viril através da qual o adolescente-pai se impõe no meio familiar. Ele representa um marcador de masculinidade e, assim como a paternidade, promove o adolescente à condição de adulto. Essa exigência apresenta-se como um paradoxo, se pensarmos que, na maioria das vezes, esses adolescentes são oriundos de famílias nas quais é a mãe, geralmente, a principal provedora da família, quando não é a única. Outra contradição reside no fato de a força do mito do pai provedor colocar-se como um imperativo de produção num momento em que o adolescente ainda não tem condições de exercer esse papel. Essa

exigência pode levar o jovem à inserção no mercado marginal de trabalho, como explicou um dos adolescentes que trabalha com o comércio de DVDs pirata:

(...) É o pai que tem que dar a educação massa pro filho, tem que trazer as coisas pra dentro de casa (...). Tenho medo de faltar alguma coisa pra minha filha, sei lá (...) A gente que mexe com DVD tem a preocupação de perder as nossas mercadorias, que são ‘ilegal’, ‘né’? Os DVDs são piratas. (...) mas se um dia pegar e a gente perder tudo? (Antônio)

As falas de outros adolescentes reforçam a idéia de que o pai deve ser o provedor responsável pela subsistência da família:

(...) O pai tem que dar sustento. (João)

(...) Minha preocupação maior é de não faltar nada pra menina entendeu? Inclusive esses dias minha esposa tava falando: “Você ‘tá’ sem bermuda”! Aí eu falei: amor, e minha filha? Eu visto qualquer coisa, um chinelinho ali, outro aqui, mas e ela? Ela vai ‘cresce’ (...) mas mais pra frente vai ter que comprar mais, vai ter que comprar mais leite Ninho (...) Eu tenho que me preocupar com isso agora. (Romeu)

O mesmo adolescente imputa ao pai, além da função provedora, o papel de chefe responsável pelas decisões familiares:

(...) o homem tem que ‘tá’ ali pra poder botar comida dentro de casa, botar leite, botar arroz e feijão (...) É ele que abastece a dispensa! (...) O pai é um administrador da família (...) É ele que vai ver quanto é que você vai gastar na compra, o que você vai comprar, é ele que vai ver o que tem que comprar, é ele que vai decidir tudo, praticamente, ‘né’?(Romeu)

A função de chefe da família aparece também atribuída ao pai, no discurso de outros adolescentes:

(...) Ser um pai é ser tipo o chefe da família, ‘né’? No caso só mora, eu, minha mulher e minha filha, no caso eu vou ser o chefe da família, ‘né’? Que eu sou o pai, eu sou o homem (...). Sou o mais importante da família (...) tem que guiar (...). A pessoa que trabalha, tem que estar lá, ‘né’? (Antônio)

Apesar de o papel de provedor da família ser uma função assumidamente masculina e exercer uma atividade remunerada ser uma condição indispensável para o exercício pleno da parentalidade, de maneira geral, como lembram Heilborn e cols. (2002), a inserção do trabalho na trajetória de vida dos adolescentes depende mais da sua condição de classe do que da paternidade. A perspectiva da assunção de uma identidade masculina, associada às necessidades reais de subsistência dos adolescentes de classes populares, termina, segundo os autores, por priorizar a busca do trabalho em detrimento da trajetória escolar, mesmo antes de os jovens se tornarem pais.

Todavia, a associação do papel de pai à função provedora é uma tendência emblemática observada na literatura sobre a parentalidade na adolescência (Almeida & Hardy, 2007; Cabral, 2003; Engle & Leonard (citados por Almeida e Hardy, 2007); Piccinni, 2002; Trindade & Bruns, 1999 e Trindade & Menandro, 2002).

A idéia do pai associada ao seu papel provedor tem, segundo Parseval (1981), matrizes primitivas. No clássico trabalho sobre a paternidade – envolvendo vários tipos de pais ocidentais: “primíperos” (neologismo criado pela autora), pais de muitos filhos, homens estéreis que se tornaram pais por meio de inseminação artificial de suas mulheres, doadores de espermatozoides e homens que não querem ser pais (vasectomizados), a autora associa reflexões etnológicas e psicodinâmicas de inspiração na psicanálise e explica que a concepção do pai como provedor está relacionada à idéia do espermatozoide como vetor da paternidade. As diferentes teorias sobre a paternidade mostram que, de acordo com o continente, as épocas, as culturas e as ideologias, cada sociedade atribui um valor diferente aos vetores biológicos: espermatozoide, sangue, placenta e leite, que estão envolvidos na parentalidade.

Na sociedade ocidental há, segundo a autora, um paroxismo do coito fecundante. Durante a gravidez e o período de amamentação, porém, o pai é excluído e eliminado do contato com o bebê. Crenças do nosso sistema de representação dos papéis dos sexos na procriação têm força preponderante nesse processo. Uma idéia muito difundida embora errônea atribui, por exemplo, às relações sexuais durante a gravidez riscos ao bebê. No que concerne à amamentação, a presença do pai é considerada inútil visto que ele não é um fornecedor de leite e, portanto, está excluído do processo, no qual um vínculo profundo normalmente se estabelece com a mãe.

O mesmo não ocorre em outras culturas. Dentre os inúmeros exemplos apresentados por Parseval (1981), nos quais é atribuído ao pai, através do esperma, a função de nutrição do bebê durante a gravidez da companheira, se encontram os índios txicanos do Mato Grosso do Sul. Segundo essa etnia, o sêmen paterno é o único componente do embrião. Os nativos vêem como prova disso, a existência do cordão umbilical que consideram uma prova concreta do vínculo com a substância do pai. Segundo eles, é necessário praticar cópulas repetidas durante a gravidez para favorecer o crescimento da criança e evitar o aborto espontâneo. A mãe é considerada apenas um “continente para abrigar a criança”. Além do pai principal, há diversos “co-genitores” que contribuem com a doação de esperma para que a criança não corra o risco de se desenvolver inadequadamente.

Entre os índios mojavés, funciona também o sistema de co-genitores. Entretanto, a identidade do pai da criança não é determinada pelo coito fecundante. A identidade do feto pode ser radicalmente modificada, se a mulher tiver relações sexuais repetidas durante os primeiros meses de gravidez, com um homem diferente do que a fecundou. Os mojavés acreditam que quanto mais esperma o pai coloca no embrião, mais ele o forma à sua semelhança. Na prática, o verdadeiro pai é aquele que é reconhecido socialmente por todos, é aquele com quem o filho se parece, o “pai nutriz” (*in útero*). Devereux (citado por Parseval, 1981), observa que raramente o “impregnador” original reivindica a paternidade de uma criança que ele gerou, pois o verdadeiro pai pertence ao “pai da gravidez”.

Uma civilização africana, os samos do Alto Volta, tem também uma interessante teoria sobre a concepção. Ela atribui ao mesmo tempo um papel à “água do sexo da mãe” (um coágulo que vai formar o corpo, o esqueleto e os órgãos da criança) e à “água do sexo do pai” (o esperma que dentro do corpo da mãe se transformará em sangue para a criança). Nessa cultura, é o futuro pai, contrariamente ao que ocorre nas nossas sociedades, quem vai perceber em primeiro lugar quando uma relação sexual foi seguida de uma fecundação, mediante sintomas físicos como, por exemplo, a fadiga após a concepção, sonolência e dores nos joelhos e cotovelos, próximas a dores reumáticas. Como observa Parseval (1981), essa é uma situação exatamente inversa à que ocorre em nossa cultura, onde os sintomas de reconhecimento da gravidez, como, por exemplo,

enjôos, cansaço, sono exagerado e aumento do volume dos seios são atribuídos à mulher.

Segundo a pesquisadora, o “expectant father” pode conhecer, tocar e nutrir (no sentido psicológico e biológico) seu filho, pelo ato sexual praticado durante a gravidez. Essa participação do pai – que dá ao filho algo dele próprio¹⁹ – é muito importante neste momento durante o qual a capacidade de sonhar é factível de mobilização.

8.1.2 O pai pega mais pesado, tem a voz mais dura, o pai briga pro bem do filho

Tanto para o adolescente Romeu, autor da frase que nomeou este indicador, como para os outros adolescentes ouvidos, a presença do pai é fundamental para a criação dos filhos, pois segundo eles, as mães sozinhas não são capazes de exercer a autoridade necessária para conter o filho, fazê-lo respeitar regras indispensáveis para a sua proteção e para o bom convívio familiar e social.

Segundo um dos adolescentes, a figura paterna é importante para o filho, não apenas como uma referência, mas como presença concreta:

*(...) Não é a presença [referência] do pai. Tem que ter o pai [concretamente]. O pai tem que acompanhar, tem que brigar (...) Tem que dar autoridade. Tem que falar quando ‘tá’ certo, se estiver errado tem que repreender (...) Se eu tivesse um pai e fizesse alguma coisa de errado ele podia ir lá e reclamar, sei lá, fazer um medo maior pra nós. (...) Mãe não faz medo pro filho (...) Tipo o filho sente mais medo do pai do que da mãe. Tipo, no caso da minha criação, que eu fui criado, assim, meio na rua, assim, meio sem nada, meio sem condição, se minha mãe falasse eu nem ligava (...) Se fosse o pai que falasse “você não vai sair, pronto e acabou”! Aí isso é outra história, ‘né’?
(Antônio)*

Para este adolescente, a presença do pai é ainda mais indispensável para os filhos do sexo masculino, os quais estão mais expostos aos riscos sociais.

¹⁹ Pesquisas biológicas realizadas recentemente, com o material espermático, mostraram que os primitivos é que estavam certos ao atribuírem ao esperma a capacidade de nutrir o bebê no ventre materno. O líquido espermático cujo valor foi por tanto tempo negligenciado é extremamente rico do ponto de vista biológico (e talvez importante durante a gravidez e através das prostaglandinas, provavelmente importante também durante o parto).

(...) O menino precisa mais também (...). Quando ele conhece a vagabundagem aí é problema. Se tiver só com a mãe é problema (...) eu sempre morei na minha rua e lá era uma boca. Só tinha vagabundo, maconha pra todo lado, o negócio era liberado mesmo! Aí a gente ficava, 'né', [exposto] 'Vichi' Maria! (Antônio)

Outro adolescente compartilha da mesma opinião e insiste na importância da colaboração do pai na educação do filho:

(...) Dar uma criação adequada pra uma pessoa, só a mãe não consegue (...) Porque é o seguinte: eu morava só com a minha mãe, eu estudava de manhã e ela saía 6 horas pra trabalhar. Voltava só às 18h. Aí eu ia estudar de manhã e ficava a tarde todinha sem fazer nada, só fazendo besteira, arrumando briga (...) É muito importante [a presença do pai] porque, tipo assim, se você tiver uma dúvida você pode chegar no seu pai e perguntar. Aí ele vai te falar o que é o certo. Por isso sempre tem que ter um pai, sempre tem que ter alguém te ajudando, falando o que é bom e o que é ruim (...) Ter alguém para você falar do seu dia. (Otelo)

O valor positivo da presença do pai na educação do filho é assinalado por todos os adolescentes, para os quais a presença do pai significa também limite e proteção. As falas a seguir ilustram esse pensamento:

(...) Senão [sem pai] cresce revoltado, 'né'? Se envolve com as 'coisa' que não presta. (João)

(...) o pai é mais durão, o pai briga pro bem do filho. (Romeu)

Alguns adolescentes relatam que gostariam de ter sido criados com mais rigor, pois a falta de limites é sentida como abandono, falta de interesse e de amor da parte dos pais:

(...) Não, tipo, não é que eu era largado. É que a minha mãe nunca se preocupou muito assim comigo, sabe? Aí eu ia lá e fazia mesmo. Ela não ia ficar sabendo. Eu pensava: a minha mãe não vai ficar sabendo (...) Eu ia lá e fazia. 'Ôchi', queria que a minha mãe me batesse todo dia (...) Só pra eu não fazer coisa errada. (Otelo)

(...) O pai tem que dar apoio pro filho, 'pegá' no pé dele quando for pequeno, porque quando crescer não adianta mais não. (Henrique)

Diferentemente da maioria dos adolescentes entrevistados, que se queixa do afastamento e da omissão do pai na sua história pessoal, os adolescentes que conviveram com os pais os têm como modelo e desejam dispensar aos filhos os mesmos cuidados que receberam. Consideram fundamental para a criação de um filho, além do carinho da mãe, a presença, o interesse e a autoridade do pai. Eles contam:

(...) Ele só fala as coisas certas: que é pra ‘mim’ estudar, o que eu faço de errado ele explica tudo certinho. Aí quando acontece alguma coisa errada ele fala que avisou. (...) Fala que é ‘pra mim’ estudar (...). Eu nem gosto de ir pra escola, às vezes eu falto e ele fica brigando (...) Ele tem um monte de filhos e não deixa faltar nada. (Ricardo)

(...) Primeiramente, você deve dá carinho pra sua filha, ‘sabé’ escuta. Você tem que ‘conversá’, tem que dar seus castigos, porque se você não dá teu castigo não vai ‘tê’ medo, ‘né’?(Romeu)

(...) [o pai deve ser] sempre presente, ‘né’? Passando carinho (...). [O meu pai] sempre ‘tá’ ali companheiro, junto com ‘nois’ em qualquer momento, na hora boa, ruim, feliz, triste. (...) Eu quero ser um pai desse jeito. (Ariel)

Embora os adolescentes concordem que o pai tenha “uma forma mais dura de educar o filho e colocar limites”, eles ponderam que a autoridade deve ser exercida sem violência:

(...) É preciso colocar limites sem violência porque a violência gera revolta. Filho criado com violência vai descontar nos próprios filhos porque só vai lembrar de coisas ruins (...).Tudo, o que o meu pai me falou mais a minha mãe no passado, hoje eu ‘tô caindo em si’. (...) O meu pai e minha mãe, me ensinaram uma educação ótima, entendeu? E o que eles me ensinaram eu vou querer passar pra minha filha. Porque o que eles me ensinaram não foi errado, foi excelente, me deram do bom e do melhor. (Romeu)

(...) num ‘baté’ nele, que minha mãe, ‘viche’ Maria! Quando eu era pequeno ela dava ‘queija’ demais, me batia. (Henrique)

8.1.3 Pai é amor e presença na hora do sufoco

O bom pai é o pai que faz o seu papel de pai e não de palhaço (Antônio)

Eu queria que a minha filha dissesse: “meu pai nunca deixou faltar nada pra dentro de casa, meu pai tava ali presente em todos os momentos da minha vida”. (Romeu)

Pai que faz uma criança e depois some não é pai, é um irresponsável. (Henrique)

Segundo os adolescentes, o pai deve ser presente, compreensivo, estar disposto a cultivar o hábito do diálogo com o filho e se esforçar para não decepcioná-lo:

(...) O pai também dá carinho. (Romeu)

(...) Tipo, compreensivo (...). Sei lá, porque é tudo como se fosse um quebra-cabeça. Tudo se encaixa. Tipo, uma boa convivência, um bom diálogo com o filho, tipo, um respeito, ser alegre, não sei. Porque tem gente que pensa que a ignorância é uma boa educação, mas não é. (Antônio)

(...) O pai tem que ‘tar’ presente na hora do sufoco (...) incentivar, dar apoio, cuidar. (João)

(...) Ser amigo do filho (...). E tudo que o filho precisar, se o pai puder ele dá. (Henrique)

(...) Cuidar bem, se precisar ‘tá’ sempre do lado dele. (Cláudio)

(...) Eu vou tentar ser um bom pai e (...). Ficar sem decepcionar ninguém, ‘né’? [referência ao próprio pai, que segundo o adolescente não serve como modelo]. (Antonio)

Um dos adolescentes relata que, além da presença e do estabelecimento de limites é preciso construir com o filho uma relação de afeto e respeito à semelhança do relacionamento de um de seus tios com os filhos:

(...) Se ele olhar pra um pra falar “não”, ele já sabe que é “não”. Se ele olhar de um jeito e falar “sim”, é sim. E pronto. Aí ele obedece o pai na risca. Eu nunca vi o meu tio batendo nele, nunca vi o meu tio gritar com ele. Eu acho que a fórmula é o amor. A

convivência, assim. É dele conversar muito e ele falar o que é certo e o que é errado. Eu acho que é isso. (Otelo)

Os adolescentes ouvidos, seguramente movidos pela própria experiência de carência paterna, insistiram na importância da presença e da proteção do pai na vida do filho. A exclusão do pai de uma parte da paternidade é uma tendência infelizmente ainda bastante presente em nossa cultura. O pai, escreve Parseval (1981), é geralmente “amputado de uma parte da paternidade” pelos privilégios atribuídos, à mãe - cuja identidade foi “soldada” à identidade da criança – e impedido de fantasiar sobre o bebê. Assim, a futura relação pai-criança vai se estabelecer de forma precária. A autora lembra que: “Depois do famoso ‘coito fecundante’, geralmente, um gigantesco parêntese se abre na relação pai – filho, o qual se fechará apenas na idade em que a criança for para a escola” (Parseval, 1981, p. 293).

Há um consenso entre os psicanalistas de que a exclusão paterna no princípio da vida do bebê empobrece a futura relação pai-criança. Ajuriaguerra (1980) nos lembra que à força de aceitar como um fato evidente e à força de igualmente idealizar o amor materno,

nós não insistimos suficientemente no amor paterno, amor direto e sem intermediário, trazido por mãos diferentes, pois sabemos que as carícias dos homens, embora mais rudes, são algumas vezes gratificantes e além do mais, as mulheres nem sempre têm as unhas cortadas rentes (Ajuriaguerra, 1980, p. 859).

De fato, como escreve Parseval (1981), no que concerne à procriação, as diferenças e as vantagens de um sexo em relação ao outro, que são socialmente construídas, trouxeram desvantagens para toda a sociedade. Nas sociedades judaico-cristãs, o vetor útero materno é enfatizado de forma exagerada a ponto de confundir maternidade com gravidez e parto. Ao mesmo tempo, a paternidade é limitada ao esperma do coito fecundante. O homem ocidental, contrariamente ao que acontece em outras sociedades, é excluído, da relação com o filho, durante a gravidez e durante a amamentação.

A centralidade do papel materno foi observada também em diferentes trabalhos (Nóbrega, 1997; Ramirez, 1997; Rodrigues & Trindade, 1999; Trindade, 1998; Trindade & Menandro, 2002). Esses estudos, apesar de apontarem mudanças relacionadas aos papéis da mãe e do pai com a crescente ocupação feminina do espaço público,

mostraram que a postura tradicional se mantém quando o assunto são os filhos. Aí, a tradicional divisão binária dos papéis materno e paterno persiste. O brincar é concebido como uma tarefa masculina e cuidados com alimentação e higiene, como tarefas femininas.

Sabemos que a pouca importância atribuída ao homem, durante a gravidez e nos períodos iniciais da vida do bebê, constitui um obstáculo para o processo de fantasmática paterna e para o futuro do relacionamento do pai com o filho. Pior para todos, já que “é a capacidade de fantasiar que funda verdadeiramente o vínculo, o amor [e] o instinto materno e paterno” (Parseval, 1981, p. 290).

8.1.4 Ser pai não é apenas comprar uma bicicleta

A metáfora que designa o indicador acima, trazida por um dos adolescentes explica a idéia de que o desamparo ocasionado pela omissão paterna não se resolve apenas com bens materiais. O adolescente, autor da metáfora, conta que viu o pai apenas uma única vez, aos 5 anos, na ocasião em que este foi conhecê-lo. Lembra que ficou muito decepcionado com o comportamento do pai o qual se limitou a oferecer-lhe uma bicicleta sem mesmo ter tentado conversar com o filho. Ele explica:

(...) É porque ele não chegou lá assim, pra conversar e tudo. Ele foi duas vezes no mesmo dia. Ele foi ao meio-dia, na hora que eu cheguei do colégio e só falou com a minha avó e nem falou praticamente comigo. Se ele quisesse realmente ter falado comigo, eu acho que na hora que eu fui lá pra sala ele ia lá tentar conversar. Mas não foi. Terminou de conversar com a minha ‘vó’ deu tchau e foi embora. Aí à noite ele voltou, me deu uma bicicleta, peguei, disse “obrigado” e guardei a bicicleta e pronto. Fui pra dentro de casa. Ele não tentou também nada. (Otelo)

Outro adolescente conta que sempre teve muitas expectativas positivas em relação ao pai, quem aos poucos foi destruindo nele a esperança de um “encontro verdadeiro”:

(...) O que eu passei eu não quero que ninguém passe na vida. No meu aniversário de 9 anos meu pai me ligou e falou “eu vou aí te buscar pra gente almoçar”. Aí eu me arrumei e tava pronto (...). Até 6 horas da tarde, cadê? Ele me decepcionou a minha vida toda (...). Todo mundo falava do meu pai, eu tinha curiosidade, de ficar com meu

pai, de ter uma vida melhor com meu pai (...). Eu sempre soube que ele tinha mais condições [materiais] do que a gente (...). E eu, puxa! Eu passava necessidade! 'Pô', meu pai! (...) Eu tinha a expectativa de meu pai ser a pessoa melhor do mundo, tipo, de chegar lá e falar "ah, quer sair hoje? Vamos tomar um sorvete? Vamos ali comprar uma Coca pra você? Vamos ali passear? Vamos fazer alguma coisa juntos"?' (Antônio)

8.1.5 O pai deve ser parceiro da mãe

Para os adolescentes, além da função provedora, da obrigação de ser presente e de orientar o filho, o pai deve respeitar e proporcionar apoio à mulher. Para estabelecer um vínculo forte com o filho, o pai não pode trair a mulher nem se afastar dela, pois o vínculo com a parceira condiciona a relação com o filho.

Um dos adolescentes explica:

(...) Por que é ruim o filho crescer sem o pai, 'né'? Porque eu fui criado mais com a minha mãe, meu pai largou da minha mãe eu tinha cinco anos parece (...) Aí é ruim, aí precisa do apoio do pai pra 'ajudá' (...). 'Que minha mãe que criou nois' [sózinha], desde pequeno (...) Meu pai nunca deu nada não. (Henrique)

A reflexão de alguns adolescentes sobre a omissão dos pais na parceira com as mães suscita obviamente muita mágoa em relação aos pais negligentes. Este é o caso de Antônio que, além da tristeza pelo abandono paterno, carrega do pai uma grande mágoa por ele ter traído sua mãe, ocultando dela uma família anteriormente constituída. Mesmo desfrutando de uma situação financeira confortável, o pai de Antônio nunca auxiliou a mãe do adolescente, que enfrentava sérias dificuldades econômicas. Apesar de o jovem ter, repetidas vezes, manifestado o desejo de se aproximar do pai, este sempre evitou uma aproximação verdadeira. O adolescente explica:

(...) Eu desculpo ele pra ele não morrer com essa mágoa, 'né'? Porque ninguém merece (...). Mas ficar no mesmo lugar que ele esteja, ficar olhando pra mulher dele (...). Ainda mais agora que eu estou independente?(...) Antigamente, que eu dependia da minha mãe da minha irmã pra 'mim' ficar de boa, ele não me ajudou. Agora com a minha vida já feita, 'tô' casado, tenho meu emprego, minha filha, esse povo nem faz diferença também, entende?(Antônio)

Outro adolescente expressa sua mágoa pelo pai ter abandonado os filhos para se recasar três meses apenas após a morte da mãe. Tão grave quanto o abandono experimentado pelo rapaz foi a falta de respeito do pai, pelo luto da mãe.

(...) Quando meu pai casou de novo tava só com três ‘mês’ que a minha mãe tinha morrido (...). Deixou a gente lá largado (...) deixou nós se virar (...). É meu irmão que ficou como pai pra mim. (...) E a hora que eu mais precisei meu pai não tava lá. (João)

Os adolescentes não desejam que os filhos repitam as suas experiências de frustração em relação aos pais, que sempre muito idealizados os decepcionaram tanto no que concerne às expectativas afetivas quanto às materiais. Gostariam que os filhos se lembrassem deles como bons pais, e que não tivessem, como eles, a imagem de um pai negligente e não cumpridor de suas obrigações.

Segundo Parseval (1981), o reinvestimento da figura do pai foi um avanço da revolução contraceptiva. No passado, “o pai que fazia filhos na sua mulher”, os faz hoje “junto com a sua companheira”. Essa mudança nos conduz a pensar que o pai, de maneira geral, está cada vez mais implicado no processo de procriação. É isto o que deseja a sociedade e é o que aparece na voz dos adolescentes entrevistados.

8.1.6 Autoridade ausente, escola premente: a escola como substituto do pai enquanto símbolo de autoridade e de amor

A instituição escola particular é, para os adolescentes, uma referência de autoridade. Muito mais do que a vocação para ensinar e o meio de obtenção de um diploma, ela representa um substituto para a autoridade paterna - promotora e garantidora de limites e de proteção – a qual eles não se sentem competentes para exercer.

(...) Alunos de escola particular tem mais limites (...). Escola pública, não (...) quando eu estudei no colégio público eu até reprovei de ano e não fazia nada, faltava aula, brigava, fazia um monte de coisa errada (...). Eu fui pra escola particular, ‘viche’, e a minha vida mudou completamente: passei, terminei. O professor de escola particular senta do lado do aluno, explica, se preocupa com ele (...). Eu estou querendo fazer isso [matricular em escola particular] com a minha filha. (Otelo)

Segundo um outro adolescente, a escola particular é também sinônimo de excelência em educação (o rapaz não referencia a qualidade do ensino) e o fato de poder oferecê-la ao filho é uma prova de amor.

(...) [meus pais] não me deixaram faltar nada dentro de casa, me deram do bom e do melhor. Me deram colégio particular enquanto eles puderam pagar. (Romeu)

Os adolescentes diferenciam a escola particular da escola pública que, assim como certos pais, falha no controle e na assistência que deveria proporcionar. A falta de limites encontrada na escola é vivida pelos adolescentes como abandono.

Um dos adolescentes relata que gostaria de ter sido criado com mais rigor, pois quando era criança sentia que a mãe não se importava com ele (sentimento que o acompanha até hoje). Afirma que a ausência de limites e a certeza da impunidade o levaram a cometer erros que poderiam ser evitados.

(...) Eu quero colocar a minha filha na escola particular porque lá os alunos têm muito medo da mãe, sabe? Já aluno de escola pública, não (...). Escola pública o aluno não tá nem aí, sabe? (...) Não é que eu era largado. É que a minha mãe nunca se preocupou muito assim comigo, sabe? Aí eu ia lá e fazia mesmo. Ela não ia ficar sabendo. (Otelo)

De fato, como mostraram Selosse e cols. (Selosse, 1997), o meio escolar, constitui uma situação de referência importante não somente em relação aos critérios de sucesso, mas também por oferecer um quadro relacional privilegiado entre os pares e os adultos e por oferecer elementos de comparação com os comportamentos do meio familiar.

Segundo Batista Neto e Osório (2002), a escola de hoje reflete a dificuldade do governo, da sociedade e da família para assumir um novo regime de convivência, após 20 anos de repressão. Apesar de vivermos num regime democrático desde 1985, ainda não pudemos estabelecer um modelo eficiente de convivência no qual estão inseridos de forma eficaz o respeito às leis, às regras e ao cidadão. Ainda não conseguimos substituir o antigo modelo do regime militar autoritário por um modelo que possibilite, aos que estão no comando (pais, professores e diferentes autoridades), discernir o autoritarismo do princípio de autoridade.

As profundas transformações pelas quais passou a sociedade ocidental tiveram início no século XVIII com a revolução francesa que eliminou, com “a morte do pai”, Luis XVI, a “hierarquia familiar”. Pelo mote “liberdade, igualdade e fraternidade”, o poder foi “repartido entre os irmãos”. As grandes mudanças sociais prosseguiram com a morte do poderoso “pater famílias” protagonizada pelos primeiros movimentos feministas e pela revolução de 1968 (que também teve início na França e inspirou movimentos sociais em todo o mundo). A partir de então, o pai perde o poder civil e simbólico associado ao seu papel biológico e ao seu *status* cultural.

Concordo com Selosse (1997) quando ele afirma que faltam aos jovens contemporâneos, figuras de referência, de autoridade e de interdições. O enfraquecimento do papel do pai, que alguns caracterizaram como “a morte do pai”, segundo o autor:

permitiu aos psicanalistas lembrar que de uma maneira estrutural o pai convidava à triangulação das relações entre as crianças e os seus genitores e que ele é também o representante da palavra do outro no conjunto dos discursos do sistema familiar. É ele quem faz obstáculo ao desejo de possessão da mãe pela criança. Mas além de seu papel de marido, ele confere à família um lugar no grupo e na organização social. É em torno dessa estruturação fundamental e deste posicionamento que se anunciariam o lugar da regra e o papel do interdito (Selosse, p. 405).

Para o psicossociólogo e educador, o enfraquecimento das referências à imagem do pai e da sua autoridade mudaram as relações dos adultos com as crianças. O novo modelo educativo baseado na crença de que se deve respeitar a iniciativa, a autonomia e a liberdade das crianças, na verdade culminou com uma falta de regras num universo onde os jovens estão na impossibilidade de confrontar princípios, regras e representantes dessas interdições.

Fato curioso e não menos importante é a constatação de que os jovens entrevistados nasceram nos anos de 1987, 1988 e 1989, período em que ecoava o Movimento “Diretas Já”, que teve início em 1983 e foi a maior mobilização popular já ocorrida no Brasil, culminando com a volta do poder civil em 1985, com a aprovação da nova Constituição Federal em 1988 e com a realização das eleições diretas para Presidente da República em 1989. A “morte do outro pai” – regime político autoritário – seria mais uma explicação para a falta de pontos de referência dos quais esses adolescentes tanto se ressentem?

Embora a escola seja referenciada como um meio de obter um diploma, qualificação profissional e mobilidade social:

(...) eu 'tô' estudando 'né', que uma coisa que eu posso colher no futuro é o estudo (...) porque no futuro eu vou precisar do estudo, querendo ou não. (...) E também precisam mais assim de pessoa que tem mais escolaridade, 'né'? E isso aí 'tá' me atrasando demais. (Iago)

(...) Se eu pudesse voltar no tempo eu estudaria bastante (...). 'Por causa que' se eu tivesse um estudo hoje, ficaria mais fácil pro meu pai arrumar um emprego pra mim (...) Se eu tivesse pelo menos acabado o segundo grau seria mais fácil pra mim. (Romeu)

para os filhos dos adolescentes, as tarefas que a escola deve exercer, segundo eles, são mais amplas. Além das funções que se espera normalmente que a escola cumpra – como a capacitação do aluno para o desenvolvimento das suas potencialidades, sua qualificação para o mundo do trabalho e para exercício consciente da cidadania – ela deve também substituir o adolescente-pai no exercício da autoridade para o qual ele não se sente competente.

A discussão sobre a questão da autoridade, dos limites e, sobre creditar à escola ou à família a responsabilidade pela formação moral das crianças, encontra respaldo nos trabalhos de um dos maiores especialistas do país em psicologia moral, o francês, radicado no Brasil, La Taille.

O pesquisador propõe (2002) uma tradução técnica da palavra “limite” no campo da psicologia moral, ampliando o seu sentido e analisando-a sob duas dimensões. A primeira dimensão de análise concerne ao sentido de restrição da liberdade que faz parte do universo da moral e a segunda dimensão, ao sentido de superação, de vitória, de esforço e de auto-aperfeiçoamento, que faz parte da ética.

A partir de um diálogo que realiza entre os diferentes autores os quais discutem a questão moral de forma diferente – Durkheim e Freud acreditam que ela é imposta de fora para dentro e atribuem valor positivo à hierarquia entre criança e o adulto, Piaget preconiza que são as relações de cooperação e não de obediência, que legitimam a moral e, assim como Kolberg, entende que a moral não é meramente interiorizada pela criança,

mas depende de uma atividade *sui generis* de construção, que consiste em erguer-se de níveis inferiores para níveis superiores; LaTaille conclui que há um consenso segundo o qual, o desenvolvimento moral é um processo jamais terminado que implica na superação de limites.

Embora as restrições variem de uma sociedade para outra e de pessoa para pessoa, algumas são comuns a todas as sociedades (como a proibição ao incesto, ao assassinato, à mentira, etc.). Ainda que os limites restritivos: o dever, a disciplina, a obediência, o respeito pela autoridade, tenham estado sempre presentes na educação de crianças e dos jovens desde o princípio da civilização, atualmente a questão da falta de respeito aos limites pelas novas gerações, tanto na escola como na família, ocupa o centro das discussões de especialistas e de leigos no assunto.

Freud (1929/1974) já alertava que o preço que se paga para viver em uma comunidade organizada é um certo mal-estar psicológico decorrente das coerções exercidas pela sociedade e da nostalgia pela liberdade perdida. Segundo o autor, a lei tinha que ser dura o suficiente para ser temida, mas também tinha que estar permeada pelo afeto para ser seguida. O futuro de uma sociedade sem lei e sem pactos sociais, segundo o pai da psicanálise, seria o caos e a violência.

Segundo La Taille (2002), o sintoma contemporâneo dos jovens e das crianças em relação à falta de respeito aos limites podem ser explicadas por questões de ordem social como: a própria falta de limites dos pais e dos educadores, o individualismo, a fragilização das relações sociais, o isolamento, o enfraquecimento da família e o medo de ser autoritário.

Também para Outeiral (2003) e Araújo (2006), a falta de limites é uma das grandes perdas do adolescente. O limite contribui para a organização mental e a criatividade, e a falta dele impede o adolescente de exercitar sua capacidade de pensar, de ser criativo e agir com espontaneidade: “o limite significa a criação de um espaço (e um tempo) protegido dentro do qual o adolescente poderá exercer sua espontaneidade e criatividade sem receio e riscos, tanto para si como para os outros”. (Outeiral, 2003, p. 30).

La Taille lembra que para que os limites restritivos sejam respeitados, eles devem fazer sentido para as crianças e adolescentes. Para o psicólogo, a imoralidade é a falta

de projetos, de desespero existencial ou de mediocridade de sentidos dados à vida. A crise das questões morais e éticas que nos afligem teria relação direta com a violência e o desrespeito. Essa crise, segundo o autor, afeta todas as relações sociais, inclusive as que unem as famílias e as escolas, as quais estão constantemente delegando umas às outras as responsabilidades pela falta de autoridade e de limites dados às crianças e adolescentes. Segundo LaTaille, as duas instituições têm igual importância para a formação ética dos jovens, e um trabalho de cooperação entre as famílias e as escolas é a única maneira de resolver esse impasse.

A relação de autoridade na família ou na sala de aula deve basear-se no sentimento legítimo de que os pais ou professores devem ser reconhecidos como pessoas que detêm conhecimentos verdadeiros e necessários ao pleno desenvolvimento das novas gerações. Desta forma, a moral (respeito pelo outro) e os projetos éticos de crescimento pessoal e social representarão valores preciosos. A criança, no início, depende da referência das figuras de autoridade e, quando vai conquistando a autonomia se liberta gradualmente desta referência.

Póvoa (2003) concorda que a habilidade em estabelecer regras e valores para crianças e adolescentes e permitir atos de negociação estão relacionadas à autoridade. Em uma relação que se estabelece com autoridade – em contraposição ao autoritarismo, predomina, segundo a autora, um fluxo de afeto que assegura a proteção.

É por essas figuras de autoridade, referência e proteção, representadas pelos pais ou pela escola, que os jovens entrevistados para esta pesquisa não cessam de clamar. Barus-Michel (1987), salienta que a maior angústia do sujeito consiste na perda de referência. E mais do que a referência paterna, o sujeito deseja o acesso ao sentido. Segundo a autora, para justificar a sua existência e evitar o sofrimento, experimentado na trajetória existencial, o sujeito deseja dar sentido ao que ele é, ao que ele faz, à sua experiência e às suas relações com os outros (Barus-Michel, 2004). Essa existência estaria ligada à possibilidade de pertencer a um grupo, a uma instituição, que organiza as relações do sujeito e estabelece a sua prática. Segundo Barus-Michel, os atores sociais se reconhecem por meio da instituição à qual estão filiados, que lhes proporciona *status*, define papéis, regras e relações sociais.

A conquista da autonomia – que consiste em ser capaz de atribuir a si próprio as leis ou restrições – que é uma das principais tarefas da adolescência – assim como o acesso à cidadania, encontram-se bloqueados para esses jovens, pois, além de não acreditarem em seu potencial, não dispõem de figuras de referência e de identificação, sentindo-se incapazes de participar da construção e da negociação de regras morais e normas sociais.

Se a família não consegue cumprir essas funções – autoridade, referência, proteção, garantia de pertencimento e de respeito em relação às regras – é compreensível que o apelo seja dirigido à escola (como foi o caso de muitos dos adolescentes desta pesquisa), ao exército (como também apareceu em alguns discursos), ou em uma situação limite, ao tráfico, como, infelizmente, não cessamos de constatar no nosso cotidiano.

CAPÍTULO 9 IMPASSES E POSSIBILIDADES DA PARENTALIDADE DE ADOLESCENTES-PAIS EM MEDIDA DE LIBERDADE ASSISTIDA

9.1 O desamparo como herança transgeracional

Pra ele me ajudar mesmo eu tinha que ir lá, dar um arrocho nele e falá o seguinte: você me botou no mundo, o meu filho cobra isso de mim e eu como filho vou cobrar isso de você que é meu pai. (Iago)

Esta zona de sentido descreve a forma como as emoções da experiência da parentalidade reatualizam as vivências da história da própria filiação dos adolescentes, as quais são inevitavelmente transpostas para a relação com o filho. Observa-se o papel central ocupado pela relação do sujeito com seu próprio pai, ou com aquele que representa o seu papel. Esta relação tem importância decisiva no modo como o sujeito acederá às representações simbólicas do masculino e fornecerá a chave para a compreensão da construção da sua identidade, edificada por meio do delicado processo de identificação ao pai e da socialização dos papéis de gênero. A partir da relação com o pai, se constituirá a matriz que balizará os futuros relacionamentos do sujeito com os outros homens, com as mulheres e com os seus filhos.

9.1.1 “A fome pelo pai” (da infância) como matriz do desejo de ser pai e como suporte do insaciável desejo de paternagem

Minha história é triste porque eu tive um pai que nunca me deu nada e nem procurou saber se eu tava vivo ou morto (...) A mágoa que eu tenho do meu pai não quero que filho meu tenha [de mim]. (Iago)

A presença do pai é indispensável para que o filho seja forte e corajoso. (...) Pai que faz uma criança e some não é pai. (Henrique)

O meu pai perdeu a chance de ter um filho que era fã dele. (Antônio)

A história da filiação dos adolescentes-pais tem, obviamente, implicações profundas nas suas trajetórias de parentalidade. A maioria dos relatos aponta o abandono paterno e uma enorme “carência do pai” dificilmente elaborada ao longo da vida. O pai

da infância apresenta-se como o suporte do insaciável desejo de paternagem e da vontade de ser pai. Os adolescentes que ao contrário, cresceram na presença dos pais ou avós, os têm como um modelo que deve ser imitado e repetido nas suas histórias pessoais com os filhos.

A reflexão de alguns dos adolescentes sobre o papel a ser desempenhado como pai, como não poderia ser diferente, os conduz à própria biografia marcada pela falta de figuras de referência e, sobretudo, pelo sofrimento em função da omissão paterna. Um dos adolescentes cujo pai sempre se esquivou da responsabilidade do seu papel, conta que atualmente, apesar de procurá-lo de vez em quando, a relação entre os dois não mudou. Ele declara não ter nenhuma intimidade com o pai e dele guardar uma grande mágoa pelo abandono da mãe quando o adolescente ainda era bem pequeno. Malgrado essas lembranças negativas, o adolescente conservou algumas recordações prazerosas relativas ao breve convívio que teve com o pai, como foi relatado no capítulo 5 (ver a trajetória de vida de Henrique, o filho sobrevivente p. 103).

Este mesmo jovem relata, a seguir, o que pensa do comportamento do pai:

(...) Eu acho que 'os pai' é muito irresponsável, 'que fazer a criança e depois sumi, isso pra mim num é pai não (...). Pai é aquele que ajuda (Henrique).

Outro jovem, também vítima do abandono paterno, relata que não quer que a filha repita a sua história marcada pelo sentimento de solidão agravado pela falta do pai. Diferentemente do que ocorreu com ele, deseja que a filha tenha com quem compartilhar suas emoções:

(...) Você não tem ninguém, assim, pra contar o que acontece no seu dia. Tem vez que eu quero 'tá' sempre perto dela. Só que, como ela é menina, vai querer se abrir mais com a mãe (...). Tomara que a mãe dela esteja sempre do lado dela (...). Com o pai ela não vai querer se abrir, porque coisa de mulher sabe como é que é (...). Desejo que ela esboce seus sentimentos (...). Porque é tão ruim você, sei lá, conseguir uma coisa boa hoje e não poder contar pra ninguém, ter que guardar só pra você. (Otelo)

Este mesmo adolescente conta que a avó (que faleceu quando ele tinha 15 anos) foi a única pessoa presente em sua vida. Além da responsabilidade pela sua criação, ela nunca se afastava do neto. O jovem se refere à importância que tiveram na sua infância e

início de adolescência, duas figuras masculinas: o padre da paróquia que freqüentavam e o tio do lado materno, uma vez que o pai sempre foi um estranho para ele.

(...) Minha avó foi minha mãe e meu pai, realmente na época (...). Eu lembro que a minha mãe saía muito, assim, pra festa e essas coisas quando eu era novinho. Só isso que eu lembro. Por isso que eu precisava da minha ‘vó’ (...). É por isso que eu lembro mais da minha ‘vó’ (...). Minha mãe eu lembro uma vez só que eu saí com ela. Só uma vez. Fui eu, ela e o namorado dela. (...) Mas eu não lembro mais. (Otelo)

Os discursos dos adolescentes sobre a dinâmica da vida familiar revelam a solidão, o isolamento e a falta de apoio que eles ressentem no seio das famílias:

(...) Minha família não é de chegar e conversar com você (...) conversar para te ajudar (...) conversa criticando (...). É por isso que eu não aceito (...) tipo assim, não é que eu não aceite, é que ninguém chega pra mim e conversa. Eu não converso com ninguém, não tenho amigo (...) minha mãe nunca vê o lado bom do que eu faço (...). Nunca fui aberto, assim, com a minha mãe. E minha mãe nunca foi de conversar. Minha mãe só abre a boca para brigar comigo (...). Se eu pedir para o meu avô, ele ajuda. Ele briga, briga, sabe? Fica ‘arrodeando’, fica fazendo aquela tempestade, mas ajuda. Mas se não pedir ninguém nem vê o que você ‘tá’ passando. Aí eu prefiro não pedir porque, senão, depois fica jogando na cara. A pior coisa que tem é jogar alguma coisa na sua cara. (Otelo)

Outro adolescente que vive essa experiência de solidão dentro da família se queixa da dor causada pelo abandono paterno logo após a morte da mãe. Ele acredita que na família de origem ninguém se interessa por ele. Conta que a mãe – falecida quando o adolescente tinha 13 anos – era “a única pessoa que se preocupava com ele e que lhe dava carinho”. Após a morte da mãe ele teria “começado a aprontar”. Nessa mesma época, sentiu que o pai se distanciou dele e dos seus irmãos e passou a priorizar a nova família constituída três meses após a morte da mãe do adolescente. O adolescente refere a dor e a mágoa que sente pelo fato do pai ter se afastado dos filhos e não ter respeitado o luto pela morte da mulher. Ele explica o seu ressentimento:

(...) Guardei só pra mim a falta e a saudade que eu senti e sinto da minha mãe. Ela era a única pessoa que se preocupava comigo. Depois que ela morreu eu fiquei sozinho. Sem ninguém que se preocupasse comigo, foi muito duro. (...) Meu pai casou ‘tava com

três mês só'(...). Deixou a gente lá largado (...). Ôche (...). Deixou nós 'se virar'(...) É, meu irmão que cuida da casa (...). É meu irmão que ficou como pai pra mim. (João)

A idéia de que não desejam que os filhos repitam suas histórias pessoais e a sucessão de erros que cometeram, perpassa todos os discursos. Os adolescentes que sofreram com o abandono paterno, com a solidão e anomia dentro do grupo familiar, não desejam que as suas crianças sofram, como eles, e esperam ser para os filhos, os pais presentes e amorosos que não tiveram.

Mesmo que a psicanálise, imbuída das idéias de Lacan, preconize que o importante para a constituição do sujeito é a função do pai (o Nome-do-Pai), os psicanalistas não negam que a referência ao pai real é central. Nesse sentido, Chatelard (2003) complementa que do pai real, agente de castração, ao pai simbólico, operador da linguagem, há todo um trabalho de elaboração a ser realizado pelo sujeito “no tratamento do real pelo simbólico, onde o resíduo do pai real permanece na estrutura do sujeito” (p. 22).

Cabe ao pai, como escreve Freud em “O futuro de uma ilusão” (1927), a missão de substituir a mãe na proteção da criança contra os perigos do mundo exterior. Do onipotente “pai herói”, da infância – profundamente amado e admirado e, ao mesmo tempo temido – ficará a “nostalgia do pai”, sentimento que coincide com a necessidade de proteção. O pai protetor teria sua origem no mito da horda primitiva. Assim, o pai que protege a criança, no início da vida, reatualiza o pai que protegia os membros do clã primitivo contra os perigos do mundo exterior (Ceccarelli, 1998).

A complexidade do conflito edipiano – que tem papel decisivo na vida psíquica dos sujeitos e na gênese das neuroses – tem levado os psicanalistas contemporâneos a dar uma importância cada vez maior às primeiras relações de objeto isogenéricas (pré-genitais) que constituem o complexo de Édipo na sua forma negativa. Assim, a oposição de gêneros que foi considerada, no início da psicanálise, como o núcleo da formação edipiana, cedeu lugar a considerações teóricas mais finas, nas quais figuram além do complexo de Édipo, na forma positiva (casal alogenérico: filho/mãe; filha/pai), o complexo de Édipo também na sua forma negativa (casal isogenérico: filho/pai; filha/mãe) (Blos, 1985).

Ainda que Freud já tivesse insistido na influência que o pai exerce na vida do filho (“Carta a Fliess”, 1900 e em “Fragmentos da análise de um caso de histeria”, 1905; citados por Blos, 1985), a relação do menino com o progenitor e os efeitos da fase negativa do complexo de Édipo foram durante muito tempo negligenciados pela psicanálise.

As relações de objeto isogenéricas masculinas precoces (pré-genitais), como se sabe, dominam e influenciam a relação entre pai e filho na tenra infância e têm um papel decisivo na constituição da representação do ego e dos objetos por toda a vida.

Blos (1985) insiste na importância do pai pré-edípiano na vida do menino e na datação do núcleo de identidade sexual de gênero a um período ainda mais precoce do desenvolvimento psicosexual. Segundo ele:

no menino, a resolução do complexo positivo se produz antes da entrada na latência, ao passo que o complexo negativo, cuja origem se situa no período diádico das relações de objeto é deixado em suspense, praticamente até a adolescência (...). Do ponto de vista do desenvolvimento é necessário diferenciar um complexo diádico e um complexo triádico, positivo e negativo. (Blos, 1974/1985, p. 25)

Mesmo que as fases positivas e negativas do complexo sejam indissociáveis, pode haver a predominância de uma ou de outra, num determinado momento do desenvolvimento. No menino, o complexo negativo não é submetido às transformações radicais como ocorre com o complexo positivo no decorrer da pré-latência. A transformação definitiva em estrutura psíquica, do complexo negativo, ocorre de fato na adolescência.

O pai do período diádico funciona como um desencadeador do processo de individuação da criança em relação à mãe. Diferentemente da mãe, ele não ameaça “contaminar” o filho por nunca ter sido um parceiro completamente simbiótico. Ele entra em cena no estágio inicial das relações de objeto, pré-ambivalentes e idealizantes que sucedem a fase de indiferenciação. A relação com o pai ainda não foi sobrecarregada pelo ciúme sexual, pelas idéias parricidas e pelas angústias de retaliação que se situam no registro edípiano. A busca apaixonada pelo amor do pai é anterior à rivalidade, anterior à relação triádica onde está incluído o pai edípiano. O pai amado/amoroso do complexo negativo é intrinsecamente confundido com o pai do período pré-edípiano. A atração

regressiva em relação ao pai da fase diádica é evidente quando se analisa a evolução do desenvolvimento dos adolescentes.

Muito do que é atribuído à revivescência do pai edipiano na adolescência, na verdade deve ser entendido dentro de uma relação à imago paterna pré-edipiana da fase diádica. O que surge na adolescência como a volta do complexo positivo, sob o disfarce de uma busca objetal heterossexual extra-familiar, aparentemente pré-determinada, parece corresponder a uma manobra defensiva.

Segundo Blos, essa manobra defensiva aparece na sombra do ressurgimento do complexo negativo do menino, o qual chega ao extremo da conflitualidade no momento da puberdade. Este caráter defensivo seria de natureza transitória e declinaria com a resolução definitiva do complexo negativo no final da fase da adolescência. Na verdade, a relação diádica pai-filho, que oscila entre a submissão, a auto-afirmação e o compartilhar da “grandeza paternal”, acaba se contaminando progressivamente, com a sexualidade, na chegada da puberdade.

Após o período de calma da fase de latência, as pulsões libidinais isogenéricas reaparecem. O pai amado/amoroso pré-edipiano e edipiano (o pai do complexo negativo) ocupa uma posição conflitual cujo ápice se situa na fase final da adolescência. Este fenômeno, que nada tem de patológico, não constitui para Blos (1985) uma disposição ou inclinação homossexual, mas ao contrário, uma prova da formação da identidade masculina, tarefa normal da fase de adolescência.

Como acontece com as análises qualitativas, nas quais muitas vezes os resultados não podem ser generalizados, pois se apresentam distribuídos de forma polarizada, nos dois extremos do universo estudado; no que concerne a este indicador – “a fome do pai (da infância) como matriz do desejo de ser pai” – os resultados assim se apresentam.

Ao passo que um grupo de jovens relata a inadequação dos pais como suportes identitários, refere-se à dor do abandono, à “fome de paternagem” e à falta de regras; um outro grupo faz referência aos pais como “figuras amorosas gratificadoras” (pais pré-edipianos) das quais não desejam se separar. Para esses adolescentes os pais são modelos idealizados que devem ser imitados na própria experiência de parentalidade. Como relata um adolescente:

(...) Ah, ele faz tudo por mim e pela minha irmã. Trata a gente bem, nunca bateu na gente. Deixa a gente de castigo, mas nunca bateu na gente, não (...). ‘Tá’ trabalhando ‘pra sustentá’ a gente, [dar] educação, escola. (...) Tudo ele dá do bom e do ‘melhó’, pra mim e pra minha irmã (...) é carinhoso (...). Ele é um modelo pra mim. (Lear)

O pai de um dos adolescentes – um conhecido traficante de drogas, que apenas recentemente reconheceu o vínculo biológico com o filho – encarna também esse segundo modelo de pai, gratificador e idealizado. Quando o jovem se refere ao pai, deixa transparecer o enorme afeto e a profunda admiração que nutre por ele. Como um menino, fala de um pai pré-edípiano: perfeito e idealizado que ainda não sofreu a confrontação com o pai da realidade. Suas palavras nos deixam entrever que ainda não realizou uma das mais importantes tarefas da adolescência que consiste na elaboração do luto pelo pai da infância. Eis o que ele diz:

(...) Ele só fala as coisas certas: que é ‘pra mim’ estudar, o que eu faço de errado ele explica tudo certinho (...). Aí quando acontece alguma coisa errada ele fala que avisou (...). Fala que é pra ‘mim’ estudar (...). Eu nem gosto de ir pra escola, às vezes eu falto e ele fica brigando (...). Ele não deixa faltar nada (...). E tem um monte de filho (...) não quero sair de perto do meu pai, não (...). Meu pai já ‘tá’ coroa, eu tenho que cuidar dele. (Ricardo).

Sabe-se que desde a tenra infância, tanto pelas características físicas como pela constituição e pelas respostas corporais (diferentes das respostas da mãe), o pai encarna funções carismáticas para o menino. Num processo normal de desenvolvimento, para que o adolescente possa identificar-se com o pai, ele precisa suportar a “desidealização do pai”; caso contrário haverá uma fixação do desenvolvimento emocional no estágio final da infância, quando ele já deveria passar à fase adulta. A “desidealização do pai”, semelhante a um parricídio simbólico é, como escreve Blos (1985), a única possibilidade de permitir ao filho a liberdade para realizar a “desidealização do self”.

No contexto desta pesquisa, raros são os jovens que mostram ter integrado uma imagem de pai adaptada à realidade adulta e reveladora do importante processo de “desidealização do pai”, que se inicia na adolescência. Neste grupo reduzido situa-se o relato de um dos adolescentes que embora identifique aspectos negativos na personalidade do pai – como os problemas com o alcoolismo, com o jogo e com a boemia

– o considera um exemplo de “sabedoria” no que concerne ao papel parental. Mesmo associando o comportamento do pai à desestruturação familiar, o adolescente é capaz de separar o seu papel de marido e companheiro da mãe – o qual reprova – de seu papel de provedor e educador carinhoso, no qual deseja se espelhar. Ele esclarece a sua maneira de pensar:

(...) Pela educação que ele me deu eu quero ‘sê’ igual a ele, agora tem muitos fatos que ele fazia com a minha mãe que eu não concordo: ‘saí’, ‘jogá’, levava pessoas lá pra dentro de casa e passava 6ª, sábado, domingo e 2ª feira, só jogando (...) era conhecido, mas (...). Este tipo de coisa eu não quero fazer. (Romeu)

Como se sabe, os sentimentos do pai em relação ao filho do sexo masculino são também decisivos para que o filho possa constituir um vínculo precoce com o pai. Tanto as emoções positivas de amor, orgulho e devoção, como os sentimentos negativos (e inconscientes) do pai em relação ao bebê do sexo masculino, se não forem neutralizados, vão afetar de maneira negativa o seu vínculo com o filho.

Os sentimentos negativos do pai em relação ao filho do sexo masculino – aos quais todo filho é confrontado quando se torna pai de um filho do sexo masculino – encontram expressão no comportamento mítico de Laios que, decidido a matar Édipo o larga no deserto. Além de todas as funções que a estrutura da sociedade patriarcal atribui ao pai (autoridade, proteção, chefe de família, responsável pela estabilidade e segurança material da família) ele é pivô da nova, para a criança, relação triangular que na verdade começa antes mesmo do nascimento do filho. O pai deverá também aceitar o papel mais ativo da mulher em relação ao filho e da atenção que ela lhe devota nos primeiros anos de vida, revivendo a sua própria situação edípica de rivalidade com seu pai.

A resolução do complexo de Édipo negativo se realiza efetivamente com o declínio da relação com o pai pré-edípico durante a adolescência. Esta posição não invalida a importância do conflito edípico positivo, ela diz respeito a uma dimensão intrínseca do complexo paterno do homem, considerado como um todo.

Passada a adolescência os resíduos da experiência pré-edípica do filho em relação ao pai desaparecem sob o efeito de uma repressão potente. As principais aquisições estruturais que ocorrem inicialmente, no momento da resolução do conflito edípico na

entrada da latência e, mais tarde na idade adulta, são respectivamente o superego e o ideal de ego.

O Ideal de Ego infantil e adulto se constituem em momentos evolutivos diferentes. O primeiro, banhado pela superidealização do objeto, se origina em um movimento evolutivo de desinvestimento libidinal conhecido como o declínio do Édipo. O segundo, o ideal de ego adulto, tem uma origem arcaica, encontrada na ligação ao pai, na idealização do pai ou simplesmente no complexo negativo. Do ponto de vista genético, o ideal de ego tira a sua força essencialmente das pulsões libidinais positivas, contrariamente ao superego no qual prevalecem as forças agressivas.

A ligação ao pai pré-edipiano e a “sede de amor pelo pai”, se não forem tocadas pela ambivalência entre a angústia e a culpa edipiana, expõem o menino a sérios problemas, dos quais os mais comuns seriam as disfunções sociais e afetivas.

Se o complexo paterno não é resolvido como acontece em toda “adolescência abortada”, ele exercerá um papel patogênico decisivo na problemática neurótica de todo adulto do sexo masculino (Blos, 1985).

Embora não seja possível isolar os processos psíquicos envolvidos no desenvolvimento emocional, apresento a seguir um resumo esquemático dos elementos que marcam o percurso emocional necessário para a resolução do conflito edipiano segundo a reflexão desenvolvida por Blos (1985).

Tabela 4. Percusso emocional para a resolução do conflito edipiano (Blos,1985).

Conflito edipiano	tipo de casal	pai	Relações de objeto	resolução do Édipo	aquisições estruturais
Édipo Negativo*	isogenérico menino/pai menina/mãe	pai edipiano e pai pré-edipiano	Diádicas	Declínio da relação com o pai pré-edipiano no final da fase de adolescência	Ideal de ego
Édipo Positivo	halogenérico menino/mãe menina/pai	pai edipiano	Triádicas	Declínio da relação como o pai edipiano na entrada da fase de latência	Superego

* O complexo negativo masculino deve ser diferenciado da constelação triádica clássica e do complexo do período diádico que pertence a um estágio mais precoce da relação de objeto.

Blos chama a atenção para um importante aspecto do complexo paternal, observado no trabalho analítico com adultos e adolescentes do sexo masculino, que ele denominou a “busca do pai amoroso/amado (*quête du père aimant/aimée*). Esta nostalgia particular, que pode ser observada, segundo o psicanalista, em recém-nascidos do sexo masculino, e que foi facilmente identificada nos relatos de alguns dos adolescentes, foi denominada por Aberlin (conforme citado por Blos, 1985) de “sede do pai” e por Herzog de “fissura do pai” (*fringale du père*) (Blos, 1985). Esses termos usados pelos dois autores mostram como o afeto que acompanha a necessidade do pai na primeira infância é experimentado sob a forma oral.

A busca do pai amoroso/amado assume ao longo da adolescência uma dimensão erótica que vai repercutir em toda a vida emocional do filho adolescente. Em grande parte dos depoimentos dos adolescentes, aparecem o ressentimento e a raiva do pai que na verdade escondem a grande “fome pelo pai”.

Num livro dedicado exclusivamente à questão do pai e da identidade masculina “Pai ausente, filho carente”, o psicanalista canadense de formação junguiana, Corneau (1997), aborda a questão da carência paterna na vida dos filhos. O autor associa a fragilidade da identidade sexual dos filhos à ausência física ou psicológica dos pais. A “paternagem inadequada” impõe, segundo ele, uma grande frustração ao filho ocasionando inúmeros prejuízos no desenvolvimento emocional dos meninos. Corneau atribui às “falhas na paternagem” uma lista interminável de sintomas traduzidos pela angústia, depressão, obsessões, compulsões, fobias, imaturidade, problemas de aprendizagem, dependência excessiva, dificuldades relativas à sexualidade, tendência a reprimir fortemente a raiva e uma ardente busca de amor, que poderá se exprimir por tentativas de suicídio para chamar a atenção das pessoas, por falsas doenças, por fugas e pelo comportamento manipulador de todo tipo. Esses filhos, privados de pai, apresentariam também dificuldades para assumir compromissos morais e responsabilidades em relação ao outro.

Caberia ao pai também a tarefa de permitir ao filho o acesso à própria agressividade natural. Na falta do pai, o filho teria dificuldade em aceder à impulsividade própria do seu sexo, uma vez que a mãe, que tolera mal as manifestações agressivas, o impede normalmente de manifestar essa agressividade e espontaneidade física. Para que o menino

possa desenvolver a sua personalidade, ele deve entrar em contato com a energia primitiva e instintiva que está contida na agressividade, no sexo e na energia bruta.

A partir da década de 80, em evidente contradição com as idéias difundidas pela psicanálise, os antropólogos têm questionando o pensamento ocidental – tanto acadêmico quanto popular – sobre a naturalidade e a universalidade das emoções e concentrado o foco da origem das emoções na cultura, na ideologia e na história; mais do que em aspectos internos dos indivíduos. A proposta desses autores é romper com a definição exclusivamente psicológica do conceito de emoção, dando ênfase ao aspecto social. Nesta direção situam-se os trabalhos de Rosaldo (citada por Cechetto, 2004) para quem “as emoções não são substâncias a serem descobertas em nosso sangue, mas práticas sociais”. A reflexão envolvendo as emoções deve, alertam os antropólogos, ser feita mediante uma abordagem interpretativa da cultura, cujos instrumentos de análise promovem outro modo de refletir sobre os afetos, as personalidades e os “egos”. Essas idéias estão em consonância com a conhecida teoria sociológica de Elias (conforme citado por Cechetto, 2004) onde o termo emoção é usado numa acepção ampla, referindo-se a impulsos, maneiras, comportamentos e sentimentos, os quais também estão em profunda relação com o contexto histórico e geográfico. As emoções configuram fenômenos socioculturais sujeitos a transformação ao longo do tempo, gradativamente interiorizadas pelos indivíduos até fazer parte das suas disposições subjetivas.

Embora essas teorias enriqueçam a discussão psicanalítica a respeito das emoções e dos afetos humanos, o foco da reflexão aqui induzida pelo indicador “a fome do pai” é a questão da agressividade masculina do ponto de vista da psicanálise.

De acordo com Corneau (1997), os homens que não sabem lidar com os impulsos agressivos, em função da “falta do pai”, devem aprender a acolher essa energia para poder canalizá-la de forma positiva e aceder à autonomia e à segurança interior. Caso contrário terão que lidar com a sua agressividade que é o resultado da repressão dessa força instintiva. Essa força pode ser sublimada e encontrar formas alternativas de expressão por meio de vias simbólicas ou da fantasia. Para o homem aceder a sua masculinidade, ele deve transformar a raiva em capacidade de assumir responsabilidades, de tolerar tensões e resolver problemas. A falta de limites e de regras, que o impede de respeitar e exercer

autoridade, o fragiliza e o expõe a comportamentos de risco como a delinquência e o uso de drogas.

Estudos realizados nos últimos trinta anos, na área da psicologia do desenvolvimento, nos Estados Unidos e na Noruega, revelam que a presença do pai é absolutamente necessária nos dois primeiros anos de vida do menino. Meninos privados da presença dos pais nesta fase da vida tiveram o mesmo desenvolvimento atípico observado em órfãos que viviam em lares de adoção inadequados ou nos filhos de famílias monoparentais carentes de substitutos parentais. Em todos esses meninos sem pais foram encontrados sistematicamente uma deficiência no plano social, sexual, moral ou cognitivo (Corneau, 1997).

Biller (citado por Corneau, 1997), em estudos semelhantes, observou que os meninos privados da presença paterna nos dois primeiros anos de vida mostraram desvantagem em relação às várias dimensões da personalidade, se comparados a meninos cuja privação ocorreu em idade mais avançada. Os meninos do primeiro grupo (que sofreram a privação paterna com menos de dois anos) mostraram-se menos confiantes e menos criativos, e apresentaram maior sentimento de inferioridade, se comparados com os meninos cuja carência paterna ocorreu entre as idades de três a cinco anos.

Corneau (1997) observa também uma tendência a compensar “a ausência” pela “idealização inconsciente do pai”. Um filho, cujo pai abandonou a família, idealiza o próprio pai ou está sempre buscando na realidade uma figura de pai ideal.

Essa busca, como pode ser constatada pelo depoimento de alguns dos adolescentes, é geralmente mal sucedida e acaba com uma nova decepção. A força de desejar encontrar o “pai ideal” o filho acaba realizando uma avaliação irreal da pessoa com quem deseja se relacionar. Um dos adolescentes conta o que sentiu após inúmeras tentativas de reaproximação com o pai:

(...) Todo mundo falava dele, do meu pai, mas eu não conhecia ele direito. Todo mundo falava que o apartamento do meu pai era isso e que era aquilo (...) falava só coisas de bem dele (...). Porque eu tinha a expectativa de meu pai ser uma pessoa melhor do mundo, tipo, de chegar lá e falar “ah, quer sair hoje? Vamos tomar um sorvete? Vamos ali comprar uma Coca pra você? Vamos ali passear”? (...) O que eu passei eu não quero que ninguém passe na vida (...). No meu aniversário de nove anos meu pai me

ligou e falou: “eu vou aí te buscar pra gente almoçar”. Aí eu me arrumei e ‘tava pronto’ (...) até 6 horas da tarde, cadê?(Antônio)

Nas palavras dos adolescentes, constata-se uma tendência a substituir a carência paterna pelo desejo de desempenhar o papel de um pai perfeito e idealizado:

(...) quero ser o pai que ela [a filha] sempre quis ter (...) quero que a minha filha diga que eu sou um paizão. (João)

(...) eu queria ela [a filha] se lembrasse que o pai, pôxa!: “meu pai nunca deixou faltar nada pra dentro de casa, meu pai tava ali presente em todos os momentos da minha vida, ele sabia conversar comigo, meu pai senta comigo e conversa, meu pai não é o tipo de pai ignorante, que não sabe conversar com a filha (...). (Romeu)

O desejo profundo de um reconhecimento pelo pai permanece, na verdade, inscrito em todos nós. A “fome da presença paterna” permanece insaciável no homem, mesmo se a organização social patriarcal, que fornecia às gerações masculinas anteriores uma referência identitária mais sólida (apesar do custo e do efeito muitas vezes perverso dessa solidez), já não é mais a mesma.

Para Corneau (1997), esse desejo é insaciável porque na verdade nós ansiamos pelo reconhecimento de um pai arquétipo, um pai perfeito capaz de reunir muitos talentos e ao mesmo tempo ser companheiro e quando necessário autoritário e firme. Além desses aspectos, nós gostaríamos que ele fosse, assim como os inúmeros pais tribais, que atuavam em conjunto, capaz de oferecer modelos masculinos múltiplos, para que seus filhos pudessem adquirir a própria individualidade. Segundo o psicanalista, uma das exigências da maturidade consiste na elaboração do luto dos ideais de paternagem [correlato ao luto do pai pré-edipiano, grifo meu], através do qual o filho aprenderá a paternizar-se e a preencher suas carências com criatividade. Ele escreve:

Passar de filho a homem significa parar de lamentar-se e de chamar esse pai ideal, para deixar-se chamar pelo próprio ideal. A tarefa daqueles a quem o pai faltou é tornarem-se os pais que eles desejaram ter. Que eles se tornem pais de crianças reais ou culturais, pouco importa. No campo psicológico, poderíamos dizer que só é possível dar realmente aquilo que não recebemos (Corneau, 1997, p. 186).

O psicanalista Shapapiro, citado por Corneau (1997), compartilha a idéia de que para aceder à condição de homem [adulto] é preciso abandonar a “ilusão de solicitude perfeita por parte do pai”. As frustrações relativas à paternagem, “o buraco deixado em nós pelo pai ausente” nos oferecem, segundo o autor, a chance de nos tornarmos homens e de prodigalizarmos a nós mesmos os cuidados e atenções que esperamos em vão. Para Shapiro, a nossa concepção de um pai ausente é mitológica, pois ela é o produto de um complexo paterno negativo que evidencia apenas as falhas dos pais em detrimento de suas qualidades.

Também para Lacan, o drama do indivíduo neurótico se deve ao fato de o pai estar sempre aquém da sua função (o pai nunca é suficientemente bom, forte, generoso, presente, justo, etc.). É como se o pai tivesse realizado um acordo com o filho e não o tivesse cumprido. O contrato está feito (não há forclusão) mas não é cumprido em partes ou na sua totalidade²⁰.

A solução para a carência paterna não é evidentemente, como lembra Bittencourt (2003), a restituição da figura do pai por meio de um substituto que possa funcionar como um “remedo da função paterna” e como o representante do pai onipotente não castrado da infância. Enquanto o trabalho de luto do pai ideal não for realizado, enquanto a imagem do mestre não for questionada, serão perpetuados os mandatos superegóicos, cuja função é ocupar o lugar da lei da castração que obstrui a manifestação do desejo.

Para “dispensar o pai”, dizia Lacan (1976), é preciso que primeiro se faça uso dele. Essa “dispensa” não significa um triunfo imaginário ou uma negação da dívida simbólica em relação ao pai. Ela se refere à subjetivação da falta do Outro, mediante a qual tenta-se responder a esta falta. Onde o Outro falta é que o sujeito pode advir como sujeito do desejo e do ato (Crespo, 2003).

É nessa perspectiva que considero o projeto de parentalidade do adolescente em conflito com a lei a possibilidade de concepção de um novo projeto de vida cuja execução pode ser uma experiência edificante e criativa desde que compartilhada. Em duas

²⁰ A “inadimplência paterna” é uma realidade tão naturalizada na biografia dos homens que figura de forma emblemática em passagens da Bíblia, como por exemplo, quando Cristo é submetido ao sacrifício da crucificação e sentindo-se abandonado pelo Pai pronuncia a célebre frase: “Pai, porque me abandonastes”? Ou na literatura por obras imortalizadas, como é o caso da “Carta ao Pai” de Franz Kafka, a qual apesar de concebida apenas como uma forma de desabafo do sofrimento causado no autor pela difícil convivência com o pai, tornou-se um “best seller”.

palavras, esse projeto pode se constituir numa experiência de reparação, mediante a qual o adolescente poderá prodigalizar ao filho os cuidados e o afeto que não teve. Tudo isso evidentemente, se ele puder contar com uma rede de apoio eficiente.

9.1.2 Preocupações com a saúde do bebê

Assim como ocorre com as mães e pais adultos, os adolescentes se mostraram preocupados com as condições de saúde do bebê que vai nascer e com o estado de saúde das companheiras na hora do parto.

O adolescente Antônio conta que se sentiu aliviado com o nascimento da filha, pois, como o parto foi realizado pós-termo, tinha medo que o bebê entrasse em sofrimento. Além disso, teve medo que a filha nascesse com algum problema hereditário pois tem uma prima surda-muda e ficou preocupado com a possibilidade de a filha nascer com o mesmo problema.

(...) Eu senti um friozinho na barriga (quando a filha nasceu) (...) Teve vez que eu fiquei com medo de o bebê morrer com o cordão umbilical. Passou do dia e já tava enrolando no pescoço dela (...) A maior preocupação antes dela nascer, tipo, era ela nascer com alguma deficiência, 'né'? Porque eu tenho uma prima lá no Piauí que ela é muda e surda. (Antônio)

Para os adolescentes Romeu e Lear, a saúde da filha constitui igualmente uma grande fonte de preocupação. O primeiro adolescente explica os seus sentimentos:

(...) Eu só peço a Deus que dê muita saúde pra ela, porque eu fico imaginando essas crianças pequenas que nem passa na televisão, nesse Teleton (...) Crianças que tem problemas, crianças que não andam, crianças que comem através de aparelhos (...) Crianças que não aproveitam, que não têm chance de brincar, de correr com outras crianças. (Romeu)

O adolescente Lear conta que além de temer pela saúde da filha se inquietou também pela sorte da companheira:

(...) Eu nunca tinha passado por isso. Achei um pouco diferente. Um pouco estranho. Mas depois eu acostumei (...) Fiquei com um pouco de medo, 'né', porque eu não sei o quê que ia 'acontecê', por causa de que ela era muito nova (a mãe adolescente tinha 17 anos na data do parto e o pai 16 anos), pra 'tê' um neném (...) Mais eu fiquei mesmo com mais medo de 'acontecê' alguma coisa com a neném. (Lear)

Os projetos dos adolescentes-pais no que concerne à saúde dos filhos no futuro são os mesmos dos pais adultos. As questões que os inquietam como a aquisição de um bom plano de saúde para o filho estão também presentes no grupo de pais adolescentes, como mostra o depoimento de um dos adolescentes:

(...) Quero ter condição pra colocar meu filho num convênio (...) que a pior coisa que tem é teu filho 'tá' doente e você levar ele 'prum' hospital e chegar lá não 'tê' médico, ou 'tê' e os médicos 'tá' só enrolando (...) E sabendo que seu filho 'tá' ali passando mal (...). Então eu acho que faz parte 'tê' um plano de saúde (...). Poder pagar um plano de saúde. (Tito)

9.2 Conflitos e possibilidades da parentalidade na adolescência

Porque foi ele que fez (...) Ele tem o dever de assumi. (João)

Homem que é homem assume o filho. (Romeu)

Eu falava: se um dia você ficar grávida eu como pai vou assumir, porque eu sou homem, se for meu eu vou assumi. (Romeu)

Esta zona de sentido mostra como os adolescentes entrevistados se colocam em face do conflito gerado pelos anseios da fase adolescente e das responsabilidades da nova condição de vida, como pais ou como futuros pais. Ela descreve como são administrados os conflitos e os impasses relativos à experiência da parentalidade no que concerne ao enfrentamento da família, à dependência emocional em relação ao grupo familiar e em relação às condições de subsistência financeiras. Fica evidente a importância do apoio da família – fiadora moral e material, ao menos interinamente, das condições para que o jovem possa assumir a paternidade. Fica claro igualmente que o futuro da relação com o filho é determinado pelo vínculo que os adolescentes mantêm com as parceiras.

9.2.1 Para ser pai (adolescente) é preciso ter duas vidas

Tem que ter, vamos supor, duas vidas: uma pra você e outra pra sua filha” (Otelo)

A dificuldade em integrar a experiência da parentalidade e a vivência da adolescência aparece no discurso de alguns dos jovens entrevistados. Para eles a parentalidade é uma experiência que exige sacrifícios e renúncias de hábitos e programas prazerosos – como sair com os amigos, beber e freqüentar festas – para os quais os adolescentes ainda não se sentem preparados. Para todos eles, a experiência da parentalidade foi considerada prematura, embora o sonho de ser pai já estivesse presente em um grande número de adolescentes.

Um dos rapazes esclarece o conflito que vive ao tentar conciliar o papel de pai com as vivências da adolescência :

(...) Ser pai é ter que se preocupar muito (...). Tem que ter, vamos supor, duas vidas: uma pra você e outra pra sua filha(...). Tem que pensar o que ela vai gostar (...) tem que saber o que fazer(...) tipo assim, quando vem alguém na minha casa me chamar pra sair mas é o dia de ver a minha filha (...). Aí, tem o Al (adolescente) querendo sair e tem o pai querendo ver a filha. Aí eu opto pelo o quê? Tem dia que eu opto por sair e depois ver a minha filha. Porque eu penso assim: “ah, ela não vai ficar com raiva se eu não for lá ver ela hoje”. Mas eu tenho certeza que agora ela não vai ficar com raiva, mas mais pra frente ela vai. Aí eu tenho que, sei lá, procurar melhorar e muito ainda. (...) Se você cuida (...) tipo, fazendo sacrifício agora pelo seu filho, quando ele for crescendo você vai ver que ele vai ser uma ótima pessoa, vai ser responsável, vai saber o que é certo e o que é errado, vai optar pelos caminhos certos. (...) É, o filho em primeiro lugar. Se você for fazer alguma coisa tem que pensar “não, mas tem meu filho, aí não vou fazer” (...). Eu não sou um bom pai (...). Porque se eu vou fazer alguma coisa não é sempre que eu penso primeiro na minha filha (...). E o bom pai, não. O bom pai sempre pensa primeiro no filho (Otelo)

A paternidade apresenta-se associada à idéia da necessidade de realizar sacrifícios e renúncias de um estilo de vida hedonista e prazeroso:

(...) Papel muito importante ser um pai. (...) Muda tudo (...). Tem que abrir mão de muita coisa (...) das festas (...). Muita coisa que você faz você tem que abrir mão. (João)

(...) Você tem que abrir mão de um bocado de coisas. (Otelo)

Um adolescente relata que, apesar de não ter ficado surpreso com a notícia da gravidez da companheira – pois já estava querendo ter um filho – quando de fato a gravidez se confirmou, logo pensou no incômodo relacionado às mudanças na rotina e ao abandono dos hábitos que lhe davam prazer, pois passaria a ser controlado pela namorada:

(...) Agora tem que parar de sair pra rua, não pode curtir muito as festas (...). A minha namorada não quer que eu ande mais com os meninos que eu andava, não vou poder fazer um monte de coisa lá. (Cláudio)

Diferentemente da maioria dos adolescentes, que não se dizem arrependidos, apesar do momento inoportuno do nascimento do filho (em razão principalmente da ausência de condições materiais), um adolescente de apenas 16 anos, que vive maritalmente com a companheira desde os 13 anos, admite que o desejo de ser pai não constava de seus projetos pessoais. Ele conta que, se pudesse voltar atrás, não teria se comprometido com a companheira, iria viajar, curtir a vida e freqüentar festas:

(...) Eu não queria casar não (...). Eu 'tô' muito novo ainda (...) Ia ficar solteiro, é melhor (...). Assim 'tá' bom, mas se pudesse começar tudo de novo (...) teria sido melhor se eu não conhecesse ela, então, era melhor. (Henrique)

Convicto de que o pai tem a obrigação de cuidar do filho e ele mesmo vítima do abandono paterno, o adolescente, em evidente contradição, diz não ter preocupações com o futuro da sua família, pois não tem planos para a mesma (a companheira do adolescente ainda não teve o bebê). Seus projetos dizem respeito apenas a si próprio e especificamente ao sonho de ingressar no Exército:

(...) Meu sonho mesmo é entrar no exército (...). Ser policial 'pra fazê' altas coisas lá dentro (...). Dar altos tiros, lá com aquelas armas. (Henrique)

Ouvindo o adolescente, pode-se inferir que o desejo de afiliação ao Exército aparece como substituto do desejo de filiação a um pai/família protetor (a) e continente das emoções do adolescente. Se voltarmos a sua história pessoal constataremos que as raras lembranças prazerosas que o adolescente tem do pai referem-se às vezes em que eles

foram caçar tatu num sítio, utilizando uma espingarda do pai. Assim como o primeiro adolescente, este jovem revela a dificuldade em articular a vivência da adolescência com a futura experiência da parentalidade.

Embora o desejo de ter um filho já constasse, como foi relatado pela maioria dos adolescentes, dos seus projetos pessoais, eles consideraram que teria sido melhor protelar a experiência da parentalidade, pois isso lhes daria tempo de avançar nos estudos e de se qualificar para enfrentar a competição do mercado de trabalho. Um dos adolescentes explica porque a paternidade deveria ter sido adiada:

(...) Ah, porque hoje eu estaria estudando, ela também, não estaria com preocupação de trabalhar cedo, teria terminado o estudo, ‘taria’ fazendo um cursinho para entrar numa faculdade ou ‘taria’ num emprego, tentava comprar uma casa e depois formava uma família (...) por outro lado quando eu não tinha o meu filho eu aprontava muito (...). Pra ela (companheira) não foi bom também (...) Ela parou de estudar’. (...) Uma coisa ela conseguiu, ‘né’? Que eu ‘tou’ bem mudado. (Tito)

Um outro adolescente que compartilha o pensamento da maioria dos companheiros, considera que a filha nasceu sem planejamento e, embora não esteja arrependido, se tivesse escolha, teria esperado até conseguir um trabalho e uma casa para se instalar com a mulher e com a filha.

(...) [o filho] tava programado para quando eu estivesse melhor, eu tivesse um emprego (...) uma casa já pra gente morar encima. (João)

Pensando da mesma forma, outro adolescente conta que, apesar de ter ficado contente com a perspectiva de ser pai e de “não achar que a filha veio em hora errada” (sic), se pudesse voltar atrás teria evitado a gravidez da companheira e estaria apenas estudando e namorando a mãe da sua filha. Com o tempo, segundo ele, o casal teria amadurecido e não teria se separado:

(...) Ah! Eu esperava, queria mais assim [ser pai] quando eu tivesse mais velho, já estudado (...) já arrumado emprego. (Lear)

Esses depoimentos corroboram as contribuições teóricas sobre a paternidade adolescente trazidas pela terapia familiar. Segundo a teoria dos ciclos de vida familiar, a paternidade na adolescência engloba a ocorrência simultânea de dois ciclos: a passagem

para a adolescência com a conquista progressiva da diferenciação e da independência do núcleo familiar e o nascimento do bebê. O adolescente se torna pai antes de ter conquistado a principal tarefa psíquica do período da adolescência que é a conquista da autonomia e a consolidação da sua identidade. Hines (1995) caracteriza o processo como o “*ciclo de vida truncado*”, por não haver um tempo suficiente para completar cada estágio do desenvolvimento, forçando os indivíduos a “assumir novos papéis e responsabilidades antes de serem capazes em termos desenvolvimentais para fazê-lo”. Segundo o autor, além dessa ruptura no ciclo de vida regular, a assunção do papel parental (e eu acrescentaria a conjugalidade precoce) podem interromper a experimentação sexual inerente ao processo adolescente.

Ainda em relação ao encurtamento dos ciclos de vida, Fulmer (1995) observa que nas famílias de baixa renda – como é o caso das famílias dos adolescentes deste estudo – há uma aceleração do processo de transição de um estágio do ciclo de vida a outro devido às fortes pressões ambientais determinadas pelo contexto de pobreza.

Na verdade, a literatura sobre a paternidade adolescente aponta algumas vezes para direções opostas: ora centraliza o foco em estudos que mostram prejuízos na interação do pai adolescente com o bebê – devido às limitações ocasionadas pela falta de maturidade do pai, acrescidas da falta de apoio social para enfrentar a experiência da parentalidade, na maioria das vezes não planejada – ora sobre trabalhos que mostram que os adolescentes são capazes de estabelecer uma interação com o bebê semelhante à dos pais adultos e que a idade não tem influência nenhuma na relação com o bebê. Dado o grande espectro de experiências envolvendo a parentalidade dos adolescentes, os dados levantados pelas pesquisas não podem ser generalizados.

Levandowski e Piccinini (2002), elencam vários trabalhos que abordam essas duas tendências. No rol dos trabalhos que apontam as dificuldades dos jovens para desempenhar simultaneamente os papéis de adolescente e de pai, encontram-se os de Nunes (1998) que enfatiza as repercussões negativas – psíquicas e comportamentais – da falta de preparo psíquico para assumir a parentalidade e os estudos de Lamb e Elster (1986) que defendem a idéia de que o adolescente teria dificuldade de proporcionar uma interação parental de qualidade devido à falta de maturidade cognitiva. Outros autores atribuem a incapacidade do adolescente em estabelecer uma boa interação com o filho ao egocentrismo inerente à fase de adolescência. Essa limitação, imposta pelo egocentrismo,

impediria que as necessidades do bebê fossem percebidas como mais urgentes e prioritárias em relação às necessidades dos jovens pais (Marsiglio & Cohan; McArney, Lawrence, Aten & Iker; Sadler & Cabrone; Yong citados por Levandowski & Piccinini, 2002). A falta de conhecimento sobre os estágios de desenvolvimento do bebê influenciaria negativamente o relacionamento do adolescente com o filho, levando o primeiro a desenvolver falsas expectativas em relação à capacidade da criança (Lamb & Elster, 1986).

O pouco conhecimento sobre as fases de desenvolvimento do bebê – atribuído à menor escolaridade do adolescente e à falta de experiência com crianças – dificultaria ainda a interpretação correta das necessidades do filho e a resposta adequada às necessidades dos bebês (Lamb & Elster, 1986; Dennison & Coleman; Marsiglio & Cohan; Young citados por Levandowski & Piccinini, 2002).

Outros trabalhos (Reis & Hertz; Robinson; Robinson & Barret citados por Levandowski & Piccinini, 2002) mencionam que as expectativas irreais em relação ao bebê conduzem o pai a adotar atitudes intolerantes e um comportamento rígido e fisicamente punitivo em relação ao filho.

Pelos relatos de alguns adolescentes observamos o que Jorgensen (1993) descreve como uma das tendências dos pais adolescentes que é a percepção de seus bebês como portadores de um temperamento difícil, o que poderia problematizar a sua interação com o filho, pois diminuiria a auto-confiança e o sentimento de adequação do adolescente.

Um dos adolescentes ouvidos deixa transparecer essa dificuldade em decifrar as reações de sua filha de seis meses quando associa a seriedade do bebê a uma característica do seu caráter – *ela é mau (João)* – e não a sua inabilidade em lidar com a filha. O jovem relata que costuma irritar o bebê até provocar o choro e depois o entrega à companheira, que segundo ele está mais preparada para entender e responder às necessidades da criança. Esse comportamento que poderia ser entendido num primeiro momento como uma atitude sádica em relação ao bebê é na verdade explicado pela falta de conhecimento e experiência para se relacionar com a criança, apesar de ser esse o desejo do adolescente.

Ainda no que concerne às dificuldades da vivência da parentalidade na adolescência, Zuim (2005), enfoca a questão sob o ponto de vista dos pais adultos que

viveram a experiência da parentalidade na adolescência e que relatam o ressentimento pelo afastamento e falta de contato com os filhos quando esses eram pequenos, ao mesmo tempo em que privaram as suas crianças da sua presença. Segundo a pesquisadora, esses pais queixam-se por não terem aproveitado a companhia dos filhos, ou de na época em que esses eram pequenos, não terem sido capazes de dispensarem-lhes a atenção necessária. Alguns pais sentem-se, no momento presente, mais habilitados para se responsabilizar pelos cuidados de uma criança, de maneira a evitar a repetição da situação que culminou com as dificuldades dos filhos que hoje são adolescentes e encontram-se em situação de conflito com a lei. Segundo Zuim, pais que não puderam exercer a parentalidade de forma a obter satisfação com a experiência, procuram a partir de uma nova vivência, exercê-la com outra criança: filho caçula, neto ou o próprio filho adolescente.

A tendência oposta – que caracteriza o discurso de alguns dos adolescentes entrevistados e encontra igualmente respaldo na literatura – segundo a qual a idade do pai é considerada irrelevante para o exercício da parentalidade, será discutida a seguir.

9.2.2 O bom pai não tem idade

Sei lá, gostaria que a minha filha pensasse que eu fui o melhor pai do mundo, 'né'? Que é o que eu tento ser, 'né'? Não sei se eu consigo ser, mas pelo menos eu tento ser. (Antônio)

Para os adolescentes, ser um bom pai é uma obrigação que deve ser realizada da melhor forma possível. Segundo eles a idade não tem influência nenhuma na capacidade de exercer o papel de pai e a experiência é a mesma independentemente da idade em que ela ocorre.

(...) Um bom pai eu acho que não custa tentar [ser] (...). Tem que querer ser o pai, fazer o papel de pai (...). Experiência de pai não importa! Se um rapaz tem 30 anos, nunca teve um filho e tem um filho agora, é a mesma experiência que eu 'tô' tendo. Ele é pai com 30 e eu sou pai com 19 (...). Do mesmo jeito. (Antônio)

Essas idéias são corroboradas por Levandowski & Piccinini (2002) que compararam a experiência da parentalidade dos adolescentes com a de pais adultos, em um estudo realizado com 20 pais (do primeiro filho) dos quais nove eram adolescentes e

11 adultos. Os pesquisadores concluíram que, contrariamente à expectativa inicial, não houve diferenças significativas entre os grupos e, que a variação de idade dos pais é menos relevante na qualidade das interações com o filho do que a variedade de fatores socioambientais e de personalidade dos pais.

No mesmo trabalho Levandowski e Piccinini, elencam vários outros estudos que abordam as experiências positivas dos jovens pais, em relação à parentalidade, nas quais há um envolvimento expressivo na vida do filho, mediante ajuda financeira ou outras formas de cuidado (Allen & Doherty, Dallas & Chen, Trindade & Bruns citados por Levandowski & Piccinini (2002).

Estudos realizados com adolescentes do sexo feminino indicam também que não há diferenças expressivas na competência das mães adolescentes e na evolução dos filhos de adolescentes se comparados a filhos de mulheres adultas, desde que sejam proporcionadas condições de apoio institucional e familiar. (Baranovski, Fustenberg citados por Deschamps & Bydlowski, 1993).

Embora sejam grandes as evidências de que a idade não é um fator relevante para o bom desempenho da parentalidade, muitos dos discursos dominantes sobre o fenômeno insistem ainda em manter o foco no fator idade, em detrimento das condições sociais que contextualizam e dão forma à gravidez e paternidade adolescente (Heilborn & cols., 2002).

Todavia, parece haver um consenso entre os pesquisadores, associando a estrutura das redes de apoio ao prognóstico da relação dos pais adolescentes com seus filhos. A importância dessas redes é fundamental também para o destino dos pais adolescentes no que concerne à continuidade de seu crescimento pessoal que inclui o prosseguimento da formação educacional, a inserção no mercado de trabalho e a manutenção dos laços afetivos com as parceiras.

Os adolescentes ouvidos vão além da concepção tradicional de pai visto como provedor, provedor e protetor (Valdes & Olavarria, 1998) incluindo nela – ao menos em termos ideais – a necessidade de se associar à companheira na tarefa de educar o filho, respeitando-a e mantendo-se próximo dela. A parentalidade adolescente, embora não se constitua de maneira isolada numa solução mágica para os inúmeros problemas de ordem social (e no caso do presente estudo inclui-se a trajetória delinquente) e para a

compensação de feridas narcísicas oriundas das mais diversas fontes de carências emocionais, pode representar a possibilidade de reformulação de projetos de vida, a recuperação da capacidade de sonhar e de sair do estado de imobilismo social ou de “presentificação da vida” (Heilborn e cols., 2002), no qual se encontram a maioria dos rapazes por nós ouvidos.

Os planos que têm os sujeitos para os filhos denunciam a idéia de que aos 18 ou 19 anos os primeiros já se consideram uma geração perdida, estéril de desejos e projetos pessoais. Cabe aos filhos e às companheiras – eles de novas redes sociais – a tarefa de lhes restituir a capacidade de sonhar e fornecer munição para novos projetos de vida. Como pais – desde que apoiados – eles podem se afastar da identidade de bandido e assumir um novo papel valorizado socialmente.

Junto com Deschamps e Bydlowski (1993) que se reportam ao contexto da maternidade adolescente, acredito que – e não sem violentar meus preconceitos pessoais sobre a necessidade de se viver plenamente e sem atropelos todas as fases da vida – a parentalidade para esses adolescentes de classes populares²¹ pode representar um atalho para a solução dos problemas de uma fase tão delicada do desenvolvimento, na qual a conquista da autonomia e alteridade são as tarefas mais importantes.

9.2.3 “Homem que é homem assume o filho”: o reconhecimento da paternidade como prova de virilidade e como um passaporte para o mundo adulto

A paternidade do adolescente pode ser entendida também como um rito iniciático que “outorga ao adolescente a legítima integração ao mundo adulto” (Cabral, 2003; Sarmento, 1999). A assunção da paternidade aparece no discurso dos jovens entrevistados, como sendo uma prova viril e o nascimento do filho – ou a perspectiva do seu nascimento – um divisor de águas que marca a passagem da adolescência para a fase adulta. Para os adolescentes a responsabilidade em relação às companheiras e aos filhos confirma a sua virilidade e responde às expectativas sociais a respeito das suas obrigações como homem.

²¹ O fenômeno da parentalidade adolescente apresenta-se, como tem sido pontuado ao longo do trabalho, indissociável das variáveis : classe social e gênero.

Em todos os relatos, aparece a idéia de que é preciso ser homem para assumir as conseqüências do ato que praticaram. Apesar da insegurança em relação ao futuro e do medo de não ser capaz de dar conta das obrigações inerentes ao papel de pai, os adolescentes relatam que se sentiram felizes com a perspectiva da parentalidade e não hesitaram em assumir a responsabilidade que lhes cabia. Na maioria dos casos, embora preservada a relação do casal de adolescentes, predominou a não-coabitação (dos 11 adolescentes, apenas quatro conseguiram viabilizar a coabitação com a parceira e com o filho e dentre os três que romperam definitivamente o relacionamento com a parceira, apenas um se afastou também do filho).

A idéia de que o reconhecimento do filho é uma obrigação moral, um compromisso viril, do qual o pai nunca pode se furtar, é ilustrada pelo argumento de um dos adolescentes:

(...) Foi por isso que eu coloquei o namorado da minha irmã pra correr de lá (...). Ele não quis assumir o menino não! Ele não foi lá nem registrar o menino (...) O pai tem que dar o nome pro filho (...). Foi homem pra fazer por que não é homem pra cuidar? (João)

Um outro adolescente descreve que apesar de ter experimentado emoções contraditórias diante da perspectiva da paternidade, como o medo de perder a liberdade e os amigos, a alegria de tornar-se pai foi maior do que a insegurança diante do futuro:

(...) Eu fiquei com um pouquinho de medo, mas ao mesmo tempo também fiquei alegre. (...) Medo de ficá fechado em casa, medo de não podê saí (...). Fiquei com medo de mudá alguma coisa (...). Amizade (...). Essas coisas assim (...). Só isso. (Lear)

Outro jovem conta que a sua insegurança em relação à competência para desempenhar o papel de pai foi corroborada pelo comportamento das pessoas de fora da família, as quais faziam comentários que o assustavam muito e o deixavam inseguro:

(...) Foi igual no Exército. Eu tava indo pro Exército e todo mundo falou: “ah, você vai morrer lá, não sei o quê, passar fome, passar frio, vão te jogar não sei o quê lá”, também no Exército é a maior besteira. Acho que foi maior tranqüilo lá dentro. É só acostumar um pouco, ‘né’? (...) As pessoas que botam um certo medo em nós, não precisava disso!(Antonio)

Um outro adolescente também relata sentimentos contraditórios em relação à perspectiva da paternidade: de um lado o medo de não ser capaz de prover a filha e do outro a alegria proporcionada pelo seu nascimento e pela valorização do seu papel como pai:

(...) Dava medo só na parte material. Só nessa parte dava medo. Mas, tipo assim, dava uma alegriazinha, 'né'? Meu amigo Vitor era o que mais me apoiava. Ele sempre falava "caramba, véiu, tu vai ser pai! Tu vai ser pai"! (...) Aí dava uma alegria de ser pai assim. (Otelo)

Todos os adolescentes relatam que o trabalho é um pré-requisito para o exercício pleno da parentalidade e o maior bem que eles podem conquistar, uma vez que o papel de pai é indissociável da sua função provedora. (capítulo 8, 8.1).

(...) Eu faço uns bicos (...). Queria arrumar um serviço fixo (...). Não precisa ser de carteira assinada não, só um serviço fixo mesmo pra não ficar mudando toda hora. (Henrique)

(...) eu tenho medo de não arrumar um emprego, mas minha irmã falou que ia arranjar um pra mim lá que nem arrumou pro meu irmão. Ela vai ver se consegue me colocar lá dentro também, como entregador (...). Pra fazer umas entrega de mercado, em apartamento. (Cláudio)

(...) tem que ter dinheiro para manter uma família (...). Ter emprego para pagar um aluguel (...). Como eu ia conseguir se com meus 16 anos eu nem tinha terminado o segundo ano (do segundo grau) ainda? Aí como eu ia conseguir manter a minha filha e a mãe dela?(Otelo)

(...) Mas o que eu quero mesmo é principalmente um emprego, que é pra 'mim' poder sustentar a minha filha (...). Como pai o pensamento da pessoa vira outro. (...) Se preocupa só com o vestido dela, com o leite Ninho dela. (...) Eu fico pensando : pô, porque eu não arrumei emprego? Porque eu não tenho emprego? Pô, como é que eu vou criar minha filha sem emprego, como é que eu vou dar dignidade pra minha filha?(...) A minha maior preocupação é mesmo o emprego porque hoje em dia o mundo é movido pelo capital. Se você for ali na padaria você não vai comer se você não tiver dinheiro.(...) Uma vez eu fui na rodoviária e vi uma menininha pequena de colo jogada

na rodoviária; a mãe com um no braço, outro neném correndo pra lá e pra cá. (...) Na minha mente veio na hora, eu ali com a minha esposa (...) não sei, me deu um negócio. (Romeu)

Para esses jovens, assumir o filho significa dar conta, ser competente como homem, adotar a identidade masculina forjada por expectativas sociais. Esses resultados corroboram outros estudos sobre a paternidade na adolescência, desenvolvidos também com rapazes de classes populares (Cabral, 2003) que apontam para a quase inexistência da “paternidade irresponsável” ou “não assumida”. Dos 11 adolescentes ouvidos apenas um declarou não ter assumido plenamente a filha por não estar certo de ser ele o pai. Nenhum dos outros adolescentes duvidou da paternidade, mesmo quando a gravidez da companheira foi seguida de um episódio comprovado de traição (caso do adolescente Iago).

Estudos sobre a trajetória masculina na classe trabalhadora (Almeida e Hardy, 2007; Cabral, 2003; Duarte, 1986; Heilborn, 1997) indicam que a paternidade na adolescência representa um modelo tradicional de passagem à vida adulta. Ser homem significa ser responsável, sustentar a família, e ter um trabalho remunerado.

A obrigatoriedade do trabalho é vista pelos adolescentes como um truísmo e como o destino do pai. O direito à experiência da parentalidade é reservado aos que trabalham e contribuem para o sustento do filho. O trabalho, como escreve Alba Zaluar (1994), tem sua inscrição na matriz bíblica: “ganharás teu sustento pelo suor do teu rosto” e confere humanidade, dignidade e valor moral à pessoa.

Um dos adolescentes explica a satisfação concedida pelo trabalho realizado com honestidade:

(...) A pessoa trabalha dignamente tem o pouco ali mas, a pessoa vê que o dinheiro multiplica mesmo! Vai ver que é suado, cada moedinha de real que você vai gastar(...) não vou comprar aquilo ali não porque esse real aqui foi suado(...) vou comprar o que eu preciso(...) Quando o dinheiro é de ‘fuleragem’ você não dá valor. (...) Agora, quando ‘cê’ compra com dinheiro suado, você vai pensar bem antes de comprar e vai ter zelo (...). Vai falar: “não, isso aqui eu comprei com suor” (...) Você vê que ‘tá’ seu suor ali. A pessoa vê que no fundo não tem uma coisa melhor, quando você compra com dinheiro roubado você vende, troca, dá, não ‘tá’ nem aí. Agora

quando é dinheiro suado: eu vou vender, vou emprestar? Não, meu filho, vai comprar o teu! Não empresto não! (Iago)

Embora todos os adolescentes relatem que a gravidez da companheira não estava programada, a maioria dos adolescentes conta não ter ficado surpresa com a ocorrência da gravidez, como ilustramos a seguir:

(...) Eu falava: se um dia você ficar grávida eu, como pai, vou ‘assumi’, porque eu sou homem, se for meu eu vou ‘assumi’.(...). Do momento que eu ‘subi’ que ela tava grávida, a primeira coisa que eu quis ‘fazê’ foi montar minha casa (...). Eu falei: eu vou trabalhar, vou falar com o meu padrasto, qualquer coisa que tiver eu vou ‘tá’ ali. Meu pai já tinha falado que ia ‘dá’ umas coisinhas pra gente, eu pedi pra ele dar o berço (...). (Romeu)

(...) Se é homem prá ‘fazê’, porque não é homem ‘pra assumi’? (...). Agora você não é mais aquele menino, ‘né’? Agora você é um homem (...). Tem que trabalhar, cuidar [do filho](...). Ser responsável. (João)

Mesmo entre os adolescentes para quem a gravidez não era uma possibilidade aventada, não houve hesitação em assumir a responsabilidade por trata-se de uma “obrigação inquestionável” da qual o pai não pode se furtar. Eles explicam:

(...) Eu achei que ‘num ia acontecer’ não porque ‘nós era’ muito novo. ‘Nós passou’ muito tempo sem ‘pegá’, aí achei que não pegava mais não. (...) O pai tem o dever de ‘assumi’ porque foi ele que fez. (...) Fazer a criança e depois ‘sumi’. Isso pra mim ‘num’ é pai não (...). Pai é aquele que ajuda. (Lear)

(...) Foi por isso que eu coloquei o namorado da minha irmã pra correr de lá (...) Ele não quis assumir o menino não! Ele não foi lá nem registrar o menino. (...) O pai tem que dar o nome pro filho (...). Foi homem pra fazer por que não é homem pra cuidar?(João)

Além do desejo de assumir a gravidez da companheira, os adolescentes se posicionam contra a idéia de uma eventual interrupção da gravidez – saída sugerida por algumas das companheiras e por uma família de uma das moças – solução considerada indigna e sinal de ausência de hombridade. As palavras de alguns dos entrevistados ilustram esse pensamento:

(...) Eu tenho um amigo que mandou a namorada dele abortar um neném (...). Inclusive eu falei pra ele: ‘ pô’, no dia que eu tiver uma criança, além de ser a maior alegria do mundo, eu jamais vou fazer isso. (...) Eu posso não ter nem um lugar pra morar, eu posso ‘ tá’ morando na rua, mas se tiver grávida eu jamais vou fazer isso. (...) Pode vir chuva de canivete do que for, mas eu vou ‘ tá alí’ pra cuidar da minha filha, para o que der e vier. (...) É a minha primeira filha, eu acho que é uma emoção muito grande no fundo do coração. (Romeu)

(...) Pra mim, foi bom. (...) Mas ‘tamém’ eu fiquei preocupado com ela, sei lá o quê que a família dela vai ‘ falá’, o quê que a família dela vai ‘pensá’ (...) ela ficou com medo, ‘né’, não ficou triste, entendeu? Mas, ela ficou ‘cum’ medo da família dela, ‘ né, qui’ chegou até que a avó dela pediu foi pra ‘nois tirá’, moça! (...). ‘Orra’! Mas, pra mim foi bom. Tudo pra mim é minha filha. Tudo, tudo. (Ariel)

(...) Aí eu falei não, não vou falar pra ela não, porque se eu for falar pra ela, ela vai querer tirar. (...) E é melhor eu ter uma filha porque aí eu paro de aprontar, eu fico mais em casa. (...) Então, eu nem falei pra ela não. (João)

A oposição dos adolescentes à idéia do aborto, ventilada pelas moças na maioria dos casos como uma alternativa ao medo de enfrentar os pais, se explica também segundo os adolescentes pelo temor em relação à integridade física das companheiras:

(...) Eu ‘ tô’ falando isso pra ela [os perigos do aborto], eu ‘tô’ falando isso aí (...). Eu não sei o que eu faço não! (...) Eu falei que eu ia conversar com os pais dela, mas ela não quis não. (...) E se ela ‘abortá’, de repente? Por isso que eu não quero falar nada pra ninguém ainda. (Ricardo)

Mesmo com as profundas transformações na sociedade contemporânea - as quais tem exigido a participação cada vez maior da mulher no sustento da família, muitas vezes como a principal ou a única provedora - observa-se nos depoimentos dos adolescentes-pais a persistência de representações tradicionais sobre o papel social masculino e feminino com a assimetria de gênero que caracteriza o *ethos viril*.

E, como observam Monteiro (1997/1999) e Bozon (2003), embora tenha havido alterações significativas no comportamento dos sujeitos sociais, as novas condições de

vida não modificaram de modo expressivo *nem as representações nem os lugares desiguais de homens e mulheres na sociedade.*

9.2.4 A importância do apoio familiar para assumir o novo papel

O adolescente que já vive um momento de fragilidade emocional, durante o qual faz tentativas de se afirmar e se independentizar da família – muitas vezes a confrontando e questionando seus valores – diante da iminência da paternidade, vai precisar fazer o movimento no sentido inverso. Paradoxalmente, ao invés da independência almejada, o adolescente vai se colocar em uma situação de dupla dependência em relação aos pais. Além de complementar o sustento do próprio adolescente, visto que grande parte deles já exerce alguma atividade remunerada ao menos em caráter esporádico, a família deverá – ao menos interinamente – assumir o bebê afetiva e materialmente, até o adolescente se sentir apto a desempenhar plenamente a parentalidade. Os adolescentes ouvidos revelaram que a parceria da família foi fundamental para que eles pudessem assumir o filho. A disposição da família em apoiar os adolescentes no exercício da parentalidade reforçou neles o sentimento de pertença à família de origem e o contrário, o sentimento de não filiação.

Um dos jovens revela a dificuldade para definir e integrar as primeiras emoções diante do nascimento da filha e a falta de maturidade e de autonomia para assumir o novo papel: Ele descreve seus sentimentos de forma peculiar:

(...) Rapaz! É um negócio diferente! (...) É uma coisa muito difícil de explicar o que a gente sente. A gente sente por uma parte alegria, mas por outra parte tristeza, assim, sei lá. É um negócio muito estranho, eu não sei explicar (...). Aí eu fiquei pensando que ela tinha nascido aí eu ficava pensando: ‘caramba, o que eu vou fazer com um menino? O que eu vou fazer com um menino’?(...). Naquela época eu tinha muito medo da minha mãe ainda, muito medo! Aí eu ficava pensando ‘caramba, o que vamos fazer? O que vamos fazer’? Só ficava pensando nisso. (Otelo)

O mesmo jovem conta que num primeiro momento teve muito medo de perder o afeto materno e de não ser autorizado a exercer o novo papel de pai [e a sexualidade adulta].

(...) Eu tava preocupado com o que ela (a mãe) ia fazer quando me visse. Dela, sei lá, querer me bater, querer me julgar, querer me deixar na chácara pelo resto da vida. (...) Ela é a única pessoa que eu tenho, 'né'?(...) Tinha que ter o consentimento dela. Agora, não. Agora se eu quiser fazer eu vou lá e faço. E antes, não. Antes eu tinha medo dela. (Otelo)

Um outro adolescente conta que não sabia o que pensar diante da notícia da gravidez da companheira e que só pode se alegrar depois que falou com a mãe por telefone e esta o tranquilizou dizendo que estava feliz com a notícia.

(...) Fiquei surpreso (...) Mas um pouco preocupado, um pouco alegre (...) Não sabia qual ia ser a reação do pessoal lá de casa. (Tito)

Outro adolescente relata que teve o apoio incondicional da família diante da perspectiva da paternidade. Conta que, apesar de ter ficado inicialmente deprimido com a notícia da gravidez da namorada, esses sentimentos foram se transformando graças ao suporte emocional e material que recebeu da mãe e da irmã diante da perspectiva da paternidade. Ele explica:

(...) Desde o começo que a minha irmã sempre me ajudou, 'né'? Desde o começo mesmo, eu fiquei meio assim, 'né'? 'Pô, eu vou ser pai', eu fiquei meio pra baixo, 'né'? No primeiro dia eu fiquei assim: 'puxa vida'! (...). Nunca pensei que ia ter um filho com essa idade! Aí a minha irmã e a minha mãe 'deu' um apoio moral, 'né'?(Antônio)

A reação positiva da mãe e da irmã do rapaz diante da perspectiva da paternidade surpreendeu o adolescente que esperava, em vez do apoio, que elas fossem desaprová-lo.

(...) Eu pensei que minha mãe ia me encher o saco, brigar comigo, me empurrar (...). Ela falou pra mim "você não sabe o que é bom ter um filho pra ter outro neto". Ela já tem um. (Antônio)

O receio de um outro adolescente em relação à não-aceitação da criança se restringe apenas à família da companheira, a qual ainda não foi comunicada da gravidez e, contrariamente à mãe do jovem se opõe ao namoro do casal.

(...) Ela não falou pra mãe dela da gravidez ainda, 'né'? Aí a minha mãe fica falando que ela tem que falar (...) Que hoje em dia a maioria das jovens ' tudo tá engravidando cedo', aí minha mãe fala. (Cláudio)

Um outro adolescente conta que também teve receio da reação da família:

(...) Tive aquele impacto assim de preocupação (...). Eu fiquei com medo da reação do meu pai e da minha mãe. Mas depois que ela tava grávida, num tinha mais jeito. (...). Depois que eu fui vê 'as reação' que ela ' tava tendo', aí eu fiquei com um pouco de medo (...). Aí eles aceitaram, tudo certo, graças a Deus. (Lear)

Um outro jovem relata que, apesar da inquietação em relação à reação do pai da companheira – cujo comportamento é definido como grosseiro e ignorante – manteve a tranquilidade quanto ao futuro, pois se sentiu acolhido pela própria família e em condições de amparar a namorada, caso a notícia da gravidez culminasse com a sua expulsão da casa paterna. O rapaz relata assim as emoções do casal no momento da confirmação da gravidez:

(...) Quando 'nós pegô' o resultado ela chorou bastante (...). Porque o pai dela é bastante ignorante e bastante violento, 'né'? Ela ficou com medo do pai dela, achou que ele ia expulsar ela de casa. (...). Eu falei: 'não, se ele te expulsar de casa eu vou te acolher, o meu pai também'(...). Aí ela chorou bastante, ficou muito apavorada e eu acalmei, deu pra 'acalmá' ela um pouco, né? Aí ela sempre ficava naquela de falar pra mãe dela, falava, não falava. (...) Até que o irmão dela 'chegou na mãe' e falou (...). Eu também tive coragem cheguei no meu pai e falei (...). A mãe dela, meu pai e minha mãe não aceitaram de coração aberto, mas eles também 'ficou alegre'. (...) Também deu 'uma dura' como toda mãe dá, 'né'? Falou que não ia ' cuidá' do nenê, que quem ia 'cuidá' era eu e ela (...). Mas falaram assim: "o que 'tivé' que 'ajudá' eu vou 'ajudá' ". (Romeu)

No caso de um outro adolescente, a mediação da mãe junto ao marido foi decisiva para a definição do futuro do rapaz. Além de convencer o companheiro a acolher na família, a namorada grávida do filho e dela cuidar até o nascimento do bebê, convenceu também o marido de que o adolescente ao invés de trabalhar deveria terminar os estudos.

Já a experiência de um outro jovem em relação à aceitação familiar foi diferente. O sentimento de rejeição que ele sentia por parte do pai foi reforçado quando a companheira

engravidou e o pai não o autorizou a apropriar-se do novo papel, não participando do processo de parentificação do adolescente. A decepção do rapaz em relação à reação paterna é traduzida pelas suas palavras:

(...) Ficou falando lá (...) Não sei pra quê que foi ter esse filho, tão cedo, eu sabia que ia acontecer isso, não sei o quê, ficou falando (...). (João)

Este adolescente conta que se ressentia igualmente do tratamento carinhoso que o pai dispensa à irmã e ao sobrinho e da indiferença deste em relação à sua filha. Nas palavras dele:

(...) Da minha irmã todo dia ele [o pai] liga lá em casa, compra as coisas pro menino e tudo. Da minha [filha] ele não pergunta não, só quando ela 'tá' lá em casa que ele vai lá, fala um pouquinho com ela (...). Mas não se preocupa não. (João)

O único adolescente, que se reconhece pouco envolvido com a filha por não ter certeza da paternidade e por ter conhecido a menina com mais de um ano, conta que a família também não se envolveu com a questão da sua parentalidade. Ele explica:

(...) Mas eu não tenho muito envolvimento assim não, a família dela também não gosta muito de mim (...) nem minha família também não gosta dela (...) uma vez ou outra eu vejo a menina, fico um tempo lá (...) minha mãe não gosta dela (...) Nem meu pai, nem ninguém. (Ricardo)

Por meio desses depoimentos fica claro que é a família – principalmente a do adolescente do sexo masculino – quem orchestra o futuro da experiência de parentalidade e junto com ela o futuro da relação do casal. A falta de autonomia financeira dificulta o exercício da parentalidade e a situação de dependência dos adolescentes em relação aos pais ou avós os incomodam muito. Um dos adolescentes expressa assim o desconforto com a situação de dependência em relação ao pai e ao avô:

(...) Muitas pessoas podem ter muitas críticas, 'né'? Muitas pessoas falam assim: "Nada, esse cara não 'tá' nem aí com a filha dele não" (...) Porque o meu pai ganha bem, 'né'? (...) "Quem 'tá' criando é o 'vô', pai dele, tal (...). Mas na verdade quem cria 'é eu', entendeu? Eu trabalho lá, ajudo meu padrasto lá com o carro (...). Descolo um dinheirinho vou lá e compro. (Romeu)

(...) Tipo, sei lá, eu fico preocupado ‘dela tá’ com uma dor de barriga, com cólica e se eu não tiver dinheiro? Mas graças a Deus eu tenho, mas se por acaso eu for precisar eu falo com a minha irmã. (Antônio)

Um outro adolescente relata a inquietação por ter que recorrer ao irmão mais velho, que atualmente ocupa o lugar do chefe da casa, ou aos sogros quando tem alguma urgência em relação à filha, como por exemplo, quando precisa comprar um remédio para ela e não tem dinheiro:

(...) Tem hora que não é fácil não. A hora que precisa comprar um remédio, comprar alguma coisa (...) aí tem que trabalhar, aí não dá, fica difícil (...). Aí ela (companheira) fica me cobrando pra comprar o remédio (...). Aí eu (...) vou arrumar com o meu irmão, meu irmão me empresta (...). Aí quando meu irmão não tem o pai ou a mãe dela ‘compra’. (João)

Estudos sobre a parentalidade na adolescência (Cabral, 2003; Deschamps & Bydlowski, 1993; Furstenberg & cols. citados por Deschamps & Bydlowski, 1993; Heilborn & cols. 2002; Horowitz citado por Deschamps & Bydlowski, 1993; Lyra da Fonseca, 1997; Trindade & Bruns, 1999; Trindade & Menandro, 2007) apontam a importância de se ampliar e fortalecer as redes de apoio psicossocial aos adolescentes-pais, as quais são fundamentais para o prognóstico positivo dos adolescentes e dos seus filhos.

Outros trabalhos revelam ainda que o grupo familiar pode bloquear a aliança da adolescente com o pai do bebê, dificultando o contato do adolescente-pai com o filho e impedindo a sua participação mais efetiva no cuidado da criança (Cervera, Allen & Doherty; Dallas & Chen; Furstenberg citados por Levandowski & Piccinini 2002).

9.2.5 O vínculo com a parceira determina a qualidade do afeto com o filho

Segundo a literatura que trata da questão da parentalidade do adolescente do sexo masculino (Allen & Doherty, Belsky & Miller, Dennison & Coleman, Marsiglio & Cohan citados por Levandowski e Piccinini 2002), a relação dos adolescentes-pais com a mãe da criança é um fator promotor tanto de seu envolvimento e participação na vida do

filho como um impedimento para os mesmos, pois interfere na quantidade e a qualidade das interações do pai adolescente com o filho.

Trindade e Menandro (2007) verificaram igualmente que a deterioração do relacionamento com as ex-companheiras constitui um obstáculo para contatos mais freqüentes e duradouros entre pais e filhos.

Essa idéia aparece claramente no discurso dos adolescentes do presente estudo, os quais relatam a dificuldade que sentem em conceber o filho separado da mãe e referem que o vínculo estabelecido com a parceira condiciona o vínculo com o filho. A seguir eles descrevem as suas experiências com as parceiras, as quais tanto podem favorecer como dificultar o relacionamento com o filho.

Um dos adolescentes conta que, apesar do apoio da ex-sogra, não vê a filha freqüentemente porque, além de não ter assumido o relacionamento com a ex-companheira (segundo ele porque na ocasião da gravidez tinha apenas 16 anos, não gostava o suficiente da namorada, não tinha emprego e nem tinha ainda concluído o segundo grau), está evitando encontrá-la por desentendimentos recentes:

(...) O negócio é que eu 'tô' brigado, brigado mesmo com a mãe dela [da filha]. Não consigo nem olhar pra cara da mãe dela que me dá nojo (...) O pessoal vem me falar um monte de coisa, aí eu fiquei com raiva (...) Em vez de chegar e conversar, não! Vai falando besteira (...). Aí eu fiquei muito indignado (...). Aí eu só vou ver minha filha quando a mãe dela não ta lá. Que eu acho que é melhor evitar (...) bem melhor evitar, assim, de encontrar e começar a discutir. (Otelo)

Um outro adolescente relata que não desenvolveu laços de afinidade com a sua primeira filha por ter se afastado da mãe da criança:

(...) Às vezes ela me liga, e fala ' pra mim' ir lá na esquina ver a menina, aí eu fico lá (...) pede dinheiro pra comprar alguma coisa que a menina 'tá' precisando (...). Eu nem registrei a criança ainda (...). Essa mulher ela apareceu com a menina ela já tinha nascido. Ela ganhou a neném lá, não sei pra onde que ela foi, aí voltou e depois de um tempo é que ela falou que era minha. (Ricardo)

Outro jovem relata que os sentimentos de vingança e a mágoa pela companheira que o traiu impediram-no de pensar no filho e de vê-lo de forma não fusionada à mulher.

Ele conta que no segundo mês de gestação da companheira – que prosseguia de forma tranqüila – ficou enfurecido por esta tê-lo traído com um “amigo” de ambos e decidiu matá-los. A gravidez não constituiu um impedimento para demovê-lo da idéia, pois “o bebê ainda não estava totalmente formado e estava dentro da mãe”. Segundo ele:

(...) Eu tava revoltado moço! Não tava nem pensando no meu filho, meu filho não vinha pra sofrer no mundo! (Iago)

Indagado se havia pensado no que aconteceria com o filho caso levasse o seu projeto a cabo, ele responde:

(...) Que pensei, pensei (...) porque é meu né? Porque a gente pensa (...). Mas só que a revolta era maior do que o sentimento (...). Eu ia matar ela grávida, moço, de dois ‘mês’(...). Eu falei: “ainda não ‘tá’ totalmente gerado, ‘né’? Tem vida, mas ainda não ‘tá’ no mundo (...). Já que ‘tá’ dentro dela, vai ele e ela”. (Iago)

Este mesmo adolescente relata que, atualmente, apesar de sentir vontade de ver a criança, não participa do seu cotidiano e nem dos momentos mais importantes da sua vida porque tem medo de ser cobrado e rechaçado por não contribuir para o sustento do filho. Ele justifica o seu comportamento e explica o que sente por estar afastado do filho:

(...) Eu durmo sonhando, moço [com o filho]! Ele já deve ‘tá’ é lidando nas coisas, derrubando tudo. (...) Deve tá chamando mamãe, vovó. (...) Eu só não vou lá nele porque eu não ‘tô’ trabalhando (...).Porque assim que eu arrumar um serviço, o primeiro salário que eu ‘pegá’ vai ser todinho dele, não quero uma balinha, não quero! (...) Ela [a ex-namorada] vai falar: “o quê que tu dá pra ele”? E eu vou falar o quê? Vou olhar pra cara dela e vou virar as costas e ir embora. Então é melhor nem ir!(Iago)

Outro rapaz que também não vive com a mãe da filha, por pressão da família da moça, que é contra o relacionamento do casal, expressa a sua tristeza, neste caso gerada pelo fato de não poder conviver com a filha e com a ex-companheira no cotidiano:

(...)‘Ficá’ longe da minha filha é a ‘ piô’ coisa que tem na vida (...). Eu só queria só ‘participá’ mais, ‘né’, participar assim, em tudo que acontece (...). Não gosto nem de ficar falando não. (...) eu nunca pensei que a família dela aí ‘botá’ tantos obstáculos na nossa frente, se não fosse por isso até hoje ‘nois tava’ junto (...). Tem ‘veiz’ que eu pego

a minha neném e ela faz é me ‘estranhá’! É isso o que me dói mais. (...) Quando a minha filha tiver maior, que tiver andando, não vai ter dessa não, tia. Eu vou lá pego minha filha, eu passo um dia, dois dias com ela. E ninguém pode ‘falá’ nada, porque eu sou o pai, tia! (Ariel)

Os relatos dos adolescentes Romeu e Antônio vão no sentido inverso, uma vez que o bom relacionamento com as companheiras os aproximam ainda mais dos filhos e contribuem para que a vivência da parentalidade seja uma experiência positiva. Eles explicam:

(...) Eu me ‘aprocheço’ nas duas [companheira e filha]. (...) Eu dô carinho tanto pra uma como pra outra porque tanto ela [a companheira] merece o meu carinho, como a nenê também merece (...) Por causa que as duas tão compartilhadas num corpo só (...) Quando a barriga dela ‘tá’ chutando, quando eu ponho a mão na barriga dela, eu sinto a emoção tanto da neném como de ‘tá’ ali abraçado com a minha esposa. (Romeu)

Para Antônio, o bom relacionamento com a filha é garantido pelo ótimo relacionamento que tem com a mulher e pela cumplicidade no casamento:

(...) Tudo tem que se encaixar, ‘né’? Tipo, ah, parece coisa da cabeça, ‘né’? Tipo a gente se dá muito bem (...) eu acho que facilita bastante, já, ‘né’? A gente nunca brigou. Faz dois anos que a gente ‘tá’ junto e nunca brigou (...) Onde eu vou ela vai junto, onde ela vai eu vou junto(...). Eu gosto da minha relação. Dá certo. (...) Se não fosse assim eu ‘tava’ enrolado! Quando eu ‘tô’ com raiva é só olhar pra ela [a filha] que eu fico bonzinho, sabe? Quando eu chego em casa meio estressado (...). É só olhar pra ela [a filha] e a gente se acalma na hora. (Antônio)

Os depoimentos dos adolescentes-pais sobre as vicissitudes e expectativas da própria experiência de parentalidade – sintetizadas nas duas zonas de sentido: **O desamparo como herança transgeracional e Conflitos e possibilidades da parentalidade na adolescência** – como acabamos de ver, revelam que ela é dependente de um projeto compartilhado e factível de realização desde que o adolescente encontre apoio – ao menos interinamente – para integrar e desempenhar os diferentes papéis que lhe são exigidos para viver de forma plena e gratificadora a experiência de tornar-se pai.

CONCLUSÃO Ser pai como projeto de vida e espaço de esperança: uma forma paradoxal de amparo para o adolescente em medida de liberdade assistida

Nada é dado, tudo é construído, inconcluso e superável; a realidade aí encontrada como todo social é infinitamente mais rica, mais dinâmica, mais complexa do que qualquer discurso científico sobre ela; e a ciência que a aborda não a captura, ela apenas indica a direção e a organização intelectual segundo a qual se pode ter maior certeza da aproximação do real. (Minayo, 1996)

Consciente da complexidade do objeto desta pesquisa, que se inscreve na articulação de dois fenômenos singulares que são a parentalidade do adolescente e a situação de risco, pela condição do conflito com a lei, me aproximo do final deste trabalho. Meu desejo foi, seguindo o pensamento de Minayo sobre o caráter provisório do saber científico, contribuir para a elaboração de novos questionamentos sobre a questão e, pela voz dos próprios adolescentes, lançar um pouco mais de luz sobre o fenômeno da parentalidade adolescente até agora tão pouco estudado.

A análise sintetizada nas zonas de sentido revela que o projeto de parentalidade do adolescente em conflito com a lei, desempenha várias funções e se apresenta, sobretudo como “uma manobra” ou uma saída para encontrar uma nova identidade, um lugar de reconhecimento e de dignidade no contexto social.

Na primeira zona de sentido, denominada: “O filho como parceiro no processo de resiliência do adolescente” – na qual foi focado o significado da experiência de parentalidade para o adolescente em situação de conflito com a lei – o filho apareceu como uma alternativa para a anomia (Cabral, 2003) e, na perspectiva dos jovens e muitas vezes também das famílias e das companheiras, o projeto do filho (Diamond, 1986; Sarmiento, 1999) e a escola – já abandonada por grande parte deles²², aparecem como vetores de transformações positivas e de proteção contra os comportamentos de risco dos adolescentes-pais. O filho figura também como uma motivação e/ou o último recurso para interromper a trajetória infracional.

Na falta de bens materiais e atributos morais, resta o filho como o único capital por meio do qual esses adolescentes podem adquirir uma identidade positiva, ser reconhecidos e valorizados socialmente e, reintroduzidos num contexto de novos sentidos, de relações mais estruturantes e gratificadoras.

²² Somente 45% dos jovens freqüentam a escola no país (fonte: revista Onda Jovem. Ano 1, número 1, 2005)

O potencial de resiliência da condição de paternidade do adolescente infrator e os benefícios trazidos pelo fortalecimento dos vínculos entre o adolescente e o filho têm sido considerados em ações conduzidas por Unidades Socioeducativas, como por exemplo, o CAJE da cidade de Brasília. Segundo uma reportagem do Correio Brasiliense do dia 25 de novembro de 2007, os adolescentes-pais internos no CAJE (os quais já somam 47% do número total de internos) contam com um espaço para receber semanalmente os filhos junto com as parceiras e/ou familiares.

Segundo as estatísticas, 20% dos bebês nascidos em 2002, no Brasil, são de mães de 15 a 19 anos, cujos companheiros são, em grande número, também adolescentes. A literatura sobre os adolescentes em situação de conflito com a lei e o material produzido ultimamente pela mídia sobre adolescentes, refletem a imagem negativa que a sociedade tem deles (Selosse, 1997; Günther, 1999) e o efeito paralizante desta perspectiva no que concerne à construção de projetos para o futuro do jovem, tanto da parte do adolescente como dos profissionais que com eles trabalham (Selosse, 1997; Conceição, Tomasello & Pereira, 2003). Numa das oficinas realizadas no contexto do Projeto Fênix/PRODEQUI/UnB (2002-2003) sobre projetos de vida, esta questão ficou evidente diante da quase impossibilidade de os jovens se imaginarem no futuro, desvinculados da idéia de que as únicas alternativas se resumiam à: cadeia, cadeira de rodas, clínica ou cemitério. Uma vez rotulado como delinqüente, o jovem, além de assumir essa identidade, vai buscar pares com o mesmo estigma e com eles constituir gangues dentro das quais os mesmos valores e códigos são compartilhados (Sudbrack, 1982; Violante, 1982; Conceição, 1994/ 2003).

A auto-imagem positiva e a confiança em suas próprias qualidades são pré-requisitos para o adolescente projetar-se positivamente no futuro. Um projeto de vida no qual o adolescente é capaz de se situar familiar, profissional e socialmente tem demonstrado ser a melhor garantia contra a prática de atos violentos.

Nesta primeira zona de sentido ficou claro igualmente que, mediante a perspectiva da parentalidade, o adolescente é capaz de recuperar a capacidade de sonhar e de sentir esperança num futuro mais promissor para o qual já não havia mais projetos.

Como se sabe, a formulação de um projeto de vida constitui um processo complexo e mais abrangente do que simplesmente pensar no que o jovem será no

futuro. Vários aspectos como a escolha profissional, o papel a ser desempenhado na sociedade, as relações afetivas e a religiosidade fazem parte do processo e são considerados quando o jovem elabora metas para o seu futuro.

O projeto de vida, segundo as educadoras Serrão e Baleeiro (1999) envolve a “definição do lugar do jovem no mundo e na sociedade”. O que orienta as escolhas do adolescente é o conhecimento de si mesmo e da realidade na qual ele está inserido.

Inicialmente o processo é conduzido pela família e posteriormente modulado pela escola e pelo grupo no qual o adolescente está inserido. Fatores como as aptidões naturais, dificuldades encontradas na trajetória pessoal, a sorte e o imponderável interferem igualmente nas metas que o jovem estabelece para o seu futuro.

Pelo exposto, é compreensível a fragilidade e a desvantagem dos adolescentes, que se encontram em situação de conflito com a lei, no que concerne à capacidade de elaborar projetos para o futuro.

As perspectivas desses adolescentes que cumprem medida socioeducativa – embora não seja muito diferente das perspectivas de jovens oriundos da mesma classe social, os quais são obrigados a abandonar a escola e se inserir precocemente no mercado de trabalho – difere muito da realidade dos adolescentes de classes sociais mais privilegiadas, que têm a inserção acadêmica garantida até o curso universitário.

Oliveira, Pinto e Souza (2003), num estudo sobre as perspectivas de futuro com adolescentes de diferentes classes sociais, matriculados no 3º ano do ensino médio de quatro escolas do Distrito Federal (duas escolas da rede pública e duas da rede privada), encontraram em todos os grupos de adolescentes, níveis semelhantes de preocupação com a carreira universitária e profissional e observaram que independentemente do gênero e do contexto institucional, esses jovens têm perspectivas otimistas em relação ao futuro. Todavia, de modo geral, as perspectivas em relação à continuidade dos estudos se revelaram mais positivas do que em relação à transição para o universo profissional. Os adolescentes de renda mais baixa, das cidades satélites, mostraram-se mais indefinidos quanto à escolha profissional e associaram à universidade mais aspectos negativos do que os grupos de adolescentes de níveis sociais mais privilegiados. Embora valorizada, a universidade é vista pelos primeiros como uma meta inalcançável. Para o grupo de adolescentes de classe social mais favorecida, o

trabalho não é visto como uma questão de urgência, mas como um meio de acesso à realização pessoal e financeira. Esses adolescentes mostraram-se igualmente sensíveis às exigências e incertezas do mercado de trabalho do mundo contemporâneo e à necessidade de buscar formação complementar à oferecida na escola, assim como a reciclagem constante de conhecimentos.

Apesar de manifestarem indecisão quanto ao futuro, todos os adolescentes investigados, por Oliveira e cols. (2003) encontram-se mais envolvidos na elaboração de metas e projetos e mais confiantes na possibilidade de concretizá-los. Esses adolescentes mostraram-se divididos entre uma visão negativa e uma visão positiva sobre o futuro global e sobre a situação socio-política brasileira. A falta de argumentação para as críticas apresentadas reforçou a idéia difundida pelo senso comum do menor envolvimento do jovem contemporâneo com os projetos de transformação social. Adolescentes de ambos os sexos evidenciaram igualmente preocupação quanto à constituição de uma família e colocaram a expectativa de encontrar um companheiro como uma condição necessária ao alcance da felicidade.

Uma conclusão diferente foi apresentada por Magro (citado por Oliveira e cols. 2003) – numa pesquisa realizada em 1998, com adolescentes de 13 a 18 anos no Rio de Janeiro – que sinalizou a pouca preocupação dos jovens em elaborar projetos futuros e a grande necessidade de aproveitar o momento presente, evitando as responsabilidades e compromissos.

Segundo Günther (1999), resultados distintos foram também apresentados por um estudo mais abrangente – divulgado pela Unesco e pela Fundação Oswaldo Cruz,²³ para a qual foram entrevistados 1,2 mil jovens cariocas de 15 a 20 anos – que revelou que os jovens estão assustados e sentem-se incapazes de visualizar perspectivas positivas para o futuro. Entre as dificuldades apresentadas, pelos jovens, estão os problemas para ingressar no mercado de trabalho, a violência policial e problemas de relacionamento com a família.

²³ Este estudo resultou no livro produzido por Minayo, M. C. S. ; Assis, S. G. ; Souza, E. R. ; Njaine, K. ; Deslandes, S. F. ; Silva, C. M. F. P. ; Fraga, P. C. ; Gomes, R. ; Abramovay, M. ; Waiselfisz, J. ; Monteiro, M. C. N. (1999). Fala Galera: Juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond.

Günther e Günther (1998), em uma pesquisa realizada com 335 jovens do Distrito Federal, com idade média de 16 anos e dois meses, de uma escola particular, de uma escola pública e de três escolas destinadas a jovens carentes e/ou em situação de rua, concluíram que os jovens que freqüentavam a escola particular e cursavam uma série mais avançada, apresentaram maior expectativa de concluir o ensino médio e de entrar na universidade. A condição de não freqüentar uma escola particular apresentou-se associada a uma menor expectativa quanto a conseguir um emprego que garantisse uma boa qualidade de vida e o acesso à casa própria. Os autores constataram que os adolescentes percebem, de forma realística, que não existem oportunidades iguais para todos e que os jovens que têm condições de freqüentar uma escola particular têm melhores oportunidades de vida e expectativas mais positivas quanto ao futuro.

Os dados obtidos na presente pesquisa revelam que por intermédio dos filhos, os adolescentes que antes da perspectiva da paternidade não tinham projetos pessoais e nem conseguiam vislumbrar um futuro separado do trajeto infracional – os relatos deixam claro que para eles, apesar da pouca idade, já não havia mais esperança de escapar do destino traçado pela pobreza e exclusão – passam a construir *projetos para o futuro*, que incluem na maioria dos casos a aquisição da casa própria para morar com a nova família, ser independente da família de origem, ter condições de pagar uma escola particular e um seguro de saúde para o filho.

Nas palavras de um dos adolescentes a perspectiva da paternidade o motivou a: *pensar no futuro, pensar em estudar, tentar fazer um cursinho pra entrar numa faculdade, ter um bom emprego, ou talvez até ser um funcionário público (...)* *Participar mais da vida do filho, ‘tar acompanhando, tar presente em tudo’(...). Eu tenho vontade, ainda tenho esperança de um dia ter um bom emprego (...) de morar eu ela, a gente ter a casa própria, no final de semana ter a minha mãe lá em casa, os familiares (...). Sair pra passear com ele (o filho) e ter condição pra colocar ele num plano de saúde. (Tito)*

Esses sonhos que não diferem muito dos projetos de um grande número de pais adultos de classe média, são também compartilhados por outros adolescentes:

(...) Eu queria que a minha filha fosse bonita... Queria que ela fosse professora, que ela se formasse em professora (...). Queria que ela estudasse, bastante (...). Não

queria que ela deixasse de estudar (...). Primeiro estudar, ter uma profissão, 'né'? Pra depois constituir uma família. (João)

(...) Ah, eu tenho plano de melhorar, 'né'? Sempre melhorar, 'né'? (...) cada dia que passa 'vê' se a gente melhora mais um pouco, 'né'? Tipo, sei lá. (...). Porque a gente não tem tudo, 'né'? Queria construir uma casa, comprar um carro (...) o meu sogro me falou que se eu quisesse construir lá no lote dele, ele ainda me ajudava e tudo. Mas não dá certo, não. (Antônio)

(...) Agora mudou tudo! Mudou tudo porque durante muito tempo eu fiquei 'co'a' cabeça fora do lugar.(...) Mas agora que eu 'tô' de maior', aí eu quero é correr atrás do meu filho, me aproximar dele, porque eu tava tão distante dele(...). 'Quê' a gente sente falta, sabendo que é meu, que ele 'tá' no mundo, eu não 'tô' vendo ele, não 'tô' transmitindo o meu amor pra ele (...). O meu filho botou a minha cabeça no lugar. Porque se eu não tivesse filho eu tava do mesmo jeito, não ia pensar em mudar. (Iago)

(...) que nem ganha 'poco', 'né' tia? Mas vai guardando um pouquinho aqui pra ver se ao menos uma faculdade paga pra ela (a filha), 'né' tia? Ganha 'poco', mas 'em grão em grão', a galinha enche o papo". (Ariel)

(...) Tem que caçar um emprego bom, por isso que eu quero terminar o estudo (...). Eu queria mexer com eletrônica, 'né'? Fazer curso de eletrônica. (Cláudio)

Os adolescentes-pais passam a sonhar para o filho um sonho que não foi sonhado para eles, como aparece no dizer de um dos adolescentes: *o filho carrega o sonho da gente*. No entanto, duas grandes questões se colocam: como estes adolescentes serão capazes de passar à condição de pais sem terem sido cuidados como filhos? Como eles podem ser pais com tanta “fome pelo pai”? Como eles podem elaborar tantas carências através de sonhos para o filho?

Os relatos dos adolescentes, como foi mostrado na quarta zona de sentido: “O desamparo como herança transgeracional”, indicam que a ausência do pai e o desamparo na história de filiação dos adolescentes é uma experiência muito sofrida e na maioria das vezes constitui-se numa “verdadeira sina” que se perpetua através das sucessivas gerações. Os depoimentos dos adolescentes sugerem que eles *se encontram com o pai, preenchem a falta do pai* sendo pais. Uma leitura mais atenta revela, porém

que na verdade esse encontro se dá no *projeto de ser pai*. O projeto de parentalidade do adolescente aparece então como um substituto do ato infracional, e assim como o primeiro, configura uma busca, uma esperança.

O projeto da paternidade parece realizar o trabalho de criação de um espaço de sonho, de ilusão, de criatividade, constituindo o espaço que, a genialidade de Winnicott (1975) chamou de transicional e que no caso desses adolescentes se mostra falho.

O conceito de espaço transicional, como sabemos, se refere a um espaço intermediário de experimentação da qual participam tanto a realidade interna quanto a externa:

trata-se de uma área que não é disputada, porque nenhuma reivindicação é feita em seu nome, exceto que ela exista como lugar de repouso para o indivíduo empenhado na perpétua tarefa humana de manter as realidades internas e externa separadas ainda que inter-relacionadas. (Winnicott, 1975, p.15)

Segundo o autor, neste espaço intermediário é possível transitar da experiência objetiva à subjetiva:

Reivindico aqui um estado intermediário entre a inabilidade de um bebê e sua crescente habilidade em reconhecer e aceitar a realidade”, as quais são precursoras da experiência de ilusão (...) “sabemos que o mundo estava lá antes do bebê, mas o bebê não sabe disso, e no início tem a ilusão de que o que encontra foi criado por ele”²⁴ (Winnicott, 1975, p.15).

A ilusão se instalaria, como um fenômeno que permite articular a experiência da percepção da realidade com a experiência da não aceitação e transformação desta realidade.

Os objetos que se constituem com a experiência da ilusão/desilusão são os objetos transicionais e toda a experiência que se desenvolve nesse espaço constitui os fenômenos transicionais. O espaço transicional é a área que se situa entre o eu e o não-eu e, é onde ocorrem as primeiras possessões do bebê. Na ocasião das primeiras experiências de separação da mãe, o bebê elege um objeto que pode ser o polegar, um ursinho, a ponta de um cobertor e lhe atribui um significado único e especial. Os objetos transicionais não pertencem nem ao mundo interno e nem ao mundo externo e constituem precursores simbólicos uma vez que por meio deles o bebê substitui o objeto

²⁴ este é o paradoxo cuja aceitação consiste na característica principal dos conceitos de objetos e fenômenos transicionais

ausente e, ao mesmo tempo, possibilita o encontro com o objeto que ele representa. O objeto transicional mantém unido e ao mesmo tempo separado o mundo interno e o mundo externo, possibilitando o desenvolvimento psíquico do bebê. Ele conforta, acolhe, protege da ansiedade, da tristeza e habilita o bebê a suportar a ausência da mãe (ou seu substituto). Quando a experiência da transicionalidade falha, quando a criança não é capaz de eleger um objeto – à exceção da própria mãe – e com ele brincar, imaginar, significar, ocorre um comprometimento da criatividade, da experiência da individualidade e um empobrecimento do viver. (Outeiral & Auge, 2005).

Crianças que não tiveram um ambiente facilitador “suficientemente” bom, que sofreram com as falhas do ambiente e dos cuidadores, em fases muito iniciais do seu desenvolvimento emocional, apresentam um comprometimento na estruturação da personalidade e na capacidade de estabelecer relações com os objetos. Na impossibilidade de constituir um “espaço transicional”, essas crianças têm a sua capacidade de simbolização comprometida.

Selosse (1997) observa que há sempre uma relação estreita entre a atuação (*acting-out/ passage à l'acte*) e o empobrecimento da capacidade de ideação, da capacidade de simbolização dos jovens que apresentam um comportamento anti-social, os quais não aprenderam a canalizar, a socializar a agressividade que é uma dimensão natural e característica de todo ser humano. Em ambientes familiares onde predominam a violência, a força, a ausência de limites e a indiferença, segundo o autor, prevalece a lógica do tipo reacional, restrita ao nível do reflexo mais elementar. Para Selosse, uma das dimensões fundamentais da educação consiste em introduzir a mediação do outro entre o desejo e a pulsão, em inserir uma dimensão subjetiva no universo comportamental. Esse tempo de latência entre o desejo e a de gratificação da pulsão, é ocupado pelo brincar, pelas artes e pelas experiências culturais.

Para os adolescentes deste estudo, a vivência da parentalidade revelou-se geradora de um universo/ espaço de sonho, de vida, de esperança, e de criatividade, ao qual muitos desses adolescentes nunca puderam ter acesso. No que concerne às adolescentes do sexo feminino, estudos realizados com jovens grávidas que sofreram diversos tipos de violência – seqüência de abandonos, violências intra e extrafamiliares, uma doença longa; todas essas modalidades acompanhadas de um grave fracasso escolar – revelam uma história de “gravidez reparadora”, cujo significado simbólico consiste em “se

oferecer uma criança com a qual se sonha há muito tempo” e sobretudo para a qual sonha-se oferecer tudo o que sempre lhes faltou (Courtecuisse, 1993).

Pela experiência de tornar-se mãe ou tornar-se pai, o adolescente espera recuperar a sua infância e, talvez, dar uma segunda chance à sua própria mãe ou pai de serem bons avós, uma vez que não puderam ser bons pais. As palavras de um dos adolescentes são reveladoras deste processo:

(...) [Meu pai está] mais atencioso (...) antes ele num ligava muito assim quando eu vivia aprontando. (...) Hoje ele ‘tá’ mais atencioso comigo, conversa (...). Meu pai com a minha nenê (...) quando ela vai lá pra casa ele nem vai ‘trabalhá’ pra ‘ficá’ com ela (...) Ele fica o dia todinho com ela. (Lear)

Tanto no caso dos adolescentes do sexo masculino, como no caso das adolescentes do sexo feminino, que apresentam essa “motivação reparadora” para a parentalidade, os filhos correm o risco de se tornarem vítimas de violências transgeracionais, se os pais não forem apoiados nos seus projetos de parentalidade. Eu penso que, assim como ocorre com as meninas, a parentalidade dos adolescentes do sexo masculino, muitas vezes representa a “única fonte de gratificação” e o “único poder” de que eles dispõem.

A parentalidade configura-se, pois como uma forma paradoxal de amparo. O filho, de quem o adolescente é o suposto protetor é quem na verdade cumpre a função de amparar o pai, de protegê-lo de seu comportamento de risco – responsável pela sua inserção no universo da contravenção – e de transportá-lo para um outro universo/espço onde é possível acreditar num futuro diferente do presente que os aprisiona, imobiliza, exclui e rouba-lhes a capacidade de fazer projetos e de sonhar. O filho aparece como uma manobra de inserção do jovem no mundo dos adultos, como uma estratégia para fugir da ameaça de exclusão que lhes é apresentada frequentemente sob a forma de “uma mensagem de boas vindas ao mundo adulto”. E, ao contrário das vivências depressivas, dos lutos característicos da fase da adolescência e do determinismo inexorável dos quatro Cs (cadeia, cemitério, cadeira de rodas e clínica), o filho figura num registro de vida e de esperança.

Estes adolescentes que vivem em precárias condições de subsistência, agravadas pela retração do mercado de trabalho, pela evasão escolar ou pela curta trajetória

acadêmica, não possuem “reservas narcísicas” suficientes para que os projetos possam ser adiados – aí incluído o projeto de parentalidade. Fixados no presente e sem ter consciência da “perversidade do ato”, transferem para o filho a tarefa de restaurar a sua auto-estima e de “fechar as feridas narcísicas”, instaladas ao longo do sofrido trajeto existencial, pontuado por carências, por conflitos familiares pelo abandono, pela ausência de “suportes identitários”, de figuras de referência e de experiências valorizantes.

Assim, como acontece com as adolescentes do sexo feminino (Nóbrega, 1995; Dadoorian, 2000), a baixa auto-estima e o desejo de reconhecimento no mundo adulto leva esses jovens a encontrar de forma inconsciente – por meio da atuação – substitutos e uma “saída mágica” para preencher o vazio existencial que os atormenta. Sem recursos suficientes para elaborar de forma simbólica essas carências afetivas, sem projetos de vida, afastados na maioria das vezes da vida escolar, com baixa qualificação profissional e sem esperança num futuro mais promissor, esses jovens, por meio dos filhos e de forma equivocada, tentam realizar o desejo de autonomia. O filho surge como uma “prova de maturidade” e como a “materialização da virilidade do adolescente-pai”. No lugar de devolver a violência sofrida, respondendo à agressão pela manutenção do comportamento delinqüente, esses adolescentes tentam pela via do projeto de parentalidade, por intermédio de uma “nova identidade” (de marginal passam a pais) se inserir num contexto de novos sentidos e de relações mais estruturantes e gratificadoras.

Na segunda zona de sentido, nomeada como: “A parentalidade como um processo sistêmico e construído no contexto sociofamiliar”, vimos a necessidade do reconhecimento da família para que o adolescente possa ter sucesso no seu projeto de parentalidade, assim como a importância da sua participação no processo de parentificação do adolescente.

A terceira zona de sentido designada como: “A nostalgia do ‘pai presente’ na concepção do adolescente em conflito com a lei sobre o papel de pai”, revelou uma relação direta entre a experiência de filiação e a concepção do papel paterno. Quanto maior a carência como filho, maior a idealização do pai. O papel do pai, na visão dos adolescentes, está fortemente relacionado à sua função provedora, à necessidade da sua presença física e ao papel de “educador amoroso” e companheiro da mãe. Aqui as quatro

dimensões da paternidade descritas por Sudbrack (1987) – biológica (que designa o pai biológico e define o “nascimento natural”), patronímica (que designa o pai legal e define o “nascimento legítimo”), socioeconômica e sociocultural (que designa o pai que alimenta e educa, definindo o “nascimento social”), e a simbólica (que introduz o “nome do pai” e define o “nascimento psicológico”) – são identificados pelos adolescentes entrevistados, embora as duas últimas: dimensão socioeconômica / cultural e dimensão simbólica, só possam ser asseguradas se os adolescentes-pais forem também acolhidos e apoiados.

Apesar de em alguns discursos o papel do pai aparecer ainda num contexto marcado por estereótipos de gênero, que dividem de forma binária o papel do homem e da mulher – atribuindo à mulher os cuidados físicos com o filho e ao homem a obrigação de prover materialmente o lar e a família – observa-se mudanças em relação a estes modelos, as quais se aproximam de um modelo de parentalidade compartilhada (“co-parentalidade”, Sullerot, conforme citado por Bolle de Bal, 1994), na qual há um entendimento entre os genitores no sentido de repartir segundo critérios próprios os cuidados práticos, a educação e o carinho em reação ao filho.

A quinta zona de sentido enfocou os conflitos entre adolescência e parentalidade e a dependência dos adolescentes-pais em relação às redes de apoio social para o sucesso da experiência de parentalidade. A família de origem, a companheira e a família desta última, constituem os “fiadores da parentalidade do adolescente” e “parceiros preciosos” que irão garantir ao menos interinamente os cuidados com o filho para que o adolescente possa ter tempo e adquirir condições de se independizar da família (do ponto de vista material e emocional) para assumir integralmente a parentalidade. Esta zona de sentido consolida os achados da segunda zona de sentido, na medida em que estabelece uma relação direta entre a implicação da família – inicialmente no projeto e posteriormente na experiência da parentalidade – e o sucesso da mesma. No caso dos adolescentes deste estudo, assim como da maioria dos adolescentes de classes sociais desfavorecidas, as redes de apoio psicossocial se restringem quase que exclusivamente às famílias nucleares e às famílias das companheiras, quando o relacionamento entre os adolescentes é preservado.

Essa limitação constitui-se evidentemente em uma grande perda, pois, como se sabe, as redes sociais criam espaços informais de suporte e de apoio, possibilitando o

aparecimento de uma nova identidade comum ao grupo. Segundo Dabas, citado por Sudbrack e Pereira (2003), nossas diversas aprendizagens se potencializam quando as compartilhamos socialmente buscando soluções para problemas comuns, pois a aprendizagem se produz ‘na’ e ‘por meio da’ rede social.

Sudbrack e Carreteiro (2001) chamam a atenção para a importância dos suportes sociais para que os indivíduos de contextos sociais desfavorecidos possam construir uma identidade coletiva positiva. Segundo Sudbrack e Pereira (2003), as impossibilidades de ação coletiva e em consequência, o enfraquecimento das redes sociais em contextos sociais de pobreza, se explicam pelo forte sentimento de inferioridade, de auto-desvalorização e pela falta de esperança que predomina nos indivíduos desses contextos.

Por essa razão, no que concerne ao trabalho institucional (e também à execução da medida Socioeducativa) é de fundamental importância um esforço no sentido de construir novas redes e de intensificar as redes de apoio psicossocial já existentes, resgatando e/ou fortalecendo a competência dos pais em cuidar e apoiar esses adolescentes.

Penso (2003) também chama a atenção para a fragilidade dos contextos institucionais (faltam escolas, creches, rede de saúde e assistência social) e das redes sociais que dispõem os adolescentes e familiares oriundos de classes sociais desfavorecidas, assim como para a importância das metodologias de intervenção que ajudem a fortalecer essas redes. Um exemplo bem sucedido de trabalho institucional envolvendo familiares e adolescentes é proposto por Costa (1998) por meio da metodologia das Reuniões Multifamiliares²⁵.

Embora eu não conceba a experiência de parentalidade como uma saída mágica – o projeto ou a experiência de parentalidade de forma isolada, como já foi colocado, não tem força suficiente para mudar a vida do adolescente-pai – entendo que essa experiência configura-se como uma vivência estruturante, como um período privilegiado para um trabalho com esses adolescentes, que tanta dificuldade têm para se

²⁵ Esta metodologia utilizada no Projeto Fênix e no Projeto Fênix na Comunidade se encontra explicitada no livro *Adolescentes e drogas no contexto da Justiça*, M. F. O. Sudbrack, M. I. G. Conceição, E. M. F. Seidl, M. T. da Silva (Orgs.) 2003.

colocar, para confiar no outro, para falar de seus problemas, para formular e/ou aceitar uma proposta de ajuda ou uma intervenção no contexto institucional.

Na vivência da parentalidade são mobilizados muitos mecanismos de reparação e são realizados remanejamentos psíquicos importantes, que abrem caminhos para novos projetos pessoais. Assim como as futuras mães, esses adolescentes carecem de um espaço de escuta para falarem de seus sentimentos, seus projetos, medos, anseios e alegrias pela experiência de ser pai. Eles necessitam igualmente de parceiros para indicar e/ou trilhar com eles os caminhos que permitirão realizar esses projetos aceder a uma formação profissional que os qualifique para ingressar no mercado de trabalho, diminuindo a sua desvantagem em relação à concorrência, posto que uma grande parte desses jovens, antes mesmo de se tornar pai, já abandonou a escola e quando consegue se inserir no mercado profissional o faz de maneira precária (subempregos, sem vínculo formal).

A precariedade das políticas públicas na área de educação, saúde, esporte e lazer, disponíveis para os jovens de maneira geral e, para esses adolescentes em particular, coroa a indiferença com que a sociedade os recebe quando eles ingressam no mundo adulto, conferindo-lhes uma vez mais o *status* de excluídos.

A questão da sexualidade e da saúde reprodutiva do adolescente e, por conseguinte, da parentalidade na adolescência, apesar de preconizada pelo ECA e pela Convenção da Criança (art. 3º, 17 e 24) como um direito do adolescente,²⁶ constitui evidentemente um enorme desafio para a classe médica, para os psicólogos, trabalhadores sociais e educadores, pois implica a desnaturalização de estereótipos, a desconstrução de preconceitos e o reconhecimento da hipocrisia com que a sociedade trata o tema. Como lembra Rollet (1993), nosso trabalho é duplo e aparentemente

²⁶ De acordo com os arts. 3º, 17 e 24 da Convenção da Criança, os países devem proporcionar o acesso dos adolescentes à informação sobre questões sexuais e reprodutivas e implementar programas que garantam serviços de saúde reprodutiva, oferecendo planejamento familiar, métodos contraceptivos, aborto seguro segundo o que preconiza a lei do país, aconselhamento e serviços obstétricos adequados à necessidades das adolescentes. Os adolescentes devem receber também orientação sobre o matrimônio com ou sem o consentimento dos pais e tutores, sobre as responsabilidades paternas e maternas, sobre os direitos trabalhistas, os familiares e os relativos à educação e assistência social. Há também recomendações para que o governo promova suporte social para pais e mães adolescentes, no sentido de garantir o seu desenvolvimento. Está igualmente previsto que, antes do consentimento dos pais, quando necessário, deve ser garantido ao adolescente o direito de expressar-se e decidir livremente. Se o adolescente não tiver maturidade suficiente para decidir, deve-se obter o seu consentimento para informar os pais ou responsáveis legais, no sentido de garantir o seu bem-estar e interesse (Ventura, 2005).

contraditório: impedir – por meio de uma política de educação voltada para a saúde sexual e reprodutiva – e facilitar a gravidez e a paternidade adolescente (pela mobilização de redes de apoio psicossocial) quando esta se apresentar.

Os resultados desta pesquisa mostram que, mesmo se o fenômeno da parentalidade na adolescência apresenta riscos para os pais e para os filhos, há caminhos para rompermos com o vicioso ciclo de exclusão que as nossas sociedades – cada vez mais globalizadas, normativas, excludoras e, portanto, mais individualistas e empobrecidas – “teimam” em manter.

Os nossos preconceitos em relação à parentalidade na adolescência – fenômeno multifacetado, atravessado por diferentes variáveis tais como as relações familiares, a concepção de gênero, a sexualidade, a educação e a classe social – são na verdade uma resposta à violência que o fenômeno nos inflige, pois ele nos confronta com a nossa própria subjetividade e suscita em nós fortes reações emocionais. Esquecemos que a nossa lógica assim como a da classe médica, dos trabalhadores sociais e dos educadores, difere da lógica dos adolescentes e das famílias. O desconforto ao ouvir uma palavra estranha aos nossos valores, aos nossos desejos de adultos é, na verdade, a denúncia de uma amnésia em relação aos nossos desejos e projetos adolescentes.

Uma alternativa para escapar dessa armadilha é fortalecer o adolescente e as famílias para que elas possam assumir as suas verdades. Ao considerar esses jovens como vítimas da pobreza, da imaturidade psicológica (sua e dos pais) e do desemprego, nos esquecemos do mais importante que é considerar as suas histórias e os seus anseios. Devemos estar atentos, para que as deficiências sociais não sejam, como ocorre muito freqüentemente, assimiladas às deficiências psíquicas e/ou psiquiátricas.

Como foi possível mostrar pelos depoimentos de todos os adolescentes-pais, sujeitos da presente pesquisa, os filhos são motivo de alegria e orgulho para os jovens, embora fizessem parte de um projeto futuro, que se tornou realidade antes que eles pudessem se preparar para acolhê-los:

(...) aí apontaram o nenê e foram buscar ele pra mim (...) eu fiquei muito alegre (...). Senti uma coisa que eu não sei nem explicar (...). Fiquei emocionado (...). Aí eu nem dormi. Fiquei a noite toda acordado. (Tito)

(...) Ah, eu senti uma emoção muito forte, 'né'? 'Peguei ela' (...) fazia parte, 'né', dela 'tá' ali, responsável agora (...) por causa da minha filha, fiquei muito alegre.(João)

(...) Não tem coisa melhor (...). Se não tivesse a minha filha hoje eu 'tava' era enrolado, alucinado(...). Depois que eu casei tudo melhorou. (Antônio)

(...) Aí eu vi o neném no berço lá com ela (...). Eu falei: 'viche'! É meu mesmo! Aí eu saí de lá foi gritando: 'ui'! (...) E eu pensei: agora é só cuidar do meu filho, 'ôche'! Fiquei feliz demais, só Deus sabe mesmo! (Iago)

(...) Ochê, (senti) muita emoção, mesmo! Muita 'mermo'! Só ficava abraçando ela [a filha] e a mãe dela. Só ela e a mãe dela (...) não tem nem palavra, moça, eu só queria que minha filha ficasse perto de mim". (Ariel)

Esses jovens nos sinalizam que devemos considerar seus desejos e suas vontades, mesmo se elas não são conforme os desejos que a sociedade lhes confere. A pesquisa revelou que, assim como acontece com adolescentes do sexo feminino (Bydloswski, 1993; Dadoorian, 2000 e Sarmiento, 1999), esses jovens, embora conheçam os métodos contraceptivos não os utilizam de forma adequada e desejam os filhos.

Stalberg e Campana (1993), a partir de um trabalho realizado com adolescentes do sexo feminino na Clínica de Esterilidade e de Endocrinologia Ginecológica do Hospital Cantonal de Genebra, em colaboração com o Serviço de Planejamento Familiar da mesma cidade, apontam algumas explicações para este fato, quer sejam:

- 1) a incapacidade da adolescente de utilizar o pensamento operacional;
- 2) as adolescentes, embora sejam capazes de manter um relacionamento sexual são cognitivamente incapazes de planificar esses relacionamentos ou de prever as suas conseqüências;
- 3) o *status* socioeconômico e o nível educacional têm um papel importante na escolha do contraceptivo e na continuação da sua utilização.

Biltzer, Halperin e cols., citados por Zufferey e Schmidt (1993), assim como Pasini (1993), lembram também que a informação contraceptiva isolada é ineficaz e que

ela não deve privilegiar apenas os fatores cognitivos, mas deve levar em conta igualmente os fatores emocionais, psicossociais e de comunicação. Estes últimos, segundo os autores, adquirem importância fundamental, uma vez que a escolha do método contraceptivo depende da qualidade da relação dos parceiros, do encorajamento da família e da qualidade da relação entre o médico que o prescreve e a jovem consultante.

Athea (1993) e Courtecuisse (1993) relacionam o sofrimento psíquico provocado pela Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) – prática legal e muito utilizada na França – com as tentativas de suicídio das adolescentes. Essas tentativas ocorrem com muita frequência após as IVGs ou na data presumida para o nascimento do bebê, constituindo “verdadeiros aniversários simbólicos do luto” que a IVG representou.

No Brasil, segundo Takiuti, citada por Motta (2005), ginecologista responsável pelo programa Saúde do Adolescente, da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, as adolescentes atendidas têm amplo conhecimento dos métodos contraceptivos e até mesmo as jovens da zona rural do estado (SP) conhecem a pílula do dia seguinte.

No que concerne aos adolescentes do presente estudo, quando a perspectiva de interrupção da gravidez foi aventada, por algumas das companheiras ou pelas famílias destas, eles se opuseram fortemente. A gravidez, apesar de ter sido por eles considerada prematura, pareceu não surpreendê-los e – salvo pelo incômodo de dar a notícia às famílias, principalmente à da moça – nem abalá-los. A dúvida quanto à paternidade também não apareceu no relato dos rapazes (exceção feita a um adolescente de 17 anos que se prepara para uma segunda experiência de paternidade e que com 14/15 anos se surpreendeu com a gravidez de uma parceira esporádica e mais velha do que ele, cuja filha ainda não foi reconhecida, apesar de o jovem não descartar a possibilidade do vínculo biológico com a criança).

Para o bem do filho, do pai e de toda a sociedade, devemos cuidar “do nascimento desses pais adolescentes”, pois acredito, assim como Morin (1973), que “o grande fenômeno que prepara a hominização e que completa (...) o homo sapiens, não é a ‘morte do pai’, mas o nascimento do pai” (p.173).

Para que o vínculo pai-filho se estabeleça, sabemos da importância da inclusão do pai logo no início da vida do filho, e, em se tratando de pais adolescentes, essa medida

se torna ainda mais urgente, uma vez que essa condição conjuga duas vivências singulares (adolescência e parentalidade) promotoras de experiências emocionais importantes e decisivas. Estudos sobre a paternidade adolescente (Diamond, 1986; Sarmiento, 1999) e experiências clínicas obtidas com o atendimento de adolescentes grávidas no Instituto de Tocoginecologia da Unicamp, na cidade de Campinas (Sarmiento, 1999) e na Maternidade Oswaldo Nazaré²⁷ na cidade do Rio de Janeiro, apontam para os benefícios da inclusão do adolescente-pai no pré-natal das companheiras e da abertura de espaço para a sua participação em outras atividades, objetivando a troca de experiências e a preparação para a acolhida do bebê. No estudo exploratório sobre a parentalidade adolescente, que realizei no HUB durante o ano de 2003, os relatos dos adolescentes – nas salas de espera do pré-natal das companheiras – sobre as vivências como futuros pais, testemunharam os benefícios de um atendimento nesses moldes.

Atentos para a importância da participação do pai (de todas as idades) no cuidado com os filhos – pequenos e adolescentes – na rotina doméstica, no planejamento familiar e nas atividades institucionais, a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, por intermédio de um grupo de trabalho formado por diferentes organismos municipais, universidades e ONGs instituiu também, em 2002, a Semana de Valorização da Paternidade, que, a partir de 2004, transformou-se em um mês inteiro de atividades desenvolvidas em: escolas, unidades de saúde e centros esportivos. Além dos benefícios para os filhos, essas atividades priorizam também o cuidado do pai que, fortalecido desempenha melhor o seu papel junto aos filhos.

A experiência da parentalidade, identificada nas trajetórias de vida dos sujeitos entrevistados para esta pesquisa, revelou-se como força de vida e de amparo em face do desespero e do abandono desses adolescentes.

João, o filho que carrega mágoa do pai, pelo sentimento de que este o abandonou, quando o jovem dele mais precisava, priorizando a nova família, encontra na experiência da parentalidade uma fonte de gratificação, uma maneira de satisfazer a sua necessidade de amor e de elaborar o luto pela morte da mãe e abandono por parte do pai.

²⁷ conhecida como Maternidade Praça XV

Tito, o filho (sem pai) que triunfa como pai, sentindo-se valorizado na família pelo novo papel e, graças a essa nova imagem e à parceria da companheira e do filho, é capaz de voltar a fazer projetos positivos para o futuro.

Iago, o filho que não consegue desculpar a omissão do pai e que repete com o filho a história de abandono, faz projetos para se reaproximar do filho e com ele protagonizar uma história de amor, tão logo possa provê-lo materialmente.

Ariel, o filho pobre que, por esta condição não é autorizado, pela família da ex-companheira, a exercer plenamente a parentalidade, sonha com um futuro no qual poderá usufruir de seus direitos de pai e ao mesmo tempo oferecer à filha melhores condições materiais.

Henrique, o filho que junto com a companheira sobrevive às extremas condições de abandono material e emocional, por parte das famílias, e que desde os 13 anos vive maritalmente com a futura mãe de seu filho, sonha em se filiar ao Exército para poder usar as armas e assim se sentir mais fortalecido, “mais homem” e mais próximo das boas recordações que guarda do pai. Aos 17 anos, embora não possua planos para a família, Henrique tem projetos de cuidar da filha, pois, segundo ele, *pai que abandona, não é pai*.

Antônio, o filho decepcionado com o pai, o qual sempre foi muito idealizado, refere-se à experiência da parentalidade e da vida conjugal como a melhor coisa que poderia lhe ter acontecido. Atribui à companheira e à filha a motivação para ter organizado a sua vida do ponto de vista emocional e material, assim como os créditos pelos projetos para o futuro.

Otelo, o filho que não se sente pronto para ser pai, pois ainda precisa de tempo para as vivências da adolescência, tem planos de se ocupar verdadeiramente da filha no futuro, quando esta estiver em idade escolar e, segundo ele, “puder entender melhor”. Embora tenha sofrido com a ausência do pai e não ignore o valor estruturante da sua presença e da sua autoridade na vida de um filho, atribui à “escola particular” boa parte dessa função, a qual ainda não é capaz de exercer.

Para Ricardo, o filho do traficante que é “um grande pai”, a experiência da parentalidade, não supriu o desejo de ser cuidado como filho por um pai que, apesar das evidências (importante atividade como traficante de drogas e de armas) é idealizado.

Mesmo tendo planos de cuidar do filho e de apoiar a namorada na vivência da parentalidade, seus projetos para o futuro incluem a coabitação paterna para, segundo o adolescente, cuidar do pai que *já está velho*, quando na verdade o seu desejo é de ser ainda cuidado como filho.

Cláudio, o filho que encontrou no avô um modelo de pai – que até hoje cuida dos filhos que já são adultos e conseguiu fazer com que todos estudassem – tem planos de cuidar igualmente da filha e da namorada, pois, segundo ele, a criança precisa da presença do pai para se “sentir forte e corajosa”.

Lear, o filho que recuperou o pai pela própria condição de pai, sente que a experiência da parentalidade o reaproximou da família nuclear e de alguns membros da família extensa. Por meio dos cuidados e do carinho que o pai dispensa à sua filha sente-se próximo e cuidado por ele. Atribui ao nascimento da filha mudanças radicais no seu comportamento dentro e fora da família e sonha, após terminar os estudos, com a possibilidade de constituir uma família com filha e com a companheira.

Romeu, o filho que preservou o “bom pai”, separando os aspectos positivos do seu papel como pai, das suas características negativas, como marido e companheiro da mãe, sonha em reproduzir com a filha apenas as boas qualidades paternas. Além de ser um bom pai, como foi o seu que sempre “deu aos filhos do bom e do melhor”, faz projetos para ser um bom companheiro e para compensar as carências da parceira na sua experiência de filiação.

Não posso dizer que a nova condição de pai por si só significa que esses adolescentes venceram o teste de viver no desamparo e no risco. Defendo que o projeto de ser pai surge como resgate de uma força profunda de vida. Aposto na idéia de que o ciclo do desamparo e da violência, no qual se encontram aprisionados esses jovens, possa abrir espaço para um ciclo de vida ao gerar uma nova vida. Dessa forma, pode-se também sonhar, resignificando a parentalidade como fonte de inspiração e como força de criatividade potencializadora de mudanças e geradora de esperança.

E, à semelhança do que ocorre na lenda de Ícaro, com o projeto de voar, penso que devemos cuidar para que o projeto da parentalidade desses adolescentes, aí contida a esperança e o desejo de uma transformação positiva nas suas vidas, não seja também um projeto abortado.

Mas, muito antes do “parto do pai”, devemos priorizar a educação e a formação desses adolescentes, ajudando-os a viver de forma saudável e responsável, alimentando a criatividade por meio de fontes alternativas de inspiração, as quais poderão abrir mão do álibi da parentalidade.

Encerro outorgando à poetisa, Clarice Lispector, a explicação para a motivação e para as emoções que permearam o presente trabalho:

Escrever é procurar entender, é procurar reproduzir o irreproduzível, é sentir até o último fim o sentimento que permaneceria apenas vago e sufocador. Escrever é também abençoar uma vida que não foi abençoada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aberastury, A. & Knobel, M. (1981) A Adolescência Normal. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas.
- Ajuriaguerra, J. de (1973) Manuel de psychiatrie de l'enfant. Paris: Masson.
- Alberti, S. (2004). O Adolescente e o Outro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Almeida, A. F. F. & Hardy, E. (2007) Vulnerabilidade de gênero para paternidade de homens adolescentes. Saúde Pública, 41(4), 565-572.
- Araújo, S.M.B. (2006). Pai aproxima de mim esse cálice: significações de juízes e promotores sobre a função paterna no contexto da justiça. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Áries, P. (1981). História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara (Trabalho original publicado em 1973).
- Athea, N. (1992). La grossesse comme facteur de violences à l'adolescence. Em W. Pasini, Fr. Béguin, M. Bydlowski & E. Papiernik, (Orgs), L'adolescente enceinte. Actes du 6e Colloque sur la relation precoce parents-enfants (pp 53-63). Genève: Editons Médecine et Hygiène.
- Badinter, E (1985). Um Amor Conquistado - O Mito do Amor Materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Barros, F. O. (2001). Do Direito ao Pai. Belo Horizonte/São Paulo: Del Rey Editora.
- Barus-Michel, J. (1987). Le sujet social. Paris: Dunod.
- Barus-Michel, J. (2004). Souffrance, sens et croyance. Ramonville Saint-Agne: Éditions ères.
- Batista Neto, F. & Osório, L. C. (2002). Aprendendo a conviver com adolescentes. Florianópolis: Editora Insular.
- Béguin, F. & Pasini, W. (1993). Présentation. Em W. Pasini, Fr. Béguin, M. Bydlowski & E. Papiernik (Orgs). L'adolescente enceinte. Actes du 6e Colloque sur la relation precoce parents-enfants, (pp1-2). Genève: Editons Médecine et Hygiène.
- Belsky, J. & Miller, B. C. (1986). Adolescent fatherhood in the context of the transition to parenthood. Em A. B. Elster & M. E. Lamb (Orgs.), Adolescent fatherhood (pp. 107-121). Hillsdale, New Jersey : Lawrence Erlbaum.
- Bertoli, L.; Imfeld, E. & Sandoz, G. (1993). L'adolescente enceinte au planning familial de Genève. Em W. Pasini, Fr. Béguin, M. Bydlowski & E. Papiernik (Orgs.), L'adolescente enceinte. Actes du 6e Colloque sur la relation precoce parents-enfants, (pp 131-138). Genève: Editons Médecine et Hygiène.

Bittencourt, L (2003). O rei está nú: um dos avatares da função paterna na sociedade contemporânea. Em M. Batista; M. S. Cruz; R. Matias (Orgs.), Drogas e Pós-Modernidade: prazer, sofrimento, tabu. Vol 1. (pp 79-109). Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Rio de Janeiro.

Blos, P. (1985). Fils de son père. Adolescence, 3(1), 20-42.

Blos, P. (1996). Transição Adolescente: Questões desenvolvimentais. (M. R. Hofmeister, Trad.) Porto Alegre: Ed Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1979).

Blos, P. (1998). Adolescência. Uma Interpretação Psicanalítica. (W. Dutra, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1962)
Boletim informativo Ecos Jovens 1 (0) Janeiro de 2003.

Bolle de Bal, M. (1994). De la révolte contre le père à la révolte des pères. Revue Internationale de Psychosociologie, 1(1), 105-117.

Bordet, J. (1998). Les jeunes de la cité. Paris: Puf.

Bowlby, J. (1969). Attachement et perte: 1. L'attachement. Paris: Puf.

Bozon, M. & Heilborn, M.L. (2001). As carícias e as palavras. Iniciação Sexual no Rio de Janeiro e em Paris. Novos Estudos CEBRAP, 59, 111-135.

Bozon, M (2003). Sexualidade e Conjugalidade. A redefinição das relações de gênero na França. Cadernos Pagu (20), 131-156.

Braconnier, A. (1985). Ruptures et séparations. Adolescence, 3 (1), 5-19.

Braconier, A & Marcelli, D (1998). L'adolescent aux mille visages. Paris: Éditions Odile Jacob.

Brazelton, T. B. (1973). Une nouvelle version de la NBAS (Neonatal Behavioral Assessment Scale), Devenir 2000 vol. 1 (1), 7-16.

Brazelton, T. B. (1987). O bebê: parceiro na interação. Em T. B. Brazelton; B. Cramer; L. Kreisler ; R. Schappi & M. Soulé (Orgs.) A Dinâmica do bebê, (9-23). (D.R.Unikowski, Trad.) Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1982)

Bydlowski, M. & Deschamps, J. P. (1993). La mere adolescente et son enfant. Em W. Pasini ; Fr. Béguin ; M. Bydlowski & E. Papiernik (Orgs.), L'adolescente enceinte. Actes du 6e Colloque sur la relation precoce parents-enfants, (pp 151-155). Genève: Editons Médecine et Hygiène.

Bydlowski, M. (1993). Le désir d'enfant chez l'adolescente enceinte. Em W. Pasini ; Fr. Béguin ; M. Bydlowski & E. Papiernik (Orgs.), L'adolescente enceinte. Actes du 6e Colloque sur la relation precoce parents-enfants, (pp 21-26). Genève: Editons Médecine et Hygiène.

Bydlowski, M. (1995). La relation foeto-maternelle et la relation de la mere à son foetus. Em M. Soulé ; S. Lebovici ; R. Diatkine (Orgs.), Nouveau traité de psychiatrie de l'enfant et de l'adolescent (pp1881- 1891). Paris: Puf.

Bydlowski, M. (2000). Je revê un enfant. L' expérience intérieur de la maternité. Paris: Odile Jacob.

Bydlowski, M. (2002). La Dette de Vie: itinéraire psychanalytique de la maternité. Paris: Puf.

Bydlowski, M. & Luca, D. (2002). Depressão Paterna e Perinatalidade. Em L. Corrêa Filho; M. E. Girade Corrêa; P. S. França (Orgs.), Novos Olhares Sobre a Gestaçã e a Criança até os Três Anos. Saúde Perinatal, Educaçã e Desenvolvimento do Bebê (pp-286-296). Brasília: L.G.E. Editora.

Cabral, C. S. (2000). Vicissitudes da gravidez na adolescência entre jovens de camadas populares do Rio de Janeiro. Dissertaçã de Mestrado. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, RJ.

Cabral, C.S. (2003). Contracepçã e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro. Cadernos de Saúde Pública, 19 (2), 283-92.

Calligaris, C. (2000). A Adolescência. São Paulo: Publifolha.

Carreteiro, T. C. O.; Sudbrack, M. F. O. (2000). Complexidade: A ressonância do fenômeno das drogas nas redes de adolescentes de contextos desfavorecidos – estudos em duas capitais: Rio de Janeiro e Brasília. Projeto de Pesquisa apoiado pelo CNPq.

Carreteiro, T. C. O. (2001). Perspectivas da cidadania brasileira: entre as lógicas do direito, do favor e da violência. Em J. N. Araújo & T. C. O. Carreteiro (Orgs.), Cenários sociais e abordagem clínica (pp 155-168). São Paulo: Escuta/ Belo Horizonte: Fumec.

Carreteiro, T. C. O. (2002). Tráfico de drogas, sociedade e juventude. Em C. O. Plastino (Org.), Transgressões (pp 191-198). Rio de Janeiro: Contracapa.

Carvalho, D, B. (2001). Política Social e Direitos Humanos: trajetórias de violaçã dos direitos de cidadania de crianças e adolescentes. Ser Social , 8, 145-172.

Ceccarelli, P.R. (1998). A construçã da Masculinidade. Percurso, 19, 49-56.

Cecchetto, F.R. (2007). Violência e estilos de masculinidade. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Chatelard, D. (2003) “Consideraçães acerca do além do Complexo de Édipo”. Em Masculinidade, Paternidade, Neurose Obsessiva. Percurso Psicanalítico de Brasília. Segunda Jornada de Trabalhos (pp 21-26).

Chiland, C. (1999). L'Entretien Clinique. Paris: Puf (Trabalho original publicado em 1983).

- Clement, R. (1985). Parentalité et dysparentalité. Le groupe familial, 112, FNEPE.
- Conceição, M. I. G. (1994). Estudo sociométrico de uma instituição alternativa – elementos para a construção de um modelo de atendimento a meninos de rua. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília.
- Conceição, M. I. G; Tomasello, F. & Pereira, S.E.F.N. (2003) Oficinas temáticas para adolescentes em medida sócioeducativa: construindo um projeto de vida. Em M.F.O. Sudbrack; M. I. G. Conceição; E. M. F. Seidl & M. T. Silva (Orgs.), Adolescentes e drogas no contexto da justiça (pp 203-213). Brasília: Editora Plano.
- Cooley, Ch. H. (1902). Human Nature and the social order. New York: Scriber's Sons.
- Corneau, G. (1997). Pai Ausente, Filho Carente (L. Jahn, Trad.) São Paulo: Editora Brasiliense (Trabalho original publicado em 1989)
- Costa, L. F. (1998). Reuniões Multifamiliares – uma proposta de intervenção em Psicologia Clínica na comunidade. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Courtecuisse, V. (1992). Les grossesses issues de violences chez les adolescentes. Em W. Pasini, Fr. Béguin, M. Bydlowski & E. Papiernik (Orgs), L'adolescente enceinte. Actes du 6e Colloque sur la relation precoce parents-enfants (pp 95-101). Genève: Editons Médecine et Hygiène.
- Crespo, N. S. (2003). Compulsão, maldição consentida - ou reinvenção do pai. Em M. Batista; M. S. Cruz & R. Matias (Orgs.), Drogas e Pós-Modernidade: prazer, sofrimento, tabu. Vol 1 (pp 79-90). Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Rio de Janeiro.
- Cupa, D. (1994). Devenir père ou la grossesse du père. Revue de Médecine Psychosomatique, 37, 85-106.
- Dadoorian, D. (2000) Pronta para voar: um novo olhar sobre a gravidez na adolescência. Rio de Janeiro: Rocco.
- Deschamps, J. P. (1976). Grossesse et maternité chez l'adolescente. Paris: Le Centurion.
- Deschamps, J. P. (1993). Mères adolescentes, parents adolescents. Autrement, 134, 19-203.
- Diamond, D. M. J (1986). Becoming a father: a psychoanalytic perspective on the forgotten parent. Psycho-anal Review 73 (4), 444-468.
- Dolto, F. (1985). Séminaire de Psychanalyse d'Enfants 2. Paris: Seuil.
- Dolto, F (1988). Inconscient et Destins. Paris: Seuil.
- Dolto, F. (1995). Tout est langage. Paris: Gallimard.

- Dolto, F. (1996). No Jogo do Desejo – Ensaio Clínicos. (V. Ribeiro, Trad.) São Paulo: Editora Ática. (Trabalho original publicado em 1981)
- Dor, J. (1991). O pai e sua função em psicanálise. (D.D.Estrada, Trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1989).
- Duarte, L. F. (1986). Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. Educar 24, 213-225.
- Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Brasília: Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas.
- Erikson, E. (1971). Identidade, juventude e crise. Rio de Janeiro: Zahar.
- Fivaz-Depeursing, E & Corboz-Warney, A. (1999). The primary triangle. Basic Behavioral Science, Basic Works.
- Fivaz-Depeursing, E. (2000). Le bébé et la triangulation. Em M. Maury & M. Lamour (Orgs.) Alliances autour de bébé, (pp 63-74) Paris: Puf.
- Fonagy, P.; Steele, M.; Moran, G.; Steele, H. & Higgitt, A. (1993). Measuring the ghost in the nursery: Na empirical study of the relation between parents mental representations of childhood experiences and their infant's security of attachment. Journal of American Psychoanalytic Association, 41, 957.
- Fortineau, J. (2004). Prefácio a Edição Francesa. Em L. Solis-Ponton (Org) Ser pai, ser mãe. Parentalidade : Um desafio para o terceiro milênio (pp11-12) São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Frechette, M. (1975). Delinquente , socialisation et névrotisme. Criminologie (1), pp.53-84.
- Frechette, M. (1977). La personnalité de base du délinquant. Montreal, GRIJ, 1977. Trabalho não publicado.
- Freud, Anna (1976). L'enfant dans la psychanalyse. Paris: Gallimard. (Trabalho original publicado em 1936)
- Freud, S. (1972). Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade. (Edição Standard Brasileira, Vol VII (J. Salomão, Trad.). Rio de Janeiro: Editora Imago. (Trabalho original publicado em 1905)
- Freud, S. (1976). Romances Familiares Em Gradiva de Gensen e outros trabalhos. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol IX. (J. Salomão, Trad.). Rio de Janeiro: Imago Editora. (Trabalho original publicado em 1908-1909)

Freud, S. (1976) O Pequeno Hans. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud , Volume X . Rio de Janeiro: Imago Editora. (Trabalho original publicado em 1909)

Freud, S. (1976) Totem e Tabu e Outros Trabalhos. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud , Volume XIII . Rio de Janeiro: Imago Editora. (Trabalho original publicado em 1912-1913).

Freud, S. (1974). Sobre o Narcisismo: Uma Introdução. Em A História do Movimento Psicanalítico. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud , Volume X IV. Rio de Janeiro: Imago Editora. (Trabalho original publicado em 1914)

Freud, S. (1976). Conferência XXVI: A teoria da Libido e o Narcisismo. Em Conferências Introdutórias sobre Psicanálise, Parte III. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol XVI. (J. Salomão, Trad.). Rio de Janeiro: Editora Imago. (Trabalho original publicado em 1916-1917)

Freud, S. (1974). Luto e Melancolia. Em A História do Movimento Psicanalítico e Artigos sobre Metapsicologia. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Volume XIV. Rio de Janeiro: Imago Editora. (Trabalho original publicado em 1917)

Freud, S. (1976). Psicologia de Grupo e Análise do Ego. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud,, Vol XVIII. (J. Salomão, Trad.). Rio de Janeiro: Editora Imago. (Trabalho original publicado em 1921)

Freud, S. (1974). O Futuro de uma Ilusão. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Volume XX.I Rio de Janeiro: Imago Editora. (Trabalho original publicado em 1927)

Freud, S. (1974). O mal estar na civilização. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Volume XXI. Rio de Janeiro: Imago Editora. (Trabalho original publicado em 1929)

Fulmer, R. H. (1995) Famílias de Baixa Renda e Famílias com Formação Profissional: Uma Comparação da Estrutura e do Processo de Ciclo de Vida. Em B. Carter, M. McGoldrick & Cols (Orgs.), As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar. (pp.468-496). Porto Alegre: Artes Médicas. (M.A.V. Veronese, Trad.). (Trabalho original publicado em 1989)

Garcia de Araújo, J. N.; Guimarães Souki & Pimenta de Faria, C.A. (Orgs.), (2001) Figura Paterna e Ordem Social. Belo Horizonte: Autêntica.

Goldenberg, G.W. (2002). O pai simbólico está ausente nas crianças e nos adolescentes infratores. Em D.L. Levisky (Org.), Adolescência pelos caminhos da violência. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Gomes de Andrade, M. A. (2002). Tornar-se Pai, Tornar-se Mãe: O processo de Parentificação. Em L. Corrêa Filho; M. E. Girade Corrêa & P. S. França (Orgs.), Novos

Olhares Sobre a Gestação e a Criança até os Três Anos. Saúde Perinatal, Educação e Desenvolvimento do Bebê. (pp 167-187). Brasília: L.G.E. Editora.

González Rey, F. L. (1997). Epistemologia Cualitativa y Subjetividad. São Paulo: Educ.

González Rey, F.L. (1999). La Investigacion Cualitativa em Psicologia – rumos desafios. São Paulo: Educ.

González Rey, F.L. (2002). Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios. (M.A.F.Silva, Trad.) São Paulo: Pioneira Thompson Learning Ltda (Publicado originalmente em 2000).

González Rey, F.L. (2004). O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito. Petrópolis: Vozes.

González Rey, F.L. (2005). Pesquisa Qualitativa em Psicologia : os Processos da Construção da Informação. (M.A.F.Silva, Trad.) São Paulo: Thompson.

Grassi, M.V.F.C. & Bruns, M.A.T. (1995). Sexualidade Masculina: Misterioso Silêncio. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, São Paulo, 6 (2), 243-257.

Guédeney, A. (2002). O Apego e a Resiliência: Teoria, Clínica e Política Social. Em L. Corrêa Filho; M. E. Girade Corrêa; P. S. França (Orgs.), Novos Olhares Sobre a Gestação e a Criança até os 3 Anos. Saúde Perinatal, Educação e Desenvolvimento do Bebê. (pp 503-511). Brasília: L.G.E. Editora.

Günther. I.A. & Günther, H. (1998). Brasília pobres, Brasília ricas: perspectivas de futuro entre adolescentes. Psicologia: Reflexão e Crítica , 11(2), 191-206.

Günther. I.A. (1999). Adolescência e Projeto de Vida. Cadernos Juventude, Saúde e desenvolvimento, 1, Brasília, Ministério da Saúde.

Guyotat, J. (1980). Mort, naissance et filiation, etudes de psychopathologie sur le lien et filiation. Paris: Masson.

Heilborn, M. L. (1997). O traçado da vida: gênero e idade em populares do Rio de Janeiro. Em F. R. Madeira. (Org.) Quem Mandou nascer mulher? Estudo sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. (pp 295-342). Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos.

Heilborn, M. L.; Salem, T.; Rohden, F.; Brandão, E.; Knauth, D.; Víctora, C.; Aquino, E.; McCalulum, C. & Bozon, M. (2002). Aproximações Socioantropológicas sobre a Gravidez na Adolescência. Horizontes Antropológicos, 8 (17), 13-45.

Hines, M. P. (1995). O Ciclo de Vida Familiar nas Famílias Negras Pobres. Em B. Carter & M.McGoldrick (Orgs.). As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar. (pp 440-467). Porto Alegre: Artes Médicas.

Houzel, D. (2004). As implicações da parentalidade. Em Solis-Ponton, L. (Org.) Ser pai, ser mãe. Parentalidade: Um desafio para o terceiro milênio. (pp 47-51). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Hurstel, F. (1999) As novas fronteiras da paternidade. Campinas: Papyrus.

Instituto de Economia e Pesquisa Aplicada (IPEA) e Departamento da Criança e do Adolescente (DCA), da Secretaria dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça (2003). Primeiro Mapeamento Nacional sobre a Situação das Instituições que Aplicam Medida Socioeducativa de Privação de Liberdade ao Adolescente em Conflito com a Lei no Brasil. Retirado em 12/09/2007 de <http://getinternet.ipea.gov.br>

Instituto Papai. Retirado em 22.07.2004 de <http://www.papai.org>

Jeammet, P; Corcos, M. (2005). Novas Problemáticas da Adolescência: Evolução e Manejo da Dependência. (M. do Amaral Trad) (1ª edição). São Paulo: Casa do Psicólogo. (Original publicado em 2001).

Jerusalinsky, A. (2007). Seminário V. O Declínio do Império Patriarcal. Universidade de São Paulo. Instituto de Psicologia. Lugar de Vida.

Jorgensen, S. R. (1993). Adolescent pregnancy and parenting. Em T. P. Gullotta, G. R. Adams & R. Montmayor (Orgs.). Adolescent sexuality (pp.103-140). Newbury Park: Sage.

Julien, P. (1997). O Manto de Noé. Rio de Janeiro: Revinter.

Kafka, Franz (s/d). Carta a meu pai. São Paulo: Hemus (5ª edição)

Lacan, J. (1981). A família. Lisboa: Assírio e Alvim.

Lacan, J. (1988). O Seminário, livro 3, As Psicoses. Rio de Janeiro: Zahar (Trabalho original publicado em 1981).

Lamb, M. E. & Elster, A. B. (1985). Adolescent mother-infant-father relationships. Developmental Psychology, 21(5), 768-773.

Lamb, M. E. & Elster, A. B. (1986). Parental Behavior of adolescent mothers and fathers. Em A.B. Elster & M.E. Lamb (Orgs.), Adolescent fatherhood (pp88-106). Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum.

Lamour, M. (1989). Les nourrissons de mères psychotiques. Em S. Lebovici & F. Weill-Halpern (Orgs.), Psychopathologie du bébé. (pp 655-673). Paris: Puf.

Lamour, M; Davidson, C. & Lebovici, S. (2000). Le père dans la triade père-mère-bébé. Em M. Maury; M. Lamour (Orgs.), Alliance autour de bébé. Paris: Puf.

Lang, C. (2005). O Pai em Winnicott e em Lacan. Em L. Outeiral, Hisada, S. Gabriades e Ferreira, A. (Orgs.), Winnicott: Seminários Brasileiros (pp 29-49). Rio de Janeiro: Revinter.

Laplanche, J. et Pontalis, J.B. (1980). Vocabulaire de la Psychanalyse. Paris : Puf (Trabalho original publicado em 1967)

LaTaille, Y. (2002). Uma interpretação psicológica dos limites do domínio moral: os sentidos da restrição e da superação. Educar, 19, 23-37.

Lebovici, S. & Soulé, M. (1970). Les Interactions Précoces. Em S. Lebovici & M. Soulé (Orgs.), La connaissance de l'enfant para la psychanalyse (pp. 349-367) Paris : Le fil rouge.

Lebovici, S. & Stoleru, S. (1983). Le Nourrison la Mère et le Psychanalyste. Paris : Puf.

Lebovici, S. (1989). Les liens intergénérationnels (transmission, conflits). Les intérations fantasmáticas. Em S. Lebovici & F. Weil-Harper (Orgs.), Psychopathologie du bébé. Paris: Puf.

Lebovici, S (2004). Diálogo Letícia Solis-Ponaton e Serge Lebovici. Em L. Solis-Ponton, (Org.), Ser pai, ser mãe. Parentalidade: Um desafio para o terceiro milênio (pp. 21-27). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Le Camus, J. (1995). Pères et Bébés. Paris: L'Harmattan.

Leck, P. (1945). Self consistency: a theorie of personality. Long Island, NewYork: The Island Press.

Ledoux, M.H. (1991). Introdução à obra de Françoise Dolto. (V. Ribeiro, Trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1990).

Levandowski, D. C. (2001). Paternidade na adolescência uma breve revisão da literatura internacional. Est. Psicol., 6 (2). Retirado em 20/05/2004 de SciELO (Scientific Electronic Library Oline, <http://www.scielo.br/ptp>

Levandowski, D. C & Piccinini, C. A. (2002). A interação pai-bebê entre pais adolescentes. Psicologia, Reflexão e Crítica, 15 (2), 413-424.

Lyra da Fonseca, J. L. C. (1997). Paternidade adolescente: uma proposta de intervenção. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Lyra da Fonseca, J.L.C. (2000). Paternidade na adolescência: percorrendo a bibliografia. Disponível em: [http:// www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf). Consulta realizada em 02/04/2007.

Medrado, B.; Lyra da Fonseca, J. L. C.; Souza Leão, L.; Costa Lima, D. & Santos, B. (2005). Homens Jovens no Contexto do Cuidado: Leituras a partir da Paternidade na Adolescência. Em R. C. F. Adorno; A. T. Alvarenga & M. P. C. Vasconcelos (Orgs.), Jovens, Trajetória , Masculinidades e Direitos (pp. 241-263). São Paulo: Edusp.

Mannoni, M. (1999). Apresentação de Maud Mannoni. Em A. Deluz; B. Gibello, J. Hébrand & O. Mannoni (Orgs.), A crise de adolescência (pp. 9-13). Rio de Janeiro. Companhia de Freud.

Mead, G.H. (1934). Mind, Self and Society. Chicago: University of Chicago Press.

Minayo, M. C. S. (1996) O desafio do Conhecimento. Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo - Rio de Janeiro: Hucitec- Abrasco.

Minayo, M. C. S.; Assis, S. G.; Souza, E. R.; Njaine, K.; Deslandes, S. F.; Silva, C. M. F. P.; Fraga, P. C. P.; Gomes, R.; Abramovay, M.; Waiselfisz, J.; Monteiro, M. C. N. (1999). Fala Galera: Juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond.

Monteiro, M. (1997). A Perspectiva do Gênero nos Estudos de Masculinidade: uma análise da revista Ele e ela em 1969. Página da internet brasileira: Antropologia gênero e masculinidade, retirada em 27/09/2006)

Monteiro, S. (1999). AIDS, Sexualidade e Gênero: a lógica da proteção entre jovens de um bairro popular carioca. Tese de doutorado. Fundação Oswaldo Cruz/ Fio Cruz. Rio de Janeiro.

Morin, E. (1973). Le Paradigme Perdu: la nature humaine. Paris: Seuil.

Motta, A. A. (2005). Estratégias de Sobrevivência. Onda Jovem, I (1), 46-51.

Neuburger, R. (1999). O mito familiar. São Paulo: Summus.

Newman, A. (2003) As idéias de D.W. Winnicott, Um guia. (D. Bogomoletz, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1995).

Nóbrega, N. P. (1995). Maternidade na adolescência: alienação e reprodução. Documenta, III(6), 63-76.

Nóbrega, N. P. (1997) O papel da parentalidade na construção do sujeito. Em M. I. D'Avila Neto & C.A. Garcia (Orgs), Mulher: cultura e subjetividade. Coletâneas da ANPEPP, 1(7), 135-146.

Nolasco, S. (1995). O mito da masculinidade. Rio de Janeiro, Rocco, 1995.

Nunes, C.E. G. (1998) Adolescência e paternidade: um duelo de papéis sociais. Psico, 29 (1), 125-138.

O Globo on line de 22/03/2007. Dados sobre o Ministério da Fazenda. Retirado em 20/12/2007 de <http://oglobo.globo.com>

Oliveira, M. W. (1998). Gravidez na adolescência: Dimensões do problema. Cadernos CEDES, 19 (45), 48-70.

Oliveira, M. C. S.; Pinto, R. G. & Souza, A. S. (2003). Perspectivas de futuro entre adolescentes: universidade, trabalho e relacionamentos na transição para a vida adulta. Temas de Psicologia da SBP, 11 (1), 16-27.

Osório, L.C (1992). Adolescente Hoje. Porto Alegre: Artmed Editora.

Outeiral, J. (2003). Adolescer. Rio de Janeiro: Revinter

Outeiral, J. & Auge, M. C. (2005). Sobre Sonhos e Transicionalidade. Em J. Outeiral; S. Hisada; R. Gabriades & A. Ferreira (Orgs.), Em Winnicott, Seminários Brasileiros. (pp70-76). Rio de Janeiro: Revinter.

Pagnat, M.(2004). Les Représentations Fantasmatiques du Devanant Père. Mémoire du recherche. Université Paris X Nanterre.

Pain, J. (1999) . L'adolescent sans pitié. La bal du vampire et de la méduse. Bulletin de Psychologie, 52 (3), 329-336.

Pantel, P.S. (1991). “L'histoire des femmes en histoire ancienne aujourd'hui”, Em Duby, G. ; Perrot, M. Histoires des femmes. Paris: Plon.

Parseval, G.D. (1981). La Part Du Père. Paris: Éditions du Seuil.

Pasini,W. (1993) Les fonctions non sexuelles de la sexualité adolescente. Em W. Pasini; Fr. Béguin; M. Bydlowsky & E. Papiernik (Orgs.), L'Adolescente Enceinte. Actes du 6^{ème} Colloque sur La Relation Précoce Parent-enfant (pp. 33-39).Gènève : Médecine et Hygiene.

Paugam, S. (2000). La disqualification sociale. Paris : Quadrilege/ Presse Universitaire de France (Trabalho original publicado em 1991)

Penso, M. A. (2003). Dinâmicas familiares e construções identitárias de adolescentes envolvidos em atos infracionais e com drogas. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília.

Pereira, J. L. (1998). Histórico da gravidez na adolescência. Em D. L. M. Monteiro; A. A. Cunha & A. C. Bastos (Orgs.), Gravidez na Adolescência (pp2-6). Rio de Janeiro: Revinter.

Pereira, S. E. F. N. (2003). Drogadição e Atos infracionais entre jovens na voz dos adolescentes em conflito com a lei no DF. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Brasília.

Povoa, M. L. S. & Sudbrack, M. F. O. (2003). Reuniões multifamiliares: acolhendo o adolescente usuário de drogas e sua família no contexto da justiça. Em M. F. O. Sudbrack; M. I. G. Conceição; E. M. F. Seidl & M. T. Silva (Orgs.), Adolescentes e drogas no contexto da justiça (pp.147-166). Brasília: Editora Plano.

Preto, A. C. S. W. N. G. (1995). Transformações do Sistema Familiar na Adolescência. Em B. Carter & M. McGoldrick (Orgs.), As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar (pp. 223-247). (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1989)

Racamier, P. C., Sens C. & Carretier, L. (1961). La mère et l'enfant dans les psychoses du post-partum. L'évolution psychiatrique, 26 (4), 525-557.

- Ramirez, V. R. R. (1997). O exercício da paternidade hoje. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Rodrigues, M. M. & Trindade, Z. A. (1999). Em nome do pai e do filho: relações afetivas e instrumentais. Em P.R. Menandro, Z.A. Trindade & E.B. Borloti (Orgs.), Pesquisa em Psicologia: recriando métodos (pp. 124-138). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- Rodrigues-Tome, H. (1972). Le moi et l'autre dans la conscience de l'adolescent. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé.
- Rollet, C. (1990). Contexte historique et social du phénomène. Maternités Adolescentes; Actes des Journées d'études nationales; 17-18 déc. 1990 (pp.35-43). Centre National d'information et de Documentation des Familles et Ministère des Affaires sociales.
- Rosa, M. D. (2002). Adolescência: da cena familiar à cena social. Psicologia USP 13 (2), 227-241.
- Rosenberg, M. (1965). Society and the adolescent self-image. Princeton University Press.
- Russel, C. S. (1980). Unescheduled parenthood: Transition to parent for the teenager. Journal of Social Issues, 36 (1), 45-63.
- Rutter, M. (1985). Resilience in the face of adversity: protective factors and resistance to psychiatric disorder. British Journal of Psychiatry, 147, 598-611.
- Rutter, M. (1993). Resilience: some conceptual considerations. Journal of Adolescent Health, 14, 626-631.
- Salem, T. (1981). Mulheres faveladas: “com a venda nos olhos”. Em B. Franchetto, M. L. V. C. Cavalcanti, M. L. Heilboron & T. Salem (Orgs.), Perspectivas Antropológicas da mulher 1 (pp. 49-99). Rio de Janeiro: Zahar.
- Salem, T. (1989). O casal igualitário: princípios e impasses. Revista Brasileira de Ciências Sociais 3 (9), 24-36.
- Salem, T. (2004). Homem... já viu, né? Representações sobre sexualidade e gênero entre homens de classe popular. Em M. L. Heilborn (Org.), Família e sexualidade (pp. 5-61) Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Sarmiento, R. C. (1999) Casais grávidos e novos sentidos da paternidade: um estudo qualitativo com referenciais psicanalíticos. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Segond, P. (1988). Justice et famille. Thérapie familiale, 9 (4), 281-282.
- Selosse, J. ; Breuvar, J. ; Algan, A. (1977). Que deviennent-ils? Étude comparative des niveaux d'intéraction sociale d'une population de mineurs de justice. Em J..Selosse (Orgs.), Coll. Ênquetes et Recherches 9, Vaucresson, CFRES. Paris : Ed Cujas.

Selosse, J. (1984). CREAI, Bulletin d'information de L'Ile de France (96), 2-12. École d'Éducateurs Spécialisés de Versailles. Conférence du 22/06/1984.

Selosse, J. (1997) Adolescence, Violences et Déviances: 1952-1995. Paris : Editions Matrice.

Serrão, M. & Baleeiro, M. C. (1999). Aprendendo a ser e a conviver. São Paulo : Editora FTD.

Silva, M. C. P. (2004). Prefácio à Edição Brasileira. Em Solis-Ponton, L. (Org.) Ser pai, ser mãe. Parentalidade: Um desafio para o terceiro milênio.(pp. 9-10) São Paulo: Casa do Psicólogo.

Silveira, P. (1998). Exercício da Paternidade. Porto Alegre: Artes Médicas.

Soares, L.E.; Bill, MV & Athayde, C. (2005). Cabeça de Porco. Rio de Janeiro: Objetiva.

Solis-Ponton, L. (2004). Diálogo Leticia Solis-Ponaton e Serge Lebovici. Em L. Solis-Ponton, (Org.), Ser pai, ser mãe. Parentalidade: Um desafio para o terceiro milênio (pp. 21-27) São Paulo: Casa do Psicólogo.

Solis-Ponton, L. (2004). A construção da Parentalidade. Em L. Solis-Ponton (Org.) Ser pai, ser mãe. Parentalidade: Um desafio para o terceiro milênio, (pp. 29-40). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Stralberg, A; Campana, A. (1993). IVG – Contraception, Expérience genevoise. Em W. Pasini; Fr. Béguin; M. Bydlowski & E. Papiernich (Orgs.), L'adolescente enceinte. Actes du 6 ème Colloque sur la relation précoce parents-enfants. (pp. 77-80). Genève: Editions Médecine et hygiène.

Stern, D. (1995). Ce que comprend le bébé. Em O. Borguignon & M. Bydlowski (Orgs.), La recherche clinique en psychopathologie - perspectives cliniques (pp. 295-303). Paris: Puf.

Stern, D. (1997). La constellation maternelle. Paris: Calmann-Lévy.

Sudbrack, M. F. O. (1982). A trajetória da criança marginalizada rumo à delinquência – a socialização da exclusão. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, PUC-RS, Porto Alegre.

Sudbrack, M. F. O. (1987). La Dimension Familiale Dans la Delinquance des Jeunes: La fonction paternelle dans une lecture du passage à l'acte. Thèse de Doctorat en Psychologie, Université de Paris-Nord – Paris XII.

Sudbrack, M. F. O. (1992). Da Falta do Pai à Busca da Lei: o significado da passagem ao ato delinqüente no contexto familiar e institucional. Psicologia Teoria e Pesquisa, 8 (suplemento), 447-457.

Sudbrack, M. F. O. & Carreiro, T.C.H. (2001). Drogas, Juventude e Complexidade: a ressonância do fenômeno das drogas nas redes sociais de jovens de contextos

desfavorecidos e construção de uma metodologia preventiva – estudo em duas capitais brasileiras (Brasília e Rio de Janeiro). Projeto de Auxílio Integrado Junto ao CnPq – biênio 2002– 2004.

Sudbrack, M. F. O. (2002). Autoridade, função paterna e contexto da justiça. Em Revista do Projeto Cidadania também se aprende na escola. Brasília: Associação de Magistrado do DF.

Sudbrack, M. F. O. & Pereira, S. E. F. N. (2003). Avaliação das redes sociais de adolescentes em situação de risco. Em M. F. O. Sudbrack; M. I. G. Conceição; E. M. F. Seidl & M. T. Silva (Orgs.), Adolescentes e drogas no contexto da justiça (pp.167-190). Brasília: Editora Plano.

Sudbrack, M. F. O. (2004). Abordagem Comunitária e Redes Sociais: um novo paradigma na prevenção da drogadição. Em D. B. B. Carvalho; M. F. O. Sudbrack & M. T. Silva (Orgs.), Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e Consumo de Drogas (pp. 13-26). Brasília: Editora Plano.

Taquette, S. (1991). Sexo e gravidez na adolescência. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Takiuti, A. D. (1997). A saúde da mulher adolescente. Em F. R. Madeira (Org.). Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil (pp. 217-290). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Tavares, J. (2001). A resiliência na sociedade emergente. Em J. Tavares (Org.), Resiliência e educação, (pp. 43-75). São Paulo: Cortez.

Théry, I. (1995). Identifier le parent. Informations sociales, 46, 8-19.

Trindade, E. & Bruns, M. A. T. (1996). Era isso o que eu queria? Um estudo da maternidade e da paternidade na adolescência. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, 7(2), 167-186.

Trindade, E & Bruns, M. A. T (1999). Adolescentes e Paternidade: Um estudo fenomenológico. Ribeirão Preto: Holos Editora.

Trindade, Z. A. (1998). Concepções de maternidade e paternidade: o convívio atual com fantasmas do século XVIII. Em L. Souza; M. F. Q. de Freitas & M. M. P. Rodrigues (Orgs.), Psicologia: Reflexões (Im) Pertinentes, (pp. 129-155). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Trindade, Z. A. & Menandro, M. C. S. (2002). Pais adolescentes: vivência e significação. Estudos de Psicologia, 7 (1), 15-23.

Tubert, S. (1999). A Morte e o Imaginário na Adolescência. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

Valdes, T. & Olavarria, J. (1998). Masculinidades y Equidad de Género en America Latina. Chile: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales.

Vasconcelos, Y. (2005). Propostas de futuro. Onda Jovem, 1 (1), 8-13.

Ventura, M. (2005). Sexualidade e Reprodução na Adolescência: Uma Questão de Direitos. Em R. C. F. Adorno; A. T. Alvarenga; M. P. C. Vasconcelos (Orgs.), Jovens, Trajetórias, Masculinidades e Direitos (pp. 31-51). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp).

Villar, J.; Barros, F. & Victoria, C. (1993). Adolescente enceinte: analyse comparative des recherches en cours. Em W. Pasini, Fr. Béguin, M. Bydlowski, E. Papiernik (Orgs.), L'adolescente enceinte. Actes du 6e Colloque sur la relation precoce parents-enfants (pp. 3-14). Genève: Editons Médecine et Hygiène.

Vitalle, M. S. S. & Amancio, O. M. S. (2001). Gravidez na adolescência. Psiqweb. Retirado em 12/05/2007 de [http : // www.brazilpednews.org.br/set2001/bnpar101.htm](http://www.brazilpednews.org.br/set2001/bnpar101.htm)

Wallon, H. (1956). Niveaux et fluctuations du moi. Evo.psychiat, I.

Walsh, F. (1996). The concept of family resilience: Crisis and challenge. Family Process, 35, 261- 281.

Walsh, F. (1998). Strengthening family resilience. New York-London: The Guilford Press.

Westney, O. E.; Colle, O. J. & Munford, T. L. (1986). Adolescent unwed prospective fathers: readiness for fatherhood and behaviors toward the mother and the expected infant. Adolescence 21(84), 901-911.

Widlocher, D.(1979). Le point de vue du développement. Nouvelle revue de psychanalyse, 19, 65-76.

Winnicott, D. W. (1975). O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago Editora. (Trabalho original publicado 1971)

Winnicott, D. W. (1977). A criança e seu mundo. (A. Cabral, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar Editores. (Trabalho original publicado em 1957)

Winnicott, D. W. (1983). La preoccupation maternelle primaire (1956). Em De la pédiatrie à la psychanalyse (pp 168-174). Paris: Petite Bibliothèque Payot. (Trabalho original publicado em 1969)

Winnicott, D. W. (1983). La théorie de la relation parent-nourisson (1960) Em De la pédiatrie à la psychanalyse (pp. 237-256). Paris: Petite Bibliothèque Payot. (Trabalho original publicado em 1969)

Winnicott, D. W. (1983). De la pédiatrie à la psychanalyse. Paris: Petite Bibliothèque Payot. (Trabalho original publicado em 1969)

Winnicott, D. W. (2002). Privação e Delinquência. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1984)

Winnicott, D.W. (2005). Tudo começa em casa. São Paulo: Martins fontes. (Trabalho original publicado em 1986).

Yunes, M. A. M. & Szymanski, H. (2001). Resiliência: Noção, conceitos afins e considerações críticas Em J. Tavares (Org.), Resiliência e Educação. (pp.13-42). São Paulo: Cortez.

Yunes, M. A. M. (2003). Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. Psicologia em Estudo, 8 (número especial), 75-84.

Zaluar, A. (1994). Cidadãos não vão ao paraíso. São Paulo: Editora Escuta; Campinas: Editora da Unicamp.

Zaluar, A. (2004). Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Ziller, R. (1973). The social self. New York: Pergamon Press.

Zimmerman, M. A. & Arunkumar, R. (1994). Resiliency research: implications for schools and policy. Social Policy Report: Society for Research in Child Development, 8 (4), 1-18.

Zufferey, M. M. & Schmidt, N. (1993). L'échec contraceptif chez 720 adolescentes demandant une interruption de grossesse. Em W. Pasini ; Fr. Béguin ; M. Bydlowski; E. Papiernik (Orgs.), L'adolescente enceinte. Actes du 6e Colloque sur la relation precoce parents-enfants (pp 81-94). Genève: Editons Médecine et Hygiène.

Zuim, C. B. B. (2005). Olhar do pai sobre o filho adolescente em conflito com a lei: paternidade experienciada. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, Brasília.

ANEXO 1

Roteiro das entrevistas

Dados de identificação do entrevistado

Nome completo _____

Idade _____

Escolaridade _____

Em que período frequenta a escola _____

Está trabalhando? _____

Endereço _____

Telefone _____

Com quem reside atualmente _____

Composição da família _____

Entrevista com os adolescentes

1. Como você recebeu a notícia da gravidez da sua namorada ou companheira? (Principais sentimentos: alegria, medo, vergonha, vontade de desaparecer, no início não acreditou que o filho era seu).

2. Você acompanhou a gravidez da sua companheira ou namorada? Fale sobre os seus sentimentos durante a gravidez (alegria, preocupação, arrependimento, vontade de esta longe dali, etc.).

3. Fatores que facilitam a assunção da paternidade (ter um emprego, ter um projeto de vida, possibilidade de ter sua própria casa, possibilidade de morar com os pais ou sogros, desejo de continuar o relacionamento com a companheira).

4. Fatores que dificultam a assunção da paternidade (não ter emprego, não ter a possibilidade ou desejo de constituir família, impossibilidade de instalar-se com a companheira em uma casa só para o casal, impossibilidade de morar com a companheira na casa dos pais, sogros ou avós).

5. Contribuição da família (mãe, pai, irmãos, sogra ou sogro, cunhados, avós) no processo de assunção da paternidade.

- 6.O que você espera das pessoas que estão próximas de você?
- 7.Quem é na sua opinião a pessoa que mais te dá apoio neste momento da sua vida ?
- 8.Que mudanças ocorreram no processo de assunção da paternidade com a banalização do exame de DNA.?
- 9.Como o fator surpresa (gravidez não planejada da companheira) interfere no processo de assunção da paternidade ?
- 10.Quais são as suas principais preocupações como pai ?
- 11.Se você pudesse, o que mudaria nessa situação? Se fosse possível começar de novo como faria?
- 12.O que mudou na sua vida e na vida de sua família depois que o seu filho (a) nasceu?
- 13.O que você sentiu quando viu seu filho pela primeira vez?
- 14.O bebê correspondeu as suas expectativas? Ficou decepcionado ou contente com o bebê?
- 15.Você tem planos para ele e/ou sua nova família?
- 16.Quem escolheu o nome do bebê? Porque esse nome foi escolhido? O que você achou da escolha do nome?
- 17.O que você espera do seu filho?
- 18.O que mudou na sua vida e na vida de sua família depois que o bebê nasceu (ou depois da notícia da chegada do seu filho?)
- 19.O que esse filho representa para você?
- 20.Você acha que é importante para um filho a presença do pai?
- 21.Porque na sua opinião alguns pais se afastam dos filhos?
- 22.Tem alguma coisa que você gostaria de ter dito ao seu pai?
- 23.Como você gostaria de ser lembrado pelo seu filho?O que você gostaria que ele falasse de você?
- 24.Como é a vida que você deseja para ele? Como você gostaria que ele fosse?
- 25.O que você espera do seu filho?
- 26.O que é ser um pai?
- 27.O que é ser um bom pai?
- 28.Você tem algum modelo de pai que gostaria de seguir?
- 29.Que tipo de pai é você?

Entrevista com as famílias* e com as companheiras**

- 1.*O que mudou na sua vida e na vida de sua família depois que o _____ tornou-se pai?
- 1.* *O que mudou na vida de _____ depois que ele tornou-se pai?
- 2.Quais as dificuldades enfrentadas por ele para assumir o lugar de pai?
- 3.De que maneira você pode contribuir para que ele assuma esse lugar de pai?
- 4.Quais seriam as maiores dificuldades para proporcionar uma rede de apoio para o adolescente em questão?
- 5.O que é ser um pai?
- 6.O que é ser um bom pai?
- 7.Você tem um modelo de bom pai na sua família ou entre seus conhecidos?

Entrevista com os técnicos

- 1.De que forma os jovens que frequentam o CDS, na sua opinião, podem desempenhar o papel de pai, assumir o lugar de pai?
- 2.Quais as dificuldades enfrentadas por eles para assumir esse lugar de pai?
- 3.O Sr(a) acha que esses adolescentes devem assumir o filho? Por quê?
- 4.De que maneira vocês, profissionais do CDS (ou o CDS como instituição) pode(m) contribuir para que ele assuma esse lugar de pai?
- 5.Quais seriam as maiores dificuldades para proporcionar uma rede de apoio para esses adolescentes ?
- 6.O que é preciso para ser um pai?
- 7.O que é preciso para ser um bom pai?
- 8.O Sr(a). acha que esses adolescentes têm um modelo de pai na família ou entre seus conhecidos ?
- 9.Como o Sr(a). acha que esses adolescentes estarão daqui há três anos em relação ao papel de pai?
- 10.E daqui há 10 anos como estarão em relação a esse filho?
- 11.Como o Sr(a). acha que esses adolescentes gostariam de ser lembrados pelos filhos. Na sua opinião, o que eles gostariam que o filho falasse deles?
- 12.Na sua opinião, o que esses filhos representam para esses adolescentes?

13. Por que, na sua opinião, alguns desses pais (ou a maioria deles) se afasta dos filhos ou das companheiras?

14. O CDS cumpre a sua proposta de apoio psicossocial no que concerne aos adolescentes e em especial esses adolescentes em vias de formar uma nova família?

15. O que falta para que esses objetivos possam ser atingidos? O que poderia ser feito nesse sentido?

ANEXO 2**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Estamos realizando entrevistas com diversos jovens e familiares com o objetivo de obter um maior conhecimento sobre suas experiências pessoais e familiares em relação a paternidade . Estamos interessados em sua percepção e nos seus sentimentos em relação a essa experiência. Importa-nos realmente que você expresse aquilo em que acredita. Pensamos que essa conversa possa nos auxiliar no desenvolvimento de projetos futuros para melhor lidar com a situação que você e sua família vivenciaram.

Se estiver de acordo, realizaremos a entrevista que será gravada. Estas informações são confidenciais, quer dizer, sua identidade não será revelada.

Declaro que recebi informações da pesquisadora Dina Mara Cestari, que tive oportunidade de tirar dúvidas e que concordo em ser entrevistado.

Brasília, ____ de _____ de 2006.

Nome completo _____

Assinatura _____

ANEXO 3

O Instituto Papai e o Programa de Apoio ao Pai Adolescente

O Instituto Papai foi fundado em janeiro de 1997. É uma organização civil sem fins lucrativos sediada na cidade de Recife. Quando foi criado, o tema central de trabalho era a paternidade na adolescência e a principal iniciativa – pioneira na América Latina, era o Programa de Apoio ao pai adolescente. Por meio de intervenção social, de atividades de capacitação, de consultorias e de pesquisas, visava a problematização da importância da participação jovem e masculina no campo da saúde, da sexualidade e da reprodução.

Atualmente, o foco do programa foi ampliado e entre os principais objetivos figura o de promover, com base na perspectiva feminista de gênero, o questionamento dos modelos e comportamentos tradicionais, incentivando a participação masculina e a formulação de políticas públicas inclusivas nos campos da saúde, sexualidade e reprodução.

Além da preocupação central com o questionamento dos modelos machistas de comportamento, o programa se estrutura visando contemplar os seguintes objetivos:

- Promover ações educativas, informativas e políticas junto aos homens, principalmente os mais jovens, em situação de pobreza, estimulando práticas de cuidado de si e de outros;
- Produzir material pedagógico para o trabalho com populações masculinas, oferecendo consultoria e capacitação para organizações governamentais, não-governamentais e profissionais autônomos;
- Desenvolver e disponibilizar estudos e pesquisas sobre homens e masculinidades, segundo a perspectiva de gênero;
- Construir e/ ou fortalecer redes, promover fóruns e articulações visando a promoção e defesa de direitos de mulheres e de homens;
- Divulgar e implementar a plataforma feminista em prol da justiça social com equidade de gênero, promovendo ações no contexto da comunicação em saúde;
- monitorar projetos, programas e políticas públicas para melhorar o atendimento integral à saúde e aos direitos dos jovens e adolescentes.

O Instituto Papai é formado por uma equipe pedagógica multidisciplinar – de ambos os sexos, com formação na área de Ciências Humanas, Sociais e Saúde Pública, na sua grande maioria em nível de pós-graduação, por um corpo administrativo e por um conjunto de estagiários/as de graduação, além do conselho e de inúmeros/as colaboradores/as. (Fonte: [http// www.papai.org](http://www.papai.org))

ANEXO 4

O Projeto Pai Legal

O Projeto “Pai Legal” é um programa de estímulo ao reconhecimento voluntário de paternidade e foi idealizado pela Associação dos Registradores de Pessoas Naturais de São Paulo, e pelo Governo do Estado de São Paulo (Arpen/SP) por intermédio da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania – SJDC, em 2004 e se baseia na premissa da Constituição Federal de que o reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição (Lei 8.069/1990, artigo 27). Trata-se contudo de um benefício legal e não de um de atendimento piscossocial. Além dessa característica, é um serviço oferecido a pais e filhos de todas as idades.

O projeto consagra a toda criança ou adolescente o direito de ter a paternidade constando de seu registro de nascimento. O reconhecimento de paternidade geralmente é feito no ato de registro, mas pode ser realizado a qualquer tempo, seja por escritura pública, instrumento particular ou manifestação direta e expressa perante um juiz; ou ainda ser judicialmente reconhecido em ação de investigação de paternidade. Segundo levantamento realizado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, aproximadamente 8% (oito por cento) dos estudantes matriculados no ensino fundamental está registrado somente em nome da mãe, a qual muitas vezes resiste, por motivo de foro íntimo, à indicação do pai. Todavia, o direito à paternidade é da criança ou adolescente, não podendo a mãe decidir a seu exclusivo critério o exercício dessa faculdade legal.

Existe também a possibilidade legal de adoção unilateral pelo padrasto, mantendo-se os vínculos com a mãe. Caso a criança ou adolescente tenha sido registrado apenas com a maternidade estabelecida, aquele que passa a conviver com a mãe, muitas vezes com a geração de prole comum, pode, ainda que não seja pai biológico, adotar unilateralmente o registrado, sendo o processo simples e ágil, bastando que procure o Juizado da Infância e da Juventude.

ANEXO 5

O Projeto Fênix na Comunidade – Relato de uma experiência de atendimento de adolescentes em medida socioeducativa.

O Projeto Fênix na Comunidade foi concebido como uma alternativa de atendimento psicossocial a adolescentes e famílias de adolescentes que cumpriam medida socioeducativa, na modalidade de liberdade assistida, do antigo Centro de Desenvolvimento Psicossocial (CDS) – hoje Subsecretaria do Sistema Socioeducativo da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, de uma das cidades satélites mais violentas de Brasília, durante o ano de 2005 e 2006.

Esta proposta foi inspirada no projeto-piloto intitulado “Projeto Fênix”– concebido e desenvolvido pelo Programa de Estudos e Atenção às Dependências Químicas / PRODEQUI, a partir de uma demanda da Vara da Infância e Juventude (VIJ/TJDFT), numa parceria com a Secretaria de Estado e Ação Social do Distrito Federal (SEAS/DF). A iniciativa teve o objetivo de responder também a uma proposição acadêmica, contemplando igualmente a pesquisa.

O primeiro Projeto Fênix - cujo nome foi escolhido por um dos adolescentes do grupo em referência ao pássaro mítico, de origem etíope que tem o poder de renascer de sua cinzas após queimar-se no seu próprio calor – aconteceu entre os anos de 2003 e 2004. Além do atendimento de 100 adolescentes usuários de drogas e seus familiares, o projeto teve como meta a capacitação de 40 profissionais ligados às duas instituições. Foi coordenado pela Profa. Maria Fátima Sudbrack e supervisionado pelas Professoras Liana Fortunato Costa e Maria Inês Gandolfo Conceição. A partir dessa capacitação criaram-se nove outros projetos-pilotos envolvendo as diferentes medidas: liberdade assistida, semiliberdade, internação e prestação de serviços comunitários.

O Projeto Fênix na Comunidade teve, assim como o projeto-piloto, o objetivo de atender cerca de 100 adolescentes cumprindo medida socioeducativa na modalidade liberdade assistida com histórico infracional e de envolvimento com drogas. À diferença do original, os adolescentes que integraram o segundo projeto recebiam uma bolsa de R\$130,00 desde que fosse mantido o vínculo com a escola. Em função da estrutura

reduzida para o atendimento desses adolescentes, a metodologia de intervenção adotada foi a dos Grupos Multifamiliares, proposta por Costa (1998), que articula os fundamentos teóricos da Psicologia Comunitária, do Sociodrama, da Terapia Familiar e das Redes Sociais.

Os encontros aconteceram uma vez por mês e cada reunião teve a duração de 3 horas e 30 minutos. A supervisão do projeto foi executada pela equipe responsável pelo primeiro Projeto Fênix e a coordenação dos grupos multifamiliares foi realizada pelos pesquisadores da pós-graduação e estudantes da graduação do Departamento de Psicologia e do Serviço Social da UnB, em parceria com os técnicos do CDS (psicólogos, assistentes sociais e técnicos de apoio), responsáveis pelo cumprimento da medida.

O objetivo dos Grupos Multifamiliares foi a reflexão sobre o uso de drogas, o conflito com a lei, as relações familiares e sociais, a importância da escola, a resignificação da drogadição e da medida socioeducativa. No transcorrer de todo o projeto, além do resgate do significado simbólico da justiça, foi trabalhada a questão da autoridade dos pais que tem se mostrado um tema recorrente nessas reuniões.

As sessões foram organizadas segundo a lógica da sessão psicodramática com início, meio e fim – embora, como lembra Costa (1998), o objetivo não fosse o enfoque clínico nem o Psicodrama – e obedeceram às seguintes etapas:

– **Aquecimento:** Realizado num primeiro momento com o grupo todo, com o objetivo de integrar o grupo, relembrar os termos do contrato – elaborado pelo grupo – e motivá-lo para a realização das tarefas.

– **Discussão:** Acontecia em dois ou três subgrupos (conforme o número de participantes), com a finalidade de aprofundar a reflexão sobre o tema proposto pela equipe, em função do material trazido pelos adolescentes e famílias na reunião anterior.

– **Conclusão:** Realizada novamente no grande grupo, objetivando a síntese das opiniões sobre o tema, a continência do sofrimento desencadeado pelos assuntos propostos e o encaminhamento das queixas de ordem social.

Nesses encontros – onde se reuniam os adolescentes que cumpriam medida socioeducativa no CDS e suas famílias, os técnicos do CDS, os pesquisadores da pós-graduação e os estudantes da graduação do Departamento de Psicologia e do Serviço Social da UnB, foram trabalhados temas diferentes: *Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e o compromisso dos Jovens com a medida, Escola e Cidadania, Relações Sociais na Adolescência*, *Relações Familiares, Quem Sou Eu? A família, O Amor à Família, A violência, Autoridade como proteção, Pais e filhos evoluindo juntos, O que é que dá a medida (segundo os contextos da família, dos adolescentes, da escola, da saúde, da Promotoria, do CDS), Compromisso e Liberdade, O barato que sai caro - Conversando sobre drogas e adolescência, Projeto de vida*, definidos na maioria das vezes, a partir das necessidades expressas pelo próprio grupo ao longo das reuniões.

Nas primeiras reuniões os (as) coordenadores (as) do grupo perceberam o pouco engajamento dos jovens, tanto com o grupo quanto com o contrato elaborado por eles mesmos com a finalidade de nortear os encontros subsequentes. Ao longo do tempo e das oficinas, o engajamento dos jovens e o compromisso com a medida socioeducativa e com os grupos foi se firmando e o contrato pôde ser cada vez mais respeitado.

A equipe de coordenação, por sua vez, também foi se organizando, se reformulando, e se fortalecendo. Com o tempo aprendeu a lidar com os sentimentos contratransferenciais e a tornar-se mais competente na escuta dos adolescentes.

A partir do segundo encontro, a equipe observou que seria preciso mudar a organização e a dinâmica dos encontros. As discussões – que faziam parte do segundo momento do grupo e que eram realizadas em grupos mistos, compostos por adolescentes e familiares, passaram a ser realizadas em grupos separados (compostos exclusivamente por adolescentes ou por familiares). A fase final – de conclusão, assim como a inicial – de aquecimento, permaneceram como foram originalmente programadas, ou seja, realizadas com o grupo todo.

Alguns encontros foram particularmente ricos e proporcionaram aos adolescentes e seus familiares a ocasião para estabelecerem um diálogo verdadeiro onde puderam expressar sentimentos que não são compartilhados no cotidiano, como foi o caso da reunião dedicada ao tema das Relações sociais na Adolescência, na qual

adolescentes e pais construíram suas redes sociais. Além das relações familiares, apareceram as relações com a escola, com a igreja, com o CDS, com a justiça, com o trabalho, com o lazer, com a música, com os (as) namorados (as), com os (as) amigos (as), com as drogas, com a polícia e as relações com a violência. Todos trouxeram informações de que a família configura-se como a instituição mais importante, constituindo-se num refúgio e num território onde há garantia de proteção e de afeto incondicional. Os amigos (as) e namorados (as) que ocupam lugar igualmente importante na vida dos adolescentes são reconhecidamente percebidos tanto como colaboradores do crescimento e desenvolvimento pessoal dos adolescentes como aparecem como um fator de risco, muitas vezes influenciando o adolescente de maneira negativa.

No encontro dedicado ao Amor à Família, todos trouxeram a necessidade de cultivar o amor, o afeto o carinho e a boa comunicação dentro da família. O amor familiar é sentido como incondicional. A família é a “tábua de salvação”, é o apoio nos momentos de fragilidade e na horas difíceis. Os pais relataram que desejariam conversar mais com os filhos, ser escutados e estabelecer com eles, maior aproximação física e emocional. Gostariam igualmente que houvesse maior demonstração de afeto. Todos se deram conta de que é preciso encontrar um “canal de comunicação” para que esta troca se estabeleça, pois, tanto os pais quanto os adolescentes buscam afeto e confiança nas relações familiares.

No encontro em que foi tratado o tema: Violência, foi possível abordar os vários tipos de violência enfrentado no cotidiano (violência familiar, policial, guerras, mídia, etc.). Os adolescentes puderam então focar a violência policial, da qual são vítimas com muita frequência. Os familiares por sua vez foram capazes de identificar uma forma de defesa e de enfrentamento deste tipo de violência, por meio da informação sobre seus próprios direitos. Os adolescentes trouxeram também o papel negativo que a mídia desempenha ao veicular e explorar a violência, tendo a função muitas vezes de “fonte de inspiração negativa” e de "roteiro de mau exemplo". A dificuldade em perceber e refletir sobre o papel de cada um como protagonista da violência ficou evidente, assim como a facilidade de nos colocarmos no lugar de vítimas ao invés de assumirmos nossa responsabilidade nessas situações.

Por meio das dinâmicas de grupo, do material gráfico, das colagens, do diálogo e das trocas de experiências entre a equipe, os adolescentes e suas famílias, foi se construindo um espaço de reflexão e de auto-conhecimento e se consolidando a certeza de que sempre temos uma contribuição a dar e algo a aprender com o outro.

A título de ilustração apresento o relato de uma das reuniões trabalho:

Reunião realizada no dia 25/08/2006

Tema: “Pais e filhos evoluindo juntos”

Número de participantes: 51 adolescentes e 23 pais

1º Momento: Aquecimento (30 min)

Reunião de acolhimento aos novos integrantes do grupo, apresentação, informações sobre o Projeto Fênix na Comunidade, sobre a Bolsa de Reinserção Juvenil – Jovem em Ação. Esclarecimentos sobre a frequência e pagamento do benefício e sobre os cursos oferecidos para os adolescentes.

Leitura do contrato e introdução ao tema.

2º Momento: Discussão (40 min)

Formaram-se dois subgrupos de adolescentes e um grupo com os familiares.

Subgrupos de adolescentes:

Introdução ao tema: “Pais e filhos evoluindo juntos”. Foi enfatizado a importância do papel de todos (pai, mãe e filhos) na família. Como forma de provocação de discussão e produção do grupo foram lançadas as seguintes questões:

- Qual a importância de um pai e de uma mãe para a evolução de um filho adolescente?
- O que um filho adolescente espera de um pai e de uma mãe?
- Como um pai e uma mãe podem ajudar um filho adolescente?
- Qual a importância do filho adolescente para seus pais?

Inicialmente os adolescentes ficaram inibidos. A resistência a expor-se foi grande e apenas alguns adolescentes se colocaram. Foi então proposto que se expressassem por meio de desenhos ou colagem. Os grupos acataram prontamente a sugestão e, além da colagem e desenhos, escreveram frases ou textos sobre o tema.

Produção dos subgrupos de adolescentes:

– Um adolescente iniciou o debate dizendo que é preciso ter compreensão principalmente da parte da mãe que já viveu mais (estando então mais apta a ceder no relacionamento e cabendo a ela maior responsabilidade pelo sucesso da relação familiar).

– Uma adolescente confeccionou um cartaz no centro do qual havia um grande espelho. Os dizeres expressavam que a família é o espelho da pessoa e que cada um tem a sua responsabilidade na família, devendo fazer a sua parte.

– Um adolescente realizou uma tipologia de mães com os dizeres: Qual tipo de mãe você é? Mãe castradora, mãe omissa, mãe amorosa.

– Um adolescente destacou em sua colagem um artigo que falava sobre a correção que faz milagres, enfatizando que a questão do limite e da autoridade se faz necessária na família.

– Um outro adolescente colocou que é preciso saber falar de sentimento.

– Um adolescente que colocou que para ele só existia a mãe, pois o pai já havia morrido há muito tempo, fez uma colagem onde apareciam apenas um pai e um filho.

– Uma adolescente descreveu tres tipos de famílias: um pai com uma filha, uma mãe com filhos e uma família formada por um casal e filhos.

– Sobre o que acham importante para a evolução conjunta de pais e filhos evocaram: a necessidade de compreensão; que é preciso saber olhar (a mãe olhar para o filho, para perceber o que está acontecendo com ele); que é preciso ter sentimento, que o pai deve dar bom exemplo para os filhos; que o pai deve ter confiança nos filhos; que

a mãe deve ter amor, dedicação e mais amizade; que é preciso ter uma boa convivência entre os membros da família; que são necessários o apoio, a educação e o diálogo.

– Um grupo de adolescentes escreveu que a família é tudo, pois quando eles estavam presos quem os visitava era a família.

– Grande parte do grupo não participou da discussão, mas em silêncio confeccionou cartazes e no final falou sobre o que tinha produzido.

– A maioria dos adolescentes que não se expressou por escrito utilizou fotos de famílias felizes e completas, compostas por pai, mãe e filhos.

Os adolescentes têm consciência da importância da família, porém a composição das suas famílias não corresponde à “família idealizada”. O pai aparece em quase todos os cartazes. Na grande maioria das vezes, como uma referência positiva para o filho e para a família, embora muito idealizado (geralmente com um filho pequeno no colo). Quando há referência à falta do pai, esta está associada à mágoa e sofrimento (dor) pelo abandono. A autoridade do pai é sentida como um valor positivo e de proteção ao filho. A família é concebida como matriz de amor e de proteção. A mãe aparece como figura asseguradora de afeto e presença.

Subgrupos dos familiares:

– Introdução ao tema: “Pais e filhos evoluindo juntos” utilizando os mesmos argumentos apresentados ao subgrupo dos adolescentes, porém com a ordem invertida.

O grupo dos familiares desde o início estava muito à vontade. Todos participaram de forma animada e trocaram idéias entre si.

Produção dos subgrupos de familiares:

– Os pais enfatizaram a importância do diálogo e da compreensão na família.

– Colocaram que o pai e a mãe devem estar atentos ao que acontece na família.

– Um pai diz que independentemente de quem faça (pai, mãe, avó, etc.), o que importa é o que é feito para o adolescente. E este, com amor, compreensão,

companheirismo, diálogo, saúde, educação e lazer será um cidadão sem problemas e sem conflitos, sem precisar da presença de “um pai e de uma mãe da forma clássica”.

– Um outro pai colocou a importância da presença física do pai como modelo, como chefe de família e suporte financeiro e afetivo.

– O marido de uma adolescente fez um desenho de uma pirâmide e o comparou a uma família. Posicionou na base da pirâmide o pai e a mãe e no topo os filhos. A importância de uma composição sólida para a criação dos filhos foi enfatizada e retratada graficamente.

– Uma mãe trouxe a idéia de que a presença física do pai sem amor é pior do que a sua ausência. Segundo ela, não basta ser pai, o homem tem que amar, compreender e perdoar os filhos; caso contrário o trauma será grande e trará prejuízo aos filhos.

– Outra mãe contou que criou sozinha seis filhos e, enquanto o pai esteve presente apenas dificultou a vida de todos.

– Outra mãe argumentou que o mau comportamento do filho independe da presença do pai ou da mãe, havendo outros fatores intervenientes na família.

– Uma jovem colocou a importância da presença do pai como fator de proteção para a família e para os filhos.

– Apenas em um cartaz a figura masculina veio associada à violência.

Cada subgrupo escolheu a (s) produção (ões) que melhor representou (aram) as idéias discutidas no grupo e elegeu um representante para expô-las no grande grupo.

3º Momento: Conclusão (20 min)

Os subgrupos apresentaram no plenário o resultado das suas reflexões e das produções gráficas por meio dos representantes eleitos para esse fim. Uma das coordenadoras do grupo, incumbida de finalizar a reunião, fez uma síntese do tema, relacionando-o com as conclusões de cada subgrupo, enfatizando a importância do papel de todos e da colaboração entre os membros da família para o bom funcionamento e harmonia da mesma.

Como ritual de encerramento foi solicitado ao grupo que desse as mãos, para simbolizar, pelo gesto, a proposta de colaboração mútua apontada pelo grupo como promotora das mudanças positivas na família.

A metodologia dos Grupos Multifamiliares, além de avaliar o grau de reflexão realizado pelos sujeitos durante as discussões e de possibilitar trocas de experiências e sugestões alternativas para solucionar problemas, tem como proposta o estabelecimento e a ampliação de redes sociais que fortaleçam a sociabilidade, a afetividade, a confiança e a solidariedade entre os sujeitos. Reafirmada a auto-estima e competência dos pais, estes podem ajudar seus filhos a respeitar limites, a tolerar frustrações e a encontrar prazer em situações e espaços alternativos positivos.

ANEXO 6



Adolescente com o nome do filho tatuado no braço

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)